CENTENÁRIO DE PETRÓPOLIS

VOL. VI



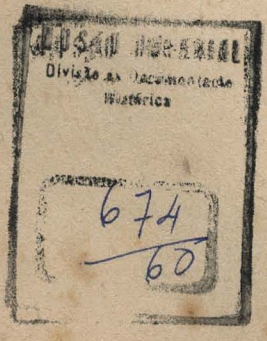
TRABALHOS

DA

COMISSÃO DO CENTENÁRIO

P. M. P.
1943

981.532
P 497c
v.6
ex.3



PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
COMISSÃO DO CENTENÁRIO

Este VI volume dos TRABALHOS DA COMISSÃO DO CENTENÁRIO DE PETRÓPOLIS, *não será o último.*

Dentro de breves dias deverá ser distribuido o VII volume, dedicado às biografias dos fundadores de Petrópolis. Ainda um VIII volume deverá ser editado, fechando-se assim com esta última publicação, os TRABALHOS DA COMISSÃO DO CENTENÁRIO, *cuja matéria, alem de outros assuntos, conterá a relação do programa realizado por motivo do Centenário de Petrópolis e sua repercussão.*

Petrópolis, 16 de março de 1943.

ALCINDO SODRÉ
Secretário Geral

FREI ESTANISLAU SCHAETTE O. F. M.

CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DE PETRÓPOLIS

OS PRIMEIROS HABITANTES DO CÓRREGO SECO

(DISTRITO URBANO DE PETRÓPOLIS)

Foi em junho de 1942 que uma comissão de capitalistas, proprietária, por compra, da casa ampla e mais antiga de Petrópolis chamada ultimamente «Pensão Geoffroy» — deu ordem de derrubar esse edifício. Assim desaparece o antigo lar, monumento histórico de século e meio e surgirá outra construção, modernissima.

Em documentos oficiais e termos eclesiásticos essa vetusta propriedade era conhecida sob o título de *Córrego Seco de Serra Acima* e na escritura de compra de 6 de fevereiro de 1830 feita por resolução de S. M. Dom Pedro I se alega que o dito Sítio está em posse legítima, mansa e pacífica de Manoel Vieira Afonso desde 1770.

Existiam à beira do *Caminho Novo de Minas pela freguesia de Inhomirim* fazendas e ranchos, estes últimos para abrigar as tropas e as outras para fornecer, «o preciso» aos viandantes.

As tropas em demanda às Minas Gerais começavam a subir a Serra do Frade no lugar chamado hoje Vila Inhomirim ou Raiz da Serra. «Em pequena distância encontra-se o *Ranxo da Mandioca* e para alcançar o *Ranxo da Farinha Serra acima* o caminho é de 3/4 de légua». Assim resa o documento de 17 de abril de 1792, cuidadosamente guardado no Arquivo Nacional sob o nº de 799 a, b, c.

O *Rancho da Farinha* é o Córrego Seco ou o centro atual da nossa belíssima cidade serrana; o terreno não era muito apreciado: «as terras são estereis e infrutíferas por serem muito resfriadas como sucede na Estrada Geral, à Fazen-

da do Rio Seco que para ministrar o preciso para as tropas, o faz conduzir de um sítio 7 léguas distante.» (doc. nº 799).

Podemos constatar que, na época de Tiradentes, à margem direita do rio Quitandinha, nas proximidades da ladeira da rua Marechal Deodoro, existia uma casa modesta, um moinho, uma roda de mandioca e um rancho para os tropeiros.

Esse ambiente mudou de aspeto pelos anos de 1800 quando o dono idoso com a sua esposa fixou a sua residência nesse lugar, e filhos, netos e bisnetos celebravam festas familiares na casa de fino trato de Córrego Seco.

O CASAL MANOEL VIEIRA AFONSO E DONA CATARINA JOSEFA

Os livros eclesiásticos de Suruí e Inhomirim mencionam os nomes desses pre-petropolitanos em numerosos assentos desde 1756 a 1810. Eis o termo de casamento a fl 35 do Livro competente, de Suruí:

«Aos 19 dias do mês de junho de 1756, nesta paroquial igreja de São Nicolau de Suruí, pelas 9 h. da manhã, feitas denunciações e mais diligências na forma do Sagrado Concílio Tridentino e Constituição do Bispado, em presença de mim José Rodrigues Ferreira, vigário colado da mesma igreja se receberam em matrimônio por palavras de presente

Manoel Vieira Afonso,

filho legítimo de João Fávila, já defunto e de Felícia Vieira, natural e batizado na Freguesia de Nossa Senhora dos Anjos de Água de Pão da Ilha São Miguel, com

Catarina Josefa,

filha legítima de Manoel da Costa Bravo e de Ana de Jesús, natural e batizada na Freguesia de São Nicolau de Suruí e logo lhes dei as bênçãos na forma dos ritos da Santa Madre Igreja de Roma.

Foram testemunhas Nicolau Viegas de Proença e

Antônio Pereira Calheiros, moradores nesta mesma Freguesia e outros mais que presentes estavam do que fiz esta assento.

O vig.º *José Reis Ferra*
Nicolau Viegas de Proença
Antº Perª Calheiros».



Manoel da Costa Bravo, pai da noiva, como se vê, proprietário em Suruí, era chefe de numerosa família. Entre as filhas encontra-se uma cujo assento batismal acusa o nome de *Catarina* e outra com o nome de *Josefa* e não se indica quem é *Catarina Josefa*. O certo é que a noiva de Manoel Vieira Afonso não contava mais de 17 anos ao contrair o matrimônio.

O novo casal residia na séde da freguesia de Inhomirim vivendo na sua propriedade. Aí nasceu-lhe o primeiro filho Felizardo o qual foi batizado em Suruí sendo padrinhos os avós maternos.

Pouco depois Manoel Vieira Afonso estabeleceu-se «Serra acima», não requereu sesmaria mas tornou-se «senhor e proprietário duma fazenda de terras na Quadra do Secretário para o lado da Poente cujas houve por compra que delas fez ao capitão José Pinto da Rocha tendo por confrontantes Francisco Borges, Lourenço da Cruz e Manoel da Silva». (Trecho da escritura).

Um atestado de casamento do dia 19 de abril de 1759 afirma que o novo fezendeiro assistiu o casamento de seus próprios escravos na Capela de N. Snra. do Amor de Deus, sinal que já estava trabalhando em seu terreno na Serra.

No dia 8 de novembro de 1767, no dito santuário de N. Snra. serviu de testemunha de casamento a quatro casais de escravos de Manoel Correia da Silva.

A 28 de outubro de 1768 e 12 de dezembro de 1769, na mesma capela, realizaram-se os batizados de seus filhinhos Bento e Agostinho sendo padrinhos os filhos de Manoel Correia da Silva.

Deve ter sido por esta época que Manoel Vieira Afonso tornou-se dono do Córrego Seco, transformando-o num abrigo para os tropeiros enquanto a sua família continuou a residir e trabalhar na *fazenda dos Vieiras*. Os filhos cresceram e em idade competente constituíram os seus lares: Felizardo casou-se com Rosa Francisca da Encarnação, Maria Joaquina contraiu matrimônio com Francisco José Maia, Eugênia Maria com José Joaquim Lisboa e Brites Maria com Vicente Matias, Antônio José Vieira com Joaquina de Oliveira, Dionísio com Ana Joaquina Gomes, José Vieira Afonso, o mais estimado e conhecido na geração dos Vieiras, com Rita Maria de Jesus.

De Manoel José Vieira não se encontrou o termo de casamento; o nome dos dois filhos Bento e Agostinho só se acha no assento de batizado, parecendo que morreram em idade infantil.

Os filhos casados estabeleceram-se em suas propriedades no Sardoal ou no distrito de Cebolas e na capela de N. Snra. da Conceição da Lapa, no Secretário, e na presença dos avós, efetuaram-se os batizados dos descendentes.

José Vieira Afonso, pela sua importância social merece um capítulo à parte.

A MEDIÇÃO JUDICIAL DA FAZENDA DOS VIEIRAS

A 6 de junho de 1796 Manoel Vieira Afonso enviou um requerimento ao Dr. José Antônio Valente, corregedor da comarca, para prosseguir na medição amigavel de suas terras com consentimento e assistência dos vizinhos, herdeiros do falecido Leandro da Cruz Alves, Francisco Borges e Ângelo José.

O piloto oficial e seu ajudante da corda começaram o serviço a 10 de outubro e o terminaram no dia 17 do mesmo mês, tendo medido 3.000 braças na linha de Leste a Oeste e 840 braças de Norte a Sul.

O juiz de ventura da Freguesia de N. Snra. da Piedade de Inhomirim, Francisco Gomes da Costa, assinou os autos da medição a 21 de outubro de 1796 e a 17 de dezembro foi despachado a sentença judicial da mesma.

Munido desse documento o proprietário reivindicou os seus direitos contra os intrusos Lourenço da Cruz, Ângelo José, Antônio Coelho, Luís Muniz e Rita procedendo, porem, com benignidade. (A cópia desse documento foi por mim encontrada no escritório do saudoso Major Teófilo da Silva, na sua bela e tradicional fazenda «*Rocinha*» ao qual agradeço, mais uma vez, a fidalguia com que a mim prestava preciosas informações).

O CASAL MANOEL VIEIRA AFONSO NA FAZENDA DO CÓRREGO SECO

Comparando os numerosos assentos lançados nos Livros Oficiais da Paróquia de Inhomirim, com probabilidade lógica podemos constatar o seguinte:

Pelo ano de 1800 os idosos donos entregaram a sua fazenda no Sardoal a seus filhos e passaram a residir no Córrego Seco tendo em sua companhia a filha Eugênia Maria de Jesús, casada com José Joaquim Lisboa, natural da freguesia de N. Snra. da Penha no patriarcado de Lisboa.

O genro Francisco José Maia, natural da freguesia de Santa Bárbara da Ilha Terceira no bispado de Angra, casado com Maria Joaquina da Conceição, tambem é mencionado como morador no Córrego Seco. E quantas vezes o tenente, depois capitão, major e sargento mór José Vieira Afonso, abastado fazendeiro entre Areal-Cebolas e Bemposta, com a sua família passou dias festivos no lar paterno, os mesmos assentos eclesiásticos o fazem supôr.

Essa circunstância prova que a vivenda de Córrego Seco estava em condições de abrigar numerosos membros da família e que a casa era «*era de fino trato.*»

A 2 de fevereiro de 1806 encontramos o venerando casal na capela de N. Snra. do Amor de Deus onde o P. Januário da Cunha Barbosa batizou a inocente Ana, filha legítima de Fidelis Vieira Afonso e de sua mulher Maria Joaquina, natural de São João dos Corais, neta paterna de Felizardo Vieira Afonso e Rosa Maria Francisca e os bisavós da criancinha, representando os padrinhos João Correia de Matos e sua mulher, estavam presentes a esse ato religioso — quatro gerações da mesma família.

Parece que foi a última vez que Manoel Vieira Afonso e sua esposa fizeram uma viagem para assistir a solenidade no círculo de seus descendentes. Aproximou se a festa jubilosa das bodas de ouro e os anciãos festejados cuidaram de instalar uma capela em sua própria residência.

E' a *capela ou oratório de Sant'Ana no Córrego Seco Serra acima*, cuja inauguração confirma o termo a fls. 150 v. do Livro de Batismo da Freguesia de N. Snra. da Piedade de Inhomirim :

> «Aos 7 dias do mês de abril de 1806, no oratório de Sant'Ana do Rio Seco de Serra acima, filial desta Matriz de Inhomirim, o Rev. P. Luís Teixeira Coelho, *procedendo as licenças necessárias*, batizou e pôz os santos óleos a Honório, inocente filho legítimo de José Coelho da Silva, natural da Freguesia de São Marcos do bispado de Porto e de Leonídia Angelina, desta freguesia, neto paterno de João Coelho da Silva e Ana Maria, da dita freguesia de São Marcos e pela materna de José Joaquim Lisboa e Eugênia Maria, moradores nesta freguesia foram padrinhos os ditos avós maternos.
>
> O vig.º *Antônio Pedro Laet*.»

A fl. 159 acha-se o relatório de outra festa no Córrego Seco : O mesmo padre batizou a Maria, inocente filha legítima de Paulino Filgueiro Bravo e Florinda Angélica da Conceição, neta paterna de Manoel da Costa Bravo e Isabel Antô-

nia de Jesús, neta materna de Francisco Maia e e Maria Joaquina; foi padrinho João Correia de Matos representado por Antônio Nunes Ferreira e Maria Joaquina de Jesús.

A 16 de março de 1807 foi batizado Luis, filho de Fidelis Vieira Afonso, a 17 de janeiro de 1809 Porcina, filha legítima de Pascoal Dias, a 24 de agosto do mesmo ano José, filho de Severiano José Antunes, a 24 de agosto Felizardo, filho de Domingos Gonçalves da Rocha, a 7 de abril de 1810 Hermínia, sendo padrinhos José Joaquim Lisboa e Luisa Maria de Jesús, e no mesmo dia Cândida, filha de José Coelho da Silva.

A 8 de maio de 1810 o Córrego Seco abrigou visita fidalga, pois celebrou-se o batizado de Leocádia, filha legítima do Tenente-Coronel Aureliano de Sousa Oliveira e de d. Francisca Flávia de Proença Coutinho, neta paterna de Pedro de Sousa Oliveira e de Luciana Alves Ferreira, neta materna de Silvestre Gonçalves de São Tiago e Maria Antônia Azevedo Coutinho, foram padrinhos o Coronel Joaquim Antônio de Silveira Albernaz e sua mulher Ana Clara de Magalhães Pereira (fl. 18).

Ainda dois batizados feitos na capela de Sant'Ana no Córrego Seco realizaram-se na presença dos idosos patrões: no dia 25 de janeiro de 1811 o capitão José Vieira Afonso fez batizar seu filhinho José tendo convidado para padrinhos o P. Antônio Tomaz de Aquino Correia e da. Brígida Maria da Assunção.

O outro batizado foi de Luís, filho de Domingos Gonçalves da Rocha e de Catarina Rosa de Jesús, neto de Felizardo Vieira Afonso; foram padrinhos os bisavós Manoel Vieira Afonso e d. Catarina Josefa (fl. 24 e 25).

É nesta data que desaparece dos Livros Eclesiásticos o venerando nome do primeiro proprietário do Córrego Seco. De certo, pouco tempo depois, uma morte pacífica o conduziu para a eternidade.

DONA CATARINA JOSEFA DE JESÚS PROPRIETÁRIA DO SOLO PETROPOLITANO ATÉ 1825

A viuva d. Catarina Josefa, tão acostumada a comparecer em atos religiosos sempre em companhia do marido parece que não aceitou mais convite depois da morte dele. O seu mundo era o lar, a sua alegria, ver os filhos bem encaminhados, a sua doce esperança, o número crescente de netos e bisnetos e a sua consolação, a capela da Snra. Sant'Ana no extremo da varanda.

Na época da instalação da mesma, o primeiro santuário de N. Snra. do Amor de Deus no Rio da Cidade, se achava em abandono. Considerando a amizade inalteravel entre as famílias Vieira e Correia é muito provavel que se levasse a imagem antiga de Sant'Ana para o oratório novo do Córrego Seco para justificar o título, imagem essa, do tipo bem antigo, que voltou a exornar a capela da fazenda Correias quando deixou de existir a do Córrego Seco. Não existe nenhum documento a respeito mas sim probalidade com algum fundamento. Morta d. Catarina Josefa, no seu inventário não se faz menção à estátua da Padroeira, mas certo é que na primeira capela no nosso solo urbano não podia ter faltado a imagem de Sant'Ana ..

O observador atento da mesma, nota duas pequenas falhas no livro em mãos da santa Mãe de N. Snra., falhas que cuidadosamente foram cortadas sem prejudicar o aspecto geral. Qual foi o motivo?. Não foi por falta de respeito. É possivel que cada um do idoso casal quizesse levar uma relíquia consigo para o cemitério!?...

D. Catarina Josefa de Jesús, no último período de sua vida, passou por duros golpes. Perdeu seu filho mais velho, Felizardo, deixando viuva, filhos e netos ; e faleceram os dois genros Francisco José Maia e José Joaquim Lisboa.

Tais acontecimentos tristes a impressionaram e ela mandou vir ao Córrego Seco o tabelião José Vila Real, de Inhomirim para escrever e aprovar o seu testamento. Isto se realizou no dia 26 de junho de 1823.

A testadora ainda viveu dois anos. Nessa época, morreu o terceiro genro Vicente Matias, proposto a ser o segundo testamenteiro.

O 1º Livro de Óbitos do Curato São José do Rio Preto anuncia o desenlace da estimada matrona a 25 de junho de 1825 declarando que ela recebeu os sacramentos derradeiros, deixou solene testamento, foi amortalhada com o hábito de São Francisco e conduzida ao cemitério da Freguesia de N. Snra. da Piedade de Inhomirim e encomendada pelo vigário daquela paróquia.

CÓPIA DO TESTAMENTO DE CATARINA JOSEFA DE JESÚS *

«IN NOMIME DOMINI

Eu Catharina Josefa de Jezus achando-me de saude, e sem perturbação do entendimento fasso o meu testamento na forma seguinte. Declaro que sou Catolica Romana, e como tal pretendo viver e morrer, e pesso ao Altissimo o perdão das minhas culpaz, e a todaz as pessoas a quem offendesse, e eu fasso tão bem a todas aquellas de quem recebesse agravo, e ultimamente nas mãos do mesmo Senhor entrego a minha alma. Declaro que sou natural, baptizada na Freguezia de São Nicolao de Suruhy do Bispado do Rio de Janeiro, Filha legitima de Manoel da Costa Bravo, e de Thereza de Jezus. Fui cazada na forma da Igreja com Manoel Vieira Affonço, decujo matrimonio tenho os filhos seguintes, a saber o Major José Vieira Affonço cazado, Manoel José Vieira, Dionizio Vieira cazado, Antonio José Vieira Viuvo, Britis Maria

* Conservada a ortografia original.

cazada com Vicente Mathias, Maria Joaquina Viuva de Francisco José Maia, Eugenia Maria Viuva de José Joaquim Lisboa, e Roza Francisca Viuva domeu filho Felizardo Vieira. Pesso e rogo emprimeiro lugar ameu filho José Vieira Affonço, emsegundo lugar ameu filho digo Genro Vicente Mathias, em terceiro lugar a meu filho Manoel José Vieira, que por serviço de Deos e me fazerem mercê queirão ser meos testamenteiroz, bemfeitores e administradores de meos bens, para oque os hei por abonados para delles tomarem conta, e disporem aseu arbitrio, e sendo nescessario, vendidos para omeu funeral, o que tudo farão amigavelmente sem ser precizo hir a praça. Dcclaro que os bens que há no Cazal são a Fazenda do Rio Secco, naqual moro, sita no Curato de São Jozé do Rio preto, que consta denove centas e vinte braças Detestada, e defundos meia legoa para cada lado, Cazas de telha, ranchoz, etodas as mais bemfeitorias, que se acharem: e defronte da Freguezia de Inhomerim uma morada de Cazas e terras cobertas de telha, emais acima os choonz de húa morada de cazaz, naqual mora Jozé Nunes do Rosario como tão bem vinte e sinco Escravoz os quaes todoz meos testamenteiroz e filhoz muito bem conhecem, e pela confidencia, que de todoz faço espero que dêm inventario, como tão bem todoz os mais moveiz de caza que se acharem.

Declaro, que meo corpo será amortalhado em hum habito de São Francisco, conduzido á Matriz de Inhomerim, accompanhado e enccomendado pelo Reverendo Parocho da mesma Matriz, e mais sinco Sacerdotes, com os quaes se me fará hum officio de corpo presente, o qual não podendo ser no dia do meu falecimento se fará até o septimo dia, e os mesmos Padres dirão huma Missa de corpo prezente de esmola praticada naquella freguezia, e serei sepultada em cova da Irmandade da Senhora da

Conceição, de quem sou Irmã. Ordeno se mande dizer por minha alma huma Capella de Missas de esmola de trecentos, evinte cada huma, mais meia Capella pellas almas de meus paiz da mesma esmola. Declaro que o meu Escravo João telheiro, e a preta Mª. já velha e cansada os deixo forroz e livres de qualquer penssão, e esta verba lhes servirão de carta. Declaro que as cazas que tenho na Freguezia de Inhomerim as deixo á minha filha Britis Maria. Item declaro que deixo á minha Necta Innocencia filha da dita minha filha Britis, o valor em que for avaliada a Escrava Maria, que esteve em seu poder. Item declaro que deixo o Criolinho Saturnino, filho da minha Escrava Izidora,a meu Necto Francisco José Maia. Item deixo a meu filho Manoel José Vieira sinco doblas em attenção a alguns pequenos serviços que metem feito. Item deixo a meu Necto Fidelis Vieira sinco doblas. Item deixo ao meu molato Agostinho, cujo fica liberto por minha morte, e por esmola que lhe faz meu falecido Marido, trinta e dois mil reis. Item á Nossa Senhora da Conceição dequem sou Irmã, o meu testamenteiro pagará os annuaes que eu estiver devendo, para que se fassão pela minha alma os suffragios que são do costume. Item deixo á Nossa Senhora das Dores sete mil reis Para ornato do seu Altar da Freguezia de Inhomerim. Item declaro que, satisfeito todaz estas minhas determinaçõenz, tudo o mais quanto ficar pertencente á minha tersa, deixo, que se reparta com igualdade por todas as minhas netaz, entrando neste numero, e com igual parte as minhas Bisnetas Maria, e Arminda, filhas de minha Neta Florinda já falecida. Declaro que ficão excluidas da herança da minha terça as minhas Netas filhas de meu filho Antonio José Vieira, por ter pertencido a este a tersa do falecido meu Marido, assim com minha Neta Innocencia, filha de minha filha Britis Maria, por ter sido já contemplada com o valor da Escrava Maria, e

tão bem as filhas de meu filho O Sargento Mor Jozé Vieira Affonço, por ellas não serem tão precisadas. Declaro por ultimo que, quando fallo em minhas Netas, só se deve entender com as filhas legitimas de meus filhos, e filhas, as quaes o meu testamenteiro bem conhece, dará a relação de seus nomes, e quantas são. Deixo para se dar conta deste meu testamento o tempo de dois annos, por premio a quem aceitar sincoenta milreis. E por esta forma hei por concluido este meu testamento e ultima vontade e qualquer clauzula ou clauzulas, que a elle falte as hei por declaradas, como se dellez fizesse expressa lembrança, e revogo a outro qualquer testamento, que haja feito, e rogo as justiças de Sua Magestade Imperial o façam cumprir, a qual por não saber ler nem escrever pedi a meu Reverendo Cura o Padre Luiz Gonçalves Diaz, que este por mim fizesse e como testemunha assignasse, o qual eu tão bem assignei com húa Cruz, signal de que uzo, feito no lugar de minha residencia, aos vinte e seiz dias domez de junho de mil oitocentos e vinte e trez.

Signal da Testadora — *Catharina Josefa de Jezus* †

Como testemunha que este fiz a rogo da Testadora.

O Pe. *Luiz Glz Dias*

APROVASSÃO

Saibão quantos este publico instrumento de Aprovassão de testamento e ultima vontade, virem que sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezuz Christo de mil oito centos evinte tres. Aos vinte e seiz diaz do mez de junho do dicto Anno nesta Freguezia de N. S. da Piedade de Inhomerim: onde eu Tabellião abaixo assignado. Sirvo de aprovar testamentos por Provisam do Senado

da Camara de Sam Sebastião da Corte Imperial do Rio de Janeiro. Fui chamado no meu Distrito no lugar denomido Corrego Secco de Serra assima em Cazaz de Residencia da Testadora Catharina Jozefa de Jezuz: onde apareceu a dicta, que reconheço pella propria desse, e em seu entendimento perfeito, segundo meparecia pelo certo comque me respondeo, elogo das suaz mãonz ás minhas em presença das testemunhas adiante nominadas, e assignadas: me forão dadas duas folhas de papel, e nellas escriptas trez lados com sua assignatura no principio desta dizendo-me, que este hé o seu testamento digo solene testamento e ultima vontade, que pedio, e rogou ao Reverendo Luiz Gonçalves Diaz, lhe escrevesse, e como testemunha se assignasse, oqual depois de escripto o mandou ler, e pelo o achar em tudo como ditou segundo a sua ultima vontade me pede que para mais va dade sua lho aprove; oqual eu Tabellião pelo achar sem vicio borrão entre linha, ou couza que duvidas fassa. O tomei, e rubriquei com minha rubrica, e que diz Villa Real, aprovei tudo quanto aprovar posso, em razão de meu officio e autoridade de Justiça, doque tudo dou fé e assignou a Testadora esta aprovassão. Sendo de tudo testemunhas prezentes o Alf. Jozé Dias Alves. Vicente Ferreira, e Cunha. Antonio Corrêa Maia. Jozé de Sampaio Marinho. O Reverendo Vigario da Vara Luiz Gonsalves Diaz, e João Corrêa de Mattos. Todos maiorez de quatorze Annos, e reconhecidos de mim Tabelião Antonio Jozé Villa Real, que aprovei, e assignei em publico, e razo.

Em tta de Verdade

Antonio Jozé Villa Real

Signal da Testadora

Catharina + *Jozefa de Jezuz*

Como testemunha que este fiz a rogo da Testadora
O Pe. *Luiz Glz Diaz*
Jozé Diaz Alves. João Corrêa de Mattos. Jozé de Sampaio Marinho. Antonio Corrêa Maia. Vicente Ferreira e Cunha.

Nada mais continha o original, o que aqui fielmente fiz copiar e por achal-o conforme assignei. Freguezia de S. Jozé do Rio preto 26 de junho de 1825.

O Parocho *Luiz Glz Diaz Corrêa*».

O SARGENTO MOR JOSÉ VIEIRA AFONSO

Nos termos dos Livros Eclesiásticos da Baixada e de Serra acima encontra-se o nome desse célebre pre-petropolitano frequentes vezes. Conclue-se com razão que foi um homem popular, pois, gente humilde, como famílias de fidalgos o convidaram para ser padrinho ou testemunha de casamento.

O Livro 38 de Cartas Régias a fl. 115 v. traz a sua nomeação para ocupar o «Posto de Alferes da 5a. Companhia do Regimento de Infantaria de Milícias de Inhomirim».

O Vice-Rei Conde dos Arcos lhe tinha feito a respectiva proposta, pois existia uma vaga pela morte de Bernardo José de Faria e o Coronel José Caetano de Araujo Vieira deu o seu apoio em favor do novo candidato. O documento foi despachado em Lisboa a 3 de julho de 1807 com assinatura de D. João, príncipe regente, recebendo o *Cumpra-se* do Vice-Rei a 18 de dezembro do mesmo ano.

O novo oficial foi subindo na escala de dignidades e em 1810 o seu nome aparece com o título de capitão, anos depois com o de Major e de 1822 em seguida era ele o Sargento Mor conhecido de Paraíba e S. José do Rio Preto até a Baixada toda e a Capital.

No testamento de sua mãe ele figura como testamenteiro e fazendeiro rico de maneira que dona Catarina Josefa não legou um donativo às suas filhas «por elas não serem tão precisadas». E de fato, o Sargento mor José Vieira Afonso era dono dum vasto território com a capela de *São Silvestre*, hoje em dia belamente renovada, à vista dos viajantes que de Areal se dirigem à Bemposta; outra capela era a de *Santa Cruz* e a terceira a de *Santo Antônio do Engenho*. Quem de seus descendentes, contemporâneos nossos, indicará o local destes oratórios...

Os batizados de seus filhos efetuaram-se sempre no Oratório de Sant'Ana do Córrego Seco, residência de sua idosa mãe. A fl. 278, 278 v. e 279 encontram-se os assentos em ordem cronológica:

7 de fevereiro de 1813 — Carlota, padrinhos: capitão João de Araujo Silva e Luisa Maria de Jesús,

15 de agosto de 1814 — José, padrinhos: o Rev. P. Manoel Moreira de Sousa Firmo e d. Brígida da Assunção.

24 de março de 1818 — Ana, padrinhos: capitão José Francisco de Mesquita e Sant'Ana.

21 de setembro de 1819 — Polucena,padrinhos: Rev. P. Luís Gonçalves Dias e N. Snra. da Conceição.

15 de fevereiro de 1821 — Joaquim, padrinhos: capitão Domingos Fernandes Alves e N. Snra. da Conceição.

9 de fevereiro de 1824 — Carolina,padrinhos: José Rodrigues Cunha e Brites Maria de Jesús.

7 de abril de 1810 — Hermínia, padrinhos: José Joaquim Lisboa e Luisa Maria de Jesús (fl. 17).

O nome da capela de São Silvestre aparece pela 1ª vez, num assento à fl. 100 do dia 12 de maio de 1832, dia em que se realizou o batizado de Francisco, filho legítimo de José Luís da Cunha Brandão e Luisa Antônia de Proença, neto materno do capitão Antônio Bernardo de Proença e de Ana do Espírito Santo sendo padrinhos o Major José Vieira Afonso e sua mulher d. Rita Maria de Jesús.

O TESTAMENTEIRO SARGENTO MOR JOSÉ VIEIRA AFONSO

Conforme reza o documento da última vontade de sua mãe, as determinações do testamento deviam ser executadas no prazo de dois anos.

A 31 de março de 1827 o 1º testamenteiro prestou o juramento perante o juiz de fora Dr. Francisco Alves Carneiro e deu início ao andamento legal.

Foram nomeados os avaliadores João Batista Bastos, Francisco Borges de Carvalho e Manoel Ribeiro Caldas.

Os herdeiros em 1º gráu eram:

Antônio Vieira Afonso,
Manoel José Vieira,
o inventariante Sargento mor José Vieira Afonso,
Dionísio Vieira Afonso,
Maria Joaquina dos Anjos, viuva de Francisco José Maia,
Eugênia Maria de Jesús, viuva de José Joaquim Lisboa,
Brites Maria, viuva de Vicente Matias,
Rosa Francisca da Encarnação, viuva de Felizardo Vieira Afonso.

Em 2º lugar reclamavam os seus direitos as filhas de Felizardo: Catarina, casada com Domingos Gonçalves da Rocha,
Joaquina, casada com Carlos José de Melo,
as filhas de Maria Joaquina dos Anjos:
Rita Maria de Jesús, casada com o Sargento mor José Vieira Afonso,
Francisca Maria, solteira,
Luisa Maria, casada com João Gonçalves da Cruz,
as filhas de Dionísio Vieira Afonso: Reginalda Rosa, viuva de Serafim Alves da Cruz,

Tomásia, casada com Felix Gomes de Silveira,
Felicidade, casada com José Justiniano Alves,
as filhas de Eugênia Maria: Leonídia, casada com José Coelho da Silva,
Claudina, casada com José Joaquim Martins,
Ana Luisa, casada com Antônio José Vieira,
Umbelina, casada com Joaquim José Vieira;
as filhas de Florinda Angélica, neta da testadora: Maria Inês, casada com Domingos Alves de Queiroz,
Arminda Celestina, casada com José Alves da Cruz.

O parecer dos avaliadores:

1º — Valor dos escravos:

Leandro (250$000 rs.), André (250$000 rs.), Luís..... (250$000 rs.), Manoel (245$000 rs.), Miguel (240$000 rs), Antônio (224$000 rs.), Caetano (217$600 rs.), João..... (227$000 rs.), Joaquim (210$000 rs.), Francisco (204$800 rs.), Joaquina (204$800), Isidoria (204$800), Maria, mulher de Miguel (192$000 rs.), Matias (179$200 rs.), Severino (179$200), Manoel (172$800 rs.), Mateus (153$600 rs), Frutuosa (de 9 a 10 anos 150$000 rs.), Quitéria, mulher de Matias (150$000 rs.), João Calado (140$800 rs.), João Carpinteiro (120$000 rs.), Joana com 3 anos (51$200 rs.), Lucas (1 1/2 ano 40$000 rs.), Saturnino (7 anos muito enfermo 32$000 rs.), Maria Ângela, velha e cançada (16$000 rs.), João Telheiro, muito velho e cançado (12$000 rs.),

total 4:346$600 rs.

2º — Valor do gado:

6 bestas 71$000 rs., 4 vacas com cria 51$200 rs., 3 vacas sem cria 28$800 rs., 3 novilhas de 3 anos 30$000 rs., 2 novilhas de 2 anos 12$800 rs., 3 novilhas de quasi 3 anos 22$500 rs., 2 novilhos de 1 1/2 ano 10$000 rs., 1 novilha de 1 ano 5$000 rs., 1 touro 15$000 rs., trastes de moveis 141$900 rs., 1 carretão muito velho 1$600 rs.

total 389$800 rs.

3º — Valor da propriedade:

1 casa de vivenda coberta de telhas, muito antiga, com Oratório para dizer missa na varanda, muito arruinada com os esteios e baldramos tudo cortado;

1 casa pequena coberta de telhas que serve de cozinha;

1 casa pequena coberta de telhas com moinho e roda de mandioca;

1 prensa e forno de cobre cuja casa se acha muito danificada;

1 paiol coberto de telhas, muito danificado com dois cavalheirices;

2 ranchos coberto de telhas, tambem danificados, onde se recolhem os tropeiros;

total 509$600 rs.

Ornamentos e alfaias do Oratório e uma imagem de Santo Cristo 64$200 rs.

4º — Valor das terras:

O terreno da fazenda «com 89_5 braças de testada e uma légua de fundo, 1/2 légua para o Nascente e 1/2 légua para o Poente confrontando pelos fundos e pela parte do Sul com o herdeiro Sargento mor José Vieira Afonso e pela parte do Norte com o Alferes João Correia de Matos, avaliada cada braça a 1$200 rs. por serem terras frias e não darem mantimentos por serem chegadas à serra » 1:074$000 rs.

casas em Inhomirim	350$000 rs.
1 casa em »	60$000 rs.
terrenos em » e vários.....	738$360 rs.
total	2:222$360 rs.
dinheiro	2:073$200 rs.
valor de escravos..... ...	4:346$600 rs.
valor do gado	389$800 rs.
valor das casas	509$600 rs.
» das alf. da capela....	64$200 rs.
valor total.....	9:605$760 rs.

5º — Proposta do Sargento mor José Vieira Afonso:

A 3 de dezembro de 1827 o inventariante declara que as terras do Córrego Seco são frias e inferiores, não frutificam e nem servem para cultura, não convem serem divididas por tão grande número de herdeiros, os quais se acham estabelecidos em lugar distante, devem ser lançadas a um dos herdeiros e repôr os outros o excesso se houver e ele, José Vieira Afonso, oferece 200$000 rs. sobre o todo das terras do Córrego Seco.

No mesmo dia os outros herdeiros assinaram a proposta para que, «pelos motivos indicados, a fazenda Córrego Seco passe a pertencer ao Sargento mor José Vieira Afonso visto ser ele proprietário de terras limítrofes e oferecer 200$000 rs. em dinheiro aumentando assim o monte da herança».

O juiz aceitou a proposta, o 1º testamenteiro pagou a soma estipulada elevando o total da herança a 9:805$760 rs.

Havendo uma despesa de 104$080 rs. restou o valor de 9:701$680 rs.

O quinhão de cada herdeiro ou grupo de herdeiros montou em 1:009$223 rs.

A 17 de abril de 1828 o juiz concluiu os autos desse inventário.

As cláusulas sobre a terça da testadora na importância de 3:233$893 rs. foram cumpridas a 19 de julho ds 1831.

A documentação do processo acha-se guardada no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro.

O SARGENTO MOR JOSÉ VIEIRA AFONSO PROPRIETÁRIO DO CÓRREGO SECO

Foi a 17 de abril de 1828 que o abastado fazendeiro de São Silvestre entrou na posse legítima do território da nossa atual cidade de Petrópolis, o qual, naquela época, fazia rumo nos fundos e no Sul com outra propriedade sua.

Os avaliadores não fizeram uma descrição risonha do antiga residência de dona Catarina Josefa de Jesús, declarando a casa muito arruinada. A pensão Geoffroy, que deixou de existir há pouco tempo, e que era a casa da Fazenda Córrego Seco, conservou até o fim indícios de ter sido lar de *fino trato*.

Não podemos supôr que o dono de vastos terrenos no lado de Areal e no lugar do centro e perímetro da nossa urbs habitasse uma casa arruinada. José Vieira Afonso era Cavaleiro da Ordem de Cristo, e tambem homem de recursos, fidalgo bastante conhecido. De certo a sua residência correspondia aos requisitos de alta sociedade. E' portanto provavel que ele construisse ou modificasse a vivenda conforme o aspeto que as afamadas Pensões Mills, Macedo e Geoffroy conservavam até os nossos dias.

VENDA DO CÓRREGO SECO

D. Pedro I, admirador do nosso clima e da beleza da nossa serra e floresta, não podendo adquirir a bela propriedade de Correias comprou a Fazenda Córrego Seco e assim a área urbana passou ao patrimônio imperial. Eis a cópia da Escritura:

«ESCRIPTURA DE VENDA

de uma Fazenda de cultura e suas bemfeitorias, plantas, casas, e todos os seus pertences que á Sua Magestade Imperial, fazem José Vieira Affonso e sua mulher e quitação como abaixo se declara.

Saibam quantos virem o presente instrumento de Escriptura de venda de uma Fazenda de cultura, casas e seus pertences e quitação, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta aos

seis dias de fevereiro do dito anno,nesta Fazenda do Córrego Secco, no Alto da Serra, onde eu, Tabellião, fui chamado por ordem de Sua Magestade Imperial e sendo ahi comparecerão partes justas e contractadas a saber de uma parte Excellentissimo João da Rocha Pinto do Conselho de Sua Magestade O Imperador, Gentil-Homem de Sua Imperial Camara e Superintendente de suas Imperiaes Quintas e Fazendas.

E de outra parte como vendedores o Sargento-Mór José Vieira Affonso, Cavalleiro da Ordem de Christo e sua mulher dona Rita Maria de Jesus, moradores na sua Fazenda do Corrego Secco, Distrito da Villa do Paty do Alferes, Freguezia de S. José do Rio Preto, reconhecidos pelos proprios de mim Tabellião, e das testemunhas adiante assignadas em presença das quaes por elles vendedores uniformemente foi dito que

> são senhores e pacificos possuidores da dita Fazenda do Corrego Secco onde morão, no Alto da Serra da Estrella chamada antigamente a Serra do Mar, a qual possuirão seos antepassados mais de sessenta annos e ultimamente lhes pertencia por legitimas de seus paes Manoel Vieira Affonso e sua mulher dona Catharina Josepha de Jesus

como consta dos inventarios que existem no meo Cartorio de onde se tirarão certidões para juntar a copia d'esta Escriptura com os mais detalhes que elle, Vendedor, promette entregar para melhor clareza do Augusto Senhor Comprador cuja fazenda se acha livre e desembargada, a qual tem na frente huma legua completa e de fundo quasi meia legoa, cujos limites se acham hoje definidos e demarcados,em virtude da composição que elle,vendedor, fizera com a proprietaria da Fazenda do Itamaraty, n'aquella parte, e pelos outros lados com quem de direito pertencer.

E da mesma Fazenda com todos os seus predios, plantas, bemfeitorias, officinas, accessorios, posses, servidões de que sempre gozarão, seus antecessores os fazem venda de hoje para todo o sempre ao mesmo Augusto Senhor e seos herdeiros.

e tudo pela total quantia de vinte contos de réis,

livres de siza para elles vendedores, cuja quantia recebe elle, marido, neste acto em Notas de Banco, da mão do dito Excellentissimo João da Rocha Pinto do que dou fé, dizendo estar certa, e do preço desta venda darão os vendedores plena e geral quitação para mais não pedirem em tempo algum.

E pela forma sobredita cedem e traspassão na Pessôa Augusta de Sua Magestade Imperial, toda a posse, juz e dominio que tinhão na Fazenda sobredita e o havião impossado por esta Escriptura e clausula constituida, podendo tomar ou mandar tomar posse de tudo ou particular ou judicial, como for de Seu Imperial agrado, que tudo havião firme e valiozo e se obrigão a fazer esta venda sempre bôa a todo o tempo por suas pessoas e bens na forma de Direito, que fazem esta venda de suas livres vontades e sem o menor constrangimento ; e havião por expressas todas as clausulas em Direito necessarias para que esta Escriptura seja em tudo firme e valiosa.

E logo pelo Excellentissimo João da Rocha Pinto me foi apresentado o Decreto Imperial do theor seguinte :

Hei por bem authorizar a João da Rocha Pinto,do Meu Conselho, Gentil-Homem da Minha Camara e Superintendente das Minhas Imperiaes Quintas e Fazendas, para no Meu Imperial nome e para dominio e propriedade Minha particular, poder comprar a José Vieira Affonso huma Fazenda denominada Corrego Secco que este possue no Alto da Serra da Estrella, em outro tempo chamada a

Serra do Mar, comprehendendo-se na mesma compra as plantações, cazas, officinas, servidões e adjacencias da referida fazenda.

E celebrará a mencionada compra e assignará a competente escriptura pelo preço e com as condições e clausulas que forem ajustadas e outorgadas ao prazimento commum por que para todo o referido o authorizo convenientemente.

O sobredito João da Rocha Pinto o tenha assim entendido e cumpra.

Palacio da Boa Vista em primeiro de Fevereiro de mil oitocentos e trinta.

Com a Rubrica de Sua Magestade Imperial.

E em virtude do presente Decreto disse o dito João da Rocha Pinto que na conformidade delle para Seu Augusto Amo e Senhor Dom Pedro Primeiro Imperador e Perpetuo Defensor do Brasil acceitava esta Escriptura com todas as clausulas n'ella expressadas.

E de que me apresentara o bilhete de Siza numero vinte e quatro que ficará registrado no Livro cincoenta e quatro a folhas duzentos verço.

E de como assim disserão de que dou fé, faço este Instrumento que me foi distribuido hontem.

E assignará a rogo da vendedora por não saber escrever o Padre Luiz Gonçalves Dias Corrêa. E sendo testemunhas o Excellentissimo Francisco Gomes da Silva e Thomaz Gonçalves Dias Goulão eu Manoel Marques Perdigão, Tabellião proprietario o escrevi: José Vieira Affonso. A rogo de dona Rita Maria de Jesus,Padre Luiz Gonçalves Dias Corrêa. João da Rocha Pinto. Francisco Gomes da Silva. Thomaz Gonçalves Dias Goulão». (*)

O Sargento mor José Vieira Afonso não era mais dono do Córrego Seco. Aumentou a sua propriedade na parte de Areal, Bemposta e vizinhança.

* Transcrito da cópia existente no Arquivo *J. D. Silveira*.

O snr. José Alves da Cruz Coutinho, antigo tabelião em Petrópolis e descendente do Sargento mor na quarta geração, a 6 de outubro de 1941, escreveu algumas notas elucidativas, sobre o seu célebre antepassado o qual

«adquiriu as terras do Cobiçado, comprou um latifúndio na região de Bemposta onde se estabeleceram seus filhos José, Joaquim e Luís bem como as filhas que foram casadas com os Vales.

Ali estão as fazendas S. Joaquim, São Roque, Conceição e Morro Grande.»

A Fazenda de S. Silvestre, primeira propriedade do Sargento mor nas proximidades do Areal, pela voz do povo, no correr do tempo, foi intitulada *Fazenda Velha.*

Os livros Paroquiais de S. José do Rio Preto mencionam frequentes vezes o nome do fazendeiro de S. Silvestre, de Santa Cruz e do Engenho de Santo Antônio. Á folha 194, no Livro de batismo,acha-se o termo em que ele, em 1841,concedeu liberdade a um filho duma escrava, termo este assinado por

José Vieira Afonso

João Caetano do Vale

José Vieira Afonso Júnior.

TRECHOS DO TESTAMENTO

DO SARGENTO MOR JOSÉ VIEIRA AFONSO ESCRITO PELO PRÓPRIO TESTADOR A 12 DE JUNHO DE 1839, APROVADO PELO TABELIÃO JOAQUIM MACEDO CASTRO A 14 DE JUNHO DE 1839.

Começa o documento com a invocação da SSma. Trindade declarando o testador o seguinte :

«Eu José Vieira Afonso,estando com saude e com o meu juizo perfeito... faço e ordeno este meu testamento...

Primeiramente encommendo a minha alma à SSma. Trindade..., e rogo à gloriosa Virgem Maria Snra. Nossa, Mãe de Deus e a todos os santos... os Anjos da minha guarda, ao Santo do meu nome queiram por mim interceder agora e quando a minha alma sair do mundo... protesto viver e morrer em sua fé católica.

Declaro que sou natural do Bispado do Rio de Janeiro, nascido na Freguesia de N. Snra. da Piedade de Inhomirim, batizado na capela de N. Snra. de Amor de Deus... filho legítimo de Manoel Vieira Afonso e de d. Catarina Josefa de Jesús, ambos falecidos.

(Observação: Não se achou o termo de batizado. Conclue-se de outras anotações que ele nasceu na Fazenda dos Vieiras no Sardoal pelos anos de 1770 a 1775.)

Nomeio testamenteiro em 1º lugar meu filho natural Domingos Vieira que a 40 anos está em minha companhia, em 2º lugar a meu filho legítimo José Vieira Afonso e em 3º lugar minha muito estimada mulher d. Rita Maria de Jesús.

Meu corpo será amortalhado com a minha farda porque sou cavaleiro da Ordem de Cristo, ou em caso de impossibilidade com o hábito da minha Ordem Terceira da Snra. do Monte do Carmo, da qual sou irmão professo, quero meu

enterro, sem pompa e se reze ofício de corpo presente... O dono da casa onde eu falecer repartirá 30$000 pelos pobres, serei sepultado no meu cemitério ao pé do Cruzeiro... serão rezadas 25 missas podendo ser de corpo presente.

Declaro que sou irmão da Irmandade do Divino Espírito Santo em Santa Rita, de N. Snra. da Conceição e do SSmo. Sacramento da Freguesia de N. Snra. da Piedade de Inhomirim, que se façam os sufrágios e mandem dizer as missas.

Deixo para azeite da lâmpada do SSmo. em Inhomirim 12$000, para o altar de N. Snra. da Conceição 8$000 rs., para ajuda duma lâmpada de prata para a freguesia de São José do Rio Preto 100$000, encomendo três capelas de missas pelas almas daqueles que trataram negócio comigo, 10 missas pelos meus escravos falecidos, 10 missas pelos seus parentes falecidos, 20 missas por alma de meu pai e de minha mãe.

Declaro que sou casado na forma da Igreja com d. Rita Maria de Jesús de quem temos os filhos seguintes: Fortunato José Vieira, José Vieira Afonso Júnior, Joaquim José Vieira, Luís e Francisco, Ana casada com Firmino Caetano do Vale, Polucena casada com o Tenente Francisco Caetano do Vale, Carolina, Carlota e Cândida; peço a dita minha mulher que, se eu fôr primeiro para a eternidade,não se torne a casar para não dar padrasto aos nossos filhos e haver em nossa casa desgostos e desordem; pode muito bem dar boa educação aos seus filhos principalmente às fêmeas, procurando arranjá-las, com maridos que tratem delas, e não as tratem mal, o que não deve obrar às cegas pois deixo com que as possa arranjar sem se afogar.

.. ..

Propriedades:

1) Declaro que possuo uma fazenda de cultura no território da freguesia de São José do Rio Preto que se compõe de meia légua de testada e uma de fundo, cuja testada princi-

cipia na beira do Rio Preto onde faz barra com o Piabanha e faz rumo com as terras da viuva do falecido José Pinto de Sousa e correm os fundos para o Córrego Sujo, partem para o Norte com terras da Bemposta e uma parte com Romeu de tal que comprou um quarto nos Portões ; da parte do Sul parte com terras do cônego José Luís de Freitas e para os fundos com terras do falecido Manoel Gonçalves ou seus herdeiros ;

2) mais meia légua em quadra que comprei ao M. Antônio Barroso Pereira cuja principia a sua testada onde morou a falecida Rosa Clemência e vai para o Norte com Bemposta e para o Nascente procurando o Córrego Sujo ;

3) mais um sítio que comprei à viúva Quitéria e seus herdeiros no lugar denominado «o Serro» defronte onde faz barra o Rio Preto e o Piabanha.

4) no mesmo logar uma ilha cercada de café e laranjeiras com uma casa pequena coberta de telhas e assoalhada onde se guarda o mesmo café ;

5) da parte de cá uma pequena engenhoca e quatro casas cobertas de telhas e duas canoas cujo terreno vai até onde no mesmo rio fecha um Serro de pedras e partem com terras de Antônio dos Santos Pires como declara o título que tenho do primeiro possuidor e de todas as terras que possuo se hão de achar escrituras e títulos por onde comprei ;

6) mais um guarto de terras que comprei a Antônio José Barbosa e França, unidas às minhas, desmembradas da fazenda de Bemposta ;

7) alem da fazenda denominada S. Silvestre do Rio Preto tambem umas casas térreas cobertas de telhas onde há um oratório de se celebrar missa com todas as alfaias precisas ;

8) declaro que fiz uma troca com o cônego José Luís de Freitas, é o terreno do Morro Grande que se compõe de 300 braças que foram compradas ao velho José Antônio de Frei-

tas, principiando a dita troca da cabeça da mesma pedra até chegar ao cume das terras da Santa Cruz e daí há de pegar-se da beira do Rio medindo-se 500 braças que pertenciam a Manoel Gonçalves Lima correndo a linha divisória meia légua Rio acima.

De todas as terras que possuo nada devo e de todas tenho documentos.

Declaro que se me deve para mais de 40:000$000 tanto de Minas como de Paraibuna para baixo, a maior parte por crédito em assentos que o meu testamenteiro cuidará com algum cuidado e boa diligência da cobrança para se não perderem como muitas que tenho por Minas que já as conto perdidas por não vexar a ninguem.

Declaro que o dinheiro que dei às minhas filhas casadas acha-se por clareza anotado nos maços dos créditos na minha gaveta da cômoda...

Declaro que meu testamenteiro e minha mulher e meus filhos bem sabem os escravos que deixo e os que há em casa como alguma prata, trastes de gado, éguas, bestas de sela e carga e tudo mais que me pertencer, tudo darão ao inventário para que ninguem fique prejudicado e espero que todos se unam da melhor forma, pois, que lhes deixo com que se possam tratar com decência e sem passarem por alguma necessidade conservando o que lhes vier a tocar a cada um, olhando para o futuro, pois tem presente em vida exemplo de alguns pais que teem falecido e deixado remédio para a vida dos seus e eles, em pouco tempo tudo deitam fóra para depois se verem cheios de misérias e em cuidados sem remédio.

Peço aos meus filhos que se lembrem do meu proceder e que tratem muita verdade para gozarem algum crédito entre os homens de bem cuidando em adquirir e não deitarem fóra aquilo que tanto me custou a adquirir para lhes deixar e peço a todos os meus filhos que se lembrem da minha alma

Declaro que deixo ao testamenteiro 400$000 pelo seu trabalho e quatro anos para executar minha última vontade. Peço as justiças de S. Maj Imperial de um e outro foro que façam dar a devida execução. — *José Vieira Afonso.*»

Aprovação: 14-6-1839.

Tabelião, Joaquim Macedo Castro, José Vieira Afonso, Marcelino Pacheco da Cunha, Carlos Frederico Dutra Rangel, Manoel de Sousa, Antônio José Maria, Narciso da Silva.

Termo: Aos 27 de janeiro de 1852, no cemitério da fazenda de S. Silvestre desta freguesia de São José do Rio Preto estando presentes os restos mortais do finado major José Vieira Afonso me foi apresentado este testamento que estava fechado... o qual abri para ver as determinações do testador...

O pároco João Gonçalves Dias Goulão.

Foi apresentado na Coletoria de Paraiba do Sul a 9 de fevereiro de 1852; no mesmo dia o testamenteiro Domingos José Vieira prestou juramento aceitando o cargo.

EDUCANDÁRIOS RELIGIOSOS DE PETRÓPOLIS

COLÉGIO N. SNRA. DE SION

A convite de d. Cecília de Morais e sua filha Condessa Monteiro de Barros, em fins de 1888, as primeiras irmãs da Congregação de N. Snra. de Sion chegaram ao Rio de Janeiro e a 6 de dezembro entraram em sua casa à rua Barão de Itapagipe posta a sua disposição pelas benfeitoras.

Começou logo uma época de provação. A febre amarela vitimou uma das irmãs em 22 de fevereiro de 1889 e imediatamente as outras mudaram-se para Petrópolis. Surgiu a idéia de abrir um colégio a funcionar de janeiro a junho em Petrópolis e nos meses seguintes no Rio de Janeiro, plano aprovado pelas benfeitoras e a Família Imperial.

Assim, à rua de Bragança n. 9, hoje rua 1º de Março n. 129 abriu-se o primeiro internato sionense com 30 alunas.

O Colégio no Rio de Janeiro começou a funcionar a 5 de junho tendo, no mesmo ano, 50 alunas internas.

A estação do verão as irmãs passaram-na em Petrópolis na chácara do Visconde de Ubá,da família Avelar Figueira de Melo onde entraram a 15 de janeiro de 1890 cuja propriedade adquiriram em 1905.

Foi em setembro de 1891 que a febre amarela e a morte pertubaram o andamento normal do Colégio na capital. Petrópolis, outra vez, tornou-se lugar de refúgio e de Paris veiu a ordem para que as Irmãs não voltassem mais à zona perigosa.

Na nossa cidade serrana abriram o Colégio no Palácio

Imperial a 30 de setembro de 1892 mudando-se para o moderno edifício, construído, especialmente em 3 de dezembro de 1907.

Merece menção de destaque o nome e a atividade da Superiora Madre Angelina de Sion a qual dirigiu por 30 anos os destinos da Congregação no Brasil desde 23 de junho de 1897 fundando os Colégios de Curitiba, São Paulo, Campanha e o Externato no Rio de Janeiro.

Na noite de Natal de 1927 essa superiora exemplar assistiu a santa missa pela última vez. Doença grave a prendeu na enfermaria e a 24 de janeiro de 1928 ao meio dia quando o som dos sinos convidavo a recitar — «Angelus Domini» Deus chamou a sua alma para o reino da eternidade.

O atual Colégio N. Snra. de Sion em Petrópolis abriga em geral anualmente 300 alunas internas e 120 externas e compreende todos os cursos de admissão e instrução secundária e os três cursos complementares.

De 1889 a 1936, nesse ambiente, receberam a sua formação espiritual 3.362 almas, sendo a soma da matrícula de todos os anos do prazo indicado mais de 18.000.

Em 1930 abriu-se, num edifício próprio, a Escola Gratuita com a matrícula de 150 alunas; instalou-se tambem um Orfanato que oferece lar, educação e instrução a 35 meninas

Desde 1915 no edifício petropolitano funciona o Noviciado da Congregação das Irmãs de N. Snra. de Sion, instituição esta que faz juz à boa esperança para o futuro.

COLÉGIO DE SANTA CATARINA

Este instituto de educação fundou-se em circunstâncias muito humildes a 16 de junho de 1897 sob a iniciativa de Frei Ciríaco Hielscher O. F. M., primeiro superior dos franciscanos em Petrópolis, e com o auxílio eficaz de Monsenhor Dr. João Batista Guidi, Auditor da Internunciatura.

Chegaram no dia indicado quatro irmãs da Congregação de Santa Catarina vindas da Casa Matriz de Braunsberg na Prússia-Oriental, onde, no ano de 1883, as Irmãs Fundadoras tinham recebido a autorização eclesiástica e feito os votos religiosos.

As missionárias encontraram em Petrópolis,à rua Monte Caseros, uma casa modesta com o mobiliário necessário e abriram logo a Escola Gratuita para meninas.

No mesmo ano adquiriram, por compra, duaa casas quasi vizinhas e quando, em dezembro, chegou a segunda leva de freiras em número de oito, instalaram na exígua propriedade o seu convento e a escola.

Com o correr do tempo ampliaram o seu terreno comprando dois prédios à beira da rua e uma área nos fundos.

A primeira construção dum prédio escolar realizou-se em 1888 quando, em quatro salas espaçosas, funcionava a Escola Gratuita, cuja matrícula, até o tempo presente, acusa anualmente 250 a 306 alunas.

Desde 1897 existia tambem uma aula de instrução preparatória para o curso secundário e um internato com número reduzido de alunas.

Novas construções concorreram para desenvolver este estabelecimento ; a capela atual foi inaugurada em setembro de 1922. O número de alunas internas e externas ia crescendo, o Curso Comercial, oficializado em 1930, atraíu novas pretendentes e o Ginásio de Santa Catarina abriu as suas portas a 12 de março de 1938.

A 12 de setembro de 1941 houve a solene entrada no vasto e moderno edifício de 5 andares, tendo o Colégio, nessa ocasião 94 alunas internas e 182 externas.

Na capela de Santa Catarina tem a sua sede a Liga de N. Snra. Auxiliadora fundada a 8 de setembro de 1901.

A Congregação das Filhas de Maria começou a existir a 21 de novembro de 1908 a qual apresenta agora ramificações

em Meio da Serra, Raiz da Serra e Pau Grande, havendo, no Colégio, secções filiais de alunas internas e externas, com o número total de 305.

A Escola Gratuita apresenta a soma de matrículas de 1897 a 1941 de 12.030 meninas e o Colégio, funcionando regularmente desde 1924, atesta a matrícula total de 2.484 alunas variando os números de cada ano entre 90 e 276.

Petrópolis é o berço da Congregação de Santa Catarina no Brasil. A primeira Superiora Irmã Eustáquia, chegada em dezembro de 1897, com espírito apostólico e caritativo encontrou novos campos de atividade para as suas subordinadas. A 24 de novembro de 1900 as Irmãs assumiram a direção do Hospital de Santa Teresa na nossa cidade.

Em Juiz de Fora fundaram a Escola Paroquial o Colégio de Santa Catarina e dedicaram-se ao tratamento de doentes na Santa Casa.

Na Capital Federal surgiu o Sanatório São José no Largo dos Leões ; na cidade de São Paulo abriram-se o Sanatório de Santa Catarina, o Externato de Santo Adalberto e a Escola Santa Catarina em Moóca.

A conselho do exmo. snr. bispo D. João Braga a Superiora dirigiu-se para Rio Grande do Sul onde, em Hamburgo Velho, fundou o Colégio Santa Catarina ; em segida, em casas diferentes no mesmo Estado Sulino fundaram-se mais 16 institutos de caridade sendo 7 hospitais, 7 colégios, 1 orfanato e 1 asilo de mendicidade.

Em 1939 a Congregação de Santa Catarina no Brasil contou 25 institutos e 265 irmãs.

OS CÔNEGOS PREMONSTRATENSES

Em fins de 1908 os Revmos. Cônegos de São Norberto assumiram a direção do Ginásio São Vicente transferindo-o para o antigo Palácio Imperial e a 1º de março de 1909 reabriram o Colégio com 134 alunos.

A comunidade religiosa se compõe de dez cônegos e seis irmãos sendo três dos Norbertinos que durante 33 anos, sem interrupção se dedicam ao magistério em Petrópolis; entre estes o muito digno diretor Cônego Guilherme Adriansen.

«Em sua longa e mui honrosa existência tem esse tradicional colégio preparado vantajosamente várias gerações de alunos, muitos dos quais ocupam postos de incontestavel prestígio nas mais elevadas esferas sociais e intelectuais do país.

Digno de nota é que recebe alunos de todos os Estados do Brasil, não faltando nem mesmo o Território do Acre...

E não é de estranhar pois encontram-se aí todas as condições de um Colégio-Sanatório no ambiente do clima tonificante da nossa urbs serrana...

Por constar da máxima regularidade no seu funcionamento durante os anos de inspeção prévia, foi concedida ao Colégio, por decreto federal n. 21.475 de 6 de junho de 1932, inspeção permanente, com as prerrogativas dos Equiparados.

À beira da Estrada Rio-Petrópolis, num ponto onde se lhes proporcionam deslumbrantes vistas panorâmicas sobre a Capital Federal e baía de Guanabara, o Colégio possue extensa e pitoresca propriedade destinada ao excelente recreio de alunos.

Imponentíssimas solenidades realizaram-se no dia 5 de novembro de 1933, celebrando as bodas de prata de funcionamento do Colégio S. Vicente no antigo Palácio do Imperador.»

Achava-se o estimado instituto numa marcha futurosa quando, em 1939, surgiu o plano de transformar o tradicional edifício em Museu Imperial, idéia que com o apoio das autoridades se concretizou.

No ano de 1940 funcionou somente o externato nas de-

pedências daquele prédio e no novo terreno, à rua Coronel Veiga, com o máximo zelo, executou-se a construção do espaçoso e modernissimo prédio.

Uma parte do mesmo abrigou, desde março de 1941, as aulas do ginásio e o convento provisório da comunidade religiosa. E no ano atual o internato e externato funcionam normalmente com o total de 175 alunos.

Continuam as obras de construção e a 13 de agosto solenemente lançou-se a pedra fundamental da vasta capela a qual, é certo, será, no futuro, um centro de piedade para os educandos e o numeroso povo residente na vasta vizinhança.

A pequena distância, à margem da rua Coronel Veiga, existe, num aprazivel outeiro, a capela de Santa Teresinha com convento de Irmãs. Diariamente os Revmos. Cônegos celebram nele a santa missa e aos domingos instruem o rebanho e fieis que lá se congrega.

Encontram-se os Premonstratenses na Catedral de Petrópolis e na capela do Rosário cuidando de cura d'almas. A sua antiga capela ao lado do Palácio, otimamente colocada, era a igrejinha predileta para muitos bons católicos os quais conservarão vivas saudades.

OS PADRES LAZARISTAS

Dizia, em bem feito trabalho, o Revmo. Pe. *Antônio Mourão*, C. M., diretor do Seminário Interno da Missão no Brasil :

«Em 33 de junho deste ano de 1940, comemorou a casa dos padres lazaristas, em Petrópolis, seu cinquentenário. Já tem, pois, história. História simples e humilde, com uns capítulos conhecidos dos homens, e outros — os mais belos — só escritos no livro de Deus. Viveu dias silenciosos de residência de quatro sacerdotes seculares, os Padres Paivas, e dias de vida intensa. Daquí partiram missionários que evangelizaram o Estado do Rio, pelos anos de 1900. Aqui rece-

beram e dirigiram, por vezes, o clero secular diocesano, que vinha retemperar, em Exercícios Espirituais, as energias da alma. Encarregaram-se, interinamente, da paróquia de Petrópolis, das capelas de Cascatinha, Itaipava, etc... Ocuparam-se de várias capelanias das Irmãs de Caridade, das Religiosas de Sion, de Nosso Senhora de Lourdes.

Mas três foram as obras principais: o Colégio, a Escola Apostólica, o Seminário Interno e Escolasticado».

A propósito do primeiro, escreveu um periódico:

«O COLÉGIO SÃO VICENTE DE PAULO
1891 — 1908

Uma das intenções secundárias do visitador lazarista, Pe. Bartolomeu Sipolis, ao comprar a casa dos Padres Paivas, era abrir uma escola externa, como meio de recrutar alunos para o «Colégio Apostólico do Caraça». Em 1881, funcionava o Externato, e, pouco depois, o Internato. Prosperou o Colégio. Famílias dos alunos e autoridades eclesiásticas insistiram com o Pe. Visitador para que ampliasse o colégio, que tanto poderia contribuir para a formação religiosa da juventude, Pensou-se, então, em prédio amplo, confortavel, bem adaptado ao fim visado. Em 1896, principiaram os trabalhos e terminaram em 1897. Nesse mesmo ano, nas três quartas partes de edifício, abriu-se o «Colégio São Vicente de Paulo», com a matrícula de 164 alunos. Cultivando, aprimoradamente, a inteligência pelo estudo, e formando cristãmente o coração pela virtude, deram os mestres à Pátria brasileira homens eminentes em vários setores da vida social.

Reconhecendo-o, embora, em franca prosperidade, resolveu o Pe. Visitador, Pedro Dehaene, extinguir o colégio, em 1908; quiz, em um mesmo edifício, o Seminário-Interno, separado de qualquer ootra obra.

Os Revmos. Cônegos Premonstratenses continuaram

aqui em Petrópolis, e com o mesmo nome, no Palácio de D. Pedro II, o «Colégio São Vicente de Paulo», que Deus faça prosperar *ad multos anos*».

A respeito da Escola Apostólica, podem ser citadas as seguintes palavras, extraidas da mesma publicação:

«A ESCOLA APOSTÓLICA SÃO VICENTE DE PAULO

1895 — 1909

Em sua circular aos Visitadores, a 1º de março de 1880, o Superior Geral, Pe. Antônio Fiat, recomendava-lhes a fundacão do Seminário-Interno e de Escolas Apostólicas. A primeira, no Brasil, abriu-se, no Colégio do Caraça, Estado de Minas, em 1885, durante o superiorato do Pe. Luís Gonzaga Boavida. Existiu até 1895. Seus últimos alunos — nove — constituiram os fundamentos da Escola Apostólica São Vicente de Paulo, em Petrópolis. Aquí os recebeu, carinhosamente, e os dirigiu o Pe. Isidoro Monteiro, de setembro de 1895 a julho de 1896. Dessa data até 1909, ano da transferência para o Caraça, teve Diretor próprio, que foi o Pe Carlos Calleri».

Sobre o SEMINÁRIO-INTERNO E ESCOLASTICADO, diz outra revista:

«Adquirido o prédio em 1890, restava adaptá-lo ao novo fim. Haviam começado os trabalhos, quando chegaram de Paris os padres Isidoro Monteiro e Fernando Monteiro, nomeados, respetivamentc, diretor e sub-diretor do Seminário-Interno, instalado em Petrópolis, em maio de 1890. A 15 de junho, chegaram do Caraça os 5 primeiros candidatos. Após um pequeno retiro espiritual, foram recebidos no seminário,a 23 de junho, para que pudessem fazer os votos a 24, festa de S. João Batista.

Estava, pois, fundado o Seminário-Interno.

Regressando da Assembléia geral de agosto de 1890, trouxe o Pe. Bartolomeu Sípolis uma colônia de lazaristas franceses: 2 sacerdotes, Eugênio Tournier e João Maria Luís Dumolard; 1 subdiácono, Marcel Lélez; 3 estudantes de filosofia, 2 seminaristas, 1 irmão coadjutor. Chegaram a Petrópolis, a 7 de outubro, «onde — diz um dos peregrinos — fomos recebidos por todos, de braços abertos». A 21 de outubro, organizaram-se as aulas.

A Congregação da Missão tinha, pois, em Petrópolis, sua casa de formação, constando do Seminário-Interno e do Escolasticado.

Podemos reconstituir o pessoal da casa, em 1890:

Superior — era o Padre Visitador, Bartolomeu Sípolis, residindo no Rio.

Padre Eugênio Tournier — Assistente e Professor de Moral, Dogma e Escritura Sagrada.

Padre Isidoro Monteiro — Diretor do Seminário Interno, Professor de Eloquência Sagrada e Direito Canônico.

Padre Fernando Monteiro — Subdiretor do Seminário Interno, Professor de História Eclesiástica e Filosofia.

Quatro Estudantes, sete Seminaristas, um Irmão Coadjutor.

Dos primeiros sacerdotes, nenhum vive. Dos primeiros Estudantes, ainda trabalha ativamente, agora, em Recife, o Pe. Vicente Péroneille.

Das primeiros Seminaristas, existem dois, um, apostólo nas fileiras lazaristas, Pe João Anesi, outro, apóstolo no século, o piedoso vicentino, Dr. José Falci.

Outras obras vieram ajuntar-se a estas duas principais. O Colégio, em 1891; a Escola Apostólica, em 1895; as Missões, tambem por esses anos.

Senão quando, vem duro golpe ferir nossa Casa de Petrópolis: extintos, em fins de junho de 1898, o Seminário Interno e o Escolasticado no Brasil. A 22 de julho, embarcam

para a França, levados pelo Pe. Simão Lumesi, os oitos Estudantes Lazaristas e seis Seminaristas. Era então Visitador da Província o Pe. Júlio José Clavelin e Diretor do Seminário o Pe. Henrique Combe.

Mas, felizmente, foi curta a provação. Em maio de 1909, o Pe. Pedro Dehaene substituíu, na visitadoria, ao Pe. Júlio Clavelin. E, no fim do mesmo ano, reabriu o Seminário Interno. Às dez horas da manhã de 24 de dezembro, reunidos, na sala de oração, os Padres Pedro Dehaene, Visitador, Guilherme Vollet, Superior, e Manuel Vieira, João Camilo de Almeida, Carlos Calleri, Godofredo Mafra, Manuel Gonzalez, Francisco Silva.

Lá estavam tambem, jovens corações em festa, os primeiros membros da reabertura: Jerônimo de Castro, Inácio do Patrocínio, Francisco Bernardes de Sousa e Lafaiete de Pádua. O Pe. Visitador dá-lhes por diretor o Pe. Francisco Silva.

Abriu-se o Seminário Interno em 1890 com os primeiros alunos da Escola Apostólica do Caraça. Reabriu-se, em 1900, com os primeiros alunos da Escola Apostólica de Petrópolis.

Terminados os dois anos de noviciado, principiam, aquí mesmo, os estudos. De 1904 em diante, concluida a Filosofia aquí, iam cursar a Teologia em França.

Em 1909, passa o Seminário Interno a ocupar todo o segundo andar do prédio do Colégio extinto. E,no terceiro andar, construíram-se quartos para estudantes.

A vida, na casa de formação, vai correndo tal qual a viveram nossos antepassados. Por dois anos, a principal ou quasi exclusiva ocupação é moldarem-se as almas, segundo o grande S. Vicente, e pelos mesmos exercícios de sempre. A essa ocupação ajunta-se, em seguida, o trabalho intelectual, todo imbuido de piedade vicentina.

De 1922 em diante, começaram a fazer-se, aqui em Petrópolis, tambem os estudos teológicos. Terá assim o Revmo. Sr. Pe. Eugênio Pasquier, Visitador, o prazer de ver completar-se sob seus olhos paternais, a formação lazarista e sacerdotal de seus filhos. Em janeiro de 1922, apenas 5 estudantes e 6 seminaristas habitavam esse grande prédio. Mas Deus abençoou a obra de S. Vicente. Cresce o número dos recrutas e crescerá mais ainda, quando a Escola Apostólica de Iratí (Paraná), fundada em 1927, enviar seus primeiros frutos. Já não bastam as acomodações de outrora. Amplia-se o refeitório em 1928; e, em 1931, a sala de oração. Tambem em 1933 (23 de julho), nova e ampla capela, onde poderão desenrolar-se as cerimônias, em toda a sua majestade. Maiores salas de aulas. Novos quartos para os estudantes, no último andar do prédio. No Seminário Interno, os cubículos passaram de 10 a 27. Deus abençoou a obra de S. Vicente. Nesses 48 anos de existência, 279 membros aqui foram recebidos, 256 seminaristas-clérigos, sendo os restantes padres e irmãos coadjutores, A média de entrada anual pouco variou até 1932, é de quatro; mas de 1932 para cá subiu, consideravelmente, passou a ser de dez. Exceto alguns sacerdotes e clérigos seculares, todos os demais vieram das Escolas Apostólicas. Hoje 50 jovens habitam o Seminário S. Vicente de Paulo.

Deus abençoou esta casa que nós insistimos, cada dia, em declarar toda sua: «Esta casa é vossa, Senhor Deus, esta casa é vossa».

E aí estão alguns dados da história da querida casa de Petrópolis. História simples e humilde, com uns capítulos conhecidos dos homens e outros — os mais belos — só escritos no livro de Deus.»

BISPOS LAZARISTAS

Da grei vicentina de Petrópolis sairam missionários

para as vastas regiões do Brasil. A Santa Sé escolheu entre estes apóstolos chefes piedosos para dirigir dioceses:

D. Fernando Monteiro, bispo de Espírito Santo, D. Francisco Silva, bispo de Maranhão, D. Pio de Freitas, bispo de Joinville.

Ainda sobre o assunto, citamos o seguinte trecho:

«A VIDA DE HOJE

Se a natureza sorri, é bem aqui a terra dos sorrisos. Desde o esbanjamento de hortênsias e flores, até estas matas imponentes, escorrendo verdura por estas montanhas afora, onde as casas branquinhas e bonitinhas grimpam graciosamente, Petrópolis é uma paisagem única nesta Serra da Estrela, famosa pela amenidade de seu clima, terra de veraneio para os que não suportam o calor martirizante do Rio. Clima bom, satisfatório sossego, Petrópolis é um centro de instrução mui procurado; pululam os colégios para moças e rapazes, 9 pelo menos, sem falar das numerosíssimas ordens religiosas que aqui teem suas casas, algumas até seu escolasticado.

Vem na onda o Seminário S. Vicente. Não há quem o desconheça. Nome que por si só, é um endereço completo e seguro. Outras penas, outros estilos lhe narraram a fundação e o progresso até certo tempo. Basta agora fazer a história moderna, dos tempos contemporâneos. Coisa aliás dificil e delicada, que exige intervalos mais longos. A história lucra em andar um tanto atrasada...

Mas não se pode negar, o Seminário vai progredindo cada vez mais. Cresce o número dos estudantes e seminaristas. Aparecem melhoramentos e remodelações, correspondendo ao aumento do pessoal. Tornou-se necessária uma capela maior. A antiga capelinha, tão modesta e graciosa, já andava bem acanhada. Conservaram-lhe o santuário, relicário das saudades e sacrifícios das gerações passadas,onde

os de ordens maiores vão ainda salmodiar a Deus os louvores quotidianos do ofício divino. E surgiu, toda branca, cor que devem ter as almas, uma capela bem mais vasta, chegando não só para os de casa, mas até recolhendo, em maior número, as pessoas piedosas que aquí veem cumprir seus deveres religiosos. A nova capela é, ao que parece, a maior transformação da casa, nos tempos modernos.

E ela agora tão engraçadinha, com o seu novo e lindo altar-mor de mármore, sagrado solenemente, em 19 de junho último, por S. Excia, Revma. D. José Pereira Alves, mui digno bispo diocesano. Faz gosto vê-la e contá-la entre as mais lindas igrejas de Petrópolis.

Sem dúvida o Seminário de S. Vicente é a pupila da Província. A casa de maior responsabilidade entre as muitas que temos no Brasil. Petrópolis é o campo de concentração, donde partem os socorros aos heróis que se batem na brecha e vão tombando aos estragos da vida e, sobretudo, dos trabalhos, de muito trabalho para um número reduzido de obreiros.

Atualmente, contamos em Petrópolis 35 estudantes e 12 seminaristas. Dão-lhes a devida formação intelectual e sacerdotal, sob a direção do sr. Pe. Francisco Godinho, Superior, mestres dedicados, que se encarregam tambem das duas capelanias das Irmãs de Caridade. Dois irmãos coadjutores e dois coadjutores seminaristas e um postulante vão, em seu serviço de Marta, colaborando ativamente para o bom andamento da comunidade.

Os estudantes, sempre na sua ânsia juvenil de trabalhos e apostolados, não perdem ocasião de dedicar ao bem das almas os tempinhos livres que lhes deixam os estudos. É de ver o Centro Filatélico, como progride à custa de pedacinhos de recreios entre aqueles montes de selos por despregar, por separar, à espera de tanto serviço!... É de ver o catecis-

mo, introduzido, há pouco mais de um ano, em nossa capela. Recreios de menos... pouco importa! A obra é digna de dedicação. E a nossa capela já tomou nova tonalidade».

COLÉGIO SANTA ISABEL

A Revista «São Vicente» publicou, em junho de 1940:

«COLÉGIO SANTA ISABEL, DE PETRÓPOLIS

Este Estabelecimento de Educação, fundado em 1870 por Monsenhor Barcelar e o Comendador Fernandes de Castro de Abreu Magalhães, teve como primitiva origem a *Associação Religiosa e Caritativa Santa Isabel* (nome que recebeu em honra da Princesa Isabel), tendo como fim principal a educação de meninas externas pobres, sem, todavia, rejeitar alunas contribuintes para os cursos de línguas e artes, tal como: piano, violino, pintura, português, inglês, francês e alemão.

A pedido dos habitantes da cidade, abriu-se em 1877, o colégio propriamedte dito, para alunas internas, externas, e semi-internas, assim como um orfanato para filhas de viuvas pobres e um externato para os meninos. Para dar mais amplitude ao externato foi construido um prédio próprio, com entrada independente do colégio.

Em 1880 foi fundada a *Associação das Filhas de Maria Imaculada*, onde se teem formado milhares de moças, tendo muitas se consagrado ao estado religioso, outras abraçado a vida de mães de família e muitas se dedicado a grande e edificante apostolado.

Em 5 de Abril de 1903 foi o colégio equiparado à escola normal oficial, para a formação de professoras.

Desde o seu início até a presente data o Colégio Santa Isabel já educou:

Alunas Internas	9.835
Alunas Externas.....	139.932
Alunos Externos	1.930
Órfãs	3.885
Professoras Normalistas.....	745
Total.....	156.356

Em 1909 foi fundada a *Associação das Damas de Caridade* de S. Vicente de Paulo para socorrer os pobres doentes em seus domicílios. Esta plêiade de Senhoras da nossa mais fina sociedade, tem, desde essa data, coberto a pobreza sofredora de Petrópolis, com o manto da sua caridade fina e delicada, que só corações de escol sabem derramar discretamente nas chanas ocultas e muitas vezes envergonhadas. A Presidente Fundadora foi a saudosa D. Clara da Luz Galliez, e a atual é a bondosa D. Isabel Aguiar de Sousa, auxiliada pela sua mui dedicada Vice-Presidente, D. Cecília Chaves Amarante, e operosa secretária D. Mercedes Geoffroy da Silva. Esta Associação, que conta hoje 114 membros, sendo 94 Senhoras honorárias. 12 Senhoras Visitantes e 8 Senhoras Cooperadoras, vem prestando relevantes serviços à pobreza de Petrópolis.

Em 1910, fundou-se o *Dispensário Santa Isabel* para o socorro dos pobres em geral, o qual conta atualmente, matriculadas, 65 famílias, num total de 325 pessoas, que recebem mantimentos e remédios semanalmente e roupa uma vez por ano. Alguns recebem tambem a moradia. Estão trabalhando para construir a Vila de S. Vicente para residência dos pobres.

Em 1925 fundou-se ainda no *Santa Isabel*, o gracioso ramo caritativo das obras do grande Vicente de Paulo: As «Luisinhas de Marillac», que já conta 35 membros para a vi-

sita de 16 velhinhas. Esta Associação é composta de mocinhas que vão, duas a duas, visitar as suas Vovózinhas e levar-lhes um sorriso gentil e boníssimo que tão francamente desabrocha nos lábios da juventude, faz reviver no coração deste ente alquebrado e triste, um passado sorridente que se foi e não mais volta! Seu espírito parece remoçar no contato desses anjos que veem substituir-lhes um carinho que o mundo lhes nega.

Em 1939, foi o Colégio Santa Isabel equiparado conservando o curso normal e o primário. No Curso Ginasial há atualmente 62 alunas».

OUTRAS NOTÍCIAS

O vigário Pe. Nicolau Germain chamou as irmãs para Petrópolis afim de instruir e educar a infância pobre e conduzi-la, à primeira santa comunhão, pois ainda,na paróquia não existia o costume de solenizar este ato comovente.

Chegaram à nossa região serrana as irmãs Moret e Francisca hospedando-se em casa do snr Carlos Valais.

A Viscondessa de Rio Novo, moradora em Paraiba do Sul com casa em Petrópolis, resolveu emprestar a própria residência às Irmãs no terreno do atual Colégio Santa Isabel.

A visitadora enviou novas Irmãs entre elas a Irmã Fagaldi, primeira superiora.

Por questão de herança tinha de ser vendida a casa e terras da Viscondessa. Entraram os Revmos. P. P Paiva como primeiros benfeitores. Tambem o Revmo. Monsenhor Bacelar e seu irmão Comendador Fernando de Castro Abreu Magalhães auxillaram eficazmente as Irmãs emprestando soma avultada sem juros e prazo fixo; assim as Irmãs alcançaram a propriedade.

Realizaram-se então, em épocas diferentes as grandes construções e Colégio e Orfanato começaram a funcionar.

Em 1881 eram 13 as asiladas. Após as aulas Irmãs e turmas de meninas coadjuvavam os operários trabalhando como serventes.

Nesse período de cuidados e pobreza almas benfazejas enviavam legumes ou víveres em dias certos da semanae alunas pobres traziam a sua espórtula em forma de óvos, frutas etc.

O edifício maior que existe atualmente foi inaugurado no ano de 1890.

ASILO DE N. SNRA. DO AMPARO (*)

O PADRE JOÃO FRANCISCO DE SIQUEIRA

Este zeloso servo de Deus nasceu em Jacareí, Estado de São Paulo, em 16 de julho de 1837, recebeu as ordens sacras a 8 de dezembro de 1864, passou um ano como coadjutor da Freguesia de Mogí das Cruzes, e, não lhe sofrendo o ânimo de brasileiro, descendente de bandeirantes, os chamamentos da Pátria, então empenhada em guerra com o Paraguai, ingressou no 7º Batalhão de Voluntários da Pátria, como capelão, procurando, de tal forma, servir a Deus e ao Brasil com a sua fé e o seu civismo.

A sua congênita debilidade, que era uma antítese da sua fortaleza d'alma e perseverança, não lhe permitiu longos serviços ao exército, preso, como logo se viu, da enfermidade que lhe contava os dias. Enfraquecido, deixou as charnecas e as tendas guerreiras e veiu para os salubres campos de sua terra onde se lhe refizeram as forças físicas, numa enganosa convalencença.

Três anos depois, empreendeu o Pe. Siqueira a grande e sublime obra de sua vida: a criação de um instituto, onde fosse possivel educar meninas desvalidas de proteção e am-

(*) Dados fornecidos pela Irmã Estefânia.

paro, que pudessem, no futuro, viver honestamente do seu trabalho, quer como boas mães de família, quer como empregadas domésticas, quer como representantes do magistério, conforme as suas inclinações e aptidões naturais.

Queria, em suma, o Pe. Siqueira, há mais de meio século, criar no Brasil o ensino doméstico e profissional, que é ainda uma falha do nosso sistema pedagógico, mas que subsiste, para imortalidade do seu nome na *Escola do Amparo de Petrópolis,* em que, ulteriormente, se converteu a primitiva Escola Doméstica de N. Snra. do Amparo, instalada aqui mesmo, em 22 de janeiro de 1871, pelo seu fervor, esforço e diligência, perante S. M. Imperial e o Internúncio Apostólico, Monsenhor Miguel Ferrani, que, então, lhe vieram trazer aplausos, estímulos, solidariedade, com as suas angustas presenças.

Nasceu, assim, do sábio descortino, dos pios sentimentos, da atilada pedagogia, da fervorosa tenacidade, a Escola Doméstica e Asilo N. Snra. do Amparo.

Não poude, porem, consagrar-se o Padre Siqueira. por muitos anos, a direta gestão deste estabelecimento, que foi a luz dos seus olhos, o enlevo da sua vida.

Quando tudo lhe sorria, vendo desdobrar-se a sua obra, abençoada de Deus e incompreendida dos homens, sentiu agravaram-se os seus males.

Dando um último adeus à sua cara Petrópolis onde espalhou a semente cujos frutos destinava a lançar pelo Brasil inteiro, recolhe-se a S. José dos Campos em S. Paulo.

A 10 de abril de 1881 veiu e falecer deixando no seu testamento as mais instantes recomendações no sentido de se levar por diante o novo Instituto.

ANEXO:

TESTAMENTO DO PADRE JOÃO FRANCISCO DE SIQUEIRA ANDRADE

«Em nome da Santíssima Trindade,eu João Francisco de Siqueira Andrade, presbítero secular da Igreja Católica Apostólica Romana, natural da cidade de Jacareí, na província de S. Paulo, filho legítimo de Miguel Nunes de Siqueira e de Claudina Maria de Andrade, ambos já falecidos, e morador atualmente nesta cidade de Petrópolis, província do Rio de Janeiro, sentindo agravarem-se os meus sofrimentos, estando, porem, em meu perfeito juizo, resolvi fazer este meu testamento. Não possuo bens de fortuna e nem tão pouco tenho herdeiros necessários, aos quais os devesse legar.

As minhas disposições testamentárias referem-se exclusivamente ao estabelecimento de minha instituição, a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, por mim fundada e dirigida nesta cidade de Petrópolis, cujo programa publicado em quinze de julho de mil oitocentos e sessenta e oito, reduzido a Estatutos em primeiro de setembro de mil oitocentos e setenta, os quais foram ainda reimpressos em mil oitocentos e setenta e cinco, desejo e espero que se cumpra fielmente, cujo resumo consiste no seguinte:

Primeiro. — Não admitir-se na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, senão meninas exclusivamente pobres e expostas ao desamparo e à miséria, as quais deverão ser educadas na religião e no trabalho, destinando-se umas para criadas de servir e outras, as inteligentes, para professoras, ministrando-se então a estas uma maior cultura, e em geral para boas mães de família, podendo permanecer na casa, por sua livre e espontânea vontade, e, aquelas que qui-

zerem, na qualidade de professoras ou de criadas. Não serão consideradas, jamais, nesta classe de meninas pobres e desvalidas as ingênuas ou libertas.

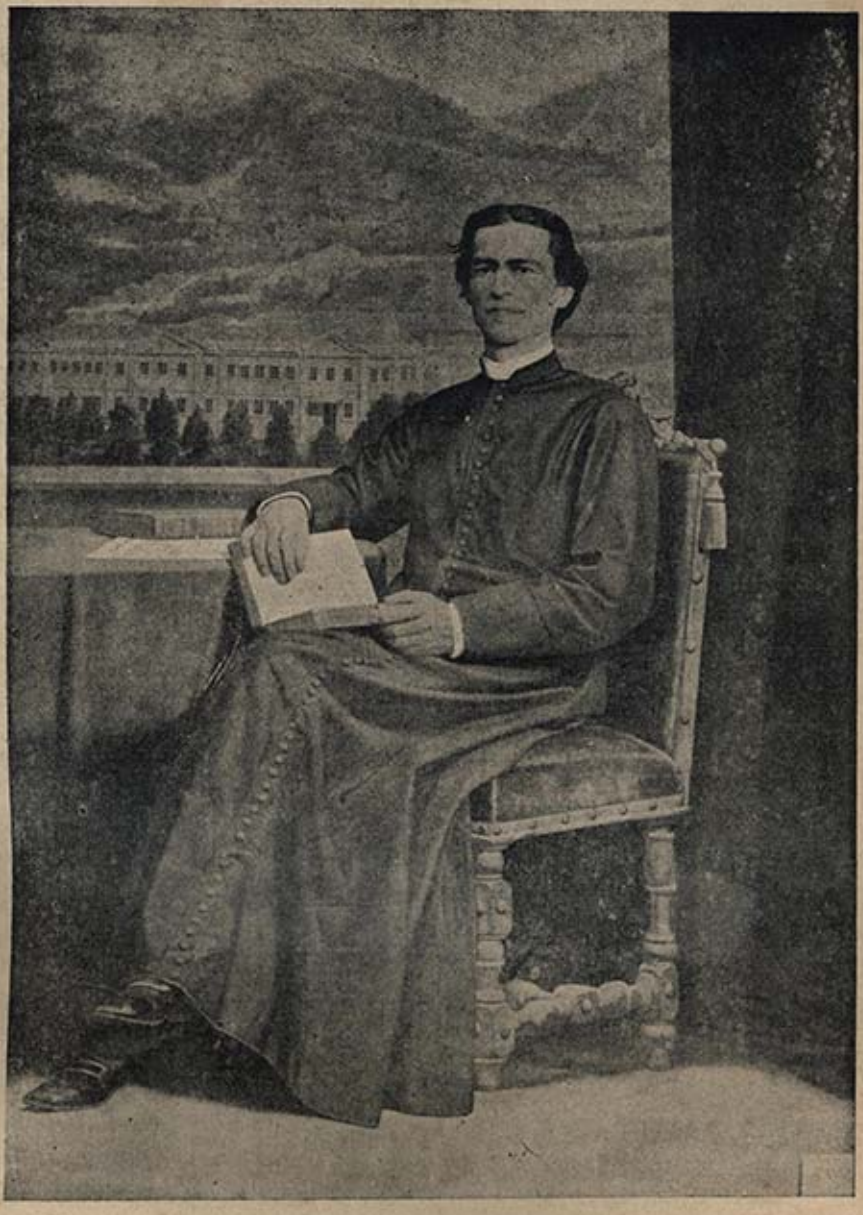
Segundo. — Em ser o seu pessoal docente nacional, tirado de preferência de entre as educandas da própria casa, não devendo-se por isto excluir os bons serviços de qualquer outra senhora, qualquer que seja a sua nacionalidade, desde que seja digna por suas virtudes e educação, e espontaneamente queira ligar-se a esta pia instituição.

Terceiro. — Que este pessoal docente, uma vez organizado, tome o título de Congregação de Nossa Senhora do Amparo, e que para sua boa ordem e direção tome a regra da Terceira Ordem de S. Francisco da Penitência, regra esta aprovada pela Igreja e adotada já no Brasil, constituindo-se assim uma Congregação completamente livre, de modo que qualquer das congregadas possa escolher o estado que melhor lhe parecer conveniente na sociedade em qualquer época da vida.

Quarto. — Se acontecer eu falecer antes que tenha organizado esta instituição, fica encarregado dessa missão o meu prezado irmão o Cônego José Bento de Andrade, que se acha instruído de todos os meus desejos e sentimentos, e com o mesmo ânimo que eu.

Quinto. — Delego a este meu prezado irmão, a quem dou por abonado em juizo, todos os meus direitos enquanto ele viver, afim de que ele possa completar esta obra da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, tal qual temos estudado e convencionado durante nossa vida.

Sexto. — Só por sua morte ou se por ventura, por qualquer outra circunstância ele seja forçado a deixar esta instituição, ficará então a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo sob a direção, inspeção, cuidados e zelo apostólicos perpétuos do Exmo. Prelado Diocesano. O mesmo meu pre-



O Padre João Francisco de Siqueira Andrade — O *Padre Siqueira* — num óleo de Canizares, conservado no Asilo do Amparo.

zado irmão José Bento de Andrade, alem da direção espiritual do casa da qual está encarregado, deverá dirigir e admistrar todos os mais negócios relativos a esta pia instituição, como, por exemplo, receber por si ou por seus procuradores os rendimentos todos do patrimônio da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo ; e por sua falta e daí por diante o Exmo. Prelado Diocesano, até que se organize, se ainda não estiver organizado, o pessoal docente da casa, porque neste caso a Diretoria do estabelecimento é a competente para passar essas procurações e gerir os negócios da casa, precedendo consulta e acordo com o Diocesano, bem como na qualidade de Diretora de uma casa de educação e instrução dar todas as informações que por leis forem exigidas pelo governo geral ou provincial.

Sétimo. — Como é sabido, a Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo é uma instituição fundada com esmolas por mim obtidas de particulares que, livre e espontaneamente confiavam-me as suas espórtulas sem condição alguma, e acham-se em terrenos próprios, como se poderá ver de suas escrituras; se entretanto aparecer algum documento que mostre pertencer-me qualquer terreno ou objeto qualquer, sem outras declarações passará imediatamente a pertencer ao patrimônio da mesma Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo. Embora estas esmolas fossem recebidas na forma acima, todavia eu me comprometi em consciência para com todos estes benfeitores a dispor o seguinte em seu favor: Que se por algum acontecimento extraordinário, em qualquer época futura, este estabelecimento deixar de ser ocupado por meninas desvalidas, conforme o programa que acabo de apresentar, e se tivesse então de dar um outro destino ao prédio, terrenos e patrimônio, os seus descendentes seriam os legítimos herdeiros deste prédio, terrenos e patrimônio, excetuando apenas os legados que nesta hipotese já tenham outro destino declarado por escritura pública.

E é para que se cumpra esta disposição que os nomes de tão dignos benfeitores ficam impressos em vários relatórios e registrados em um livro próprio que será cuidadosamente conservado. Possue esta instituição um patrimônio de oitenta e uma apólices gerais do Estado de um conto de réis cada uma, sendo setenta e quatro legadas pelo insigne benfeitor, o Sr. Vicente Ubelhart, em seu testamento. Alem disso conta com mais de cem apólices gerais de um conto cada uma, que por sua morte legou o caridoso benfeitor Comendador José de Sousa Breves, pendente apenas do cavalheirismo do seu digno irmão e testamenteiro o Comendador Joaquim José de Sousa Breves, o cumprimento dessa disposição testamentária, afim de que se aumente a soma do benefício em favor da orfandade exposta ao desamparo.

Oitavo. — As disposições acimas exaradas constituem a base do programa que, à face de Deus, me comprometi a executar, em virtude de cuja promessa, conforme eu expunha aos caridosos benfeitores, obtive proteção e auxílio para a sua execução. A minha livraria que consta de mais de mil volumes de boas obras, pertencerá tambem ao patrimônio da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo; devendo, porem, ser conservada em casa de residência do capelão para uso deste. Assim, pois, em nome de Deus, — imploro do governo de Sua Majestade o Imperador, não só de fazer cumprir fielmente as disposições deste meu testamento,como de proteger uma instituição como esta que promete benefícios de que tanto precisa a nossa sociedade. Agradeço a todos os fieis que com tanta generosidade cooperaram com o óbolo de sua caridade para a fundação desta pia instituição.

Não posso deixar de lembrar aqui a importante firma social dos Snrs. Gracie Ferreira & C., que muitos serviços já tem prestado a esta casa, e de cujos cavalheiros espero a continuação de seu apoio em favor de meu sucessor. As po-

bres órfãs agradecidas não cessarão de erguer suas preces até o trono de Deus das misericórdias em favor de tão caridosos benfeitores.

Outrossim, peço-lhe em nome do mesmo Deus e Senhor de todos os bens, que não se deixem guiar pela falsa idéia de que com a morte do instituidor de uma boa obra, morre tambem a instituição : não, isto é falso e falta de fé. Deve acontecer o contrário, se antes a instituição precisava de concurso e proteção de todas as almas generosas, desta data em diante precisa muito mais.

Peço, pois, de novo aos meus amigos e dedicados benfeitores que a minha morte seja um motivo para que redobrem de esforços e dedicação em favor desta humanitária e santa empreza. Tenho alguns compromissos pecuniários para com alguns distintos e respeitaveis cavalheiros ; é meu plano firme satisfazê-los logo que tenha concluido nosso pio estabelecimento. Se, porem, acontecer que eu morra sem os ter satisfeito, dificultando-se assim ao meu sucessor o dar conta prontamente de tais compromissos, em nome de Nosso Senhor Jesús Cristo rogo àqueles de meu caridosos amigos que puderem, cedam em favor desta humanitária instituição a importância que lhe sou devedor, cuja esmola será um verdadeiro empréstimo feito a Deus ; conto, porem, com a caridade daqueles que, não os podendo ceder estas quantias ao estabelecimento, para com meu sucessor e testamenteiro, afim de que ele lhes vá satisfazendo pouco a pouco.

Peço à Snra. diretora da casa e a todas as mestras que se unam conforme os conselhos do Evangelho, de modo que por meio de uma harmonia verdadeiramente fraternal possam, guiadas pelo amôr de Deus e do próximo, levar a cabo a obra já começada.

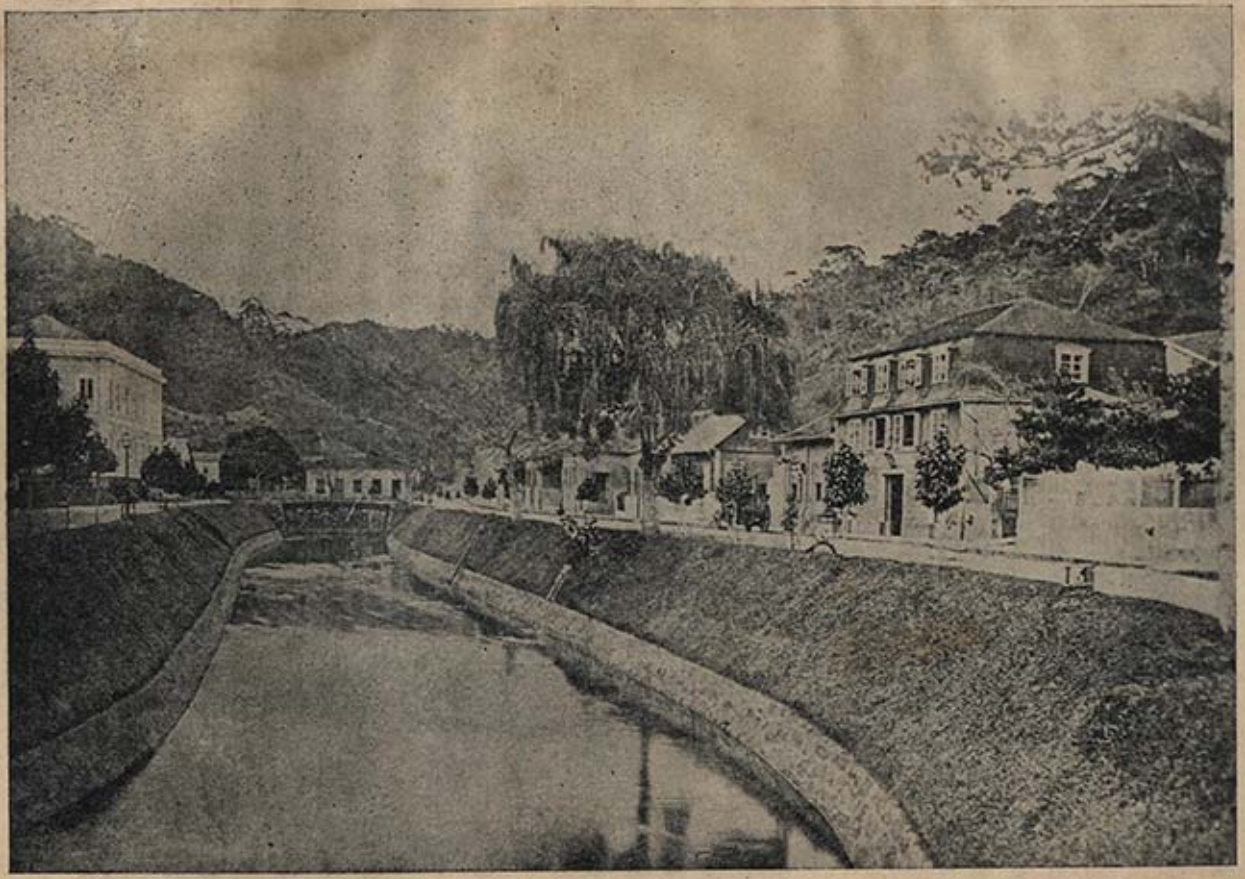
Espero de meu particular amigo e colega Padre José Benedito Moreira, que com a maior dedicação tem prestado

a mim e a esta instituição tão bons serviços, que continue a auxiliar o meu sucessor com essa caridade e abnegação com que até hoje tem feito no desenvolvimento desta pia instituição, cujo pedido dirijo tambem ao respeitavel e digno clero de Petrópolis, que muito pode e seus amigos; conto, pois, com a sua coadjuvação junto de meu sucessor, afim de que se conclua uma obra que considero de Deus.

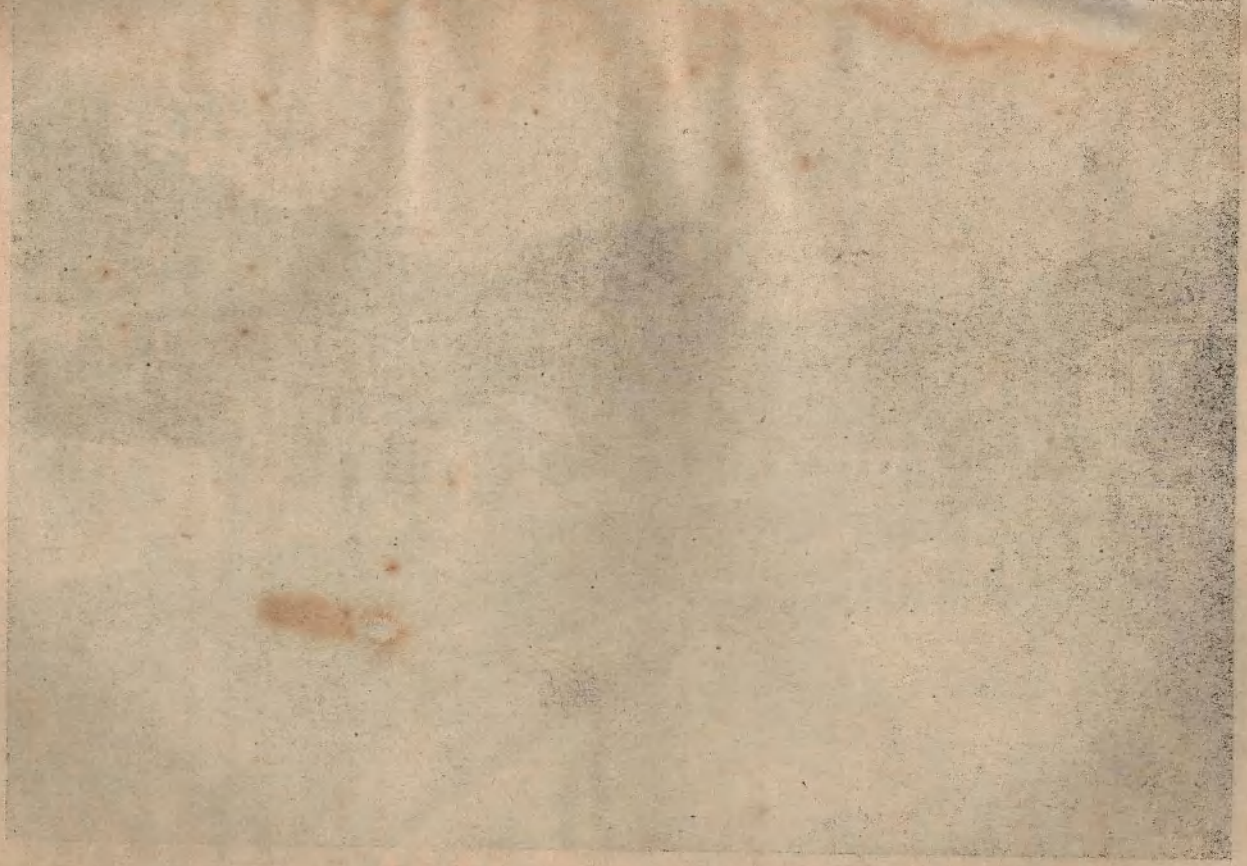
Nomeio e constituo meu testamenteiro e sucessor o mesmo meu prezado irmão o Cônego José Bento de Andrade, e protetores e advogados desta instituição os Exmos. Snrs. Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, Senador Cândido Mendes de Almeida, Dr. Antônio Ferreira Viana e Conselheiro José Agostinho Moreira Guimarães, aos quais peço em nome de Deus queiram aceitar esta comissão e ajudar a consolidar esta casa.

Apelo igualmente para os caridosos corações de Sua Majestade o Imperador e de Sua Majestade a Imperatriz, e de Sua Alteza a Augusta Princesa Imperial, a continuação de sua alta e valiosa proteção. Humildemente prostado suplico da Santa Sé Apostólica Romana todas as bênçãos e graças de que precisa uma instituição desta ordem, afim de que possa prestar à religião e humanidade os benefícios correspondentes a seu fim. Peço afinal perdão a todos aqueles que por ventura tenham recebido de mim alguma ofensa, e pela minha parte nada tenho a perdoar, pois que de todos só hei recebido benefícios e inúmeros favores; e se algumas privações e contrariedades sofri, as recebi sempre como benefício do céo.

Ao meu prezado irmão e primeiro testamenteiro peço a esmola de dar a meu corpo, se eu morrer em Petrópolis, uma humilde sepultura, e aos sufrágios por minha alma à sua vontade. Rógo a todas as filhas da casa que me recomendem a Deus, a Maria Santíssima e a S. José, nosso universal padroeiro. Concluindo este meu testamento, declaro que como



A antiga *rua dos Artistas*, atualmente ruas 7 de Abril e Padre Siqueira, vendo-se à esquerda o prédio do Asilo do Amparo. Fotografia tirada por volta de 1890, existente no Arquivo do Museu imperial.



humilde filho da Igreja Católica Apostólica Romana, acreditei sempre em tudo quanto ela crê e ensina, tomei logo por minha divisa única a cruz de Nosso Senhor Jesús Cristo, e com ela espero morrer abraçado. Por me achar fraco, pedi ao meu amigo Ricardo Narciso da Fonseca que escrevesse este testamento conforme lhe ditava, e tendo-o feito tal e qual, como vejo de sua leitura, e assino e faço aprovar. Petrópolis, quatorze de novembro de mil oitocentos e oitenta. — O Padre *João Francisco de Siqueira Andrade*».

A CONGREGAÇÃO DE N. SNRA. DO AMPARO NO TEMPO PRESENTE

A Superiora Geral Irmã Francisca Pia, em Petrópolis conhecida pelo honroso título de «Mãesinha», publicou a 10 de abril de 1925, uma nova edição dos Estatutos da Escola Doméstica, dizendo na introdução :

«Este estabelecimento, fundado e mantido tão somente com óbulo dos corações generosos é a prova mais evidente da inexhaurivel caridade dos habitantes do Brasil.

As suas generosidades teem sido em todos os tempos o único sustentáculo desta grande obra de educação de pobres órfãos que, outra coisa não teem para oferecer aos seus benfeitores senão as suas fervorosas orações e eterno reconhecimento...

A Virgem do Amparo transformará as últimas lágrimas da miséria que a orfandade verte a seus pés ao entrar pela casa da caridade, em bênçãos e prosperidades para seus generosos benfeitores»...

Atualmente a Congregação mantem 2 casas filiais no Distrito Federal, 2 no Estado do Rio, 2 em Minas Gerais, 1 em Alagôas, 1 em Pernambuco e 1 no Ceará, sendo o número de irmãs 82, de noviças e postulantes 15.

A Escola Doméstica de N. Snra. do Amparo em Petrópolis, educa, gratuitamente, 100 alunas internas e 50 externas; o número total das educandas em todas as suas casas é de 967.

Foi sob o governo episcopal de D. João Francisco Braga, em 1907, que se constituíu a Congregação religiosa com o instituto de Postulantes, do Noviciado e emissão de votos.

PETRÓPOLIS — CIDADE EPISCOPAL

O Santo Padre Leão XIII, em 27 de abril de 1892, criou a diocese de Niterói pela Bula «Ad universas Orbis ecclesias» com sede na cidade de São Salvador de Campos sendo nomeado seu primeiro bispo D. Francisco do Rego Maia.

A 16 de julho de 1897, pelo Decreto Consistorial, Petrópolis foi distinguida com o posto de capital da diocese como, naquela época, tambem o era do Estado Fluminense. No domingo, 14 de novembro, o chefe eclesiástico fez a sua solene entrada, declarando a modesta antiga Matriz, Catedral do Bispado.

Sua Excia. Revma. não morava num palácio. A sua residência era a casa n. 591, na rua Ipiranga defronte ao palacete Tavares Guerra onde tambem se instalou o Seminário Menor sob a direção dos Padres do Verbo Divino.

Motivos de economia obrigaram o snr. bispo a escolher o edifício da Terra Santa para sua morada e abrigo do Seminário.

Muito zelo empregou para continuar as obras da majestosa catedral,parada havia muitos anos. Criou a *Caixa Diocesana* a qual recolhia mensalmente o óbulo dos ricos e pobres, administrada pela piedosa condessa de Paranaguá.

Nessa época cairam os antigos andaimes ao redor do vasto edíficio por terem ficado inutilizados pela ação do tempo. Lentamente levantaram-se as paredes da Capela mor. Diversas vezes o antístite celebrou concorrida missa campal no ambiente da futura catedral.

D. Francisco do Rego Maia, amigo da liturgia, celebrava as principais festas do ano eclesiástico com a maior solenidade.

Poucos dias depois da sua chegada disse missa pontifi-

cal na capela de N. Snra. do Amparo em honra da santa Padroeira desse Asilo, sendo pregador festivo o Revmo. vigário Pe. Agostinho Benassi.

No dia 8 de dezembro, missa pontifical na igreja do Sagrado Coração de Jesús com prática por Sua Excia. Revma.

Às 22 horas de 24 de dezembro os religiosos franciscanos formaram fileiras à porta da sua igreja para receber o chefe diocesano o qual chegou no momento determinado. Em procissão os clérigos dirigiram-se para o côro, o snr. bispo subiu ao trono e tomou parte no ofício soleníssimo de Natal. À meia noite em ponto iniciou a missa pontifical com assistência de inumeravel povo. Ao evangelho dirigiu aos fieis palavras sublimes de amor ao Divino Infante, palavras que por mais de uma hora prenderam a atenção do auditório.

Terminada a missa do galo, Sua Excia. Revma. celebrou outra missa rezada e depois exigiu que a comunidade do covento se reunisse no refeitório. Qual era o motivo? Ele queria agradecer aos franciscanos a grande dita de ter podido passar o júbilo de Natal com a solenidade de ofício e missa pontifical.

Na Semana Santa todos os santos ofícios, missas e cerimônias se realizaram com a sua ativa assistência e especialmente distinguiu a Sexta-Feira Santa conforme antiga tradição popular, fazendo o trajeto da residência à catedral e vice-versa a pé observando silêncio rigoroso. O que lhe enchia a alma manifestou ele num sermão sobre as sete palavras de Jesús Crucificado, sermão de duas horas e meia.

Dirigiu festa grandiosa na ocasião da gassagem do século XIX. À meia-noite bênção da Cruz comemorativa colocada na parede no lado esquerdo perto do portal, da modesta catedral depois missa solene, sermão festivo pelo venerando antístite, adoração do SSmo. e consagração solene de

toda a diocese ao Sagrado Coração de Jesús : São suas as palavras : «Enquanto se resolver a roda dos séculos, enquanto alumiar o sol e as estrelas esmaltarem a abóbada do firmamento, todos os verdadeiros crentes, fixando as vistas na amplidão do ceu, poderão ler as palavras que, em metal, madeira ou pedra, as nossas solenes Homenagens hão de gravar na Cruz de 1900.

Jesús Cristo, Deus-Homem
vive,
reina,
impera».

O primeiro bispo petropolitado era um homem de profunda piedade e de vasta ciência, um espírito contemplativo e amigo de estudo silencioso. «No curto espaço de 7 anos em que pastoreou tão sábia e prudentemente a grei fluminense, desde 1894 a 1901, escreveu nada menos que 18 pastorais, e todas vasadas num estilo singularmente aprimorado nas quais se retrata perfeitamente o seu grande carater, revelando-se nessas longas e magníficas cartas o literato elegante e fino, o canonista exímio, o teólogo esclarecido e profundo, sociólogo notavel». (*)

D. Francisco, homem de elevada cultura, interessou-se pelos estudos de todos os candidatos ao sacerdócio. Assistia os exames semestrais e anuais nos cursos teológicos dos franciscanos. Nessas ocasiões era ele o examinador ativo.

A 24 de fevereiro de 1900 ordenou os primeiros sacerdotes da Ordem dos Frades Menores, o inesquecível Frei Luís Reinke e seu colega Frei Nicodemos Grundhoff; este ainda vive e espalha a caridade de Cristo no meio dos leprosos no planalto do Paraná onde, há 16 anos passados, fixou a sua residência; aquele desenvolveu a sua atividade repassada de amor a Deus e ao próximo pelo prazo de 37 anos em

(*) Discurso de posse em 1942 de Monsenhor Gentil Costa,na Academia Petropolitana de Letras.

Petrópolis e visinhanças, foi auxiliar do bispo diocesano nas visitas pastorais, morreu à meia noite de 7 para 8 de abril e vive ainda na memória do povo.

O Santo Padre Leão XIII convocou os bispos da América Latina para um Concílio Plenário em Roma cujas sessões de estudos se inauguraram a 28 de maio de 1899.

D. Francisco do Rego Maia teve parte saliente na elaboração de resoluções contidas na *Carta Pastoral Coletiva* que é um admiravel código dogmático, canônico, moral e litúrgico aplicado com alta sabedoria às necessidades das nações do continente Sul-Americano.

São da lavra do nosso primeiro bispo petropolitano as frases seguintes : «Os povos da América Latina, desde a sua descoberta, foram criados e educados no regaço materno da Igreja Católica, Apostólica Romana ; são filhos da civilização cristã ; teem comum a mesma raça e a mesma religião, teem quasi todos os mesmos costumes, iguais e recíprocos interesses.

Portanto se, firmados nestas bases comuns, se unirem pelo vínculo do sagrado amor da Religião e da Pátria, poderão formar um como todo moral que lhes dará uma força insuperavel para manterem a paz e prosperidade no interior, e dos estranhos merecerem o respeito e a honra que as conservarão na própria autonomia e independência.

Praza a Deus que os exemplos da união e concórdia dos Pastores da América Latina no Concílio Plenário seja imitado pelos seus rebanhos, por todos os seus patrícios.

Porque assim os Estados do nosso vasto continente poderão assentar-se na formosura da paz e nos tabernáculos da confiança e num descanso opulento. (Is. 32, 18).

E os seus descendentes, gozando os frutos morais dessa obra salutar, bendirão os trabalhos e os esforços dos Padres do seu Concílio Plenário que, convocados, guiados e apoiados

pelo Sucessor de São Pedro, puseram sólidos fundamentos para a felicidade temporal e eterna da sua Pátria.» (*)

Em fins de 1901 D. Francisco do Rego Maia, por ordem do Papa Leão XIII, foi nomeado Arcebispo de Belem do Grão Pará, diocese que ele governou até 1906. Com o título de Arcebispo de Nicópolis passou ainda muitos anos residindo no Colégio Pio Latino Americano em Roma estudando, elaborando, meditando e sofrendo.

D. JOÃO FRANCISCO BRAGA

O segundo bispo petropolitano foi nomeado a 9 de abril de 1902 e sagrado a 24 de agosto. Natural de Pelotas fez os seus estudos ginasiais no seu torrão natal e em Hamburgo. A morte do pai o chamou de volta para o seu Estado Sulino onde, em Porto Alegre, terminou os seus estudos superiores.

De 1896 a 1900 fez o curso de teologia em Mariana, (Minas Gerais). A primeira atividade sacerdotal desenvolveu-a em Porto Alegre sendo secretário do Exmo. e Revmo. Snr. bispo D. Cláudio de Ponce Leão.

Na festa de S. Pedro de Alcântara, a 19 de outubro de 1902, D. João Braga entrou solenemente na sua cidade episcopal e revelou, nessa ocasião, o seu talento de exímio orador. O seu tema foi : «Vós sois os meus amigos» (João 14,15). E nos anos seguintes ele deu provas de ser amigo dedicado de Petrópolis e dos petropolitanos. Quem escreve essas linhas, no dia da solene recepção do novo bispo diocesano, ocupou o harmônio no côro da catedral e dirigiu o canto litúrgico: «Ecce, sacerdos magnus». Dias depois apresentou ao chefe eclesiástico um jornal de Porto Alegre, o qual, por seis motivos, achava acertadíssima a nomeação de D. João

(*) Cf. Mons. *Gentil Costa.* — Discurso citado.

Braga para reger a grei fluminense. «Não concordo», disse o snr. bispo, «não são seis motivos, devem ser seis vezes seis».

E este seu amor à nossa gente e serra nunca se modificou. Passaram 34 anos e o Arcebispo de Curitiba e Conde Romano D. João Francisco Braga tornou a Petrópolis em 3 de dezembro de 1935, para nunca mais se separar dela.

Foi no Sanatório S. José que, enfermo, habitava seu quarto, donde diariamente se encaminhava para a capela a assistir a santa missa, receber a santa comunhão, recitar os seus terços e fazer as suas visitas a Jesús Eucarístico presente no tabernáculo.

Nessa mesma casa de saude terminou os seus dias a 13 de outubro de 1937,e jaz no cemitério petropolitano para onde determinou fossem conduzidos os seus restos mortais. Aí ele descansa para sempre, bem próximo da sepultara de seu amigo fiel, o snr. Coronel João Werneck, cuja filha d. Cecília consolidou a amizade tradicional, visitando diariamente duas vezes o estimado snr. Arcebispo para recer as suas ordens.

D. João Braga ao iniciar o seu governo diocesano em Petrópolis, teve residência modesta na casa nos fundos do terreno do Asilo N. Snra. do Amparo à rua Padre Siqueira.

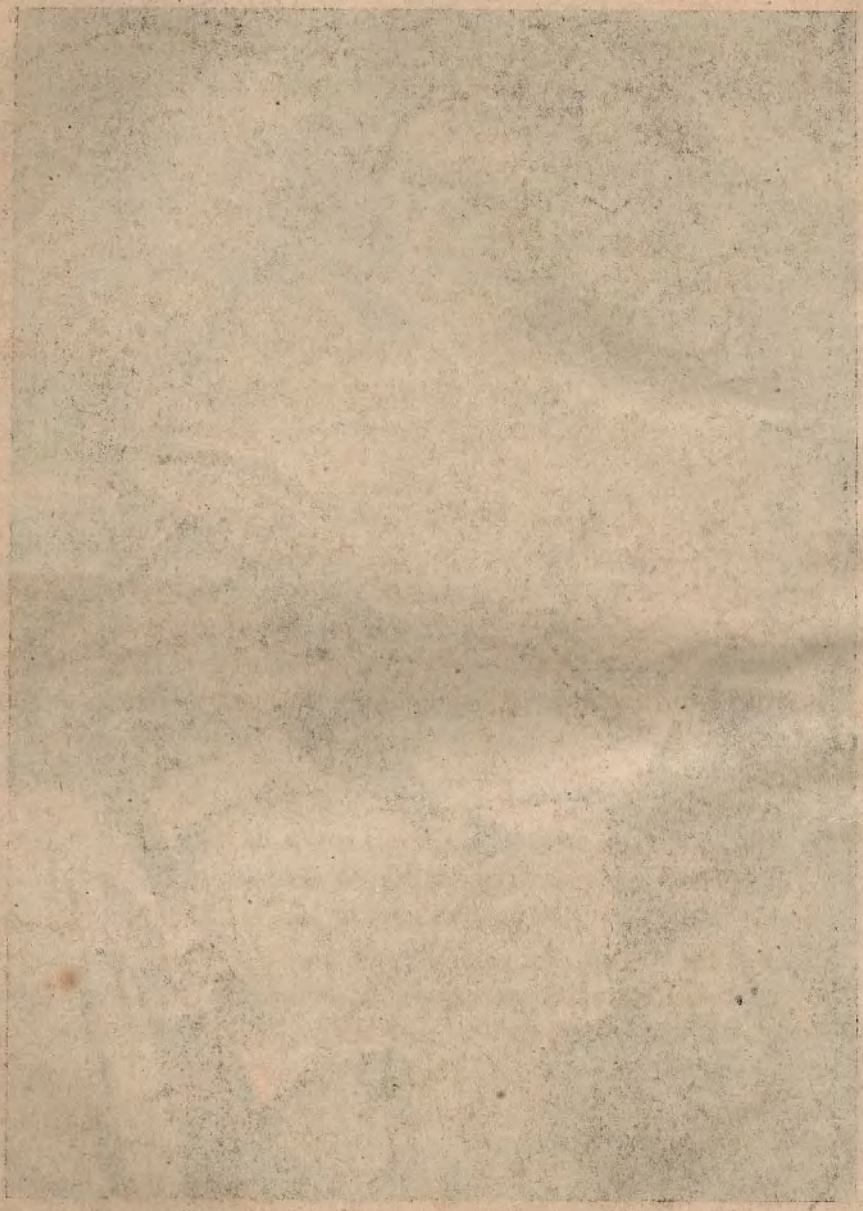
Mais tarde transformou o antigo edifício do Colégio Pe. Moreira em sua residência episcopal. Com o seu secretário, pessoa de plena confiança, Pe. Teodoro Rocha, despachava o expediente.

Frei Pascoal Reuss, O. F. M., do convento do Sagrado Coração de Jesús, lente de Teologia e cura dalmas de longa prática, era consultor diocesano.

Um dos primeiros cuidados do snr. bispo foi dar às Irmãs do Amparo uma constituição eclesiástica para formar uma Congregação Diocesana.



O 2.º Bispo de Petrópolis
Dom João Francisco Braga



Em dezembro de 1902 fez visita pastoral às cidades de Campos e Niterói, noutro ano a Paraiba do Sul, São José do Rio Preto e outras paróquias.

Na Carta Pastoral, publicada a 25 de janeiro de 1906, recomendou aos sacerdotes e aos pais de família a instrução religiosa e à páginas 6 e 7 encontra-se a seguinte expressão:

«Três anos há que chegamos ao vosso meio como Bispo, como Pai e Pastor de vossas almas; três anos há que convivemos, dia por dia, convosco; três anos há que só temos recebido de toda esta Diocese, do Clero e dos Fieis, dos grandes e pequenos, dos ricos e pobres, os testemunhos, os mais delicados e tocantes, de respeito, de carinho e de amor.

Quer nesta cidade de Petrópolis, onde residimos, porque distinguida foi entre as suas co-irmãs para guardar a Catedral episcopal, — quer em os mais remotos lugares aonde hemos ido, conduzido e levado pelo suave dever do munus Pastoral — por toda parte, o mesmo acolhimento fidalgo à nossa pessoa, a mesma correspondência generosa, sincera e leal aos ensinamentos de Nosso Senhor Jesús Cristo, que deles nos constituíu o Primeiro dos dispensadores nesta Diocese.

Ufanamo-nos desses doces laços de união que esperamos e desejamos, hão de se reforçar sempre mais, pois são para nós a mais querida das consolações, nossa glória e nosso orgulho.

Pois bem; é diante desses vossos nobres, mimosos e filiais sentimentos e diante do amor que vos consagramos, amor entranhado, capaz de todos os sacrifícios, até da própria vida, que vimos exigir de vós, Irmãos e Filhos mui diletos, exigir, notai bem! vossa respeitosa obediência às determinações do Pai queridíssimo que é o Sumo Pontífice.»

Era uma constante preocupação das conversas com o snr. Bispo Diocesano o seu respeito para com a pessoa e as ordens do Santo Padre e bem assim a sua veneração filial aos célebres príncipes eclesiásticos D. Silvério Pimenta e D. Cláudio.

Em fins de 1907 D. João Francisco Braga recebeu a nomeação para a diocese de Curitiba.

A 25 de fevereiro de 1908 Petrópolis deixou de ser sede do bispado a qual foi transferida para Niterói.

Na época do Centenário de Petrópolis surge de novo a honrosa espectativa de ser residência episcopal, com o território diocesano mais limitado, mas, se Deus quizer, para todo o futuro.

Ainda a propósito do assunto que vimos tratando (Petrópolis — Cidade Episcopal) seja-nos permitido transcrever de «Vozes de Petrópolis», de maio de 1938, o magnífico trabalho do Dr. Vilhena de Morais, sob o título:

UMA DATA MEMORAVEL NA HISTÓRIA RELIGIOSA DE PETRÓPOLIS

«Poucas figuras terão feito, em nosso clero, tão brilhante e rápida carreira como D. Antônio de Macedo Costa, por alguem apelidado «bispo-seminárista». Ordenado, em 1857, em Paris, recebe, dois anos depois, em Roma, «*cum laude et plausu*», a láurea de doutor em direito canônico, vôa à Baia, ao dileto Engenho do Rosário do Copioba, ninho de seus pais, e mal começa a processar no ano seguinte as suas aulas de História e Religião no famoso ginásio do Dr. Abílio Borges, quando vem surpreendê-lo o Decreto Imperial de 23 de março de 1860, nomeando-o Bispo do Grão-Pará.

Francisco, o irmão mais moço, narra a tocante cena passada em Maragogipe, onde se achava, por acaso, então, o Pe.

Macedo Costa, gozando entre os seus alguns dias de descanso. Família toda reunida ; em lágrimas, o velho pai, louvando a Deus ; a mãe, estreitando nos amorosos braços aquele filho que criara para o altar ; os irmãos jubilosos saudando com efusão da alma o novo bispo, único entre todos, certamente, naquela hora, a recear e a tremer... Tão moço ainda, que, ao invés de «carta de apresentação», teve de aconselhar ao governo, unido então à Igreja, procedesse junto à Santa Sé por via de «postulação», para dispensa de idade, na forma do código. Pio IX, porem, que bem o conhecia, não poz embargos: — «*Non fa niente* — disse — *si puó dispensare*». Mais novo do que ele, assim, no episcopado brasileiro, só, mais tarde, o seu futuro companheiro de lutas, D. Vidal, que recebeu, como é sabido, a sagração aos vinte e oito anos de idade.

Numa carta autógrafa, que tenho à vista, admiravelmente bem alinhada e conservada, respondendo à participação da notícia, declara o famoso Pe. Carrière, superior de St. Sulpice, ao seu ex-discípulo, naquele tom comedido, algo severo, em que transparece ainda como que um reflexo da antiga autoridade :

«*Sans doute j'aurais bien aimé qu'on vous laissât encore grandir et vous former*». Acrescenta, porem, logo : «*Mais néanmoins j'ai bonne confiance pour vous*». E desde então, diante da alta dignidade passa a assegurar ao seu «*bien cher ami et honoré seigneur*», protestos de profundo respeito.

Cinco meses depois, era já efetivamente D. Antônio, na plenitude do sacerdócio, o ungido do Senhor. O acontecimento, efeméride gloriosa nos fastos da Igreja brasileira, vincula-se tambem estritamente à história de Petrópolis, porque foi aí, na formosa cidade das hortênsias que, a 21 de abril de 1861, na igreja paroquial, o mesmo se realizou. Er-

ram nesse ponto quasi todos os cronistas leigos ou eclesiásticos, dando a cerimônia como celebrada na capela imperial no Rio de Janeiro (1).

A dirimir desde já contendas, aquí tenho diante dos olhos, letra e punho do jovem prelado, o rascunho de uma interessante carta em que a antigo colega e amigo, não nomeado, do seminário de Bourges, relata o acontecido.

É o documento, inédito, que se vai ler, traduzido do francês, e que constitue o principal objeto do presente artigo:

«*Rio, 1. de maio de 1861*

Caríssimo amigo.

Encheu-me de indizivel prazer a sua prezada carta, recebida poucos dias após à minha sagração episcopal. É um reflexo da bondade que encerra o seu coração e de todos os elevados sentimentos que lhe inspirou a fé, por ocasião da minha promoção ao episcopado. Incompreensiveis, verdadeiramente, os desígnios de Deus! (Quem tal diria, amigo meu, em 1853?). Quizera poder abraçá-lo agora, para com lágrimas dizer-lhe o que não alcançam palavras. Sim, bendito seja Deus! Escolhe, precisamente, o que mais fraco, mais humilde, mais digno de desprezo existe aos olhos do mundo, para fazer daí instrumento do seu poder e da sua bondade! Foi a 21 de abril que recebi, em Petrópolis, a plenitude do sacerdócio. Sagrante, o Arcebispo de Atenas, Internúncio Apostólico (2).

Assistiu à cerimônia Sua Majestade o Imperador, acompanhado de toda a Corte e de sua família. Impos-

(1) O egrégio *Cândido Mendes*, sempre tão exato, não menciona a sagração, mas apenas a nomeação, a confirmação e a posse. Cfr. «Direito Civil e Eclesiástico Brasileiro», vol. II, pags. 625.

(2) *Mariano Falcinelli Antoniacci*, cuja Internunciatura foi, no dizer de *Cândido Mendes*, uma das épocas mais notaveis nos fastos da Igreja brasileira. (Cfr. Op. cit. vol. 3· pág. 1258).

sivel exprimir-lhe o que então experimentei. Aquí estou, prostrado ainda em humilde ação de graças diante de Deus. Que missão, meu caro amigo! Bem o disse, com S. Paulo, é um temeroso fardo, e foi tremendo que ao mesmo me sujeitei.

É minha diocese, verdadeiramente, um vastíssimo reino, que constitue, ele só, quasi um terço do Brasil! Uma população de umas 300.000 almas, mais ou menos, vive espalhada por esse imenso território no qual demasiado à larga ficariam os trintas milhões de habitantes da França.

Meu antecessor caminhou seiscentas léguas Amazonas acima e não conseguiu atingir o extremo limite da sua diocese! Pois bem! Dessa população, uma parte assás consideravel encontra-se ainda em pleno selvagismo, vivendo como as feras no âmago das florestas; outra, iluminada por uma meia luz de civilização, leva tambem vida mais ou menos errante, procurando através dos bosques, os ricos produtos que expontaneamente aí lhe oferece a natureza; a terceira parte, enfim, mais adiantada, aglomera-se nos principais centros, deixando-se infelizmente arrastar demasiado pelas ondas do que se chama a politicagem.

Eis aí o meu horizonte no que tem de mais sombrio. Mas é preciso ser justo: o carater do povo é, ao que me dizem, excelente, afeiçoado aos seus pastores e sedento das palavras de vida eterna. Eis aí, caro amigo, a minha tarefa! e, para dar conta dela, estou quasi que sozinho!... Mau clero vive entorpecido, meu seminário em ruinas, sob todos os aspetos. Não existe atualmente, um só missionário na diocese. O primeiro que há de brevemente lá chegar vai ser o bispo. Entretanto, pode crer, sinto-me com coragem. Quanto mais me escasseiam os recursos humanos, maior confiança tenho

tenho na Providencia Divina. Sim. Deus é grande e executará a sua obra, mau grado todos os obstáculos que advenham da minha fraqueza e da minha indignidade.

Excusado é dizer-lhe, caro amigo, para quem foi uma das primeiras bênçãos naquele dia em que prouve a Deus revestir-me da sua graça para uma tal missão. Não poderia esquecê-lo ; e muito grato me era ao coração relembrar, no tempo do meu retiro aqueles venturosos dias que juntos passamos em Bourges. Jamais, pode estar certo, me esquecerei, perante Deus, das inúmeras obrigações de que a Vosmecê sou devedor. Eterna será, para com tão bondoso mestre, a minha gratidão, o meu devotamento, no coração de Nosso Senhor.

Adeus ; do Pará lhe escreverei e asseguro-lhe que nunca mais deixarei por tanto tempo interromperem-se essas relações em que acha o meu coração tantos encantos. Adeus, ainda uma vez, e um grande abraço, na caridade do nosso Deus».

Ficou, segundo, disse, em branco, no rascunho, o nome do prezado amigo, destinatário da epístola, e muito me pesou, quando, anos atraz, pela primeira vez, lhe deitei os olhos, não ter podido preencher essa lacuna. Julgo, porem, havê-lo alcançado agora, lendo comovido necrológio de D. Antônio, publicado, um mês após à sua morte, numa pequena revista religiosa de Bourges, sob a simples assinatura : L Mingasson. Era esse, então, como verifiquei, o superior do mesmo seminário que, naquela cidade, como se sabe, durante um ano, frequentara, outrora, o futuro bispo do Pará.

Aparecem no citado artigo, quasi textualmente, em resumo, vários trechos da nossa missiva, como endereçada ao autor. Pouco importa que, no rascunho, se refira D. Antônio

à sua gratidão para com «tão bondoso mestre». Poderia ter sido apenas esse um condiscípulo mais velho que lhe tivesse dado ali, como parece, as primeiras lições.

De par com preciosíssimos e pitorescos informes, desses que só pode dar a intimidade e o convívio, encontra-se nesse necrólogio a prova de como soube D. Antônio guardar sua promessa de manter sempre correspondência com o amigo.

Entrou em 1853 — diz este — no seminário maior de Bourges e seguiu o curso de Teologia com tanta modéstia quanta inteligência. Muitas vezes, no ardor da sua opinião, pouco se lhe dava de maltratar o francês, falando-nos do «*sigilo sacramentel*», e quando lhe reluzia no espírito a evidência, exclamava, sem hesitação: «*Çà pate !*» — traduzindo assim, a seu modo, a velha fórmula classica: «*id patet*», «*é evidente*». Um ano apenas permaneceu conosco e, depois das férias, passadas no Delfinado, entrou em St. Sulpice. Deixou em todos saudades, mas sobretudo naquele que estas linhas escreve e a quem ele cativara com a mais sincera amizade. Havíamos trocado versos — coisas da juventude ! — *trocamos cartas depois e assim foi sempre, daí por diante, pelo espaço de três anos* (3). Não quiz ele que essa amizade, tão nova, entretanto, e que o futuro e a separação deveriam singularmente entravar, fosse sacrificada pelas circunstâncias: não o quiz ele e nem eu tão pouco.

Refere Mingasson — testemunho precioso — que a «jovialidade», a «amenidade de carater» do estudante encantavam a quantos tinham a ventura de tratar com ele, de sorte que «dentro em pouco, todos, no seminário, lhe queriam bem». Devera ter, realmente, na rigidês, senão aspereza do trato europeu, causado a mais doce e agradavel impr ssão, a familiaridade confiante e singela, própria da nossa índole, e

(3) Nosso é o grifo. No rascunho da carta, comprometia-se justamente D. Antônio a não interromper nunca, daí por diante, as relações que lhe eram tão caras, com o seu colega e amigo.

ainda mais apurada no jovem seminarista pelos requintes de uma educação patriarcal, genuinamente cristã — feito sob o influxos da meiguice baiana. É o que manifesta, pela mesma ocasião, outro colega de D. Antônio, aludindo, numa expressão graciosa e intraduzivel da sua linguagem nativa, ao «perfume de edificação» que — «*nouveau-venu du monde nouveau*» — a todos dera o antigo seminarista com a sua «boa simplicidade e tão amavel caridade fraterna» (4).

Da epístola do novo bispo bem se podem inferir quais fossem as suas disposições de espírito ao sopesar o fardo que lhe caira aos ombros.

Ia ser ele o décimo pastor da diocese santificada outrora pelo suor apostólico de Malagrida, e que em 150 anos, quasi, de existência, três ou quatro pastores havia contado, apenas, que tivessem conseguido palmilhar-lhe a extensão. Um foi aquele virtuoso franciscano D. Frei Caetano Brandão, que descreveu, como clássico, as suas longas viagens, outro, o último antecessor de Macedo Costa, D. José Afonso de Morais Torres que depois da sua já referida arrancada de seissentas léguas Amazonas fóra, exhausto de cansaço, renunciara o bispado, a 19 de setembro de 1857. O que, inesperadamente, lhe ia receber a herança, «o bispo seminarista», fadado antes ao lustre de uma cátedra universitária, afeito já, quem sabe, às doçuras do clima e às comodidades do viver europeu, abraça desde logo, alvoraçadamente, Alexandre de Cristo, a tarefa esmagadora, que tem de ser a sua, «bispo-missionário» incumbido por Deus da conquista e posse das abrazadas solidões sem termo de um «mundo paleozoico», como diria, mais tarde, Euclides. Cumpre reler, sim, e meditar as candentes páginas do malogrado autor de «Sertões», observador *in-loco*, para se formar justa idéia do ambiente físico, moral e social reservado ao jovem regedor de

(4) O Pe. C. de la Guilourgère, em carta escrita de Nantes, a 14 de agosto de 1862.

uma diocese que abrangia, naquela época, todo o território dos atuais, extensíssimos bispados do Pará e do Amazonas! Era «a terra adversária do homem» que malogrado havia até então todos os tentamens civilizadores.

Desde os primeiros tempos da Colônia, as mais importantes expedições e solenes visitas pastorais rumavam de preferência às suas plagas desconhecidas. Para lá os mais veneraveis bispos, os mais garbosos capitães-generais, os mais lúcidos cientistas. E do amanho do solo, que se tentou afeiçoar a exóticas especiarias, à cultura dos aborgíenes, que se procurou erguer aos mais altos destinos, a metrópole longínqua demasiara-se em desvelos à terra que sobre todas lhe compensaria o perdimento da Índia portentosa.

Esforços vãos. As partidas demarcadoras, as missões apostólicas, as viagens governamentais, com as suas frotas de centenares de conôas, e os seus astrônomos comissários apercebidos de luxuosos instrumentos, e os seus prelados, e os seus guerreiros, chegavam, intermitentemente, àqueles rincões solitários, e armavam rápidamente no altiplano das «barreiras», as tendas suntuosas da civilização em viagem. Regulavam as culturas; poliam as gentes; aformoseavam a terra.

Prosseguiam a outros pontos, ou voltavam — e as malocas, num momento desfiguradas, decaíam de chofre, volvendo à bruteza original» (5).

Alexandre tinha um exército, D. Antônio estava só!

Veremos, mais tarde, como se abalança ele à empresa, escudado apenas na fé, e qual a impressão do seu primeiro contato com as ignótas paragens à beira do Rio-Mar:

Assistiu Petrópolis, festivamente, á alvorada promissôra da vida episcopal de D. Antônio, como deveria presenciar, mais tarde, os últimos lampejos do seu glorioso crepúsculo,

(5) *Euclides da Cunha* — «À Margem da História», Porto, 1936, págs. 17 e 18.

quando, alquebrado de forças, menos do tempo que do cansaço de trinta anos de catequése, arrimou, jovem como nunca, um instante, o cajado, e lançou mão da sua pena, para a defesa heróica dos direitos da Igreja que o Estado-leigo repentinamente ameaçava subverter de envolta com os destroços do Império desmoronado.

Aí foi tambem, na cidade de Pedro, em local ainda hoje apontado em uma das salas do palácio, que um velho e santo bispo, outrora preso como vil criminoso, anunciou certa vez ao imperante, com voz prêssaga e triste, a que não deu ouvidos, a próxima e fatal ruina do único e talvez último trono da América...»

ALCINDO SODRÉ

CRÔNICAS PETROPOLITANAS



Casa onde foi, inicialmente, Colégio Calógeras e, depois, Colégios Falletti e Paixão, à esquina das ruas Buarque de Macedo e Sá Earp.

Fotografia tirada por volta de 1860, existente no Arquivo do Museu Imperial



ESCOLA DOMÉSTICA DE NOSSA SENHORA DO AMPARO

Em 1869 foram construidos os primeiros alicerces da grande obra social que deveria ser a Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, iniciativa do grande apóstolo da caridade que foi o padre João Francisco de Sequeira Andrade.

Escrevendo pelo Mercantil, desta cidade, a 12 de maio de 1875, o Padre Sequeira falava da urgência atual do país — a educação dos filhos do ventre livre. E agradecia os auxílios e apoio que sua obra vinha merecendo: «Sobressaem entre todas as que Suas Majestades e Altezas Imperiais teem feito, já concorrendo com avultados donativos e animando a última festa de caridade com as suas augustas presenças. No Senado, ainda o ano passado, enunciaram-se francamente em meu favor os exmos. srs. Jobim e Saraiva». A festa de caridade a que se referia o Padre Sequeira fora patrocinada pelas senhoras condessa de Barral, viscondessa de Sousa Franco, viscondessa de Mauá, baronesa da Lagôa, D. Justina de Oliveira Bulhões, D. Josefa Leonissa de Torres Alvim e D. Rosaura Frias.

Muito tempo levaria esse asilo para concluir suas edificações, sendo que o termo das obras só se daria em 11 de novembro de 1883.

Dois anos antes morreria o seu benemérito criador, sobre cuja memória, Alcindo Guanabara dedicou um soneto, publicado na edição de 31 de dezembro de 1881, no Mercantil.

Em 14 de abril de 1880, o Jornal do Comércio publicava a seguinte exposição do Padre Sequeira, traçando a finalidade da sua grande iniciativa

«Sentindo-me com vocação para dedicar-me à educação e ensino da mocidade, tratei de habilitar-me, percorrendo várias províncias do Império, visitando as escolas públicas e particulares, derrota em que empreguei o espaço de tempo que decorreu de março de 1864 até setembro de 1867, com algumas pequenas interrupções e examinei minuciosamente asilos dirigidos pelas Irmãs de caridade. Nas escolas públicas do interior encontrei alguma instrucção primária, porem nenhuma educação ou ensino de moral, notando-se que isto se dá por deficiência de pessoal habilitado; nos asilos da corte encontrei muitos defeitos nos métodos de ensinar e em outros pontos essenciais, cuja individuação seria longa, sobretudo com relação às meninas pobres, razão porque o resultado dessas casas de ensino tem sido até hoje quasi nulo, de modo que foi só depois de ter estudado bem o atrazo em que se acham as províncias quanto à educação popular e reconhecido a necessidade em geral de preparar professoras nacionais para o ensino, bem como mulheres livres para o trabalho doméstico, que o abaixo assinado organizou o programa para a criação de um instituto e o apresentou a S. M. o Imperador em 15 de julho de 1868; sendo as bases em resumo as seguintes:

«1º — Fundar um estabelecimento sob a denominação de — Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, — para o fim de admitir exclusivamente meninas pobres e desvalidas, expostas aos perigos da miséria.

«2º — Educar estas meninas no trabalho, aproveitando, porem, as mais inteligentes e dotadas de atidões, às quais se ministraria maior cultura; destinando-se umas para o serviço doméstico e outras para o ensino ou professorado, e, em geral, para boas mães de família.

«3º — Ser esse instituto dirigido por senhoras do país, tirando-se as mestras, de preferência, dentre as educandas quando habilitadas, não se devendo, entretanto, por isso re-

cusar os bons serviços de qualquer outra senhora, qualquer que seja a sua procedência, desde que se recomende por suas virtudes e habilitações.

«4ª — Depois do casamento, que será atendido sempre de preferência, saírem as meninas nunca antes de 21 anos, contratando-se umas para o serviço doméstico e outras para o ensino particular ou público conforme as habilitações de cada uma, podendo estes contratos ser celebrados não só com os pais de família que forem dignos de consideração, presidentes de províncias e mesmo câmaras municipais, quando tenham de criar casa de educação a proporção que o desenvolvimento do país o fôr exigindo e este estabelecimento ampliando seus benefícios possa ir fornecendo o pessoal docente.

«*Do edifício, abertura e seu desenvolvimento até hoje.* — Foi sobre estas bases que se lançaram em 1869 os alicerces para um grande edifício com proporções para admitir número superior de 300 educandas. Até 1871, construíu-se uma parte do edifício que foi inaugurada em 22 de janeiro desse mesmo ano, com 18 meninas, número que elevou-se a 50 em muito pouco tempo, ficando assim preenchidos os lugares.

«Estas meninas, depois da instrução primária, ler, escrever, e contar, sem exceção nenhuma, fazem semanas de cozinhar, lavar, engomar, inclusive o tratamento de horticultura e jardinagem vulgares, assim como ocupam-se de trabalhos de confeitaria, alem dos de agulha, que são ensinados com muito esmero, matriculando-se em aulas de ensino superior aquelas que na proporção de seu desenvolvimento vão revelando maior soma de aptidão e inteligência.

«Foi assim que em 1877, quando já eu pude contar com professoras educadas na própria casa, suficientemente habilitadas para se encarregarem das diversas cadeiras de ensino, faltando pouco para sua conclusão, de modo que atualmente a casa funciona com 50 meninas, seis professoras tira-

das já de entre as próprias educandas, 12 matriculadas nas aulas de ensino superior habilitando-se para professoras e 30 empregadas exclusivamente nos serviços domésticos por sua própria inclinação, tendo já se casado duas que vivem felizes. As educandas estão fortes, coradas e sempre alegres. Desde a época da abertura da casa até hoje só faleceu uma, que havia sido admitida já muito doente.

«Conta a casa com o patrimônio de 81 apólices de 1:000$000 cada uma, alem do legado de 100:000$000, deixados pelo Comendador José de Sousa Breves, que deverá juntar-se ao patrimônio logo que se realize sua entrega pelo testamenteiro.

«Das despezas com as obras e construção da casa:

«A primeira parte do edifício custou, quando pronta para admissão de meninas, 79:000$000, à exceção dos terrenos, que importaram em 11:000$000.

«Importância dispendida com alimentação e vestidos das educandas, mestras, médicos e todos os utensílios da casa e capela desde 1871 e 1880, aproxima-se a 150:000$000.

«Com o grande edifício se tem gasto até esta data cerca de 235:000$000, faltando para sua conclusão final mais ou menos 50:000$000.

«Toda esta importância tem sido agenciada pelo abaixo assinado, em várias perigrinações pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo, penosas viagens que são o motivo de seus sofrimentos.

«Tudo se acha bem escriturado e registrados nomes de todos os benfeitores, exprimindo a receita, assim como arquivados todos os recibos e documentos donde consta a despeza.

«Para se apreciar bem a grande economia e cuidados com que se tem feito estas obras basta saber que o edifício, com o qual se tem dispendido 235:000$000, tem uma frente de 400 palmos de comprimento e 55 de fundos, exceto a parte que

já está funcionando e que constitue a sua ala esquerda e ala direita, que é a destinada à futura capela com 200 palmos de fundos, tem dois pavimentos alem do térreo com um pé direito de 70 palmos. Está pronto exteriormente, pintado e envidraçado, faltando interiormente concluir apenas as obras de assoalho e forro.

«Ainda não recebeu esta instituição do governo imperial até hoje nem sequer sinal de proteção. Particularmente tem S. M. o Imperador contribuido de seu bolso por diversas vezes com o total de 2:000$000, e recomendando a casa a muitas pessoas importantes. S. M. a Imperatriz tem tambem contribuido já com a quantia de 500$000.

«Na importância acima mencionada está incluido o legado de 74:000$000 deixado pelo benfeitor o Sr. Vicente Ubelhard.»

IMPERIAL ESTABELECIMENTO HIDROTERÁPICO

Com o pomposo nome de Imperial Estabelecimento Hidroterápico, possuiu Petrópolis uma perfeita e frequentadissíma casa de duchas. Em época que a medicina atribuía virtudes extraordinárias à hidroterapia, e portanto era moda o seu emprego, a sociedade de verão, frequentava assiduadamente o instituto existente à rua de Nassau, nº 8, hoje avenida Piabanha, esquina da rua Kopke. Fundado pelo francês Antoine Court, ali se praticava, como requinte hidroterápico, a ducha *à la reine,* ducha mitigada e ducha escocesa.

Foi essa casa instalada em 1876, ano em que Court adquirira o terreno a Bernardo José Falletti, e o primeiro proprietário do prazo foi João Meyer. Depois do francês criador das duchas, passaram as mesmas a pertencer, sucessivamente, a Carlos Caetano Alves em 1891, a Manoel Buarque de Macedo, nesse mesmo ano, e por fim, aos médicos Miguel José Rodrigues Pereira e José Antônio de Abreu Fialho, em 1897 e 1920.

O Imperial Estabelecimento Hidroterápico, de Antoine Court, era muito frequentado por Dom Pedro II durante sua permanência em Petrópolis, e disso nos dá notícias o Visconde de Taunay, em seu «Diário Íntimo».

A 20 de março de 1886, o proprietário das duchas anunciava a venda em leilão do seu estabelecimento, a realizar-se em fins de abril.

Todavia sete dias depois outro anúncio da mesma procedência dizia ter ficado sem efeito essa deliberação, cujo motivo havia sido um projeto de Antoine Court de se ausentar



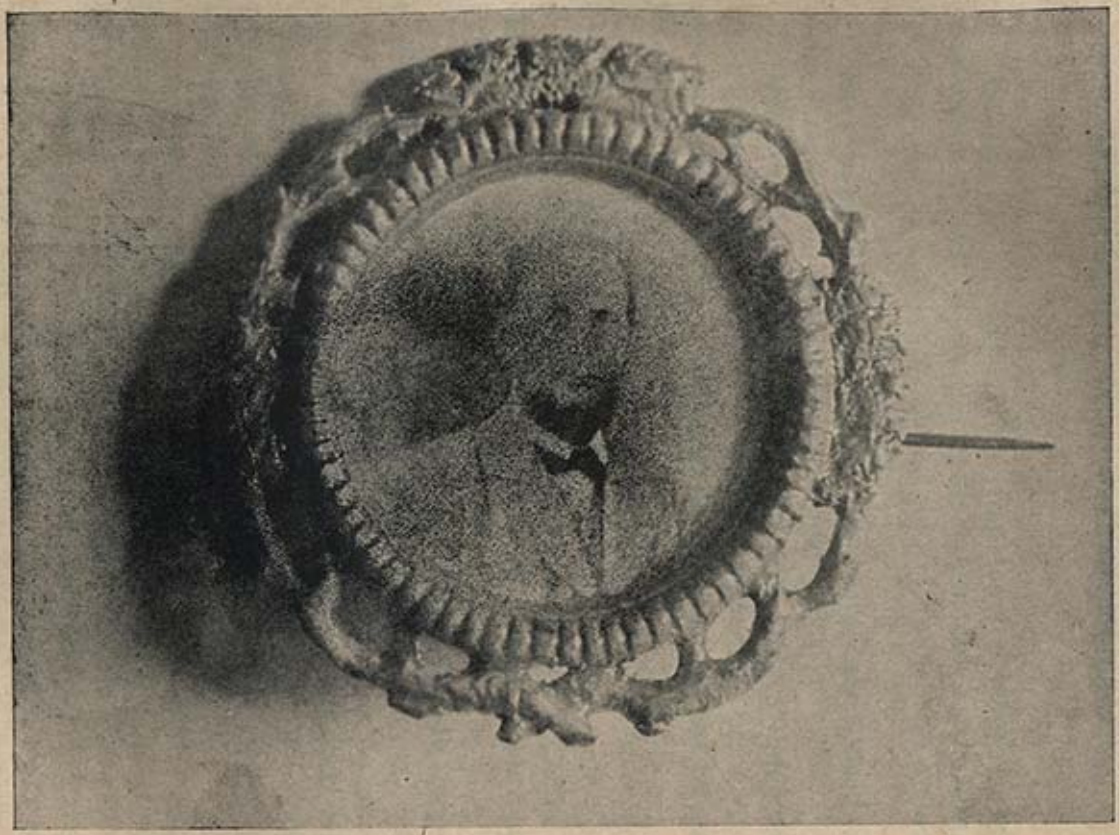
As antigas *Duchas*, na atual avenida Piabanha, antiga Nassáu. Fotografia tirada por volta de 1860, existente no Arquivo do Museu Imperial.



de Petrópolis, pedia então desculpas a seus clientes por não haver introduzido novos melhoramentos. E repetia a propaganda de ducha *à la reine*, ducha escocesa e ducha mitigada...

A importância que Dom Pedro II emprestava ao Imperia Estabelecimento Hidroterápico, nos mostra a seguinte portaria, emanada da Mordomia da Casa Imperial a 16 de março de 1887, um ano depois de haver Antoine Court pensado em verder o seu negócio:

— «Sua Majestade o Imperador, atendendo à reclamação que fez Antoine Court, foreiro do prazo nº 675, na Imperial Fazenda de Petrópolis, onde tem seu estabelecimento hidroterápico, visto ser este estabelecimento de utilidade pública, e portanto não estar o suplicante na simples condição de qualquer outro foreiro, determinou que nenhuma porção de água seja derivado do seu prazo, em favor de quem quer que seja, salva a que, por concessão voluntária, ele concedeu para o jardim da associação Hortícola e Agrícola de Petrópolis. O que o Sr. Superintendente tenha entendido e assim o faça executar.



Retrato do artista Spangenberg apresentando moldura trabalhada pelo mesmo.
Objeto conservado no Museu Imperial.

Tableau de genre représentant des Turcs jouant aux échecs.

BENGALA DE PETRÓPOLIS

Camilo Castelo Branco, no «Cancioneiro Alegre», respondendo a um crítico brasileiro, diz : «Este sujeito escreve-me que tem uma excelente bengala de Petrópolis, com a qual me baterá, se eu fôr ao Brasil», etc.

Essa bengala de Petrópolis, cuja fama atravessou o oceano, esteve em grande vóga, de 1850 a 1890.

Muito usada na Corte, onde constituíu moda, a «bengala de Petrópolis» ou simplesmente «uma Petrópolis», era mencionada nos folhetins dos cronistas de imprensa, e nas peças de teatro de França Júnior.

A bengala de Petrópolis, foi uma criação do tudesco Carlos Spangenberg, que se celebrizou nesta cidade, pela perícia e bom gosto com que trabalhava a madeira, manufaturando não só esse caraterizado objeto, como inúmeros outros.

Quando o príncipe Henrique da Prússia, neto do Imperador da Alemanha, visitou Petrópolis a 19 de agosto de 1883, Carlos Spangenberg ofereceu-lhe uma linda bengala de massaranduba. A oferta foi feita por ocasião da homenagem especial prestada ao visitante no Teatro Floresta, do dr. Rougemont, onde se exibiu a banda de música Eckardt, tocando o hino «Heil dir im Sieger Kranz».

Carlos Spangenberg era natural do Hanover, e filho de Frederico Spangenberg e Maria Dorotéia Schmidt. Casou-se com Helena Catarina Isensee, tambem natural de Hanover.

Com estudos de arquitetura, veiu ele para o Brasil em 1844, para a Casa Leger, do Rio de Janeiro, e destinado a realizar trabalhos de madeira, de cuja arte já era senhor. Pouco tempo ficou na Corte, logo atraido que foi pela beleza e clima de Petrópolis. Mais de quarenta anos residiria Span-

genberg nesta cidade, onde faleceu a 17 de novembro de 1890. Do casal houve quatro filhos e sete filhas. Duas destas ainda vivem e muitos petropolitanos são seus descendentes.

Residiu Spangenberg em Petrópolis, no nº. 6 da então rua Dona Isabel, hoje 13 de Maio, em pitoresco chalé situado no outeiro que daquela rua domina o Largo da Princesa e descortina belo panorama sobre o morro da Igreja e avenida Tiradentes. Para adquirir esse imovel fez ele um empréstimo de 2:000$000, a juros de 1% ao mês, a Adolfo Simonsen, assinando como garantia do compromisso uma escritura de hipoteca, a 7 de fevereiro de 1849.

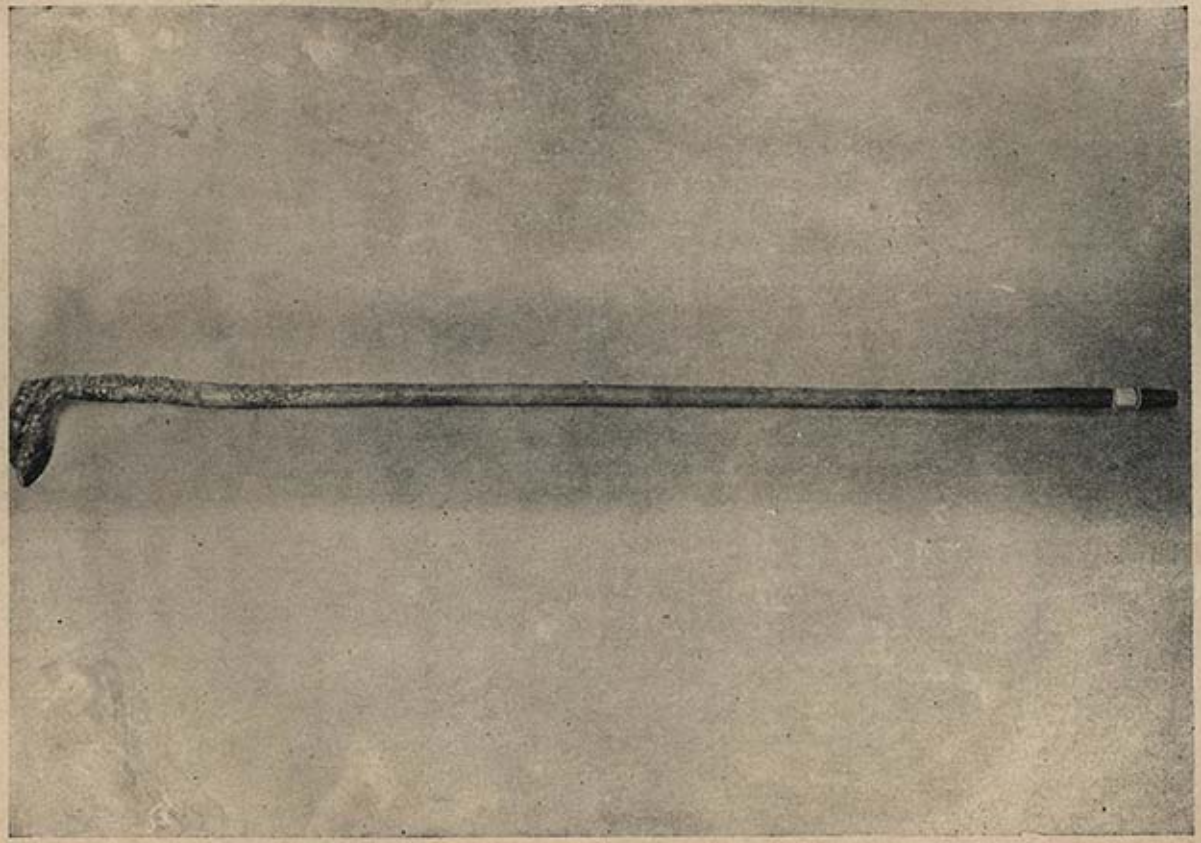
Alem da fabricação de bengalas, com que ele fez moda e deu fama à «bengala de Petrópolis», Spangenberg manipulava em madeira inúmeros outros pequenos objetos de adorno e utilidade.

Em manifestações públicas, mais de uma vez participou Spangenberg com sua arte levantando arcos de triunfo com que eram decoradas as ruas da cidade.

Por outro lado, foi Spangenberg, em 1858 um dos fundadores da «Gewerbe-Verein Petrópolis», (Sociedade de Agricultores e Indústria) que procurou manter contato com uma congênere do Grão-ducado de Hesse, recebendo dela jornais e obras sobre agricultura e artes, alem de sementes e plantas.

A grande virtude de Spangenberg, foi no entanto a sua arte de trabalhos de madeira, notadamente a sua vitoriosa criação: a bengala de Petrópolis.

A Revista Ilustrada, de Ângelo Agostini, em seu número 148, de fevereiro de 1879, em «Recordações de Petrópolis», publicara uma «*Cena íntima*», entre um casal de hóspedes



Bengala em madeira trabalhada por Carlos Spangenberg. Da coleção do Museu Imperial

do Hotel Bragança, a quem o tédio de impertinente chuva prendia ao quarto, e da qual destaca-se o seguinte diálogo:

«Ele, (pensando num pretexto de vir à Corte) — Não precisas de alguma cousa da Corte ?

Ela — De muitas, de tudo... Se aqui só há bengalas...»



Trabalho de Carlos Spangenberg existente no Museu Imperial

Trabalho de Carlos Oppenheim exhibido no Museu Imperial



Trabalho de Carlos Spangenberg existente da coleção no Museu Imperial

RECEPÇÃO A SUAS MAJESTADES

Do longo período de quarenta e dois anos, no qual era por sua vez longa a permanência de Dom Pedro II em Petrópolis, costuma ser apenas mencionada a fase dos últimos seis anos do Imperador entre nós, isto é, o tempo em que a estrada de ferro foi prolongada da Raiz da Serra à nossa cidade, em 1883, época registada nos Diários de Taunay e Rebouças, quando são referidas as palestras na estação à chegada dos trens, e os passeios à pé, de volta das duchas. Eram no entanto, os seis últimos anos de Dom Pedro II no Brasil, e já com o monarca combalido pela moléstia e pela velhice precoce. Anteriormente à estrada de ferro e às duchas, nos demais trinta e seis anos de prolongado veraneio em Petrópolis, quanta cousa permanece desconhecida, e não será dificil imaginar-se o volume de episódios curiosos, pelo pouco de poesia e variedade que se pode colher numa e outra nota registada nos pequenos e lacônicos jornais de Petrópolis, daqueles tempos.

Não seriam somente as visitas aos belos jardins de André Lamas na Chácara das Camélias, as excursões à cavalo ao Patí do Alferes, Fábrica de Pólvora, Cascata do Itamaratí e trabalhos de abertura da estrada União e Indústria, a visitação quotidiana às escolas primárias e afamados colégios, os concertos e bailes na velha Casa da Fazenda, no Hotel Bragança, no Palácio de Cristal e no Paço Municipal, as exposições hortícolas. Não seriam apenas os seus momentos de recolhimento em Palácio, com o seu viveiro de pássaros exóticos e a sua plantação de quina, que seria mencionada por Chevreul no parecer para seu ingresso no Instituto de França. Nem ficariam ainda, nos grandes esquecimentos a que se entregava no estudo das línguas mortas, na sala da biblio-

teca confiada a Fernando Koch, sobre cuja lápide mortuária no cemitério local, mandou colocar uma palavra de saudade.

Uma nota desse período de curiosidades e poesia, era o acontecimento da chegada de Suas Majestades a Petrópolis, iniciando a temporada de verão.

Alvoroçava-se a pequena cidade com a notícia da próxima vinda. A Câmara Municipal, a população e os colonos, tomavam iniciativas próprias. A imperial comitiva, após a viagem por mar até o porto de Mauá, deixava a estrada de ferro na Raiz da Serra e em carruagens galgava a Estrada Normal da Estrela — o «Simplon da América» como lhe chamou um viajante estrangeiro — e no descortino de lindos panoramas, tranquilamente admirados no ritmo de carros a tração animal, chegava ao Alto da Serra, então Vila Teresa, tambem conhecido por «Bois», onde existia a porteira do imposto de trânsito, praticamente, a porta da cidade.

Grande número de carros transportavam as pessoas que iam à recepção naquele simbólico ponto. A Câmara Municipal, com o seu presidente à testa, cumprimentava então S. M. o Imperador, entregando-lhe a chave da cidade, após o que, em longo cortejo, seguiam as carruagens em direção a Palácio, pelas ruas Teresa, Aureliano, Dona Januária, Imperador e Imperatriz.

Pelo trajeto, arcos de triunfo estavam armados e o pavimento das ruas tinha folhagens festivas. Das sacadas assobradadas da rua do Imperador, pendiam colchas de damasco, e de mãos femininas caíam pétalas de rosas sobre a imperial carruagem.

Após ligeiro repouso em Palácio, todos se dirigiam à Matriz, para o solene Te-Deum Laudamus. Em coreto armado em ponto central da cidade, tocava uma banda de música, e as frentes das casas eram iluminadas por copinhos e lanternas. Era então o momento da grande passeata popular, com archotes e fogos de bengala, em direção ao Paço Imperial, para o cumprimento coletivo da população.



Fotografia de Carlos Spangenberg em moldura trabalhada pelo mesmo. — Conservada no Museu Imperial.

Photographia de Carlos Shumpberg em moldes perfeitos
pelo mesmo. — Conservada no Museu Imperial.

Com o Imperador em Petrópolis, atingia ao auge a vida da cidade. A sociedade de verão acompanhava-o. A viagem do Rio a Petrópolis era b m mais demorada, mas em compensação, era outra a beleza do percurso e variados os meios de transportes. Do Cais dos Mineiros ao porto de Mauá, o trecho realizado em barcas de vapor, dava ao viajante não só um imediato refrigério, com a brisa marítima, como lhe apresentava quadros naturais que tinham a permanente virtude de satisfazer às retinas mais exigentes. Após o curto trajeto de estrada de ferro até Raiz da Serra, chegava o momento de serem usadas as diligência, para o percurso da serra. Essas carruagens tinham denominação própria: Traviata, Amazonas, Favorita, Mazzeppa...

Um trecho de crônica da época, fala melhor sobre essa viagem e tem mais sabor. Vamos ouvi-la: (*)

«Quando uma família preenche a lotação de um carro ou caleche, a reunião oferece, ora o tipo do tédio, ora da indiferença, as vezes da mais pura felicidade.

Passarei a caracterizar somente os extremos.

Em um caleche o tédio: o marido com saudades do Alcazar; a mulher a alfinetá-lo com ciumes e só desejando brilhar nos salões; as filhas dando mostra da educação que resulta da desinteligência dos pais.

Em um carro maior o aconchego e o bem estar da família. Observai este sexagenário ainda robusto, com a sua dona de 50 anos, a quem deve 30 de paz doméstica, uma filha que já lhes deu um netinho e vem amamentando-o, um rapagão quarto anista de S. Paulo, outras filhas solteiras, e entre os joelhos dos velhos dous bebês rochonchudos; toda essa gente a querer-se mutuamente; não ricos mas gozando de certa abastança, sem preocupações pelo pão da velhice. Para esses, por motivo oposto ao dos precedentes, não teem gran-

(*) Apud «Jornal do Comercio» — 7-IV-1880 — *Variedades*.

de valor as cascatas, nem a serra da Quitandinha, nem o Pão de Açucar que vai minguando à medida que fica mais longe; ocupam-se uns com os outros, conversam, gracejam, fazem projetos e castelos: vai ali a mais pura felicidade doméstica.

Se uma só família não preenche a lotação, as cenas são diversas. Não é raro completá-la um primo, a quem a prima disse o número ou o nome do carro (Traviata, Amazonas, Favorita, etc.) se não se oferece ele mesmo, oficiosamente, para ir encomendar as passagens.

Neste caso, sentando-se vis-a vis- da bela, à sua esquerda o desejado sogro, à direita dela a mamãe, a tentadora ocasião o faz reviver uma antiqualha há muito fóra da moda — *pisar no pé.*

Antigamente era de bom gosto. Nicolau Tolentino dizia de certa moçoila em um banquete à direita do seu suspirante

O xixiabeo, seu vizinho,
lhe vai afagando os dedos,
do tenro, surdo pesinho,
e por saber-lhe os segredos
lhe bebe o resto do vinho.

Hoje reputa-se cousa grosseira — *pisar no pé;* mas alí a tentação é irresistivel, porque outros telégrafos não podem trabalhar e as pernas desaparecem debaixo de uma onda de babados e plissés.

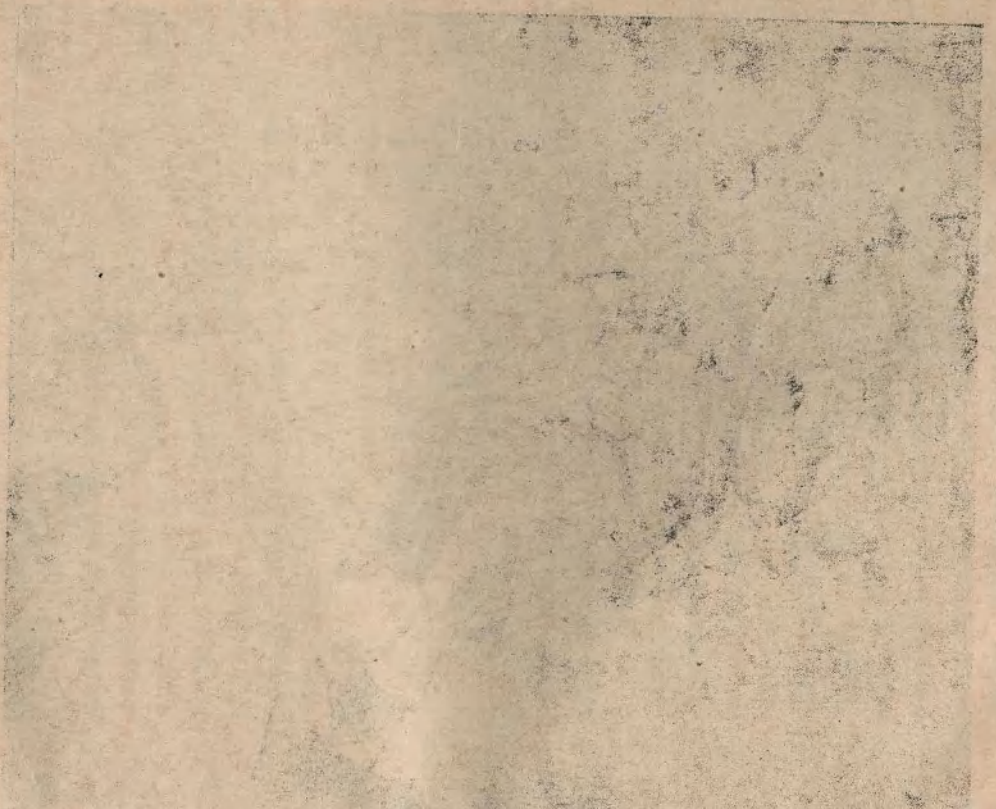
O ano passado, aqui no Hotel de Bragança, onde escrevo, referia-se à propósito de tal carrancice, uma anedota muito picante.

O intruso, que completava o carro, em vez de primo, era um moço, gamenho, bonitote, bem falante (parece que é ou já foi deputado), trajando à ultima moda.

Tinha por vis-a vis uma moça espirituosa e travessa, talvez uma dessas que aqui governam um carrinho e às vezes dão com ele, consigo e com o cavalo dentro de um canal.



Caricatura de Ângelo Agostini, na *Revista Illustrada* de 1881 (Ano VI, n. 236) alusiva à subida da Corte para Petrópolis.



Conversavam: a menina vinha alegre; e lendo nos olhos do moço admiração à sua beleza, por natural e inocente faceirice fez-se mais amavel e comunicativa.

Então o gamenho teve a audácia de procurar com o joanete a mimosa botina e afagá-la. Â segunda pressão, disse-lhe o diabrete com o seu mais engraçado sorriso: Moço, se quer dizer que me quer bem, pode dizer, que o papai não o leva a mal: não precisa estar-me sujando os sapatos».

Gargalhada geral, e pode-se fazer-se idéia do comprimento da cara do rapaz.

Com estas histórias suavizamos a subida dos 13 quilômetros da Serra. Já deixamos no 6º quilômetro a estação da muda de bestas com seu botequim, onde se bebe café, ou cognac, ou café com cognac; já no 11º quilômetro passamos a *maminha,* nome dado a certa bica dágua fresquíssima onde param os carros, e é de rigor molhar a palavra. Chegamos ao alto, onde nos esperam cenas diferentes.

Estende-se por Vila Teresa longa filha de carros com passeiadores, parados, à espera dos da Serra, que deixam desfilar, examinando curiosamente os que vem.

São famílias que ali vão esperar o pai, o marido, o irmão ou o *primo,* que passaram a semana na corte, mas este objeto é secundário; o principal é a exposição de toilettes suntuosos, de carruagens de luxo, de cavalos de raça. Nesta reunião se encontra o primeiro espécime da *fidalguia* que acompanhou o Imperador.

Agora a fisionomia da cidade está mudada. Alguns ricaços trouxeram da corte os seus trens e parelhas; moças e moços cavalgam finos ginetes; os bebês da gente rica montam bonitos pequiras; o luxo campeia.

Nos grupos que passeiam a pé, se vê de tudo, vestimentas despretenciosas, trajos modestos, ricos toilettes: ninguem sai de manhã, que não encontre meia-dúzia de ranchos de moças.

Está a cidadezinha realmente faceira: as ruas principais são alamedas de árvores piramidais, bordando rios bem canalizados: as casas pela maior parte teem na frente bem cultivados jardins: animado o quadro pelas flores vivas e dotadas de locomoção, há muito o que encante a vista».



A *Mazepa*, talvez o único exemplar existente das antigas diligências que serviam na subida de serra — e que mais tarde fez o percurso até Entre-Rios, tal como está conservada no Museu Imperial.

A Missouri Indian Mound and Burial Ground.

JEAN BAPTISTE BINOT

A Chácara Binot, pela riqueza e variedade de suas plantas, grangeou fama que se estendeu por fóra de Petrópolis, e conseguiu ser falada em exposições de Paris e Antuérpia, onde recebeu primeiros prêmios.

Ainda hoje, é conservado o nome dessa Chácara, que se destaca nas exposições anuais petropolitanas, pelos belos espécimes de orquídeas.

O seu fundador, foi o parisiense Jean Baptiste Binot que se instalou em Petrópolis no ano de 1847.

A sua primeira propriedade adquirida em 13 de fevereiro de 1848 foi no Quarteirão Nassau, terreno constituído por 2.428 braças, e situado onde se encontra a residência do Professor Afrânio Peixoto. Alí instalou Binot sua primeira chácara de plantas, vendendo exemplares caprichosos e raros e fazendo inteligente propaganda de seu cultivo.

Mais tarde, adquiriu os terrenos do Retiro, para lá transportando a chácara, onde lhe deu maior desenvolvimento

Para a realização do parque do Palácio Imperial de Petrópolis, foi pedido projeto a Binot, que em 1853, executou o plano de sua autoria e embora, poucos anos depois novo projeto tenha sido elaborado por Glaziou, o mestre botânico e paizagístico, cujos trabalhos na Corte foram tão apreciados, não foi modificado o serviço de Binot, até hoje conservado.

E Binot haveria de ser o realizador de muitos outros jardins petropolitanos, bem como apreciado concurrente a todas as célebres exposições hortícolas de Petrópolis, efetuadas no Palácio de Cristal, onde foi sempre laureado, e mais de uma vez seria julgado por comissão de árbitros de que fazia parte Glaziou.

Grande entusiasmo tinha Binot pelas qualidades de Petrópolis. Escrevendo em jornal da terra, a propósito do clima desta cidade, ele chegou ao extremo de proclamar: «Eu tambem tenho horror ao Rio de Janeiro.»

Em 1858, escreveu vários artigos no «Paraiba» desta cidade, subordinados ao título: «Passado, Presente e Futuro de Petrópolis». Num deles, fez uma curiosa revelação: «A praça de Coblentz, hoje Passeio Público, (Palácio de Cristal) antes da fundação da colônia, isto é antes de 1838, estava ainda virgem de plantas humanas, a não ser de negros fugidos, porque no lugar onde está a casa do sr comendador Bernardes, (esquina de 7 de Abril com Piabanha), descobriu-se um quilombo com uma grande porção de terreno cultivado».

Noutro artigo, almejando melhoramentos para Petrópolis, Binot alude a uma promessa que havia três anos fizera o diretor da Colônia dr. Jacinto Rebelo, de promover uma estrada de rodagem de Quitandinha à Pavuna, — realizado em nossos dias com a Rio-Petrópolis — e ainda lembrava a idéia expendida em 1850 por João Caetano, de levantar um verdadeiro teatro em Petrópolis.

Seu entusiasmo, é bem sensível, nestas linhas: «Pouca gente conhece bem Petrópolis, o que o interior de suas florestas encerra de belo, de rico, de pitoresco, e quanto o seu solo é fecundo em minerais. Sou eu talvez a única pessoa que conhece todas as suas maravilhas, porquanto não há montanha nem vale que não tenha explorado: mais tarde, *e não háde correr muito tempo,* os que pouco sabem de agricultura, reconhecerão o seu erro sobre a fertilidade de Petrópolis».

Em 1859, escrevendo Binot no «Paraiba», a propósito «Da agricultura e da horticultura em suas aplicações a Petrópolis», disse que o sr. Ferreira Lagos, então funcionário da Diretoria da Colônia comunicara haver recebido de França



Projeto para o Parque Imperial de Petrópolis. — Desenho aquarelado da autoria de Glaziou (existente na Biblioteca do Museu Imperial) e que pertenceu ao Imperador D. Pedro II.



sementes de cereais, mandadas por Paulo Barbosa, tendo ele recebido um alqueire de trigo, outro de centeio, cevada e aveia.

Sua chácara do Retiro, em 1861, tinha plantado, em grande escala — beterrabas, aspargos, alcachofras, couve-flores, 2.000 videiras de Portugal, Espanha, França, e outras árvores frutíferas da Europa, algumas já com frutos, alem do grande número de flores e plantas de estufa.

Seu filho, Pedro Maria Binot, continuando a tradição paterna, remetia para a exposição de Paris, de 1889, palmeiras e samambaias, que lhe dariam medalha de ouro.

E aí está a expressão desse francês que tão bem se identificou com a alma e a paisagem de Petrópolis.

DOIS VISITANTES ALEMÃES

Dois alemães, um médico e outro naturalista, escreveram impressões de viagem no Brasil e visitaram Petrópolis. Roberto Ave-Lallemant, natural de Lubeck, onde nasceu a 25 de julho de 1812 e ali faleceu em 10 de outubro de 1884, veiu para o Brasil e fixou-se no Rio de Janeiro em 1837, onde clinicou até 1855, quando tornou a Alemanha, para voltar ainda uma vez ao nosso país em 1858. Percorreu todo o Brasil, e, como consequência, escreveu entre outros trabalhos os dois livros *Reise durch sud* e *nord Brasilien*.

Pelo menos a sua viagem ao Sul teve carater oficial. É o que se deduz do documento manuscrito que encontramos no arquivo do Instituto Histórico, Coleção Marquês de Olinda: «Memorial sobre a imigração e colonização alemã no Brasil pelo dr. Robert Ave-Lallemant em 13 de outubro de 1858». E começa ele dizendo: «Excelentíssimo Senhor Ministro. V. Excia. em um ofício no princípio deste ano deu-me a ordem de explicar-me sobre a emigração e colonização em geral, devendo me reunir para este fim com o sr. Aubé e Decosterd». São dignos de registo as suas considerações pessoais sobre o problema de colonização que se apresentava ao Império e nelas nos ocuparemos noutra ocasião. Vamos vêr o que ele escreveu sobre Petrópolis. Lallemant esteve aqui três vezes em 1844, 1851 e 1858, em diversas fases portanto, da situação local. Em 1844 fôra ele chamado à noite, por carta urgente, para vir da Corte, onde se achava, à Fazenda da Mandioca, ver um irmão de seu amigo major Koeler que estava com a mão muito machucada. O pedido era tão urgente que Koeler providenciara para que a viagem do médico se realizasse naquela mesma noite, o que foi feito conduzindo-se o profissio-

nal numa falúa de dois mastros, na companhia do irmão, o pastor Lallemant, e do barão de Tautphoeus. Navegaram toda a noite, chegando a Inhomirim pelas 5 horas da manhã. Depois de andarem três horas por mau caminho chegaram à Fazenda da Mandioca, propriedade de Langsdorff, que, como é sabido, ficava entre o Fragoso e a atual Raiz da Serra. Felizmente, disse o médico, o ferimento do irmão de Koeler não era grave, e durante o almoço, este falou com interesse sobre o projeto de colonização em cima de serra, e o caminho para lá. Terminada a refeição montaram a cavalo e foram vêr a serra, por uma picada dificil, com paus caidos e pedras quebradas num e noutro ponto até encontrarem, mais em cima, a velha estrada calçada descrita por Spix e Martius. Viram a casa do Córrego Seco e apreciaram o projeto de Koeler que o via como se já tivesse sido realizado. Voltaram à tarde, com bonito tempo, à Mandioca, onde D. Maria do Carmo lhe preparara um jantar de caça. De volta à Corte, embarcaram às dez horas da noite, mas na embocadura da Estrela, uma tempestade os reteve no Hotel por algumas horas.

Sete anos depois, em dezembro de 1851, seu amigo e colega dr. Sigaud mandou-o descansar em Petrópolis. Em vez de falua existia já uma embarcação a vapor e entre os viajantes havia senhoras e crianças. Na Estrela encontrou numerosos cocheiros alemães com carros a quatro cavalos fazendo transporte para Petrópolis. Achou excelente o caminho na serra, dizendo ser uma verdadeira peça de arte na construção de caminhos, as curvas muito bem feitas e a rampa suave que podiam os animais andar a trote.

Em fevereiro de 1858 voltou o médico alemão a Petrópolis pela última vez. Assinala o crescente progresso da cidade e exprime em sentidas palavras a saudade que sentira de seu malogrado amigo Koeler.

* * *

O outro visitante de Petrópolis, Hermann Burmeister,



Cristiano Bertoldo Roberto Avé-Lallemant (1812 - 1884)
Reprodução de um clichê publicado na «Revista Genealógica Brasileira» (Ano II, N.º 4) 2º semestre de 1941.

nasceu em Stralsund, na Prússia, a 15 de janeiro de 1807, foi professor de zoologia em Berlim e Halle e viajou no Brasil entre 1850-52, tendo ocupado o cargo de diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Publicou diversos trabalhos sobre estudos de zoologia e entomologia feitos no Brasil e a obra onde se encontra a sua passagem por Petrópolis, denomina-se *Reise nach Brasilien, durch die Provinze von Rio de Janeiro und Minas Gerais. Mit bessonderer Rucksicht auf die Naturgesbichte der Gold-und Diamantendistrickte.*

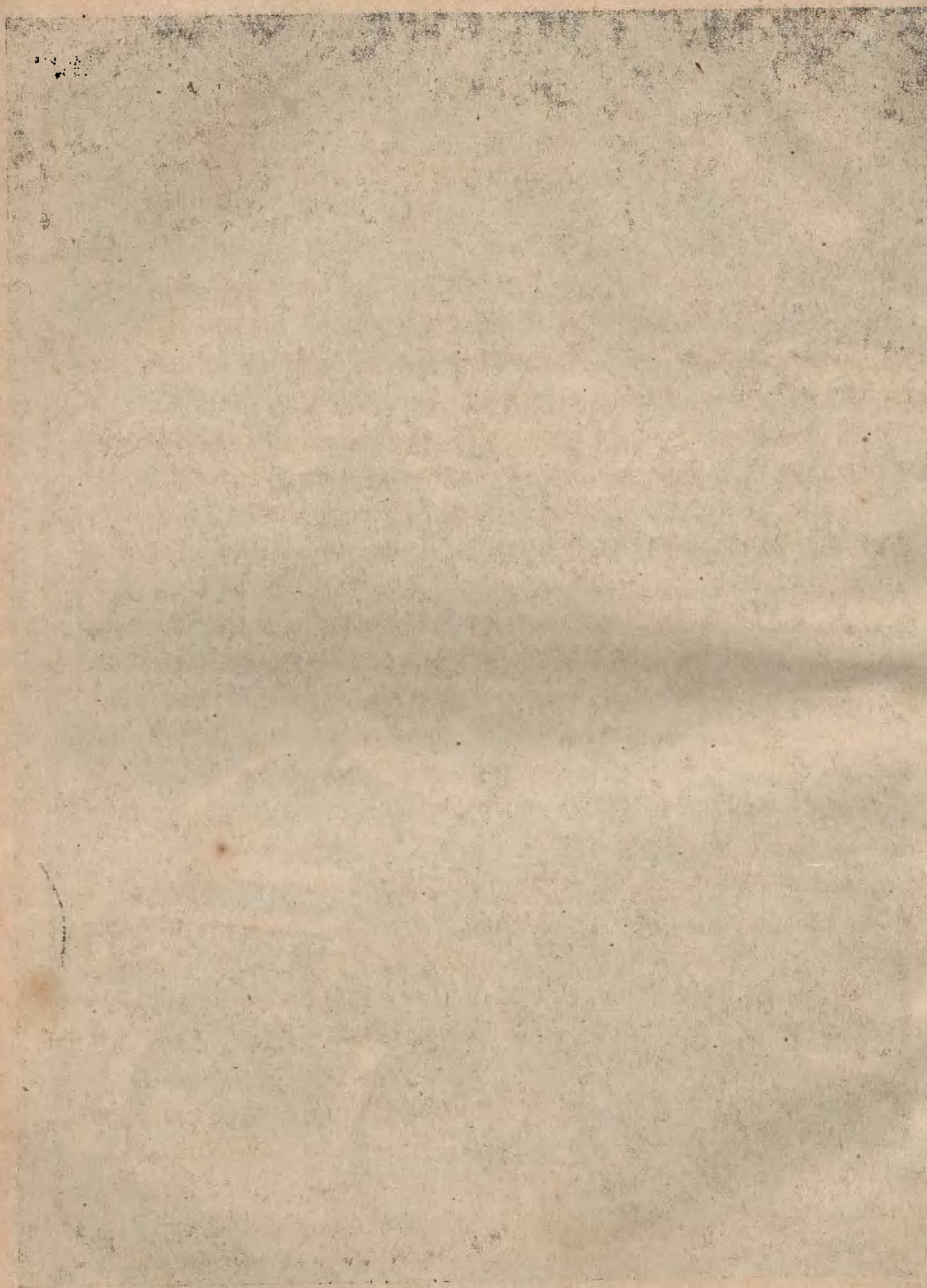
Burmeister seguiu por Friburgo, Cantagalo, Itaocara, penetrou em Minas, chegando até Lagoa Santa, e de volta veiu por Barbacena, Juiz de Fora, Paraiba, Cebolas, Secretário, Pedro do Rio. Em Correias ele diz ter passado por uma bela ala de acácias. Adiante de Samambaia viu uma bonita casa, com gente na varanda, que logo se verificou serem alemães. Um homem que lá estava falou-lhe em inglês e ele respondeu em alemão, o que o surpreendeu agradavelmente. Pensava que ele fosse inglês por ser turista, e turistas alemães eram dificeis de encontrar no Brasil por aqueles tempos. O homem era sapateiro natural da Suábia, e fazia 15 anos que ali se achavam com a família, dando-se muito bem.

Era aquele o dia 11 de dezembro de 1851, data da passagem de Burmeister por Petrópolis, e esse suábio devia portanto ter chegado ali em 1837, sendo um dos Alemães de *Justine,* que dos trabalhos da estrada normal da Estrela, estiveram no Cortiço e depois foram localizados no Itamaratí. Sua filha devia ter uns 12 anos e uma absoluta expressão da Suábia : cabelo louro com duas tranças, um gorro, saia de lã e sapatos de cano alto, exatamente como na querida Suábia do viajante. A mãe ficou deveras vaidosa quando ele gabou-lhe a pequena. Viu no Itamaratí uma boa hospedaria cuja casa tinha [illegible]rência de construção forte, o contrário das estalagens [illegible]sileiras. Entrando em Petrópolis teve a impressão de [illegible] balneário europeu em construção. Em

toda a parte construía-se, calçava-se, carregava-se areia, transportava-se pedra, limpava-se ruas, como acontecia nos lugares da Europa que se desenvolvem rápida e garbosamente. Por um vendedor de escravos havia-lhe sido recomendada uma estalagem de portugueses, logo na entrada da cidade, à direita, mas, quando a viu, bem como ao Hotel Inglês, (English Tavern) perdeu a vontade de entrar e foi para o Hotel Suiço que parecia mais confortavel. O naturalista, que viajava na companhia de um filho, trazia uma perna quebrada, o que lhe fez sofrer muito ao descer do animal. Teve ele grande alegria em encontrar no Hotel o pastor da Colônia dr. Lippold, instruído botânico, de fama mundial, sobretudo por suas remessas para a Inglaterra. Refere-se ao Hotel Bragança como igual aos melhores das capitais européias, cuja comida era muito boa e só o preço era elevado. Passada uma noite em Petrópolis, seguiu Burmeister, na manhã seguinte, para a Corte, reclamando do cocheiro badense que não corresse muito com a carruagem por causa da perna quebrada, para a qual ele deveria consultar Lallemant logo chegado ao Rio.



Príncipe *Dom Augusto Leopoldo*, — o primeiro príncipe petropolitano — com a farda de guarda-marinha da Armada Imperial Brasileira.
Reprodução de uma fotografia de 1888 mais ou menos, de Alberto Henschel & Cia. (fotógrafos da Casa Imperial) conservada no Arquivo do Museu Imperial.



BERÇO DE PRÍNCIPES

Petrópolis foi berço de Príncipes. Aquí nasceram Dom Augusto Leopoldo, filho da Princesa Leopoldina, em 1867, e Dom Pedro e Dom Luís, filhos da Princesa Isabel, respetivamente em 1875 e 1878.

O Presidente da Câmara Municipal, no dia 7 de dezembro de 1867 anunciava a seus pares, reunidos em sessão que, na véspera, Sua Alteza a Sereníssima Dona Leopoldina, Duquesa de Saxe havia dado à luz pelas 11 horas e 20 minutos, um Príncipe, que pelas 10 horas da manhã daquele dia, segundo o estilo, recebera o nome de Augusto, realizando-se então as primeiras cerimônias religiosas pelo revmo. vigário Nicolau Germain. Adiantou ainda o Presidente haver prevenido ao procurador da Câmara para se fazerem os festejos do costume, e predisposto tudo para se mandar celebrar um Te-Deum, em ação de graças por tão feliz acontecimento, convidando ao mesmo tempo os srs. Vereadores José Cândido Monteiro de Barros, José Ribeiro do Val, José Antônio da Rocha, Antônio José Correia Lima e Maximiano José Gudehus, para irem receber Suas Majestades e Altezas ao Alto da Serra, afim de saudarem com júbilo a vinda da Família Imperial a esta cidade, e felicitá-la pelo nascimento do Príncipe.

Chamou-se este, Augusto Leopoldo F lipe Maria Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, Príncipe e Duque de Saxe-Coburgo Gota, 2º filho de Leopoldina Teresa Francisca Carolina Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon e Luís Augusto Maria Eudes, Príncipe e Duque de Saxe e Coburgo Gota.

Foi oficial da Marinha de Guerra do Brasil, e a 30 de maio

de 1894 casou-se em Viena com Carolina Maria Imaculada Josefa Luisa Januária Cristina Benedita Lourença Justiniana, Princesa Imperial e Arquiduquesa da Áustria-Toscana.

Sobre o nascimento do Príncipe do Grão-Pará foi lavrado o seguinte Auto:

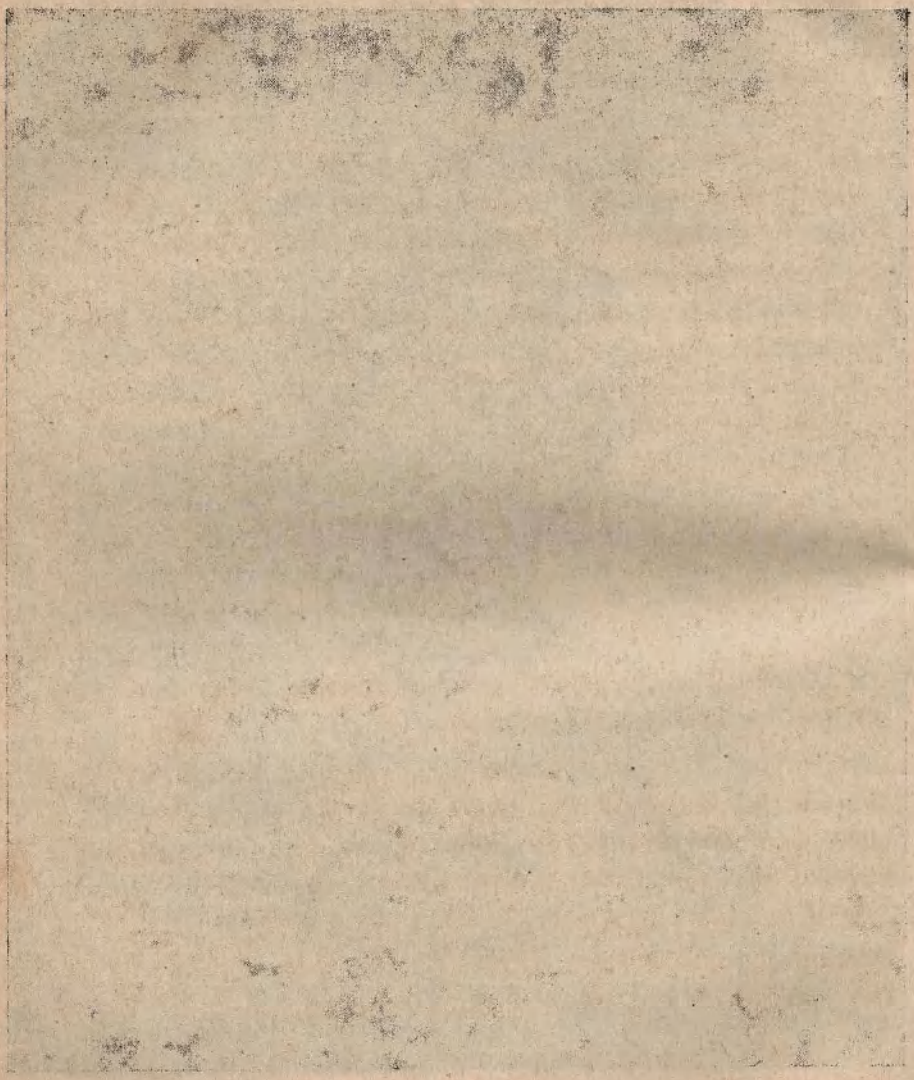
«Aos quinze dias do mês de outubro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesús Cristo de 1875, na cidade de Petrópolis, em o Palácio da atual residência de Sua Alteza Imperial a Snra. Princesa D. Isabel e de Sua Alteza Real o Snr. Gastão de Orleans, Conde d'Eu, seu augusto esposo, e na presença de Sua Majestade o Imperador, de Sua Majestade a Imperatriz, reunidos os abaixo assinados, Ministro e Secretário de Estado, Presidentes das Câmaras Legislativas, grandes do império, pessoas de serviço da semana, médicos da imperial Câmara e o Dr. Jean Anne Henri Depaul, assistente do nascimento, afim de autenticarem o do sereníssimo príncipe, filho de Sua Alteza Imperial a Princesa Snra. D. Isabel e do seu augusto esposo, declararam que no dia de hoje, às 4 horas e 50 minutos da manhã, a mesma princesa imperial, a Snra. D. Isabel, deu à luz, a termo, um príncipe, o qual foi apresentado por seu augusto pai a todos os abaixo assinados.

E para que o referido conste a todo tempo, eu, José Bento da Cunha Figueiredo, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, Senador do Império, Ministro e Secretário do Estado dos Negócio do Império, lavrei quatro autos do mesmo teor, dos quais um será depositado nas augustas mãos de Sua Majestade o Imperador, outro nas de Sua Alteza o Snr. Gastão de Orleans, Conde d'Eu, o terceiro será remetido à Sua Alteza Real o Snr. Duque de Nemours, e o quarto ficará no arquivo público do império. — D. Pedro II, — Teresa, Imperatriz — Gastão de Orleans — José Bento da Cunha Figueiredo — Pedro,



O Principe Dom Pedro de Alcântara de Orleans e Bragança, fardado de Oficial do Imperial Exército Austríaco.

Reprodução de uma fotografia de C. Pietzner, de Viena — existente no Arquivo do Museu Imperial.



bispo capelão mor — Barão de Paquetá — Conde de Lages — Augusto Duque Estrada Meyer — José Carlos Mayrinck — José Dias da Cruz Lima — Visconde de Caravelas — Visconde de Santa Isabel — Depaul, professeur à la Faculté de Médicine et Membre de l'Académie de Médicine de Paris.

Declaro, em tempo, que os presidentes das Câmaras Legislativas não assinaram o auto de nascimento, por haverem comparecido tarde.

E para constar, faço a presento declaração. Era ut supra. — *José Bento da Cunha Figueiredo*».

Três dias duraram os festejos em regosijo pelo acontecimento.

Pela manhã do dia 15 houve Te-Deum mandado celebrar pela Irmandade S. Pedro de Alcântara, com a presença da Família Imperial.

A Fábrica S. Pedro de Alcântara deu três salvas de 21 tiros, durante o dia.

Bandeiras e iluminação decoravam as ruas, onde duas bandas de música eram ouvidas.

No dia 17, que foi domingo, realizou-se novo Te-Deum mandado celebrar pela Câmara Municipal, sendo oficiante o bispo Dom Pedro Maria de Lacerda, ao qual compareceram a Família Imperial, altas autoridades e diplomatas.

Dom Luís, segundo filho da Princesa Isabel, nasceu no Palácio Imperial desta cidade a 26 de janeiro de 1878, e vários festejos em regosijo pelo fato, foram realizados.

O primeiro princípe petropolitano, Dom Augusto, filho da Princesa Leopoldina, foi oficial de nossa Marinha de Guerra, e não teve expressivo contato com o seu torrão natal.

Os dois outros, filhos da Princesa Isabel tiveram por assim dizer, toda a sua infância em Petrópolis, até mesmo ao

ponto de figurarem, sob os olhos do preceptor Ramiz Galvão, como diretores do jornalsinho «Correio Imperial», que se destacou pela campanha abolicionista refletindo os sentimentos maternos de seus redatores.

E os dois príncipes petropolitanos só deixariam a sua cidade no dia 17 de novembro de 1889, respetivamente com 14 e 11 anos de idade, quando deixaram o Palácio Imperial, na companhia de Ramiz Galvão e André Rebouças, atendendo ao telegrama da Princesa que os chamava já de bordo do navio prestes a partir para a Europa.

Dos dois, logo após à revogação da lei de banimento da Família Imperial, voltaria ao Brasil, para fixar residência, o Príncipe Dom Pedro, morrendo em sua cidade natal vinte anos depois.

O outro, o Príncipe Dom Luís, não mais pertencia ao mundo dos vivos quando poderia ter aproveitado a revogação da lei de banimento.

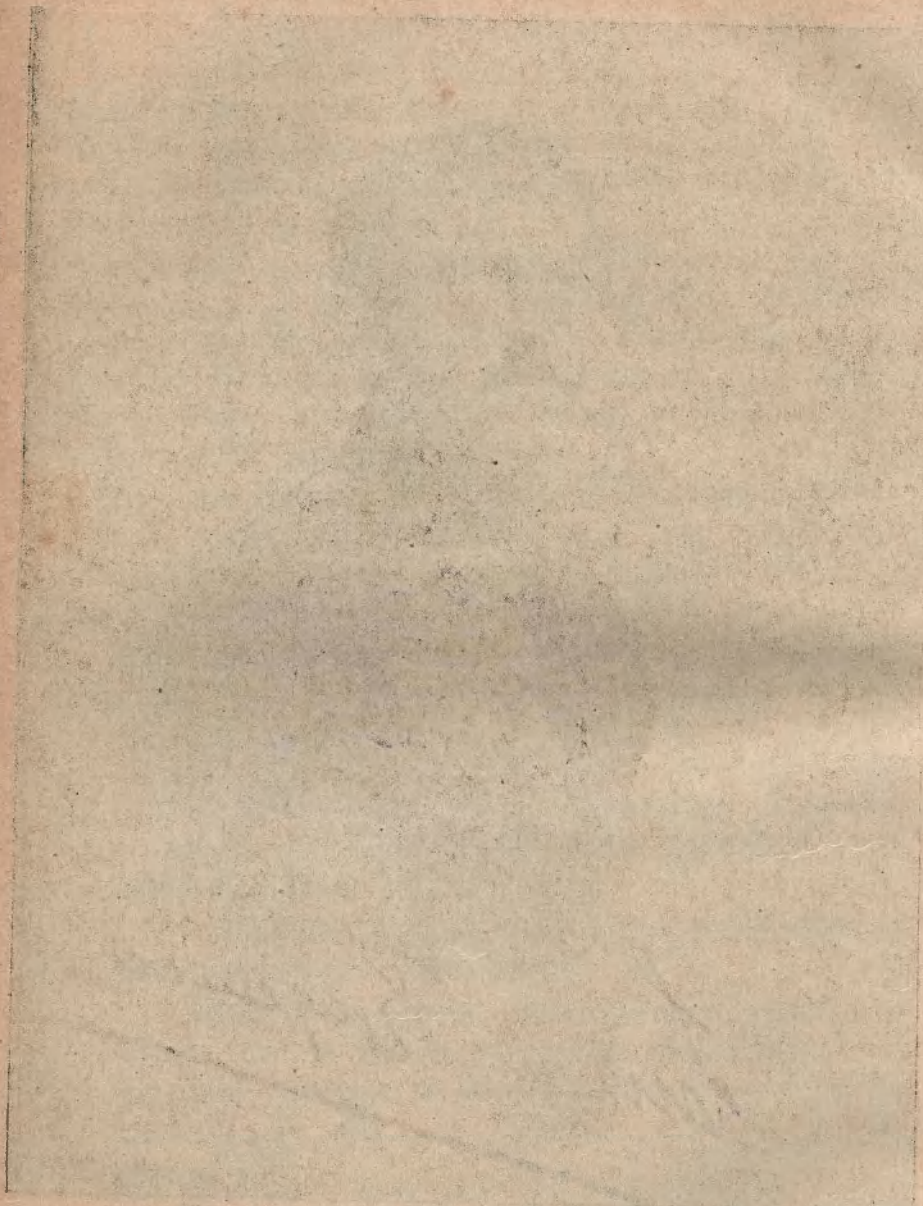
Seu desejo de revêr a Pátria fora porem tão vivo, que em 1907, viajando incognito a bordo do «Amazone», dispunha-se desembarcar no Rio de Janeiro quando foi obstado pelas autoridades policiais.

No dia seguinte, alguns jornais cariocas publicavam a seguinte declaração de Dom Luís:

> «Impedido de desembarcar em terras do Brasil, onde nasci e de que sempre tenho mostrado afetuoso filho, não posso deixar de lavrar este protesto e da violência, que ora me é feita, tomo por testemunhas Deus e a Nação Brasileira.
>
> Não é verdade que em tempo algum tivesse aberto mão dos meus direitos de cidadão brasileiro. Cursando a Escola Militar da Áustria e exercitando-me na carreira das armas, no exército daquele país, tornei logo formalmente explicito que não abandonava a minha nacionali-



O Príncipe *Dom Luís de Orleans e Bragança*, com a farda de Oficial do Exercito Austríaco. Reprodução de um postal existente no Arquivo do Museu Imperial



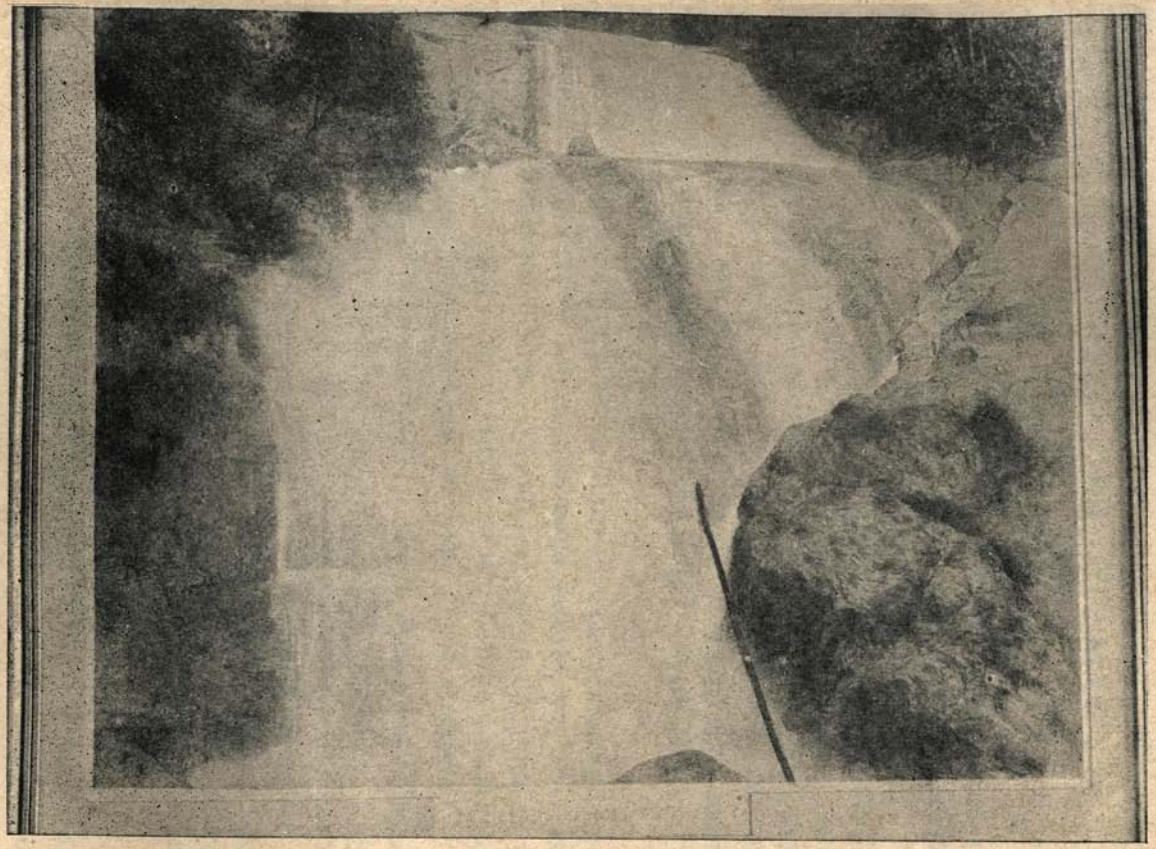
dade, de modo que em qualquer perigo nacional pudesse ser util a minha Pátria, oferecendo-lhe um soldado preparado e disposto a todos os sacrifícios, inclusive o da vida, em prol da honra e da segurança do Brasil.

Confiando nas garantias que a Constituição de 24 de fevereiro assegura a qualquer, brasileiros ou estrangeiros, para desembarcar ou permanecer em tempo de paz em território nacional independentemente de passaporte ou outra formalidade, eu me propunha visitar a minha Pátria, e deste propósito sou demovido por uma intimação que o considero violenta e arbitrária.

Brasileiro como os que o possam ser, e sentindo vibrar em meu peito todas as fibras do meu patriotismo, revendo após 18 anos de exílio as terras do Brasil e não podendo nele desembarcar, apelo para a opinião dos meus compatriotas, para a do mundo civilizado, para Deus, Supremo Regenerador das nações, e confio que ainda um dia me farão a justiça, que me é denegada.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1907.

Luís de Bragança e Orleans».



A Cascata do Itamaratí

Fotografia de Victor Frond, litografia de Eugène Cicéri e impressão de Lemercier (Paris).
Da coleção de ilustrações feita para a obra de Ribeyrolles -- «O Brasil Pitoresco» - 3 vols. n. 4.º Paris, 1861.
Reprodução do exemplar existente na Biblioteca do Museu Imperial e que pertenceu ao Imperador D. Pedro II.

CASCATA DO ITAMARATÍ

Descendo do Caxambú para atingir o fundo do vale e juntar-se ao Piabanha, o rio Itamaratí apresenta várias cachoeiras.

Hoje em dia, ninguem mais procura nem fala na Cascata do Itamaratí. Porque ? Simplesmente por ter aparecido mão vandálica que destruíu totalmente a floresta ali existente, e não ter havido quem se opuzesse ao crime. A Cascata do Itamaratí era sem dúvida um dos recantos mais sedutores de Petrópolis, reproduzida nas tintas de De Martino e nas gravuras de Victor Frond.

Escondida por soberba floresta a cachoeira seguia-se a um amplo, límpido e tranquilo poço natural, que era o regalo de habituais banhistas. Na margem esquerda, junto ao poço, larga furna de pedra, a «Gruta Paulo Emílio», era a sala oferecida pela natureza a costumeiros pique-niques.

Já em 1857, o «Paraiba», de 20 de dezembro, reclamava: «Dizem-nos que a nova picada que desta cidade vai à Cascata do Itamaratí corre o risco de ficar brevemente obstruida em virtude de desmoronamento de uma parte de morro. Fora conveniente tratar-se desse concerto visto que a Cascata do Itamaratí é o fruto favorito de passeio e reunião dos cavalheiros habitantes e visitadores desta bela e querida localidade».

A beleza e renome desse sítio duraram até 1918 ou 1919, quando a completa e criminosa derrubada das matas, transformou-o em tapera, relegando-o a consequente abandono.

Não vinham grupos de turistas ou oficialidades de navios de guerra estrangeiros a Petrópolis, que deixasse de figurar no programa, excursão à Cascata do Itamaratí.

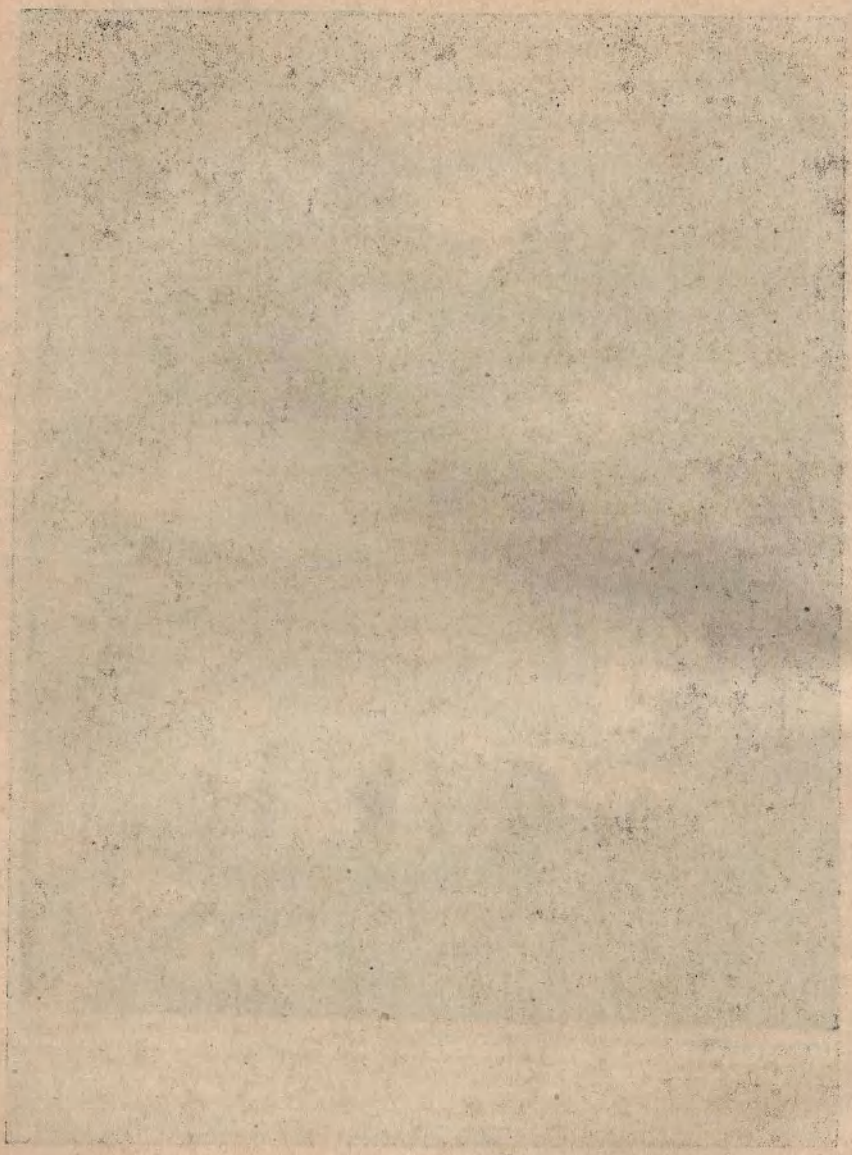
A população local comprazia-se em frequentar assiduamente a «Gruta de Paulo Emílio». Grupos de moças e rapazes realizavam pique-niques e, para os domingos dos colegiais internos, era um excelente prêmio passarem algumas horas naquele delicioso poço.

Três caminhos eram habitualmente palmilhados para ali, cada qual com particulares atrativos panorâmicos: pelo Quarteirão Suiço, Caixinha da Areia e Caxambú; pelo Quissamã, e atual na rua Dr. João Barcelos, ou então pela linha férrea e tunel do Itamaratí.

Com a desfiguração do local pela derrubada das matas, só resta uma saudosa evocação da Cascata do Itamaratí, e com ela uma advertência para o resguardamento das atuais belezas naturais de Petrópolis.



Cascata do Itamaratí em Petrópolis.
Quadro a óleo de De - Martino vendo-se reproduzida a figura
de D. Pedro II e seu camarista.
Tela existente no Museu Imperial



IGREJA DE SANTO ANTÔNIO

No Alto da Serra, início de Vila Teresa, e ao cimo de uma elevação, como que se dirige para o ceu, risonha e modesta, a igreja de Santo Antônio.

A idéia da construção desse templo data de 1896, tendo como seus propugnadores os srs. Visconde de Ouro Preto, José Ferreira da Paixão, Desembargador Henrique João Dodsworth, Capitão Antônio Antunes Freire, Capitão de Fragata José Martins de Toledo, José Nazarino Murta, Gonçalo de Araujo Viana e Dr. Afonso Celso.

Inicialmente, pelo casal João Batista de Castro havia sido oferecido um terreno de vinte e cinco metros de frente e trinta e oito de fundo, para nele ser edificada a igreja, o que não poude ser aproveitado pelas despesas necessárias com a movimentação de terras.

Angariados donativos, obteve logo a comissão a quantia de 10:688$760, concorrendo as famílias Ouro Preto, Javarí, Frontin, Itaipe, Marcondes, Cornélio, Afonso Celso, Gentil de Castro e outras. Com esses iniciais recursos foram atacados os serviços de movimento de terra até que, em agosto de 1900, foram os mesmos paralisados. Nesta altura, conhecido o plano da Ordem Franciscana de construir uma capela no Cortiço, decidiu o Dr. Afonso Celso procurar o superior da ordem, frei Ciríaco Hielscher, resultando da entrevista prosseguirem os franciscanos na empreza já quasi morta. Estudando novamente o plano, chegou frei Ciríaco à conclusão da má serventia do local, apresentando-se como preferivel o ponto onde hoje se encontra a igreja. Era o terreno propriedade de Manoel Joaquim Valadão, amigo do Visconde de Ouro Preto, o que, portanto, facilitou a última decisão. E assim, por escritura pública de 15 de janeiro de 1901, era

doada uma área de cem metros quadrados, estabelecendo-se em cláussula de ficar a mesma pertencendo à ordem franciscana, e recebendo frei Ciríaco, da primitiva comissão, o saldo de 1:806$730.

O virtuoso e dedicado franciscano dedicou-se com afinco à obra, cuja pedra fundamental foi colocada a 20 de outubro de 1901, com missa campal assistida pelo presidente do Estado, outras autoridades, e muito povo.

Prosseguia frei Ciríaco em sua tarefa quando, tendo de abandoná-la para atender a serviço que, fóra de Petrópolis, lhe era determinado por seus superiores, foi a mesma entregue ao distinto e saudoso frei Celso, não menos entusiasta e tenaz no êxito do empreendimento. Era encarregado das obras o construtor Pedro Henh, e muito não tardara para se verificar escassês de dinheiro.

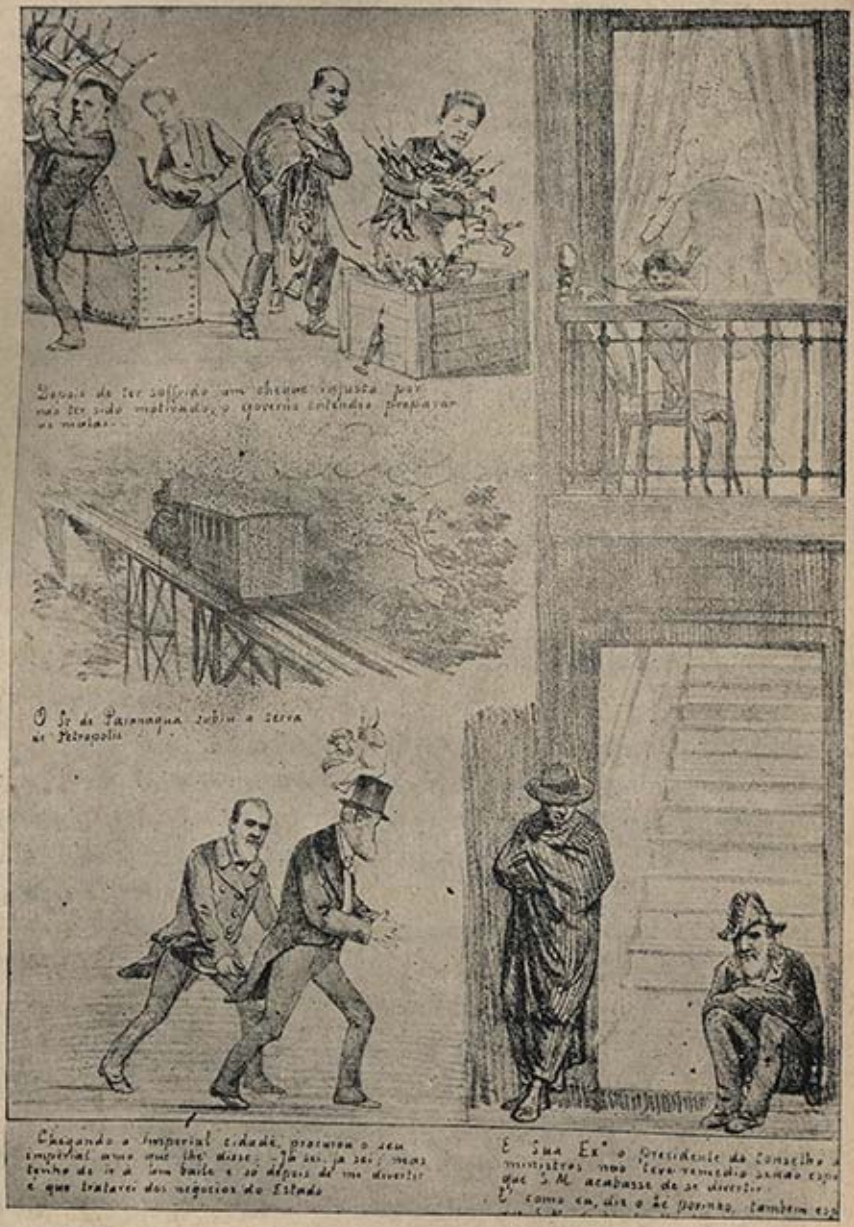
Todavia, frei Celso não desanimou. O Visconde de Ouro Preto, recorrendo à condessa de Figueiredo, e esta, auxiliada pelas senhoras Germana Barbosa, Rosina Otoni e outras distintas damas, conseguiram do Clube dos Diários uma grande festa em benefício da Capela.

O festival, realizado a 12 de abril de 1903, rendeu perto de 20:000$000.

Após esse festival seguiram-se leilões, quermesses e listas, e deve-se destacer o trabalho nesse sentido dos moradores de Vila Teresa, senhores Constâncio de Oliveira Rocaucourt, Manoel Ferreira da Rocha, Emílio José da Silva e Antônio de Queiroz.

Desta forma habilitado, dirigiu-se frei Celso ao arquiteto Pedro de Olivares Muñoz, que encontrando a igreja nos alicerces e alguns metros de parede, deu-lhe acabamento.

Estavam assim concluída a igreja de Santo Antônio do Alto da Serra, por cuja idéia primitiva devia ser consagrada à Nossa Senhora da Piedade.



Reprodução de uma página de Ângelo Agostini, na *Revista Ilustrada* de 1883. Ano VIII, n. 341, comentando a assiduidade do Imperador aos bailes petropolitanos (1883).

BAILES DE OUTRORA

Um dos pitorescos acontecimentos de Petrópolis eram os seus bailes populares.

Está visto que ainda há muita festa dansante em nossa cidade, e o seu número e frequência são bem maiores hoje em dia, que os antigos bailes populares. A originalidade destes, porem, desapareceu, e é de seu aspeto que vamos tratar.

Antigamente, isto é, de cinquenta anos para traz, os bailes populares eram quasi que monopólio dos colonos e seus primeiros descendentes petropolitanos, e revestiam-se por isso de um excepcional e gracioso caraterístico.

Eram eles celebrados todos os domingos e dias santos, em dois salões de nossa principal rua, no Bragança e no Rugimont, depois Floresta.

Todos dansavam, velhos, moços e crianças, e era engraçado ver-se uma velha, em torneio de valsa, com a cabeça reclinada sobre o ombro do seu cavalheiro, que, tambem velho, não errava no entanto o compasso, nem demonstrava fraqueza de pernas.

A ordem, o respeito e a alegria eram gerais e irrepreensiveis. No salão Rugimont, quando faltava a banda de música, dansava-se ao som de um grande realejo. No Bragança era de hábito ouvir-se a banda completa do maestro Gustavo Eckardt e seus filhos.

Esses bailes públicos eram frequentados por todas as famílias, ficando os veranistas nas galerias, assistindo àquele interessante espetáculo.

Pelo Natal, Ano Bom e Reis, havia três noites seguidas de dansa: a véspera, o dia da festa e o dia seguinte.

Mais tarde, fugindo às «misturas» e ao desvirtuamento de suas praxes, os colonos abandonaram a Avenida 15 de Novembro e foram fundar, em cada quarteirão, a sua sociedade bailante.

Até aos nossos dias, existiam ainda as remanescentes dessas sociedades, tais como a «Harmonia da Mosela» e a «Estrela do Oriente» na Ponte do Fones.

E chegou mesmo a haver uma tentativa de restabelecer o baile-colonial na Avenida 15, com a existência do Ideal-Clube ali ao lado do novo edifício onde funcionou, por último, o Clube Petrópolis.

O Ideal-Clube teve vida até 1920.

Como era interessante o sugestivo o Ideal-Clube!

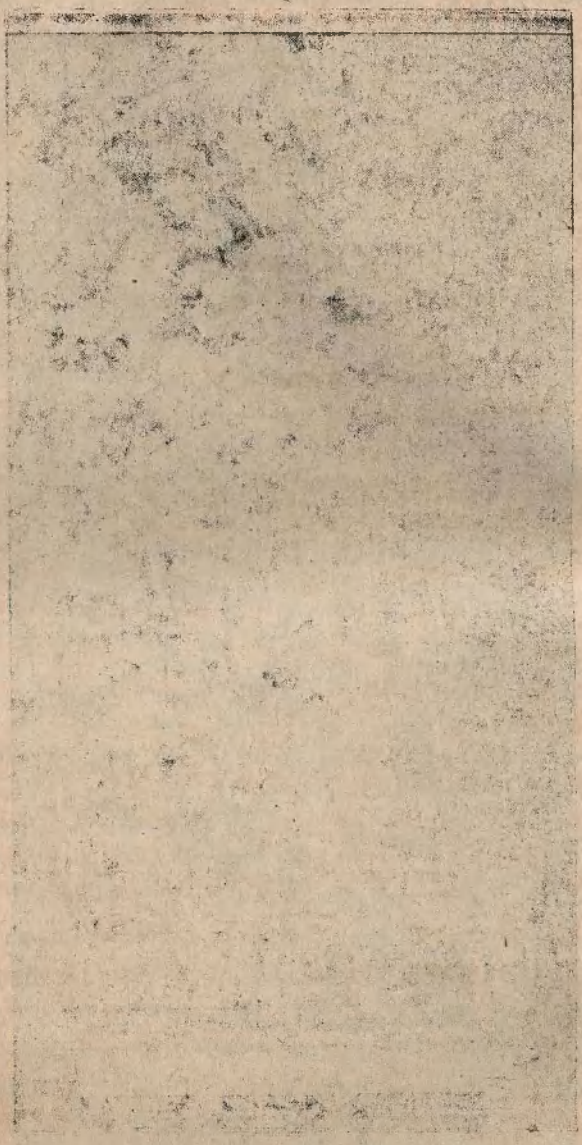
Moços de nossa sociedade, que se retiravam dos bailes de verão no Tenis ou nos Hoteis Palace e Central, de casaca ou smoking, que eram habituais naquela época, sentiam verdadeira atração pelo comparecimento ao Ideal Clube, nas madrugadas dos sábados, quando as dansas chegavam até ao raiar do dia.

Com entrada paga, e selecionada, esses moços encontravam ali um contraste de sabor especial. As dansas eram dirigidas por um mestre sala, que de quando em vez, estabelecia o critério dos rapazes serem convidados a dansar pela escolha direta das moças. Ambiente absolutamente familiar, e sob os olhos vigilantes dos pais, era curioso observar-se a recusa das moças em praticar as dansas em voga naquele tempo. Nada de maxixe, nada de tango ou «one step». Era a valsa tradicional e sempre bela, era a mazurca ou o «schotisch». E por fim, uma grande e demorada quadrilha.

E com este e os outros, lá se foram os bailes coloniais de Petrópolis!



Cena representando o entrudo durante o Carnaval. Desenho de Ângelo Agostini, publicada na *Revista Ilustrada*.



O ENTRUDO

Entrudo, segundo os dicionários, é palavra vernácula que significa «o tempo de divertimento que compreende os três dias que precedem a quarta feira de Cinza».

Pelo menos no Brasil, essa palavra passou a significar não os três dias de Carnaval, mas o jogo de água praticado durante esse festejo pagão. Não sabemos desde quando teria o entrudo aparecido em nossos costumes. De-Bret já o deixara registrado em seus desenhos de cenas de nossas ruas.

O fato é que no Rio, o entrudo fez época, com bisnagas e bombas de água pura ou perfumada, até o fim do Império, assinalado que ficou nas ilustrações da Revista de Ângelo Agostini.

Em Petrópolis o entrudo não só se prolongou até a segunda decada deste século, como evoluíu, revestindo-se de aspetos especiais.

No tempo da monarquia, não era ainda diverso do entrudo da Corte : havia a bisnaga, os limões de cheiro, as pequenas bombas de folha. Tinha porem a circunstância de contar com o Snr. D. Pedro II como participante da brincadeira.

O «Jornal do Comércio», de 7 de abril de 1880, publicava sob o título *Variedades* uma crônica sobre Petrópolis, na qual, com referência à vida de Dom Pedro II em nossa cidade, dizia : «a pé andava nos dias do Carnaval, quando umas moças tiveram a ousadia e a imensa honra de quebrar alguns limões de cheiro nas sagradas costas de S. M. o Imperador».

Várias vezes foram feitas tentativas para suprimir o entrudo, dos nossos hábitos carnavalescos.

Em fevereiro de 1884, a convite do Comendador Quartim, reuniram-se em sua casa diversas pessoas de destaque, entre elas os Snrs. Barões da Penha, Catete, Lagoa, Snrs. Alencar Lima, Frias, Wilson, Freeland, Conde da Estrela, Drs. França Júnior, Coutinho, Comendador Malvino Reis, Moreira Júnior, Eugênio Tourinho, Visconde de Garcês, Comendador Correia de Aguiar, Plínio de Oliveira e Calógeras.

Assentaram então promover os meios da substituição do entrudo, nomeando-se uma comissão para organizar programa de passeios à fantasia, batalhas de flores, confetis, etc.

Anunciou-se então, para o Carnaval, imponente batalha de flores, e no Teatro Petropolitano haveria uma ótima banda de música para «arrebatadoras valsas, repinicadas polcas e sedutoras quadrilhas, acompanhadas de toques de sino, tiros de artilharia, gargalhadas, sapateados e hipps hurrahs».

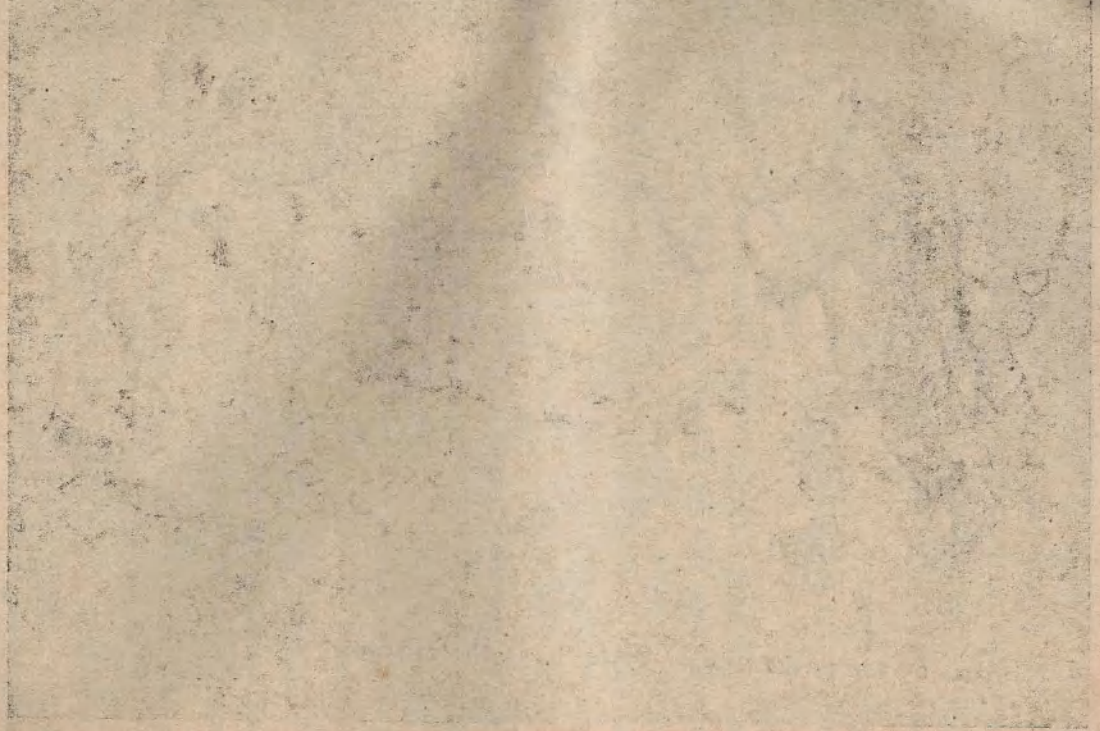
Mau grado todo esse esforço, o entrudo não morreu, e nem mesmo os barbas brancas do Snr. Dom Pedro II escaparam de escorrer água, por efeito de um limão, atirado por mão feminina, certa de que o imperial personagem não se considerava desrespeitado por um gesto que, ele próprio, se comprazia de apreciar, pois é sabida a sua participação nas porfias carnavalescas.

E com o decorrer do tempo, não só perdurou o entrudo petropolitano, como evoluiu.

Dos primeiros anos deste século, e até mais ou menos 1915, quando então desapareceu definitivamente, o entrudo em Petrópolis era praticado na segunda feira gorda. Inúmeras carroças (planchões) percorriam as ruas, repletas de moços e moças, conduzindo pipas dágua contendo não mais os limõesinhos de cera, com recheio de líquido perfumado, mas grandes limões de borracha com água pura, e magníficas bombas de cobre, de apreciavel capacidade ejaculatória.



Caricatura de Ângelo Agostini representando o Imperador jogando entrudo no Carnaval de 1881. Reprodução da *Revista Ilustrada* de 1881 (Ano VI, n. 236).

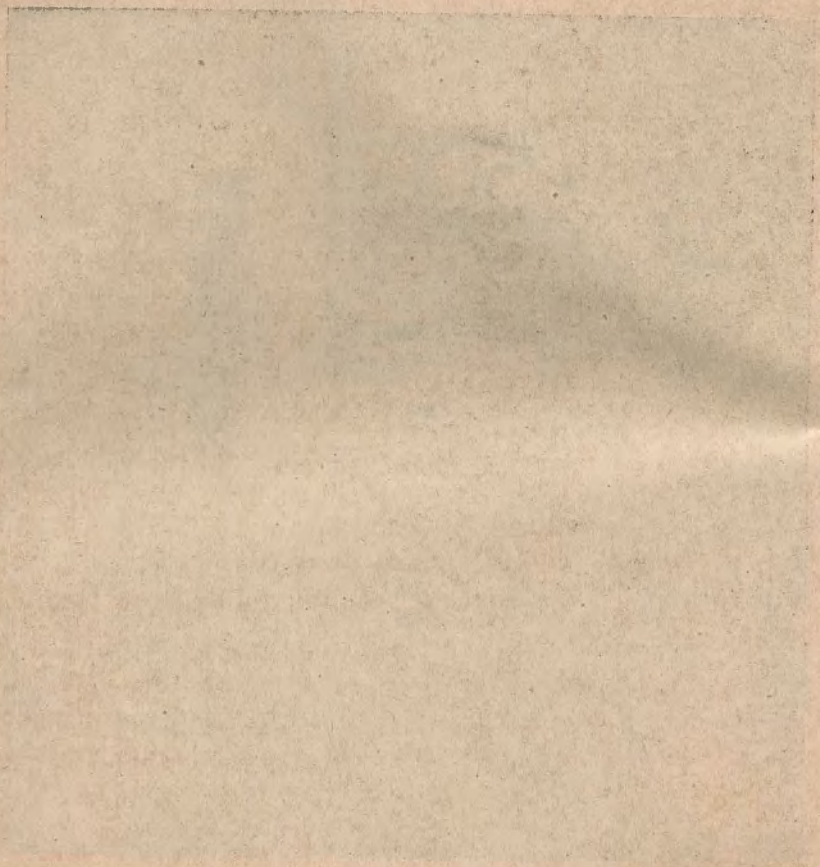


Caricatura de Ángelo Ago [illegible] a [illegible] en [illegible] de 1881.
[illegible] de Febrero [illegible] de 1881 (Año VI, n. 300).

Travaram-se assim inúmeras batalhas que não raro eram terminadas por cordial luta corpo a corpo, quando, já apeados os contendores de seus carros de luta, à porta dos bastiões domiciliares que aguardavam o assalto, se esforçavam por jogar o adversário nos tanques de repuxo dos jardins.



Desenho de Ângelo Agostini, na *Revista Ilustrada* de 31 de Março de 1887.



COISAS DE ANTANHO

Pegue-se a esmo, uma data das efemérides petropolitanas: o ano de 1859.

Em janeiro, Petrópolis recebia Antônio Gonçalves Dias, não se contentando o grande poeta lírico nacional de se recolher a um hotel, e usufruir tranquilamente as delícias serranas. Registaram com satisfação, os jornais da terra, que o poeta visitara suas redações, prometendo-lhes colaboração.

Nessa mesma data, por aqui aparecia Francisco Adolfo Varnhagem, Visconde de Porto Seguro e afamado historiógrafo, que acabava de ser nomeado ministro residente no Paraguai, removido que fora de Madrid, onde estivera como encarregado de negócios.

E como janeiro, desde àquele remoto ano, sempre foi o mês mais movimentado da vida petropolitana, alem do poeta e do historiador famoso, aquí estiveram, para conferenciar com o Imperador, o presidente do Conselho de Ministros, Snr. Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté, e o Senador Eusébio de Queiroz.

Por esses tempos, Petrópolis levava uma vida bem concernente com a iluminação do azeite e o descançado transporte por tração animal. Uma nota viva dessa doce época, era o seguinte apelo, estampado na imprensa local, em 1875: «Pedimos aos dignos senhores negociantes para fecharem os seus estabelecimentos aos domingos e dias santificados, do meio dia em diante, e desde já agradecemos. — A classe caixeral».

E por falarmos de 1875, vamos mencionar duas ocurrências próprias da pacatês da imperial cidade: S. M. o Imperador, por intermédio do Mordomo, ofereceu à Câmara Muni-

cipal uma bomba para extinção de incêndios na cidade, e o Snr. Barão de Catete anunciava socorrer gratuitamente os enfermos pobres, não só dando-lhes consulta médica como os remédios de que necessitassem.

A industrialização de Petrópolis, bem como o desenvolvimento de sua população, foram fatores que vieram apagar ou esmaecer muitos de seus pitorescos aspetos. Nos quarteirões, desapareceu o tom predominante das casinhas de colonos e os grandes lotes de terrenos. Em consequência, não mais se vê, pelas manhãs, as carrocinhas de carbito, transportando para o consumo da cidade os requeijões e a manteiga fresca, enroladas em folha de bananeira, tão apreciados até há alguns anos atraz!

Petrópolis foi a cidade dos bons queijos e da excelente manteiga. Foram famosos os seus queijos *De Brie*. Júlio Buisson, fundador da *Crèmerie Parisienne*, popularmente conhecida por *Cremêrie*, mereceu visitas de S. M. o Imperador, e teve os seus produtos largamente colocados fora de Petrópolis.

Várias pequenas fábricas de apreciada cerveja aquí funcionavam, sendo que a de Guilherme Lindscheid, hoje transformada na grande empresa Boêmia, em 1883, expediu um milhão e quinhentas garrafas.

Em 1881, um amador, residente na Westphalia, enviava à redação do «Mercantil» uma cebola, medindo 35 centímetros de circunferência.

Esse apanhado de diversos pequenos acontecimentos, dão assim idéia da fisionomia de Petrópolis, numa determinada época de sua vida.



Planta da Imperial Colônia de Petrópolis

Trabalho de Otto Reimarus, executado em 1854. — Reprodução de uma cópia existente no Museu Imperial.

OTTO REIMARUS

Otto Reimarus, foi engenheiro da Colônia de Petrópolis. Nada sabemos sob a condição da vinda desse personagem para o Brasil, b m como outras particularidades sobre sua vida. O que se sabe, e mais importa, no entanto, foi a contribuição por ele prestada para assinalar uma determinada época de Petrópolis, e feita em curto lapso de tempo. Assim foi que em 1854, Otto Reimarus riscava uma palnta reduzida da cidade, e nesse mesmo ano, realizava uma série de seis desenhos a lapis sobre ruas locais, todas elas datadas e assinados: Praça Coblentz (4 de março), Nassau (8 de março), Casa Mauá (15 de março), Palácio Imperial (17 de março) e Hotel Bragança e rua do Imperador (20 de março).

Reimarus, em agosto de 1859, embarcando no veleiro francês *Commerce de Paris,* para visitar sua pátria alemã e a sua gente, morreu em alto mar, sendo seu corpo atirado às águas oceânicas.

LUIZ AFONSO d'ESCRAGNOLLE

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DO ESPORTE EM PETRÓPOLIS

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DO ESPORTE EM PETRÓPOLIS

Petrópolis, mercê de sua previlegiada situação topográfica e climatérica, elevada entre montanhas, plantada entre vales amenos, gozando de uma temperatura média de 18 graus, parece reunir todos os requisitos para ser o ambiente adequado à realização plena e propícia aos trabalhos do cérebro e ideal para a prática dos esportes. Tudo se alia para que ela, dentro de curto espaço de tempo, concretize o ideal helênico mais belo, qual o da cultura física em combinação com uma sólida cultura espiritual, o mais eficiente binômio de valores em que se pode assentar o alicerce de uma nacionalidade. A cidade de Pedro, usufruindo no Brasil da fama não desmentida de contar com bons colégios, terá um dia, a aureolar-lhe tambem o nome, o título de Cidade-Estádio, já pela força de vontade de seu povo, já pelo amparo dos poderes públicos, que, ultimamente, passaram a dispensar maior carinho à difusão da prática dos esportes, criando campos, apropriados, amparando agremiações esportivas, envolvendo nessa aragem de entusiasmo pessoas até então ignorantes ou indiferentes ao assunto.

Não é, porem nosso escopo divagações sobre os dias vindouros, mas sim lançar um olhar retrospectivo sobre as modalidades de esporte em todas as suas manifestações, desde os primórdios de Petrópolis, não para escrever uma perfeita monografia, que o assunto é sedutor e o campo vasto, mas realizar uma sequência bastante suscinta das datas principais, base influenciadora de um futuro trabalho de outrem que, um dia, forçosamente surgirá, para complemento aos demais estudos realizados da história de nossa cidade.

Certo, a grande maioria da mocidade da segunda metade

do século passado dava-se aos torneios de espírito, não porque fosse infensa aos esportes, mas tão somente devido às condições sociais de então.

Assim, quem olha para o passado muito pouco, encontra sobre esportes e cultura física. Afora o bilhar, a ginástica, o turf, o ciclismo, as caçadas, o boliche, nada mais se lhe depara. Tais comentários não se enquadram apenas a Petrópolis; a mentalidade era igual para todos os paises até que, ao nascer do nosso século ela foi se modificando principalmente pela influência dos povos anglo-saxões, cuja mocidade primeiro se deu à prática de esportes, modernizando uns e criando outros, — inaugurando nova era para a humanidade.

A primeira referência a esportes encontrada nas crônicas petropolitanas vem-nos trazida por um acontecimento que enlutou a futurosa Colônia. Os primeiros habitantes dessas montanhas cobertas de espessa mataria deveriam sentir uma atração bem grande para as caçadas e exercícios de tiro ao alvo.

Em 1847, pois, quando se entregava a exercícios de tiro ao alvo foi vítima de mortal acidente o Major Júlio Frederico Koeler, colonizador de Petrópolis. A dolorosa ocurrência deu-se na sua propriedade, a 21 de novembro, local onde está hoje situado o Asilo dos Desvalidos.

Petrópolis pode orgulhar-se de ter sido sempre um centro de intenso movimento esportivo contando no seu acervo de glórias grandes iniciativas, umas bem sucedidas e outras que, se malogradas, o foram por motivos estranhos à energia de seus organizadores. Entre outros, é digno de realce o fato de ser em Petrópolis que apareceu uma das primeiras organizações para a prática do «Foot-Ball Association», antes, muito antes mesmo, de outras grandes cidades. O ciclismo tambem teve sua fase áurea em Petrópolis, lá por volta de 1890. O turf tambem era muito do gosto da gente desta ter-

ra. Várias corridas de amadores sempre se realizaram em vários locais da cidade, culminando com o «Prado de Correias», de saudosa memória.

Quem folheia o Almanaque Laemmert para 1854, já alí encontra referência ao salão de bilhares de Pedro Deschepper, sito à Rua do Imperador, salão esse onde se encontrava o naipe masculino da época, para maior dor de cabeça das esposas e mães de então, que a deshoras ainda estavam à espera dos entusiastas «Caramboleiros».

Na impossibilidade de estendermo-nos em considerações sobre todas as atividades esportivas de Petrópolis, aquí encerramos estas notas, para dar lugar a um retrospecto das principais manifestações esportivas da cidade, na esperança de que sejam um incentivo para o futuro *Almanaque Esportivo de Petrópolis*.

* * *

1857 — Inauguração a 23 de agosto do «Jockey Clube de Petrópolis», no lugar denominado Fragoso, na Raiz da Serra, perto da Fábrica de Pólvora. Era Presidente o Snr. Paulino Afonso Pereira Nunes.

1892 — «Derby Petropolitano», em Correias, organizado, entre outros, pelos Snrs. Barões do Rio Negro e Quartim, em terreno arrendado ao Cel. José Cândido Monteiro de Barros, na Engenhoca.

1894 — Realização da 1ª. corrida em Correias, a 25 de março. Na última reunião, a 3 de junho, apenas teve lugar o 1º páreo, em consequência de séria exaltação motivada por um «tribofe»... Tambem em setembro realizaram-se várias corridas de cavalos em Itaipava. No fim desse ano, houve um torneio de bilhar no Salão Floresta, bem como corridas em patins, estas em benefício da Escola de Música Santa Cecília.

1895 — Disputa entre um ciclista e um cavaleiro, no trajeto da rua 13 de Maio ao Retiro. Venceu o cavaleiro pela

diferença de 200 mts. Oito dias depois, entretanto, o ciclista disforrou-se. Em maio, o ciclista Otto Hees fez um «raid» a Juiz de Fora gastando três dias para cobrir o percurso.

1896 — Apareceu pela primeira vez na cidade um motocicle movido a petróleo, de propriedade do Dr. João Paulo de Carvalho, morador no Alto da Serra. Em fevereiro, fundava-se um Clube de Tenis, cuja quadra era no Hotel Alexandra. No princípio do ano, a «Gazeta de Petrópolis» publicava o seguinte anúncio: «Carros-automoveis a petróleo. — Estes carros são movidos por um motor simples, facílimo de cuidar-se e sem o menor perigo de explosão. Andam 40 kms. por hora, conforme a força do motor, podendo a velocidade ser modificada a todo o momento pelo condutor. Sobem rampas de 12 % e mais, conforme o estado do caminho. Podem ser conduzidos por uma senhora ou uma criança, tal a sua simplicidade e segurança. Substitue com imensa vantagem os carros tirados por animais, quer nas cidades quer no campo. Para informações, etc ».

1897 — Inauguração pela Empreza Nassau de um tanque para natação, sob a direção do professor Miguel Hoerhann. A mesma Empreza anunciava para breve um local para a prática de esgrima. A «Gazeta de Petrópolis» publicava considerações sobre a estação estival, noticiando que o esporte da bicicleta era o «dernier cri». Em maio, o esporte colombófilo, representado pelo Pombal Nacional, despertava bastante interesse. Pombos correios faziam corridas entre Petrópolis e Rio. O ponto de partida era a Praça da Liberdade e havia apostas. Ainda nesse ano um Velódromo em construção com pista de 180 mts.

1998 — Em abril, realizou-se grande festival mundano-esportivo no Palácio de Cristal. Venceram corridas de bicicletas os conhecidos Snrs. Otávio Guinle e Frederico Teixeira Soares. O páreo de moças foi vencido pela Snrta. Laurita Teixeira Soares. Torneio de esgrima, no Teatro



Aspetos das corridas no «Derby Petropolitano» em Correias. Reprodução de uma pg. da Revista da Semana, contemporânea da 2ª fase daquele Prado.

Floresta. Competições ciclísticas no Palácio de Cristal. Em 17 de abril, fundou-se o «Cicle-Club do Brasil», cuja sede era no Sítio do Retiro. Esta associação era uma das mais importantes até então aparecidas na cidade, sendo que até concertos em estradas foram feitos às suas espensas. Publicada pelo mesmo, apareceu um Almanaque Ciclístico, em 1899, trabalho notavel, prefaciado pelo Conde de Afonso Celso.

A 3 de dezembro, aparecia em um jornal local a seguinte pitoresca declaração, referente à corrida de bicicletas, tão frequentes na época: «Ao Oibirut (José Turíbio Batista, conforme conseguimos saber). Aceito o desafio Nosso encontro será no Palácio de Cristal, amanhã, às 2 horas Quanto à distância que me oferece, recuso-a por inadmissivel, atendendo à pública e notória superioridade de minhas forças. Serão nossos juizes: Guaiba e Guarani. (a) Michelin».

1899 — Várias competições ciclísticas, na pista do «Ciclé Clube de Petrópolis», agora nos terrenos do antigo Palácio Imperial, onde hoje se echa o G. E. Dom Pedro II.

Fundação do «Tourverein Petrópolis», sociedade propagadora de ginástica, que por muito anos funcionou à Rua do Encanto.

1900 — Fundação dos «Velo Esporte Petropolitano» e «Bicicleta Clube», com a realização de concorridas provas.

1901 — Fundou-se o «Clube de Xadrez» e disputou-se um torneio em que tomaram parte, entre outros, o Snr. Joaquim Moreira e o notavel enxadrista Caldas Viana.

Nas sociedades alemães realizavam-se torneios de Boliche. Neste ano foi fundado o «Clube Esportivo Petropolitano». Data daí a prática de futeból, sob os auspícios, entre outros, do Snr. Salvador Fróes, fato que bem merece realce, pois é de uma das primeiras iniciativas no Brasil, nesse esporte. Infelizmente só foram organizados os estatutos e a escolha do campo — onde está hoje o Serrano. A sede funcionou à Rua Marechal Deodoro, 2.

1902 — Os clubes ciclistas continuavam com suas provas destacando-se uma corrida entre Petrópolis e Correias, numa distância de 24 kms., promovida pelo «Velo Esporte Petropolitano».

1903 — Corridas de cavalos em Correias. Torneio de xadrez, no «Clube de Xadrez».

1904 — Cuida-se de melhoramentos no Prado de Correias, de propriedade do Snr. José Martins da Rocha, para início a uma nova fase da sociedade recem-fundada e pouco depois inaugurada com uma reunião e que compareceu o Presidente Rodrigues Alves. Grande animação pelo Boliche, no salão do Teatro Fluminense, tomando parte elementos da melhor sociedade local, inclusive diplomatas.

1905 — Inauguração, com grande concurrência, da temporada turfística do «Derby Petropolitano». Pela primeira vez se faz referência ao esporte que, em poucos anos, iria arrebatar verdadeiras multidões no Brasil: o futeból. Em agosto desse ano disputou-se renhido «match» no campo do Morro da Igreja (Catedral). Os dois quadros de amadores tiveram as seguintes organizações: Quadro Azul: Ernesto Crissiuma Paranhos (arqueiro); Cândido Viana e Leopoldo Coelho Gouveia (zagueiros); Jerônimo Jardim, G. Santos e Afonso Leite (médios), Fernando Vasconcelos, Alvaro Lopes de Castro, Paulo Martins Ribeiro, Fausto Luz e Artur Castro (dianteiros). Quadro Branco: Heitor Galliez, A. Laroca e José Kallemback Cardoso; Emílio Henry, Artur Viçoso, Morais Jardim; Bráulio Luz, Flávio Porto, Felix Belfort, M. Amaral e Mário Crissiuma Paranhos. Venceu o quadro azul por 2 x 1. Corridas de cavalos no Retiro, em pista adaptada no Largo da Igreja. Surgiu o «Skating-Rink», com sede no Palácio de Cristal. Entre os patinadores formavam os Snrs. Armando e Fernando Vidal. Nos primeiros meses do ano diversos jogos de futeból entre o Clube Esportivo Petropolitano, cujo campo era situado no local onde hoje se acha a

Fábrica Santa Irene, e o Petropolitano F. C. Jogavam pelo Petropolitano: José Miguel Frias, Dionísio Cerqueira, Júlio Werneck, Álvaro Soares, Raul David Sanson, Carlos Rocha Lima, Felix Frias, Costa Marques, Roberto Duque Estrada, Mendes Campos e Eduardo Pederneiras. Pelo Esportivo: Cândido Viana, Leopoldo Sousa Leite, Flávio Porto, Hildebrando, Ernesto e Mário Paranhos, José Pedreira, Paulo Martins Ribeiro, Ademar Faria, João Soares e Cesar Paranhos. Concurso de Tiro, promovido pelo «Clube Franco-Atiradores».

1907 — Elegante caçada em Itaipava, organizada entre outros, pelo Snr. Alcebíades Peçanha.

1908 — O «Clube Hípico» inaugura sua pista à Rua Piabanha, graças à iniciativa dos Snrs. Nina Ribeiro e Joaquim Gomensoro. A 10 de março, chegou a esta cidade vindo do Rio, pela primeira vez, um automovel dirigido pelo Dr. Braz de Nova Friburgo e Gastão de Almeida, gastando quatro dias incompletos... Fundação da Linha Petropolitana de Tiro com «Stand» na Westphalia.

1910 — Inauguração do jogo de Bola na nova sede da sociedade «Deutscher Verein», a Rua 1º de Março. A respeito de patinação aparecia num jornal local a seguinte crônica:

> «A PATINAGEM — A interessante crônica que hoje publicamos sobre os usos de Petrópolis, nos foi enviada por pessoa que bem conhece a nossa cidade e assina — *O Veterano:*
>
> Nos verões de 1877 e 1878 e nos seguintes, apareceu aqui o uso de patinar.
>
> Estabeleceram-se nos salões do Rugimont e do Hotel Bragança, grupos de patinadores e aprendizes, tornando-se moda fazer-se esse exercício pela manhã e à noite, com a frequência das melhores pessoas de famílias veranistas. Era o divertimento ou entretenimento dos velhos

e moços de então ; estes na patinagem e aqueles em ver as corridas dos patinadores, alguns estrangeiros, acostumados com os costumes do Europa.

Os principiantes de ambos os sexos, tomavam tombos e quedas que produziam rizadas e graças nos espectadores. Pela manhã a frequência era pequena e só quasi para aprendizagem. Á noite, porem, a frequência era extraordinária, porque era nesses salões públicos que se reuniam os magnatas : ministros de Estado, condes, viscondes, barões, comendadores, com suas famílias, para se divertirem alí até 10 horas da noite ou mais.

Ali, os patinadores, já mestres de exercício, faziam suas manobras, uns após outros, com as mãos nos ombros imitando comboio de estrada de ferro, contornando o salão em forma elegante e de dificil patinagem, causando impressões agradaveis aos espectadores, que, muitas vezes, lhes davam palmas, estimulando o divertimento.

Depois, aumentou o gosto pela patinagem de tal modo, com grandes e pequenos, graudos e miudos, homens e crianças, todos iam ali patinar.

Estabeleceu-se o combate, apareceu o desafio que provocava um adestrado patinador a outro uma corrida de tantas voltas. Depois, grupos de patinadores apostavam corridas com ou sem embaraços ou obstáculos, de sorte a se tornar necessário o constante exercício diário para as apostas noturnas. Enfim, o recreio «chic» das famílias dos veranistas, o «esporte» preferido — a patinagem. As noites eram para se ver as corridas dos patinadores nos salões públicos, onde eram dados os «rendez-vous» do bom tom, da fidalguia, da nobreza e até dos políticos de então, em Petrópolis.

Houve, como era natural, muita queda causando braços fraturados, contusões e equimoses.



O 1.º team do «Petropolitano F. C.» no ano de sua fundação.



Quando chegava o verão, tudo se preparava para os combates e apostas dos patinadores nos salões do Rugimont e do Hotel Bragança, então do Antônio Campos, como divertimento de recreio e de imprescindível frequência. Foi um belo tempo esse das patinagens. Os patins eram alugados por hora por assinatura mensal e alguns amadores, depois, tinham os seus patins próprios, escolhidos e comprados para que ninguem deles se servisse e melhor exercício fizesse pelo uso constante e hábito do seu patim para correr e vencer. — *Luís M.* — Do Jornal «O Cruzeiro» — Petrópolis, 19 de fevereiro de 1910».

1911 — Instalação do «Clube de Caçadores», sob a presidência do Coronel Oliveira Amorim. Fundação do Petropolitano F. C., cujo presidente era o Dr. Eugênio Barcelos, e sendo a constituição de seu quadro a seguinte : Luís Quirino Magalhães Gomes, José Kallemback Cardoso, Rodolfo Castro, Vitor Rudge, Raul Vasconcelos, Felix Bulhões, Júlio Werneck, Alvaro Castro Lima, Eugênio Barcelos e João Sampaio. Reservas: Sílvio Vidal, Valdemiro Guimarães e Francisco Cruz Filho. O primeiro jogo foi contra o quadro do Colégio S. Vicente de Paulo, ao qual venceu por 5 x 0. A inauguração oficial do campo realizou-se em 3 de setembro de 1911, com o primeiro jogo entre Rio e Petrópolis. Jogaram o Petropolitano e o «Scratch» (!) do Rio. Venceram os cariocas por 3 x 1, Em 22 de outubro ainda, novo jogo com o Paulistano F. C.,. Venceram os Paulistas por 3 x 1.

1912 — Em janeiro, a primeira demonstração aviatória nesta cidade, no Prado de Correias. O aviador Ernesto Darioli, apesar de prometer um vasto programa, só realizou um rápido vôo, contornando duas vezes o Prado. Mesmo assim foi muito aplaudido, tal o acontecimento que constiuíu para a época. Em reunião realizada no Rio, em abril, o Petropoli-

tano resolveu, juntamente com os representantes dos clubes cariocas Botafogo, S. C. Americano, Catete F. C., Paulista F. C., S. C. Germânia, e Internacional F. C., a constituição da Associação de Futeból do Rio de Janeiro. Já no mês seguinte, o seu quadro principal descia ao Rio para enfrentar o S. C. Internacional, empatando por 2 x 2, com o seguinte «team» : — Vieira, Sílvio Vidal, Kallemback Cardoso, Esteves, Raul, Maia, Bulcão, Imbuzeiro, Jair, Barcelos e Perés. Aliás, já tinha enfrentado o S. C. Americano. Em seguida, enfrentou o Germânia ao qual venceu por 6 x 0, sendo três tentos da autoria de Eugênio Barcelos. Pouco depois o clube retirou-se da Associação porque o Botafogo, inexplicavelmente, conseguira adiar o «match» que devia disputar. Tambem neste ano apareceram o Colombo F. C. e o América F. C. No «goal» do primeiro figurava o «sportman» João Mosna e o primeiro «match» que os dois clubes disputaram foi arbitrado por Alexandre d'Escragnolle. Surgiram ainda o Guanabara F. C. e o S. C. Rui Barbosa. Em setembro, o Petropolitano enfrentava o «Cubango», de Niterói, e venceu por 3 x 0. Árbitro : Álvaro Lopes de Castro. Fundação da Liga Petropolitana de Esportes Atléticos. Surgem mais agremiações para a prática do esporte bretão, entre os quais o Grêmio Juvenil, que, por muitos anos, figurou no cenário esportivo e social petropolitano, quer cuidando do preparo físico de muitos jovens, quer elevando-o, pela sua cultura moral e espiritual, já que estava sob a direção dos Padres Franciscanos. Ainda hoje, muitos petropolitanos relembram com saudades aqueles belos tempos em que as figuras simpáticas de Frei Ambrósio e Frei Inocêncio, hoje Bispo de Campanha, eram um estímulo a todas as belas iniciativas do grêmio, avultando tambem as festas teatrais proporcionadas por um esforçado grupo de talentosos amadores. Sua sede era à Rua Nunes Machado, no prédio onde funcionara a Cervejaria Lindscheid.

1913 — Grande concurso de tiro, promovido pelo Tiro Petropolitano. Foi vencedor de uma das provas o sr. Domingos Nogueira Júnior. Fundação do «S. C. Petrópolis», sob a presidência do sr. Mano l Gomes Moreira.

1914 — Inauguração do «ground» do novel clube E. C. Koeler (hoje campo do Serrano F. C.) Surgem o S. Sebastião F. C., em Cascatinha, por iniciativa do vigário local, Pe. Aquiles de Melo, e sob a presidência do Snr. João da Costa Alves. E o Terra Santa F. C. (hoje Serrano F. C.). Em novembro, foi fundado o S. C. Internacional, sob a presidência do Snr. Rafael Ricci, e o seu primeiro jogo foi contra o S. C. Petrópolis, com o seguinte quadro: Alberto, Joldemar, Pedro, Candinho, Píndaro, Leoni, Dario, Dante, Amariu, Vitalini e Sarles.

1915 — O S. Sebastião apresentava o seguinte quadro: Coelho, Nicolau, Júlio, Vitório, João, Sapateiro, Perí, Fita, Carlos, Willy e Ângelo. O S. C. Petrópolis promoveu, em maio, um torneio de luta romana entre seus sócio, figurando os Snrs. Manoel Sousa Matos e Carlos Gomes Moreira. Interessante jogo entre o América e o Internacional. Venceu o América por 3 x 0, com o seguinte «team»: Lauro Tapajós, Henrique, Willy, Kappaun, Valdemiro Pinho, Lulú, Narciso Castro Jr., Kling, João Tavares, Alberto Costa e Sílvio. Os clubes de Petrópolis começam a excursionar à Raiz da Serra, afim de competirem com o Páu Grande F. C.. Um dos primeiros jogos do Serrano F. C. (até então com o nome de Terra Santa F. C.) reorganizado sob a presidêncta do Snr. Antônio Gomes de Carvalho, foi em julho, contra o S. C. Petrópolis, no campo deste. Saiu vencedor o S. C. Petrópolis por 2 x 0 e no quadro do Serrano figuraram entre outros: Vieira, Paiva, Sebastião Gomes, Henrique, Newton, Carlito e Willy. No S. C. Petrópolis: Morais, Cardoso, Lemos, René, Valdemiro, Avelar, Janjão, Carlos Moreira, Júlio; Matoso e Costa. Surge o Itamaratí F. C.. no bairro do mesme nome.

1916 — Em 16 de janeiro de 1916, graça à iniciativa dos Snrs. Alberto Oto, Major Carlos Joppert e Inácio Ratton, teve lugar a inauguração do «Derby Petropolitano» em Correias. Acontecimento importante na vida esportiva local e carioca. Compareceu o Presidente Nilo Peçanha. É sempre com saudosa lembrança que se relembra a disputa de páreos em que tomavam parte animais que lograram bastante popularidade como Cascalho, Sicília, Calepino, Jandira, Scamp, Hebréia, Battery e tantos outros. Entre os *jockeys* figuravam Ricardo Cruz, F. Barroso, L. Araya, Dominjes Ferreira, J. Coutinho, Dinarte Vaz, Torterolli e A. Ulmes. Animado concurso de patinação no «Rink» da Praça da Liberdade, saindo vencedores os Snrs. Lauro Tapajós e a Snrta. Mary Brandão.

1918 — Fundação da Liga Petropolitana de Esportes, sendo eleito presidente o Snr. Euclides Raeder. Disputavam o campeonato os seguintes clubes: Serrano, Internacional, Pau Grande, Itamaratí, S. Sebastião e Cruzeiro do Sul. Saiu vencedor no primeiro campeonato o Serrano. Em setembro, a Liga Esportiva Fluminense, mentora dos esportes no Estado do Rio, recebeu a filiação da L. P de Esportes. Apareceu o Estrela F. C., no Retiro.

1919 — Pela primeira vez voava sobre a cidade um avião. Pilotava-o o aviador Gentil, que bateu o record de altura na América, chegando a 3.600 mts. Torneio de bilhar no Clube dos Diários. Inscritos: Dr. Álvaro Lopes de Castro, Artur Loureiro, João A. da Silva Costa, Major Cruz Coutinho, Oscar Liberal, Dr. Jaime Couto, Luís Portocarrero, Desidério Strauss, Desembargador Sá Pereira, Lauro Braga, Dr. Paulo Rudge, Valdemar Sampaio, Ramos Valadão e J. Costa Leite.

1920 — Vários jogos interestaduais de futeból realizados pelo Serrano, que vivia a fase mais brilhante de sua vida. Entre outros, convem destacar o que disputou com o Flumi-



O 2.° team do Petropolitano F. C.» no tempo de sua fundação.

nense F. C., do Rio, que vinha de obter o tri-campeonato carioca. Os teams jogaram assim constituídos: *Serrano* — Vieira, Karl, Lima, Costa, Brandão, Baica, Vieirinha, Milton, Tavares, Gerson e Negrinho. *Fluminense* — Julien, Otelo, Vidal, Lais, Osvaldo, Fortes, Mano, Zezé, Welfare, Coelho e Bacchi. Foi um dos mais comentados, emocionantes e concorridos jogos que se realizaram em Petrópolis e seu resultado altamente honroso para os petropolitanos: 2 x 2. Alem do Fluminense, visitaram tambem Petrópolis, o Flamengo, o S. Cristóvão, o Metropolitano, o Vila Isabel, o Curapaití, o América, e outros. O Serrano jogou tambem, no Rio, a preliminar do jogo Cariocas x Gauchos, contra o Carioca F. C., da 1ª. divisão, vencendo-o por 4 x 0. Pitoresco concurso para se saber qual o melhor clube e o melhor foot-baller, instituído pelo jornal «O Século». Venceram o Internacional e o player Garziulo. Comemorando o seu aniversário, o T. G. 12 disputou um match de futeból contra o quadro da Escola Militar, perdendo por 6 x 2. A prova preliminar tambem foi interestadual. Grêmio Juvenil x S. C. Curupaití. Vencedor o Grêmio. Aparecem vários pequenos clubes: o Cristovão Colombo, sob a presidência do Snr. José Soares, o Elite F. C., o Soberano, o América e outros. Realiza-se a 20 de julho de 1920 a primeira sessão para reorganização do Petropolitano F. C. é eleita a sua primeira Diretoria: Presidente, Dr. Artur Sá Earp Filho; Secretário, Dr. Álvaro Lopes de Castro; Tesoureiro Antônio Rezende,

1921 — Jogos olímpicos petropolitanos realizados pelo S. C. Internacional, em seu campo. Inauguração do novo campo do S. Sebastião F. C., em Cascatinha. A seleção de Petrópolis, treinando para o Campeonato Fluminense, derrota o C. A. Andaraí, da 1ª Divisão carioca, por 3 x 2, com o seguinte quadro: Heitor, Newton, Dóca, Alcebíades, Alamiro, Brandão, Garziullo, Nilton, Valdemiro, Tavares e Gerson. Espetacular derrota da seleção niteroiense frente a petropolita-

na, no campo do S. C. Internacional : 7 x 2. Animadas corridas de cavalos, disputadas por amadores, em Correias. Renhidíssimo campeonato de Ping-Pong instituido pelo Grêmio Juvenil. O Grêmio Juvenil organiza um campeonato entre os clubes não filiados : Soberano, Tuiutí, Grêmio, Vila Sampaio e Guarani. O Torneio Início foi jogado no campo da Av. Piabanha, onde mais tarde se efetuaram várias exposições pecuárias. Venceu o Tuiutí, seguido do Grêmio.

1922 — Vários jogos interestaduais : Serrano x Palmeira ; S. Sebastião x Mavillis ; Internacional x América e outros. Inauguração do novo campo do Petropolitano F. C. com um match contra o Fluminense F. C. do Rio. O Poeta Bastos Tigre é o autor da letra do hino do Petropolitano. Os «sururús» nos jogos de futeból são numerosos e o campeonato oficial é suspenso ! Inauguração (22-8-22) das arquibancadas do Petropolitano.

1923 — O Petropolitano F. C. derrotou o Fluminense F. C. por 1 x 0.

1925 — O Serrano, dissidente em Petrópolis, disputa o campeonato da «AFEA» (Associação Fluminense de Esportes Atléticos) liga, tambem dissidente, no Estado. Os jogos realizaram-se em Petrópolis e em Niterói e o Clube de Petrópolis, dando demonstração de extraordinária fibra, passando por todos os obstáculos, que procuravam entravar-lhe sua marcha gloriosa, venceu o Torneio Início e o campeonato. Um campeonato patrocinado pela APEA entre clubes menores. Tambem neste ano a fundação de uma Associação Petropolitana Infantil.

1926 — Lutas de box no campo do Serrano. Como nota pitoresca e dramatica, a quéda do um avião na Mosela, colhendo um homem que cortava capim. A 21 de setembro, grande competição de box no Teatro Capitólio, com a participação do campeão português Santa.

1927 — Filiação do S. C. Osvaldo Cruz, que teve brilhante atuação no nosso esporte.

1928 — Com a inauguração da Estrada Rio-Petrópolis, abre-se uma nova éra para o esporte automobilístico, sendo de notar a prova denominada «Subida da Montanha», competição em que tomam parte os melhores volantes nacionais.

1929 — Disputou-se um renhido campeonato de futeból, patrocinado pela Associação Esportiva de Petrópolis, com a participação dos seguintes quadros: Cruzeiro do Sul, Carangola, Alberto Costa, Mangueira, Coronel Veiga, Retiro, Barroso, Petrópolis e Paulistano. Esta Associação havia sido fundada em 30 de maio de 1928, com o nome de «Associação Metropolitana de Esportes Atléticos»...

1930 — a 26 de novembro, interessante disputa entre o S. C. Osvaldo Cruz, clube formado por elementos dissidentes do S. C. Rio Branco, e este. Saiu vencedor o Rio Branco por 3 x 2.

* * *

E aqui encerramos estas notas, uma vês que muito facil é completar a nossa tarefa. Após 1930, os anos estão muito próximos para uma completa pesquisa.

VICENTE AMORIM

HISTÓRIA ANEDÓTICA DE PETRÓPOLIS

E

O CENTENÁRIO DE PETRÓPOLIS

HISTÓRIA ANEDÓTICA DE PETRÓPOLIS

A idéia de uma história anedótica de Petrópolis no programa das publicações da Comissão do Centenário não deixa de ter a sua graça e ser mesmo um assunto interessante.

Recordar feitos de espírito, cousas e fatos que tiveram sua época, em momentos talvez, de franca inspiração ou de despreocupado bom «humour», que nada de mal podem fazer, reafirmados em letra de forma, não deixa de ser uma idéia, aliás, como dissemos, interessante, tratado o assunto por pessoa que melhor conhecesse a vida da antiga Petrópolis, através dos seus ancentrais. Não quer isto se referir aos de que nos fala Darwin — os habitantes das selvas do Rio Seco de Serra Acima, antes do Decreto do Snr. Dom Pedro II, que fundou a povoação.

Admitamos, entretanto, — ouvindo os viajeiros que guiavam as tropas de mulas ou burros, como eles, que conduziam o nosso ouro, da Capitania das Minas Gerais para a Corte dos Vice-Reis no Rio de Janeiro, de onde sulcavam os «mares nunca dantes navegados», em direção à Lisboa, como o requeria a vida regalada dos descobridores de «cousa achada».

Isso por enquanto não é anedota, mas, tem graça, até certo ponto, o fato desconcertante de ter o descobrimento da América custado muito menos do que o do Brasil. E, chegamos a essa conclusão, pelo que afirmam ter ficado apurado, após trabalhos de pesquisa exaustiva a que se entregaram alguns investigadores italianos da História, rebuscando os arquivos da velha Genova, de que nada mais foi dispendido

com o grande empreendimento de Colombo, que a insignificante soma de 28:800$000, tomado ao nosso câmbio de 1920, assim descriminada: dez contos para a armação da frota; mais ou menos 1:120$000 com as gratificações recebidas por Cristóvão Colombo; apenas 630$000 para Yanez Pinson, que cruzou o nosso «mar dulce» e seus companheiros; percebendo os marinheiros da frota a soldada de oito mil réis mensais.

Nós, os brasileiros continuamos pagando o trabalho do descobrimento por obra e graça da bula do Papa Alexandre VI, até 7 de setembro de 1822, quando tivemos um rei, que se fez, antes que outro se fizesse. Felizmente, esse rei teve um filho que foi Pedro II, o fundador da nossa bela e graciosa cidade, que vai comemorar o seu primeiro centenário de fundação em 16 de março de 1943.

Agora, com licença do meu velho colega em ancianidade, o Coronel Duarte Silveira, antiquário, colecionador de velharias e de novidades passadistas, vou relembrar o que ele sabe muito bem, que Petrópolis sempre teve como um dos seus mais doces enlevos, durante o inverno, assim como na Primavera, ouvir cantar o sabiá em plena Rua do Imperador e depois, mesmo na sua querida avenida republicana, sobre as hastes frageis e flexiveis das sapucaieiras e das paineiras, assim como no verão, embevecer-se com o estrídulo do canto das cigarras, aferradas aos troncos dos cedros e das magnólias, anunciando a subida da temperatura e das caravanas veranistas, isto desde os tempos imomoriais das diligências de George Land pela serra normal da Estrela, após a chegada do trem do inolvidavel Mauá que,a princípio,deixava os passageiros no Fragoso e depois na Raiz da Serra, concorrendo para que crescesse o número dos admiradores e apreciadores das manhãs esmaltadas de tonalidades raras dos seus ceus, quando Petrópolis era equiparada a um vasto jardim plantado pelo Imperador e «para o qual tinha ele o bom gosto de transportar a sua corte durante o verão».

Havia em nossa boa terra, um velho funcionário, como ainda muitos outros existem ; esse conhecedor de toda a história do município e da ascendência e descendência dos velhos sesmeiros José da Fonte, Bernardo de Proença, Antunes Goulão, Vieira Afonso e quantos outros aqui foram encontrados por Spix e Martius e quantos geólogos naturalistas nos visitaram, depois da chegada da Corte de D. João VI ao Rio de Janeiro, em suas viagens através os nossos sertões, em busca das maravilhosas e surpreendentes grandezas naturais do nosso solo, especialmente da Capitania das Minas Gerais. O velho capitão, do tempo do antigo «Golléchio Baijão», existente no Palatinato Inferior, e que, tambem fora coevo dessa época elegante do Hotel Bragança, onde sempre brilhou a fina flor da sociedade fluminense, cujo passado vinha da Independência e do Fico, imitando os fenícios, que segundo se afirma, foram os introdutores dos gatos na Europa, trouxe ele para Petrópolis nos bolsos do seu grande casaco, do qual não se separava nem nos dias de calôr sufocante, — isto é a lenda dos seus contemporâneos — um casal de pardais que veiu tirar a tranquilidade da nossa bela terra, afugentando os nossos belos cantores e bem assim dando novas preocupações aos pequenos plantadores, que alem da formiga da terra passaram a ter a formiga do ar, como dizia o «João Russo» um tipo popular de grande argúcia e melhor intuição das cousas, o mesmo que batisou a rua da *Tribuna*, do Barbosa, como dizia ele, — em *Rua Apendicite*.

«João Russo que exercicia a profissão de correeiro, intitulava-se alfaiate dos burros. Mas, o que é anedota é, que os pardais tomaram conta da praça e não mais se ouviu cantar o sabiá, apenas, o chilrear irritante desses conivostros insuportaveis, transportados da terra do Comendador Adriano, ao que consta, por um dos Prefeitos cariocas, que dizem, arrependeu-se desse grande feito.

O Snr. D. Pedro II quando viu a sua Petrópolis fundada

e as principais ruas da povoação, começando a encher-se de casas residenciais, dos grandes da Corte, diplomatas, etc., tomou grandes amores pela sua obra e pensava em não consentir que ela jamais passasse de um vasto jardim plantado pelas suas mãos e para o qual tinha o bom gosto de transportar a sua Corte no verão, e para prova disso temos em mente o que veio acontecer ao Major Amaro Emílio da Veiga, o autor do projeto que elevou a simples povoação à categoria de cidade.

O austero militar batalhou com a palavra e com a sua ação bem sucedida entre os seus pares, como deputado provincial e viu os seus desejos consagrados pela repulsa ao véto do Presidente da Província, e afinal, terminada a batalha, com o «tiro de misericórdia» da promulgação do projeto pelo Presidente da Assembléia Provincial, Comendador Francisco José Cardoso, em a data de 29 de setembro de 1857.

Eleito para a primeira Câmara Municipal da cidade, um aviso do Ministro da Guerra deu-o como incompativel para exercer função eletiva, o que trouxe ao grande paladino do fato mais interessante da vida da cidade, o desgosto completo pela política e até pela sua carreira de engenheiro militar. Em política, houve muitos outros casos, culmimando em 1886, quando da eleição de vereadores para a última Câmara da Monarquia.

Barros Franco Júnior, a figura impoluta de fluminense, republicano de rija têmpera, educado na escola de Piratininga, alistou-se entre os candidatos a uma cadeira de vereador e conseguiu eleger-se, alinhando-se entre os vencedores que iam prestar os seus serviços ao rincão — à Cidade Imperial — uma das células do poder público, nas democracias. Pois bem, qual fôra o gesto nobre e cavalheiresco do governo imperial, naquela emergência? Desmembrar as suas propriedades, existentes em Pedro do Rio, do município de Petrópolis para o de Pa-

raiba do Sul, afim de que, um brasileiro ilustre por muitos títulos, do que deu provas as mais cabais, fluminense que, logo após na República, prestou os mais assinalados serviços à sua terra e ao país, com uma energia de carater digna dos melhores aplausos e da imitação, — fosse tolhido de contribuir com o fervor de seu patriotismo na causa da grandeza da sua terra, e assim, perdeu o seu mandato.

Esses fatos qne fazem parte do espírito da história não deixam de ser dignas de registro numa história anedótica.

Dizem escritores da época que, em antes de 1860, um dos pontos principais ou prediletos dos passeios matutinos do belo sexo era o Passeio Público, com o seu Palácio de Cristal, onde nos toscos bancos de pau, ficavam as senhoras de um lado e os homens do outro. Elas a fazerem «crochet» e eles, traçando com a ponta da bengala, na areia, garatujas, todos de cabeça abaixada e sem se olharem siquer, mas chocavam os «casos» como as tartarugas os óvos, nas marg ns do rio mar, e, a prova tiveram-na os que viram naquele tempo, daquele improvisado claustro ao ar livre em plena natureza sadia e oxigenada sairem vários casamentos. Mas, isto era no tempo em que os elegantes saíam à rua, às primeiras horas do dia de colarinho duro, enrijados como si fossem para uma cerimônia de «alto lá com ela».

Ainda durante os dias da última administração Joaquim Moreira, Petrópolis não havia descurado a sua indumentária aristocrata, para as festas que se dizem mundanas : a casaca e o «smoking», eram trajes obrigatórios nas reuniões selecionadas da sociedade do seu tempo Uma outra figura, não foge tambem da sua linha, nos dias solenes no seu calendário social : o Dr. Sílvio Leitão da Cunha com o seu «frak» e o seu chapeu côco. Já que estamos tratando de assunto anedótico

é agora o caso de falarmos nessa matéria sobre o Senador Joaquim Moreira com quem privamos intimamente; «causeur», na extensão da palavra, excetuado o sinônimo mexeriqueiro que Sousa Pinto adiciona no seu Dicionário Francês-Português, era ao mesmo tempo um espírito fino e equilibrado; homem de sociedade cheio de bom humor, que teve adversários políticos e não inimigos.

Quando o Sílvio foi tirado da chapa de deputados estaduais, onde serviu em mais de uma legislatura e o Senador estava no exercício de Prefeito (isso nas férias parlamentares) falou-se da necessidade da construção de uma ponte em frente à Prefeitura e o portão do Palácio Imperial, onde funcionava o Colégio São Vicente de Paulo, vizinho da residência do ex-deputado. O Senador redarguiu logo, com espírito e sem maldade: Por enquanto não, deixa o Sílvio descansar; para que ele não pense que eu mandei fazer a ponte para vê-lo passar para o partido. O Demóstenes, que nas horas vagas era o Secretário do Dr. Sílvio, representando-o em vários atos, quando lhe era forçoso não poder comparecer pessoalmente, foi quem mais riu na roda. O Senador foi sempre um dos mantenadores do Clube de Xadrez, que substituiu em Petrópolis o Clube dos Diários, por uma amisade toda especial ao Saldanha e ao João Muniz, pois bem, um seu adversário político, o decano dos advogados no fôro da cidade, Horácio Magalhães, era o presidente do Clube.

Uma cousa interessante foi quando os membros da Associação de Ciências e Letras de Petrópolis, em virtude de uma desinteligência interna social aclamaram Artur Barbosa seu presidente; Artur, politico militante no Estado, na ocasião na adversidade no município. Os seus amigos, com esse gesto, tomaram ainda a deliberação de oferecer-lhe um almoço que se realizou nos altos da Confeitaria Vitório Falcone, na Avenida 15 de Novembro, festa essa a que foi dada a denominação de «Festa de Cordialidade Intelectual» e fomos

nós convidados para oferecer o almoco, que não teve carater político; a ele comparecendo vários matizes da época.

Fôra isso em um domingo e, na segunda-feira, logo que o Senador Moreira se nos deparou, foi com esta indagação: «Então você agora é que está encarregado de desenterrar defuntos?» Rospondi-lhe que não se tratava de reunião política e sim festa de intelectuais, a que o Senador redarguiu: «Logo vi, porque não fui convidado, sendo eu o chefe da tribu». E muitas outras cousas, a que estava sempre disposto, com frases de espírito, rematar.

Na antiga estação da estrada de ferro, aberta ao público, pela manhã, na hora dos trens que vinham do Rio, era o ponto predileto dos «rendez-vous» da sociedade. O Senador Moreira não faltava ao do seu grupo, onde quasi sempre nos encontrávamos com o Ministro Arroxelas Galvão, Deputado Armando Burlamaqui, Ministro Leone Ramos, Embaixador Alberto de Faria, Senador Pires Ferreira, Coronel Caminha, vários outros extintos, menos, o benjamin daquela turma, na época, o jovem Deputado Julião de Castro, que entremeava a palestra com as suas bem conhecidas disposições de propagação da latinidade, e então dizia: «O Moreira não gosta das minhas frases latinas porque ele não entende isso».

Mas, eram sempre bons amigos, e o interessante era o Julião dizer: «Seu Moreira, eu fui um Deputado que não pesava nada ao Tesouro porque só a minha família no Estado concorre para e erário com mais de oitocentos contos de réis anuais». O velho Senador não deixava de retrucar sempre com espírito: «Então você julga que me esqueci de quando você entrou na Câmara pela mão do Nilo, ainda fedelho? Agora, veja a minha idade e quantos serviços prestados ao país e a República...»

Riam-se gostosamente, os contendores e os presentes do grupo e o Senador ainda dizia: E olha que eu sou tambem

o Coronel Comandante da 69ª Brigada de Cavalaria da Guarda Nacional de Vassouras. E, todas as manhãs passavam-se horas alegres e felizes ; ouviam-se pilhérias, chitosas algumas, entre os membros de uma sociedade elegante que sabia viver e passar distraída as horas de ócio, especialmente, naquelas manhãs de sol lindas, cheias de vida que a serra oferece.

Uma das mais chistosas e que bem demonstra o espírito sempre disposto do Senador pela pilhéria que ironiza, foi o seu desentendimento com o então prefeito Azevedo Marques, que fora sempre, nos postos que ocupou na administração do município, um cavalheiro digno, por todos os títulos, de consideração e simpatia. Mas, chegou afinal o dia que, por motivos que não vem ao caso da pilheria enumerar, os dous se tornaram incompatíveis. Um pediu demissão, o outro a concedeu e terminou a lua de mel que entre ambos se esboçara.

Alguem perguntando ao Senador no Clube de Xadrez o motivo da saida do Azevedo Marques da Prefeitura, o Senador Moreira com aquele *savoir dire*, sempre humorístico, de suas «saidas» disse muito calmamente: «Eu o nomeei porque me apresentaram como tendo sido fiscal junto à Light. Aliás era um belo cavalheiro e muito distinto. Mas, agora, eu descobri que o homem não era engenheiro fiscal, é desses fiscais que andam pulando nos bondes».

Entre os casos picarescos, lembra-nos um, que foi narrado pelo Capitão Castro. Dissera-nos ele que ao tempo da revolta de 1893, tivera que descer de Petrópolis comandando um destacamento de seus milicianos até Inhomirim. Alí, foi-lhe dada nova ordem de embarcar para o antigo Arsenal de Guerra, na Ponta do Calabouço, onde hoje se encontra o Aeroporto Santos Dumont.

Agora, o mais engraçado. Em meio do mar, disse o Capitão Castro,— estava eu em palestra com o comandante do

pequeno vapor que nos conduzia, quando me apareceu pela frente um dos meus soldados, todo empertigado, com a mão na pala do boné : «Seu Capitão, como é que a gente aquí vai no mato ?». E, o comandante do navio chamou um marinheiro para ensiná-lo como é que a bordo de um navio se vai «no mato».

Várias foram as oportunidades que o Senador Moreira nos forneceu para apreciar o seu carater, a sua sisudez, a sua camaradagem política, e o seu amor a Petrópolis concorrendo mesmo com a sua presença junto ao Chefe da Nação ou dos Ministros de Estado para a solução de qualquer assunto que interessasse ao município. Como todo mundo, foi algumas vezes incompreendido, mas, fez escola e deixou amigos.

O CENTENÁRIO DE PETRÓPOLIS

Assunto de que não se devia falar mais é esse que se prende à data da fundação de Petrópolis, desde que se passou a conhecer a íntegra do Decreto Imperial de 16 de março de 1843, que veiu dissipar todas as dúvidas. Os poucos esmerilhadores dos alfarrábios da história, ainda o desconheciam, até bem pouco, antes que a Comissão do Centenário o troxesse ao conhecimento dos interessados das nossas cousas e do público em geral, depois da verificação exata dos fatos e dos acontecimentos que precederam à existência da povoação, atualmente este grande centro de cultura e de extraordinário progresso social e industrial que todos admiramos. Entretanto, ele existe, e com ele as várias outras medidas e atos subsequentes dos presidentes da então província do Rio de Janeiro — Caldas Viana e Aureliano Coutinho,especialmente ; atos e medidas,todos levados a efeito para consagrar efetivamente, como consagraram na realidade,a obra empreendida da fundação pelo Governo Imperial, da nova povoação, que ficou constituindo o 2º distrito de São José do Rio Preto, pertencente nessa época ao termo de Paraiba do Sul, como se justifica com a criação civil e religiosa da nova povoação, pela portaria do presidente da província de 8 de julho do mesmo ano de 1843, ao Snr. Carlos Rivière, chefe da segunda secção das Obras Públicas da província, pela qual é ordenada a construção de duas cruzes de madeira de lei, numa das quais seria entalhada a inscrição — Cruz de São Pedro de Alcântara ou Petrópolis — e na outra — Cruz da Capela dos Finados em Petrópolis, — assim como fazendo colocar no antigo lugar do Córrego Seco um poste alto e elegante em que se leia em letras grandes — Petrópolis, — para indicar a futura povoação que neste lugar se forma sob os auspícios

do Senhor D. Pedro Segundo; assim como pela criação da sub-delegacia de polícia e de um juizado de paz, julgados necessários à nova povoação por deliberação do mesmo presidente da província, João Caldas Viana, datada de 29 de março de 1844, o que tudo demonstra a existência de uma população que necessitava desses elementos para a organização de sua vida social.

Petrópolis não se fundou por motivo da existência de uma colônia alemã no Córrego Seco, nem ao menos, por motivo do engajamento de colonos tudescos; o que se fundou com o já celebrado decreto do Snr. D. Pedro II, de 16 de março de 1843, foi uma povoação com a denominação de Petrópolis, em volta do seu Palácio de Verão, como mesmo se depreende dos próprios termos do referido Decreto Imperial quando diz: «Tendo aprovado o plano que Me apresentou Paulo Barbosa da Silva, do meu Conselho, Oficial-Mor e Mordomo da Minha Imperial Casa, de arrendar Minha fazenda denominada Córrego Seco ao Major de engenheiros Koeler, pela quantia de um conto de réis anual reservando um terreno suficiente para nele se edificar um Palácio para Mim» — diz ainda o decreto do Snr. D. Pedro II, — «Com suas dependências e jardins, outro para uma povoação, que deverá ser aforado a particulares e assim como cem braças de um e outro lado da estrada geral que corta aquela fazenda o qual deverá tambem ser aforado a particulares, etc. etc.».

Fora assim, neste «terreno», de que fala por último o citado decreto, que se procurara localizar os primeiros trabalhadores desembarcados em 1837, que foram empregados nas obras da estrada normal da Serra da Estrela, e nas da povoação, assim como os demais chegados posteriormente, e que, o Presidente da Província conseguiu alojá-los em Petrópolis, recorrendo para isso dos bons ofícios do Mordomo da Casa Imperial por não ter onde acomodá-los e tambem porque o

clima da Imperial Fazenda de Santa Cruz não lhes seria agradavel,pela sua insalubridade — e cuja vinda se deu em virtude de contrato do governo da província, quando parecia conveniente a colonização estrangeira em vários municípios da província, tendo os mesmos chegado ao porto do Rio de Janeiro em grande número, isto é, mais de dois mil,em vários navios,todos aportados à Baía de Guanabara,durante o mês de junho de 1845, sendo o brigue «Virgínia», a 13, o «Marte», a 20, o «Leopold», a 21, o «Curieux», a 24, o «Agripina», a 25, e o «Marie Louise», a 6.

Como esses colonos não eram destinados a Petrópolis, o que tambem o afirma Raffard, no seu trabalho o *Jubileu de Petrópolis*, — sente-se o Presidente da Província perplexo com a sua chegada inesperada, por não ter onde localizá-los, dando lugar a que fosse consultado o Conselheiro Paulo Barbosa, Mordomo da Casa Imperial, que, por sua vez, ouvindo o Snr. D. Pedro II, obteve o assentimento de Sua Majestade para que os referidos colonos, que, se encontravam alojados em Niterói, nos barracões que serviram para as obras da construção da Igreja Matriz, e que não haviam sido engajados para a Fazenda do Córrego Seco, viessem ter à povoação nascente para trabalhar nas obras que se estavam fazendo, sendo para esse fim tambem ouvido o Major Koeler, superintendente das mesmas obras, que muito satisfeito se fez sentir com a deliberação assentada.

São esses os termos com que Raffard se reporta ao fato, no *Jubileu de Petrópolis*, à pág. 61 :

> «A perspectiva de receber tantos imigrantes ao mesmo tempo tornou perplexo o governo provincial, que previa sérios embaraços na colocação deles, o que compreendendo logo, o Snr. D. Pedro II, por intermédio do Conselheiro Paulo Barbosa, ofertou com toda magnitude de seu carater, terrenos da povoação, ainda não demarcados para a localização dos recem-chegados».

O «Comunicado» com o título — Petrópolis — que mais adiante transcrevemos, do «Jornal do Comércio», de 17 de fevereiro de 1845, firmado pelo Major Júlio Koeler, e datado de 31 de janeiro do mesmo ano de 1845, traduzem insofismavelmente os nossos comentários. E é de parecer que, — o grande delineador do plano de construção da povoação, hoje a formosa cidade, embalada nos sonhos dos seus antepassados, dando aos nossos dias, explêndida concepção de uma realidade consciente dos que a idealizaram, — no momento de traçar o «Comunicado» já se sentia sem forças para o seu empreendimento, por isso que julga «indispensavel preparar os meios de se realizar este brilhante futuro, (que ele previa para Petrópolis) e como todos os precisos não estão ao seu alcance, pretende ele para esse fim que se organize uma companhia com os capitais necessários, a qual com permissão de S. M. I. faria cessão do contrato de arrendamento da fazenda, e tambem da sua sesmaria da Quitandinha, etc etc.».

Pelo referido «Comunicado» chega-se a conclusões bem claras de que o Imperador nessa data ainda pensava, tinha «desejo de ver colocada na sua Petrópolis (em janeiro de 1845), uma colônia agrícola e industriosa alemã», o que é bastante prova de que os colonos chegados meses após, em junho do mesmo ano, e por contrato firmado em 17 de junho de 1844 entre o governo fluminense e a firma Dalrue & Comp., de Dunquerque, em virtude de haver fracassado o anterior feito pelo mesmo governo da Província com o francês Joseph Bergasse, em 1843, não eram os desejados pelo governo imperial, nem tão pouco pelo Major Koeler, que ainda não havia disso cogitado, como está demonstrado no seu referido «Comunicado», quando afirma que: «tem relações abertas com o governo do Grão Ducado de Hesse para este fim», dependendo ainda das concessões com que o governo provincial lhe favorecesse; que tudo se vai ler no citado «Comunicado», que abaixo transcrevemos.

DECRETO.

Tendo Approvado o plano que Me apresentou Paulo Barboza da Silva, do Meu Conselho, Official Mor, e Mordomo da Minha Imperial Caza, de arrendar a Minha Fazenda denominada «Corrego Seco» ao Major de Engenheiros Koeler, pela quantia de um conto de reis annual, reservando um terreno sufficiente para nelle se edificar um Palacio para Mim, com suas dependencias e jardins, outro para uma povoação, que deverá ser aforado a particulares, e assim como cem braças d'um e outro lado da estrada geral, que corta aquella Fazenda, o qual devera tambem ser aforado a particulares, em datas ou prazos de cinco braças indivisiveis, pelo preço porque se convencionarem, nunca menos de mil reis por braça:

Hei por bem authorisar o sobredito Mordomo a dar execução ao dito plano sob estas condições. E outrosim o Authorizo a fazer demarcar um terreno para nelle se edificar uma Igreja com a invocação de S. Pedro de Alcantara, a qual terá uma superficie equivalente a quarenta braças quadradas, no logar que mais convier aos visinhos e foreiros, do qual terreno lhes Faço doação para este fim e para o cemiterio da futura povoação. Ordeno portanto ao sobredito Mordomo que

Primeira pagina do folheto publicado pela Tip. Leammert, em 1843, contendo o Decreto 155 e as Instruções da Mordomia, referentes à Fundação de Petrópolis.

É assim que a data a se comemorar é a da fundação de Petrópolis, da mesma forma que se soleniza todas as quaisquer datas de criação e fundação de serviços ou do que quer que seja.

A comemoração do Hospital de Santa Teresa em Petrópolis, realiza-se no dia em que o Snr. D. Pedro II, tambem por decreto, criou-o, e não quando se começou a funcionar, com os seus doentes já acamados, nos seus leitos ; a Estrada União e Indústria, o empreendimento sonhado e tornado realidade por Mariano Procópio, festeja-se no dia do início das obras, junto à placa de mármore assentada no princípio da Westphalia, quando se deu começo aos serviços com a presença do Monarca e demais pessoas que assistiram a solenidade, e não quando foi entregue ao tráfego ; ainda a 6 de julho do corrente ano, tivemos a comemoração do *Jubileu de Teresópolis*, no dia em que o governador do Estado Dr. Francisco Portela exp dia o Decreto nº 280, criando o referido município, constituido pela Freguesia de Santo Antônio de Teresópolis (ou Santo Antônio do Paquequer), que pertencia ao município de Magé, e fora criada pelo Decreto nº 829, de 25 de outubro de 1855 ; e, ainda, a 18 de julho deste ano, comemorou-se o Centenário do Hospital Psiquiátrico do Rio de Janeiro (antigo Hospício D. Pedro II), no dia em que o Imperador assinou o Decreto que o criou, nos termos seguintes :

«Desejando assinalar o quarto dia da minha sagração com a criação de um estabelecimento de pública beneficência : Hei por bem fundar um hospital destinado privativamente para tratamento de alienados com a denominação de Hospício Pedro II, o qual ficará anexo ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia desta Corte, debaixo de minha imperial proteção, aplicando desde já para princípio de sua fundação o produto das subscrições promovidas por uma comissão da praça do Comér-

cio, e pelo provedor da sobredita Santa Casa, alem das quantias com que Eu houver por bem contribuir. — Cândido José de Araujo Viana, do meu Conselho, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro, 18 de julho de 1841, 20º da Independência e do Império».

Entretanto, a pedra fundamental só foi lançada a 3 de setembro de 1842 e a 5 iniciava-se a sua construção e o seu funcionamento só teve lugar a 5 de dezembro de 1852; as suas obras somente se concluíram em 1855.

Não é o caso de Petrópolis, cujas providências no sentido da sua constituição, não se fizeram demorar, como está bem evidenciado nas providências tomadas pelos presidentes da então província, já acima assinalados.

Destarte, as nossas asserções não são meras palavras, porque corroboradas tambem por um documento do próprio Major Júlio Koeler, que é bem um relatório destinado ao conhecimento do público, e que foi publicado na secção «Comunicado», do *Jornal do Comércio*, de 17 de fevereiro de 1845, e datado de 31 de janeiro do mesmo ano, e no qual afirma ele, possuir propriedades na povoação que lhe davam um rendimento de um conto de réis (naquela época); e reporta-se ao desejo que ainda tinha o Imperador de ver colocada em Petrópolis e nos arredores uma colônia agrícola e industriosa alemã, como de outros assuntos de interesse à grandeza da terra petropolitana.

Ei-lo, na íntegra, o referido comunicado publicado no *Jornal do Comércio*:

«Uma das maiores necessidades que experimentam os habitantes da Corte a da capital do Rio de Janeiro, é a de poderem aliviar-se do intenso calor que sofrem durante os

meses de verão. A Serra da Estrela, uma das mais elevadas da cordilheira, lhes oferece este refrigério, tanto pelo seu clima sumamente saudavel o temperado, e águas abundantíssimas, como pela comodidade e rapidez com que é possivel efetuar-se a mudança de uma atmosfera abrazadora para outra temperadíssima, com uma diferença de 25 graus do termômetro de Farenheit.

Alem de uma carreira certa e numerosas falúas, que navegam constantemente para o Porto da Estrela, acha-se criada uma companhia para barcos a vapor chamada — Inhomirim, — que mui brevemente deve dar principio à mesma navegação; e então, desaparecendo a incerteza da viagem por mar, o trajeto da Corte ao Porto da Estrela se reduzirá em duas e meia horas e poderá ter lugar quatro ou mais vezes em 24 horas.

A vargem que separa o porto da serra tem duas léguas de comprimento e é cortada por uma estrada larga, inteiramente praticavel por séges e carros. O governo provincial pretende aperfeiçoá-la e breve será empedrada; as pontes estão feitas de novo Uma hora será suficiente para atravessar em sége esta vargem.

A calçada da serra velha vai sendo substituida por uma estrada da última perfeição e solidez; seu dorso será macadamizado, e seu declive de 1 para 16 assemelha-se ao da rua das Marrecas desta Corte; já se acha feita a terça parte dessa obra grandiosa e magnifica, e trilho cômodo em toda a estrada, para os passageiros, cavaleiros e liteiras; a subida da serra a cavalo ou em sége há de demandar umas duas horas.

Reunidos pois os diversos lapsos do tempo, ver-se-á que em cinco e meia horas se fará a passagem de um clima ardente para outro comparativamente frio, mas na realidade tão aprazivel e moderado, que iguala ao que se experimenta no Sul da Europa.

No alto da Serra da Estrela, em espaçosa garganta, é situada a Fazenda do Córrego Seco, chamada hoje Petrópolis, e pertence a S. M. o Imperador. Por alí passa a maior parte do comércio de Minas, Goiaz e Mato Grosso, o governo provincial já mandou delinear e construir a estrada normal que, em seguida à nova da serra atravessa a Fazenda.

S. M. I. acaba de ordenar a construção do seu palácio de verão na Petrópolis e o abaixo assinado que se acha incumbido da direção e administração desta obra, com ordem de aprontar até 1º de outubro do corrente ano, tal parte dela que possa servir para aposento provisório do mesmo augusto Senhor.

S. M. o Imperador querendo franquear os benefícios dos gozos que promete a habitação na Petrópolis, permite que ali se forme uma povoação, e para este fim, ordenou que se arruasse uma porção de terreno, mandando ao mesmo tempo ao Exmo. Mordomo que consentisse na divisão das terras de Petrópolis, em prazos de fôro perpétuo, de cuja ordem resultou efetuar-se o contrato que possue o abaixo assinado, do arrendamento de toda a Fazenda.

Distinguem-se, nesse contrato, três classes de prazo, tendo cada um condições especiais : a 1ª classe compreende os prazos colaterais à estrada, fora do lugar da povoação, cada um de cinco braças de testada com 100 de fundos, pelo fôro perpétuo de 2$500, sendo permitido a cada foreiro reunir vários prazos até somente 10, ou 50 braças de frente com as já mencionadas 100 de fundo, ou ainda mais mediante novo fôro que se convencionará pelo acréscimo. O foreiro terá obrigação de construir uma casa de habitação ajardinada na frente. Os prazos da povoação futura formam a 2ª. classe ; a sua testada é igualmente de 5 braças com fundos conforme a rua ou quarteirão, com o fôro perpétuo de 10 réis por braça superficial.

Cada foreiro poderá reunir dois prazos ou 10 braças de

Art. 11.° As disposições dos arts. 5.° e 9.° do contracto de 26 de Julho deste anno ficão inteiramente applicadas aos emphyteotas dos prasos de Petropolis em quanto durar este contracto.

Art. 12.° Ao arrendatario cumpre marcar aos foreiros a época em que devão simultanea ou individualmente executar as disposições do art. 6.° nos seus §§ 2.°, 4.°, e 6.°; e quando aconteça que hajão poucos prasos fronteiros vagos em uma rua ou praça, poderá o arrendatario mandar á custa dos dinheiros provenientes dos aforamentos plantar as arvores de que trata o § 2.°, e fazer as obras de que tratão os §§ 3.°, 5.°, e 6.°, relativos a esses prasos vagos, com tanto que fique sempre estabelecido, que dando-se o praso vago, pague o foreiro respectivo toda a despeza assim feita.

Art. 13.° Os requerimentos dos peticionarios serão analogos aos dos foreiros collateraes da estrada, e terão o mesmo processo.

Art. 14.° Convindo desenvolver o art. 12.° do contracto de 26 de Julho deste anno, quanto aos foreiros da parte da Fazenda arrendada sem reserva ao Major Koeler, fica estipulado o seguinte:

§ 1.° O arrendatario pode aforar a quem quizer porções das terras, que lhe forão arrendadas, com tanto que estas porções se componhão de prasos de quinhentas braças superficiaes, indivisiveis, os quaes serão numerados em seguimento aos da Petropolis.

§ 2.° Cada um destes prasos pagará de reco-

nhecimento do Senhorio direito á Casa Imperial 3$200 réis de demarcação e medição, e empossamento 3$200 réis ao arrendatario, e de fôro annual ao arrendatario, em quanto durar o contracto de arrendamento, e á Casa Imperial depois de findo esse contracto, o que se convencionar, porem nunca menos de 1 real por cada braça superficial.

§ 3.° O emphyteota poderá ser ou não sujeito em parte ou no todo ás condições geraes de aforamento nos §§ 2.°, 3.°, e 4.° do art. 6.°, e no art. 7.°

§ 4.° O emphyteota será necessariamente sujeito á disposição dos §§ 1.°, 5.°, e 6.° (quando hajão taes casas e ajardinamento), e do § 7.° do art. 6.°, e á do art. 8.°

Art. 15.° As disposições do artigo presente serão mitigadas por propostas especialmente do Major Koeler, quando se tratar de Colonos Agricolas, para Petropolis e a Fazenda.

Art. 16.° Qualquer emphyteota o póde ser por contracto de cada vez especial, simultaneamente na Estrada, em Petropolis e no resto da Fazenda.

Mordomia da Casa Imperial, 30 de Outubro de 1843.

Paulo Barbosa da Silva.

Rio de Janeiro, 1843. Typ. de P. Brito, Rua do Ouvidor n.° 31.

As duas últimas paginas da publicação citada

frente, terá obrigação de construir uma casa de morada à beira da rua; os foreiros de 1ª e 2ª classes terão de submeter à aprovação do abaixo assinado a planta do frontespício dos prédios que pretenderem levantar.

Os prazos de 3ª classe se acham no interior da Fazenda; a sua superfície e o seu fôro, igualmente perpétuo, serão objetos de convenção, e os foreiros não terão obrigação alguma absoluta.

Poderá parecer, à primeira vista, odioso e demasiadamente excecional a cláusula do contrato que reserva para o arrendatário o monopólio de certos ramos de negócio, porem esta idéia se desvanecerá logo que se reflita que é este o único meio de livrar Petrópolis do flagelo de um sem número de tabernas e botequins, fócos de vadiação e de imoralidade, e que se, oferecem recursos satisfatórios aos habitantes e passageiros, impossibilitam o estabelecimento em ponto grande de uma empreza que faculte ao público todos os objetos de precisão e de comodidade por preços razoaveis.

Outra vantagem do contrato é a que autoriza o arrendatário a dispôr, em seu benefício, de todas as madeiras dos lugares não reservados, que bem poucos tem, porque ocupam a beira da estrada e as vargens roçadas antecedentemente; acresce a isto ser o arrendatário senhor e possuidor da sesmaria da Quitandinha, que limita com a de Petrópolis pelo Sul e Poente que é inteiramente coberta de matas virgens de excelentes qualidades de madeira de construção civil, naval, de marcenária e de tanoaria; estas circunstâncias põem de alguma sorte todas as emprezas de construção nas mãos do arrendatário, que, para as facilitar e animar, é de opinião que os preços de venda tenham lucro muito moderado, reservando a exigência de maior benefício nas que dali se exportarem.

S. M. o Imperador, tem mostrado desejo de ver colocado, em Petrópolis e nos arredores uma colônia agrícola e in-

dustriosa alemã ; e certamente que de semelhante estabelecimento mui grandes vantagens hão de resultar para a povoação, e tambem para os habitantes da Côrte, e capital do Rio de Janeiro, aumentando-lhes os gozos e pondo ao seu alcance por preços mui módicos, os melhores produtos dos climas temperados do mundo.

O abaixo assinado tem relações abertas com o governo do Grão Ducado de Hesse para este fim, e se tiver certas concessões do governo provincial aquí, como sejam a Côngrua, para um cura e ordenados para médico, boticário, mestre para primeiras letras, se compromete a fazer com que cheguem a esta Côrte famílias honestas e trabalhadoras, não desprevenidas de meios, e com as quais nenhuma outra condição haverá a preencher que não seja dar-lhes um abrigo temporário por seis meses e entregar a cada família um prazo de terras de cinco mil braças superficiais, isento de fôro por oito anos.

O onus desta última cláusula que, por assim dizer é o único de tão conveniente colonização, é bem de esperar que seria tomado em consideração por S. M. I., que vendo assim os desejos satisfeitos, faria graças equivalentes.

Importa tambem dizer que o abaixo assinado tem a promessa do Exmo. Mordomo, em nome do Imperador, da concessão de um segundo prazo de nove anos de arrendamento da Fazenda de Petrópolis, em seguimento do que agora possúe com todas as vantagens do privilégio e monopólio do contrato existente.

A lei provincial que decretou a fatura da estrada normal ordenou que, logo que estivesse acabada (o que terá lugar dentro de dois anos), se dobrassem as taxas atuais de passagem, para só cobrarem na barreira que se há de mudar para o alto da serra, e então, sendo de 240 réis, a taxa por animal de carga, na ida ao Porto da Estrela, e outro tanto no regres-

so, só com grande dispêndio se poderá usar desse meio de transporte; mas, com o emprego de carros apropriados à condução, se obviará esse inconveniente, diminuindo logo assim a despeza da taxa, pois que embora tenha ela de aumentar como de um para dois, a diferença do serviço de um animal que carrega às costas para outro que somente puxa é como de um para oito. A Petrópolis é o logar privilegiado para estabelecer estes carros e a uma empreza bem montada neste sentido deverá deixar grandes lucros que mais certos se tornarão se ali houver os objetos necessários de permuta.

Portanto, tambem convirá formar um estabelecimento comercial: porem, usando da faculdade que dá o monopólio, reservar o ramo das vendas de artigos principais como mais seguro e de benefício quasi certo, e arrendar os outros.

À vista do que vai exposto, parece fóra de dúvida que pode a Petrópolis tornar-se em breve tempo uma grande povoação, centro de importante comércio e ponto de reunião da melhor sociedade na estação calmosa. É porem indispensavel preparar os meios de se realizar este brilhante futuro, e como todos os precisos não estão ao alcance do abaixo assinado, pretende ele que, para esse fim, se organize uma Companhia com os capitais necessários, a quem, com permissão de S. M. I. faria cessão do contrato de arrendamento da Fazenda, e tambem da sua sesmaria de Quitandinha, das construções que já tem feito em Petrópolis, que rendem anualmente mais de 1:000$000 e finalmente de seis ações da Companhia de Navegação por Vapor de Inhomirim, que muito convem possuir para exercer a necessária influência nas deliberações, tudo mediante uma equivalente em ações da Companhia de Petrópolis.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1845. — O Major Júlio Frederico Koeler. (Publicado no *Jornal do Comércio*, de 17 de fevereiro de 1854).»

O nosso intuito, com essas notas ligeiras sobre o assunto, é apenas aclarar a verdade histórica para que, quantos que não possam se preocupar em esmerilhar documentos antigos, verifiquem a razão que assiste na data de 16 de março de 1943, assentada em definitivo, pela *Comissão do Centenário*, pelo Instituto Histórico e pelo governo do Município para a feliz comemoração do nascimento de Petrópolis, cujo nome foi, pela primeira vez, firmado em documento oficial, em 16 de março de 1843, sob a assinatura de S. M. o Imperador, fundando em sua Fazenda do Córrego Seco, essa jóia, esse mimo, essa doce e encantadora visão de extraordinária beleza, que tanto nos enleva nos dias que passam, — Petrópolis, a linda cidade que, sob os contrafortes da Serra da Estrela e dos Órgãos, domina com a sua extraordinária beleza e cultura, com o seu desenvolvimento industrial, como nos demais domínios do trabalho de sua gente, a terra fluminense, repercutindo por toda a parte, como parte integrante que é do nosso grande país.

PHILIPE ARBOS

PETRÓPOLIS

ESBOÇO DE GEOGRAFIA URBANA

TRADUÇÃO E NOTAS

DE

ODILON NOGUEIRA MATOS

APRESENTAÇÃO

Foi no verão de 1937. Achava-me na sala de leitura da Biblioteca Municipal de Petrópolis, quando vejo entrar um ancião estrangeiro, seguindo um funcionário da casa que, a mando do Prefeito, o devia apresentar ao Dr. Nereu Rangel Pestana, Diretor de Educação e Cultura da Municipalidade, no momento sentado ao meu lado, pesquisando em livros. Feita a apresentação, que se estendeu a mim, verificou-se ser o ancião um professor francês, contratado para a Universidade do Distrito Federal, desejoso de obter dados e informes sobre Petrópolis, de maneira a poder escrever sobre a geografia urbana de nossa cidade. Chamava-se Philipe Arbos. Baixo, grosso de corpo, o crânio calvo, olhos claros e penetrantes, barbas cheias, longas e brancas, como acontece ver-se na reprodução das respeitaveis personagens dos episódios bíblicos.

Puxando do bolso um bloco de papel e um pedaço de lapis começou Arbos a inquirir os seus dois interlecutores. Com extraordinária acuidade espiritual, e consequente percepção das cousas, entrou a anotar os assuntos por ele mesmo escolhidos com a precisão e a profundidade próprias de quem possue um plano prévia e seguramente estabelecido. Quando a língua francesa não nos permitia responder com a rapidez e clareza necessárias, Arbos nos pedia falar em português, idioma cujo sentido de frase logo percebia, pela circunstância, conforme ele dizia a sorrir, de conhecer o provençal

E foi assim que, munido de alguns dados e esclarecimentos por nós fornecidos às suas largas pesquisas bibliográficas já realizadas, Arbos conseguiu escrever este seu apreciavel Esboço de geografia urbana sobre Petrópolis, um ano depois publicado na «Revue de Geographie Alpine» da Universidade de Grenoble.

Tal é a obra que a *Comissão do Centenário* tem a satisfação de reproduzir, em tradução, neste volume de suas publicações.

Do trabalho de versão para o nosso idioma foi incumbido o jovem patrício Dr. Odilon Nogueira Matos, professor da Universidade de S. Paulo, erudito e paciente pesquisador de nossa história.

ALCINDO SODRÉ

PETRÓPOLIS

ESBOÇO DE GEOGRAFIA URBANA (*)

Petrópolis ! Insistem os cariocas para que se visite esta cidade, onde se goza dum ceu e dum panorama igualmente agradaveis. (1) Trata-se dum percurso de 60 kms. que tanto

(*) Para a elaboração deste trabalho servimo-nos muito de informações colhidas na Prefeitura de Petrópolis, graças a gentileza do Prefeito, Snr. Fiuza. A gentileza inexgotavel do Snr Nereu Rangel Pestana, Diretor da Instrução Pública e velho petropolitano, foi-nos extremamente util, bem como as palestras que entretivemos com o Dr. Alcindo Sodré. Devemos agradecer ainda o auxílio dos nossos assistentes na Universidade do Distrito Federal, Snrs. José Schmidt e Ernesto Street. A falta de maior documentação nas páginas que seguem nem sempre será culpa nossa ou de nossos informantes. Fonte preciosa, principalmente para os primórdios da cidade, são os Relatórios dos Presidentes da Província do Rio de Janeiro à Assembléia Provincial, publicados anualmente. Por outro lado, os jornais de Petrópolis («O Mercantil», «O Paraiba», «Gazeta de Petrópolis», o «Jornal de Petrópolis», a «Tribuna de Petrópolis»), alem de indicações diretas que podem fornecer, contem artigos e notas referentes às reminiscências dos primeiros habitantes da cidade, e mais recentemente, estudos históricos, em geral de autoria do Dr. Alcindo Sodré, que dispõe de vasta documentação sobre o passado da região. Infelizmente não pudemos dispor senão de coleções incompletas desses jornais. Petrópolis tem sido assunto de algumas publicações que fornecem informações valiosas : (Anônimo), «Viagem pitoresca a Petrópolis, para servir de roteiro aos viajantes». Rio, 1862, in-12, 160 pp ; — Tinoco, «Guia de viagem.» Rio, 1855, in-12, 75 pp ; — Henri Raffard aproveitou largamente os relatórios à Assembléia Provincial e os jornais petropolitanos para acompanhar a história da cidade desde o início em seu livro *Jubileu de Petrópolis*. Rio, 1895, in-12, 213 pp ; — Alcindo Sodré, «A Cidade Imperial : alma e paisagem de Petrópolis», s. l. (Petrópolis) MCMXXIX, in-8°, 110 pp ; — Otto Maul dá diversas indicações sobre Petrópolis e sua localização na sua obra «Vom Itatiaya zum Paraguay : Ergebnisse und Erlebnisse einer Forschungsreise durch Mittelbrasilien», Leipzig, 1930, in-8 , xv + 366 pp.

(1) N. do T. — «Pétropolis, *Pétrops*, disent les Cariocas, comme aiment à s'appeler les citoyens de Rio de Janeiro, et ils n'ont de cesse qu'ils ne vous aient décidé à visiter la ville dont ils louent le ciel et le site également amènes». Assim começa o Prof. Arbos o seu notavel trabalho. Destinando-se, naturalmente, esta tradução a leitores brasileiros, pareceu-nos desnecessária a observação do ilustre geógrafo francês referente à maneira rápida com que ele entendeu pronunciarem os cariocas o nome de Petrópolis. Como respeito aos originais e ressalva de nossa liberdade na modificação do texto é que fazemos esta nota.

a estrada de ferro como a de rodagem permitem percorrer em duas horas aproximadamente. Tomemos o trem na estação da «Leopoldina» ou o ônibus nos arredores do Largo da Carioca. Ao sairmos das longas ruas monótonas em que as casas de um ou dois andares se alinham uma às outras, atravessaremos os grandes trechos da «Baixada», vasta região que se extende ao Norte do Rio. O povoamento ali extende-se ao longe, na planície ou junto aos morros e colinas ligadas à Serra da Carioca ; conforme a hora, as empregadas formigam pelas feiras ou a multidão toma de assalto os trens, amontoando-se pelo interior dos carros, comprimindo-se pelos estribos ou empoleirando-se nas plataformas. Taboletas úmidas, onde os riachos correm pobremente, anunciam que neste arrabalde ainda há alguma coisa por fazer-se Com mais razão, mais afastado do Rio, a água retoma seus direitos sobre as terras aluviais que formam a maior parte da baixada. Estas grandes extensões pantanosas não deixam de ter uma certa beleza melancólica quando o sol poente tingelhes com seus raios avermelhados. Mas o que se nota geralmente, quando a lama escura aparece a nú ou desaparece sob um trecho de mata muito espesso é uma fraca impressão de solidão, tanto maior como quanto se acaba de deixar a vida e o movimento da grande cidade. Entretanto, aqui e ali, a silhueta duma draga mecânica testemunha o esforço desprendido pelas obras de «Saneamento da Baixada» para conquistar ou reconquistar à civilização essas extensões desérticas.

O horizonte da baixada é fechado ao Norte por uma grande muralha escarpada : é a Serra do Mar, que toma aqui os nomes de «Serra da Estrela» a Oeste e «Serra dos Órgãos» a Leste. Esta, que às vezes ultrapassa 2.000 metros e tem no mínimo 800, forma, entre a baixada dum lado e do outro o planalto denominado «Serra à Cima», uma barreira dificultada ainda mais pela espessa floresta sempre verde. A estrada

de ferro e a rodovia não transpõem tal obstáculo da mesma maneira: o trem vai até Raiz da Serra, com 31 metros de altitude; dalí, pelo sistema de cremalheira, numa extensão de 6 kms. é levado ao Alto do Serra (841 ms.), depois de passar pelo Meio da Serra, a 348 ms.; do Alto da Serra desce, por 3 kms. até a estação de Petrópolis (812 ms.). Quanto à rodovia, ela atravessa, antes da subida, uma pequena zona de colinas pouco elevadas e de formas convexas, na maioria cobertas de matas e algumas com os flancos cobertos de laranjais recentemente plantados. Eleva-se rapidamente, mas sem que a inclinação ultrapasse 6 % com numerosas curvas num raio sempre superior a 50 metros; talhada muitas vezes em cornichas sobre o abismo, mais impressionante ainda quando visto do alto duma ponte audaciosa, contem, num ou noutro lugar, platibandas floridas que aos poucos estão sendo concluidas, sobre cascatinhas e riachos saltitantes. Tanto a estrada de ferro, como a de rodagem abrem na floresta um rastro de luz e evitam a cansativa monocromia da terra vermelha; nas valas, as rochas cristalinas aparecem descobertas; noutros pontos, são grandes blocos mais ou menos esféricos de seixos rolados. Isto traz-nos à lembrança os lugares montanhosos da Europa.

A estrada de ferro e a rodovia utilizam, para vencer a serra, entalhes mais ou menos profundos na própria muralha; aquela eleva-se seguindo o vale do Caioaba e esta segue pelas elevações da Taquara. Embora mal assinalados, os entalhes da montanha facilitam o acesso. Chegando-se ao alto, ambos terminam em grandes aberturas que chanfram a linha dos cumes a 800 ms. de altitude. Outros cortes deste mesmo tipo abrem-se através da muralha da serra, principalmente o de Independência, donde se domina um dos panoramas mais grandiosos: a longa esplanada da Baixada ao pé duma escarpa gigantesca, a baía com suas ilhas e, ao longe, a grande cidade com as silhuetas conhecidas do Corcovado e

do Pão de Açucar. Todos estes colos se prolongam para o interior, por detraz da Serra, em corredores, cujo tamanho, pelo menos no princípio, não difere muito do seu e que as águas não tardam em seguir. Aparecem, assim, como perfis transversais de vales, mas vales já sem a parte superior. Quanto à inferior, descem com uma inclinação sem dúvida menor que a da escarpa que acabamos de atravessar mas que não deixa de ser sensivel. Os riachos que a seguem teem o seu curso cortado por cascatas e rápidos : em Cascatinha o Piabanha precipita-se numa queda de cérca de 10 metros e não muito longe um vale lateral suspende-se num verdadeiro degrau de confluência.

Podemos agorâ fazer uma idéia sumária, pelo menos, da estrutura da região. O planalto, massa cristalina sublevada, constitue um bloco que, para o Sul, domina a Baixada uma formidavel escarpa de falha, ao passo que para o Norte inclina-se mais suavemente. Os movimentos de que resultaram estes grandes traços da topografia são ainda muito recentes para que os rios que descem para a escarpa mal a aflorem e os que se dirigem suavemente para o interior ainda não estejam adaptados às novas condições de declividade. Os primeiros conseguiram mesmo desgatar as bacias dos segundos, captando-os ; resultaram daí os vales que facilitaram a passagem da Serra e que não deixaram de influir nos destinos de Petrópolis, bem como nos das cidades vizinhas de Nova Friburgo e Teresópolis.

Os rios que se dirigem a Petrópolis penetram numa bacia cercada de altas montanhas, dominada por colinas arredondadas, justamente chamadas, pela sua forma, de «meias-laranjas» ; devido a altitude de 1.200 a 1.300 ms., precisam elevar-se 200 a 300 ms. e, num pequeno trecho, toda uma rede junta-se ao Quitandinha e ao Piabanha, aquele juntando-se pouco depois a este, que se dirige para o Norte, desaguando no Paraiba, perto de Entre-Rios. O sítio de Petrópo-

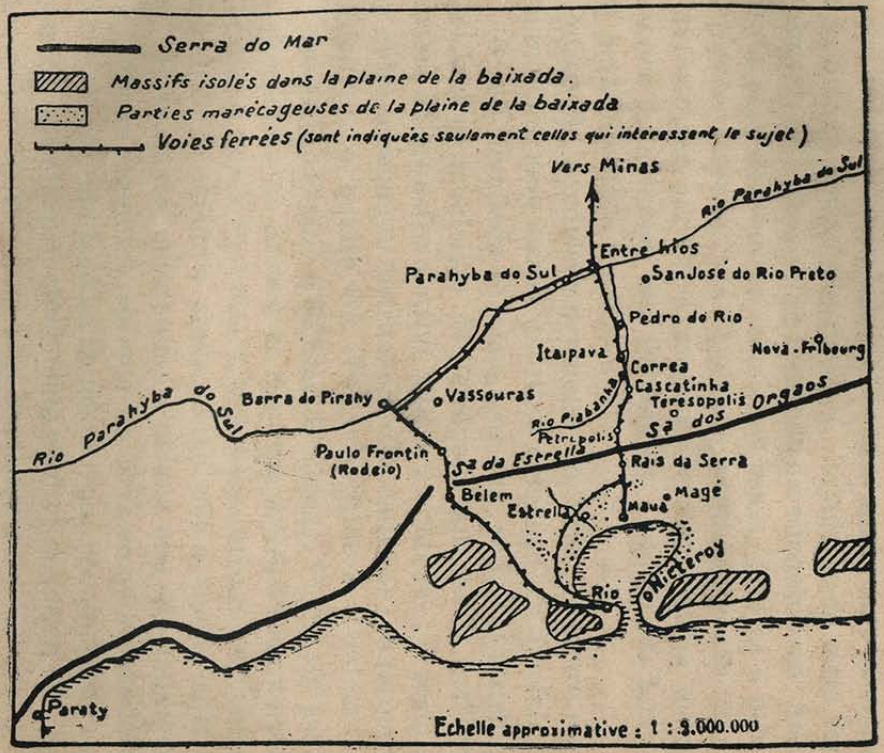


Fig. 1. Rio de Janeiro e seu interior.

lis é uma série de vales e colinas que se desenham em torno da confluência do Quitandinha com o Piabanha. A floresta ondula com o relevo, mas já não é a floresta contínua e solitária que se atravessou antes, mas com numerosas clareiras, algumas limpas, outras arborizadas. Saindo-se da mata sombria, respira-se enfim, pela satisfação de encontrar-se novamente a marca do homem, com suas casas, jardins e pomares. Apesar de tudo, sua dispersão e íntima ligação com o meio agreste não permitem imaginar-se diante duma cidade de dezenas de milhares de habitantes e dominada inteiramente pela atividade moderna.

Petrópolis, administrativamente, é uma «cidade», sede dum município, uma destas enormes comunas em que se divide o Brasil, dividindo-se elas, por sua vez, em distritos. Dos 784 km² do município de Petrópolis, apenas 12 km² 800 pertencem ao primeiro distrito, isto é, à «cidade» ; o resto se divide entre o segundo distrito, ou «Cascatinha» ; o terceiro, ou «Itaipava», o quarto, ou «Pedro do Rio» e o quinto, ou «São José do Rio Preto», a 67 kms. da cidade. Vê-se, por essas indicações, como se diferem as diversas partes do município. Com efeito, o único verdadeiro organismo urbano encontra-se no distrito da cidade e ainda assim não o ocupa inteiramente. É, portanto, unicamente à cidade que são consagradas as páginas seguintes, em que se verá como um modesto estabelecimento, fundado há menos de um século, tornou-se uma grande cidade, principalmente por ter-se desviado das funções que lhe destinaram seus fundadores.

AS ORIGENS: O ITINERÁRIO RIO-MINAS, A FAZENDA DO CÓRREGO SECO

Porque se teria escolhido tal lugar para a fundação de Petrópolis ? Naturalmente pela facilidade de acesso do Rio

de Janeiro, graças a uma das estradas mais frequentadas ou mesmo a mais frequentada das que se dirigiam do Rio para Minas no começo do século XIX (2). Esta estrada, que contava então quasi um século, foi a última das vias construidas pelos portugueses para vencer o obstáculo da Serra do Mar. É que ela atravessa a Serra dos Órgãos, isto é, a parte da serra que exerceu a mais forte impressão nos primeiros europeus chegados ao Brasil. E' o que, pelo menos, nos faz crer o cronista Simão de Vasconcelos ao falar das «espantosas serranias, entre as quais a mais terrivel é a Serra dos Órgãos, porque, à maneira daqueles instrumentos, vão levantando em ordem desigual montes sobre montes até uma altura imensa que excede as nuvens e parece chegar à segunda região do ar ; representam grandes muralhas ou torres formidaveis postas entre nós e os bárbaros que habitam do outro lado ; porque alí fulmina a natureza em tempos tormentosos tais raios, coriscos e trovões que as nações selvagens acreditavam que assim haviam sido armadas contra os portugueses».

Não é de admirar, portanto, que os primeiros caminhos do Rio para o interior evitassem essas paragens terriveis, não se hesitando mesmo diante das maiores voltas. O itinerário das primeiras viagens conduzia por mar do Rio a Parati, donde se dirigia por terra para Pindamonhangaba e dali para Barra do Pirai e a atual Entre-Rios, quasi no mesmo meridiano que o ponto de partida. Procura-se, então, percursos mais diretos, utilizando-se, na grande zona decadente da Serra do Mar a Oeste do Rio, a passagem («seuil») de Rodeio (Paulo de Frontin), seguida atualmente pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Embora facil, tinha esta passagem o in-

---

(2) Indicações referentes aos itinerários, de acordo com os textos e as informações do Dr. Alcindo Sodré e de Basílio de Magalhães, «Garcia Rodrigues Pais ; alguns subsídios para a história dos bandeirantes». Rev. do Inst. Hist. Geog. Bras. T. 84, 1918. Rio, 1920, p. 5/41.

conveniente de constituir ainda um desvio, só atingindo Entre-Rios depois de ligar-se ao caminho antigo em Barra do Pirai. Novas estradas foram abertas, procurando sempre uma ligação direta. Esta só foi conseguida com a estrada que devia futuramente influir nos destinos de Petrópolis, obra dum bandeirante paulista, Garcia Rodrigu s Pais,a quem a recente descoberta das minas em Minas Gerais inspirou a idéia de ligá-las ao Rio por um caminho mais curto. Começando seu trabalho em 1698, não logrou terminá-lo, o que só foi feito pouco antes de 1725 por Bernardo Soares de Proença. Embora o novo caminho representasse economia de tempo em relação aos já existentes, só muito mais tarde foi que começou a ter importância, pouco anos antes da vinda de Saint-Hilaire ao Brasil, quando se principiou a cultivar o algodão e o café na província mineira. (3).

Sentiu-se tambem a necessidade de melhorá-la De fato, como todas as demais estradas no Brasil de então, ela nada mais era que uma «picada», um destes caminhos de tropa abertos através da floresta, que as chuvas esburacavam e que a sombra densa das árvores tornava sempre lamacentos ; só entre escorregões e quedas podiam os burros caminhar, enterrando-se até aos joelhos nos buracos mais profundos ; alguns quasi morriam chafurdados na lama enquanto que outros, machucados, eram mortos no próprio lugar. (4) Com efeito, isto era deprimente para a principal estrada do Brasil. O regente e futuro Rei D. João VI, cuja permanência forçada no Rio, durante a ocupação de Portugal pelas tropas napoleônicas, assinalou um grande esforço para dar

---

(3) Saint-Hilaire, «Voyage aux sources du Rio São Francisco et dans la province de Goyaz». Paris, 1847, p. 3.

(4) Entre as numerosas descrições de viajantes, ver, por exemplo, Charles Ribeyrolles, «Brasil Pitoresco : História. Descrições. Viagem. Instituições. Colonização. Acompanhado de um album de vistas». Rio, 1859. 3 T. in 4°., II. p. 147.

ao país uma vida nova, ordenou em 1814 a pavimentação da estrada que se tornou assim a primeira via calçada do Brasil. (5).

Para se percorrê-la, indo do Rio, não só para Minas, como tambem para uma parte de São Paulo, para Goiaz e Mato Grosso, devia-se alcançar primeiramente o Porto da Estrela. Podia-se efetuar este trajeto por terra, mas com o duplo inconveniente de descrever uma grande volta e de ter que atravessar, por péssimos caminhos, a região pantanosa da Baixada. Portanto, os viajantes, desde que não temessem o mar (e diz-se que muitos mineiros o temiam), atingiam o Porto da Estrela pela baía. Embarcava-se numa praia do Rio, que tomou o nome de Cais dos Mineiros, pelo meio dia, logo que a brisa do mar começasse a soprar, atravessava-se a baía, subia-se o rio Inhomirim e chegava-se, depois de seis horas de viagem, ao Porto da Estrela, onde já se encontravam os animais vindos por terra. A quantidade de gente, animais e mercadorias dava ao Porto da Estrela uma animação extraordinária. «Desde que estou no Brasil ainda não vi lugar com tanta vida e animação», escreveu Saint Hilaire. Pelas ruas, com seus empórios variados, seus grandes armazens de sal, seus hoteis, havia ainda a balbúrdia dos mineiros com suas mercadorias, animais carregados e descarregados, enfim, uma confusão em que ninguem se entendia. A evocação deste passado torna ainda mais surpreendentes o silêncio e a solidão que hoje dominam aquelas paragens, completamente abandonadas, desde que novas estradas modificaram o trajeto. (6).

Partindo do Porto da Estrela, entrava-se pela planície ora arenosa, ora pantanosa. «O caminho é impraticável em

(5) Raffard, op cit., p. 15.

(6) Eschwege, «Journal von Brasilien oder vermischte Nachrichten aus Brasilien. .», Weimar, 1818, 2 vs in-8·, II, p. 69 ; — Raimundo José da Cunha Matos, «Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiaz.» Rio, 1836, 2 vs. in-8·, p. 5 ; — Saint Hilaire, op. cit , p. 3.

tempo de chuvas», diz Cunha Matos, e Langsdorff acrescenta: «Pode-se passar com o risco de vida. Os animais que conduzem fardos de algodão, mercadorias e víveres caem nos brejos, são carregados pelos riachos e não existem pontes nem estradas, a seis léguas apenas da capital. Negros, animais e mercadorias perdem-se bem próximo à residência real». Era com dificuldades, portanto, que em três horas alcançava-se, passando por Fragoso, a Fazenda Mandioca, onde tinha início a subida da serra, pela estrada calçada. (7)

Esta provocava uma grande admiração. Comparavam-na às grandes estradas romanas e às grandes estradas de montanha do tempo de Napoleão. Isto, por ser a única no gênero. A maioria dos viajantes que dela se serviram, Spix, Eschwege, Walsh, o brigadeiro Cunha Matos, referem-se mais aos seus defeitos. Numa distância de cerca de légua e meia, da Raiz ao Alto da Serra, era construida de grandes pedras irregulares, colocadas simplesmente sobre o solo e num perfil fortemente inclinado. Os animais mal podiam equilibrar-se e os carros ofereciam grande perigo pela quantidade de zig-zags e subidas às vezes íngremes. Sem dúvida, ela representava um enorme progresso em vista das dificuldades e dos perigos a que se estava exposto, antes, para a travessia da serra; mas não correspondia ainda às despezas que custara e nem ao fim de comodidade que determinara sua construção, pois continuava perigoso servir-se de carros. Levava-se duas horas para atingir, por esta estrada horrível, o Alto da Serra, onde o calçamento era substituido pela velha picada; mais meia hora por este caminho sombrio, úmido e

---

(7) Cunha Matos, op. cit., p. 6-7. Langsdorff, «Memoires sur le Bresil, pour servir de guide à ceux qui désirent s'y établir». Paris, 1820, in-4°, p. 13.

lamacento e chegava-se ao futuro sítio de Petrópolis, a Fazenda do Córrego Seco, com um total de doze horas desde o Rio e mais uma noite de pouso. (8).

A Fazenda do Córrego Seco que se extendia do Alto da Serra até o Morro do Quissamã, limite do Itamaratí, era um verdadeiro ermo, tendo apenas uma casa térrea de aspeto rudimentar e nas suas proximidades um ou dois ranchos para descanço das tropas, duas oficinas de ferrador e uma venda paupérrima em que Eschwege encontrou apenas carne seca e linguiça salgada e onde Spix teve que dormir num banco duro e sem cobertas. Em resumo: sendo ponto de passagem obrigatória entre Rio e Minas e constituindo ainda o único ponto no Alto da Serra, Córrego Seco não passava dum miseravel lugarejo. De nada lhe servira ainda a estrada.

Serviu, entretanto, para torná-lo conhecido do Imperador e de sua família. D. Pedro conheceu-a quando, em 1822, atravessando pela primeira vez a Serra da Estrela, afim de acalmar algumas agitações políticas na Província de Minas, parou, não propriamente em Córrego Seco, mas algumas léguas adiante, na Fazenda Correias, concedida a esta família com a condição principal de hospedar as pessoas reais e suas comitivas. (8a.). Mais tarde Pedro I voltou diversas vezes a estas paragens, tanto para as suas diversões deexcursão e caça, como para visitar seu amigo Padre Correia. Por fim, as princesas imperiais, enfermas, fizeram uma estação de cura na Fazenda Correia. Não resta dúvida que a existência da estrada calçada tornando relativamente facil a subida da Serra, contribuiu para isto. Tão felizes foram os resultados obtidos que Pedro I resolveu adquirir Córrego Seco. (9).

---

(8) Saint-Hilaire, op. cit. p. 8. Eschwege, op. cit. p. 71. Spix und Martius, «Reise in Brasilien», 3 vs. in-4 . München, 1823, I., 167/168.

(8a.) Nota da *Comissão do Centenário*: Esta informação de Raffard já foi invalidada com a publicação do foral da Sesmaria, por Antônio Machado. Vide IV vol. desta Col. pgs. 39/41.

(9) Discurso do Presidente da Província do Rio, in «O Mercantil» de 23 de outubro de 1886. Ribeyrolles, op. cit. II., p. 148. Raffard, op. cit. p.18

A FUNDAÇÃO

A incorporação de Córrego Seco ao patrimônio imperial faz parte duma série de circunstâncias preparatórias do futuro e na qual deve-se destacar o papel de grande animador desempenhado pelo Engenheiro Koeler e à influência dum grupo desejoso de estabelecer no Brasil a colonização européia. Koeler, alemão, mas naturalizado brasileiro, convencera o governo do Rio do interesse em se construir até Minas uma estrada inteiramente «à européia». Pretendia ainda substituir a calçada da Serra por uma outra melhor e transformar numa estrada carroçavel a picada da Serra até Minas. Tendo sido aceitos os seus projetos, foi Koeler encarregado dos estudos preliminares. Enquanto isto, preparou a chegada ao Rio de Janeiro dum navio conduzindo 238 alemães destinado à Austrália,mas que se revoltaram em viagem, obrigando o navio a tocar no Brasil. Koeler intervem em favor de seus antigos compatriotas e obtem do governo brasileiro e da jovem sociedade de Colonização do Rio o seu desembarque mediante indenização, empregando nos seus serviços muitos deles, que assim permanecem por três meses em Córrego Seco. Somente se lucrou com isto e possivelmente os resultados tão excelentes desta experiência teriam modificado as idéias da Assembléia Provincial do Rio a respeito do do trabalho servil e do trabalho livre e sobre a oportunidade da imigração européia, fundando-se colônias agrícolas oficiais. (10).

Provavelmente Koeler teve logo a idéia de estabelecer alemães em Córrego Seco, mas somente o declarou quando dirigia os trabalhos da nova «estrada normal da Serra», cuja construção fora ordenada por uma lei provincial de 1840. (11).

---

(10) Relatório do Presidente da Província à Assembléia Provincial, 1839/1840, p. 25. Raffard, op. cit. p. 41-42.

(11) Tinoco, op. cit., pag. 37.

Que sentimentos o levariam a esses projetos de colônia? Seria injustiça não reconhecer uma real generosidade reunida ao mesmo tempo à sua predileção pelas paisagens florestais e ao apego sempre demonstrado pelos seus compatriotas do Velho Mundo. Mas, sem dúvida, cremos que tambem havia interesse no seu trabalho; é o que nos diz, por exemplo, o seu artigo de alguns anos mais tarde, no «Jornal do Comércio», de 17 de fevereiro de 1845 e que é uma verdadeira propaganda para a criação duma Sociedade para explorar seus direitos em Córrego Seco.

Em boa hora Koeler abriu-se para com um membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Brigadeiro Paulo Barbosa da Silva. O Instituto Histórico preconizava o reinício e a intensificação dos serviços de imigração e colonização, assinalados até então por duas fundações — Nova Friburgo, no Estado do Rio, devida a D. João VI em 1820, e Leopoldina, (11a) no Rio Grande do Sul, graças a D. Pedro I em 1824. Quanto a Paulo Barbosa, as suas próprias funções de mordomo imperial tornavam-no o melhor intermediário junto ao Imperador. Alem disto, Koeler contava ainda, em plena Assembléia Provincial, com o apoio de dois futuros presidentes da província: Aureliano de Sousa e Oliveira, seu amigo íntimo e Caldas Viana. Aos que denunciavam a «utopia» do trabalho livre, puderam eles responder com a feliz tentativa de 1837 que servia bem para mostrar como se podia tirar melhor proveito dos colonos que dos escravos, como então se fazia. Encontraram terrivel oposição; 16 anos mais tarde Paulo Barbosa, em relatório apresentado ao Imperador, escrevia: «É com imenso prazer que dato este relatório da cidade de Petrópolis, residência imperial, que há quatorze anos era mata virgem, apenas com um pequena hospedaria. Cidade feita atravez da maledicência, da inveja e da voci-

(11a.) — Nota da *Comissão do Centenário*: Aliás, S. Leopoldo.



A escarpa da Serra do Mar vista da Independência

feração da ignorância. Existe, util e existe bela... não às minhas custas, mas graças ao preço de minhas fadigas e meus cuidados.» (12). Os traficantes de escravos tambem se irritaram ; todos os argumentos lhes pareciam bons, e quando se tratou da escolha de Córrego Seco para localização duma colônia, exploraram em seu prejuizo até o nome, como que significando falta de água.

A locação de Córrego Seco por Koeler foi concluída a 16 de março de 1843 ; uma parte das terras, porem, foi reservada pelo Imperador para a construção dum palácio com jardins e demais dependências e para a fundação duma povoação. (13). Não se falou em colônia, mas isto era previsto, pois colônia e povoação eram consideradas complementares : os moradores da primeira encontrariam serviços e poderiam atender às necessidades da segunda, quanto à mão de obra e ao suprimento de víveres. (14). As origens de Petrópolis foram, então, tríplices : palácio imperial, povoação e colônia.

O palácio e a povoação brevemente foram iniciados. Pouco depois da locação da fazenda, Caldas Viana, então presidente da província fluminense, ordenou, pelo decreto de 8 de julho de 1843, a construção de duas cruzes de madeira sob um pedestal alto e elegante, com o nome «PETRÓPOLIS» escrito em grandes letras, colocando-se assim o novo estabelecimento sob a égide do Imperador. Em 1844 tiveram início os preparativos para a construção da cidade, começando-se pela Rua do Imperador ; procedeu-se ao loteamento das terras, algumas arrendadas, outras doadas pelo Imperador a pessoas ilustres. Em 1845, quarenta escravos começaram a constru-

(12) Informações e textos devidos ao Dr. Alcindo Sodré.

(13) Raffard, op. cit., p. 50/51.

(14) Koeler escreveu em seu artigo no «Jornal do Comércio» de 17 de feveiro de 1845 : «Sua Majestade consente que se forme em Petrópolis uma povoação.. ; O Imperador manifestou o desejo de ver formar-se em Petrópolis uma colônia agrícola e industrial alemã ; disso certamente resultará grandes vantagens para a povoação e tambem para os veranistas que poderão abastecer-se por preços módicos».

ção do Palácio Imperial. Por outro lado, Koeler negociava com o Gran-Ducado de Hesse a vinda de «famílias honestas e trabalhadoras» para formarem a colônia agrícola e industrial. Não lhe foi possivel concluir estas negociações, pois circuntâncias especiais determinaram o estabelecimento em Petrópolis de numerosos alemães recrutados por outros e, no princípio, com finalidade algo diferente. (15).

Em 17 de junho de 1844 Caldas Viana contratou com a Casa Delrue, cujo chefe era o consul brasileiro em Dunquerque, a introdução de imigrantes destinados especialmente aos trabalhos da nova estrada da Serra; supunha ele que algumas famílias bastariam para formar o núcleo da colônia que imaginava para Petrópolis. Delrue «julgou ser util ao Brasil fugindo um pouco das condições que lhe haviam sido propostas», conforme a expressão de Viana, e foi certamente para atender seus próprios interesses que recrutou mais imigrantes do que lhe havia sido pedido, sendo muitos de idade maior ou menor do que convinha. De 16 de junho a 8 de novembro de 1845, foram importados 2.311 pessoas, entre as quais 1.200 crianças e menores de 18 anos. Era muito mais do que se esperava, tanto que chegaram todos quasi simultaneamente em vez de virem aos poucos, como fixava o contrato com Delrue. O governo provincial sentiu-se embaraçado diante deste afluxo. Felizmente, desde as primeiras levas, o Imperador lhes ofereceu as terras de Petrópolis onde foram todos instalados. (16). Finalmente, a colônia idealizada por Koeler estava fundada por D. Pedro II e seus conselheiros.

Foi no próprio dia de S. Pedro, 29 de junho de 1845, que o primeiro contigente de colonos chegou a Petrópolis; outros, mais tarde, foram tambem para ali encaminhados. Eram alemães das margens do Reno; muitos, de fato, eram lavradores,

(15) Segundo os relatórios anuais do Presidente da Província.
(16) Estas informações, tiradas do relatório presidencial de 1846, permitem esclarecer as indicações confusas da maioria dos autores que se ocuparam de Petrópolis.

mas havia tambem sapateiros, alfaiates, cosinheiros, doceiros e até músicos, gente empolgada pelos altos salários e grandes concessões de terras férteis que os esperavam alem dos mares, no país das palmeiras e dos diamantes. (17). Pode-se imaginar a sua decepção quando, cansados já da penosa subida da serra, chegaram à Terra Prometida, assinalada unicamente pelas cruzes elevadas em 1843 e pelos primórdios da fundação. Cercava-os ainda a floresta virgem. Nada fora preparado para recebê-los; tiveram que construir suas choças ao mesmo tempo que roçar a terra para cultivá-la. E a própria terra lhes era estrictamente marcada, recebendo a princípio, cada lavrador, dois hectares e meio. (18). Que contraste com as esperanças que alimentavam em face das grandes extensões livres dos paises novos!

Não resta dúvida que com a instalação da colônia estava completa a fundação. Em 1846 já se via esboçar suas linhas gerais Pelas ruas e praças da futura cidade imperial, 92 dos 216 lotes previstos estavam distribuidos entre negociantes, trabalhadores e pessoas da Corte; dos 169 lotes reservados aos operários, ao longo da estrada, 131 já estavam demarcados e finalmente dos 440 lotes destinados aos agricultores, e todos à margem dum rio, 393 já estavam repartidos. Petrópolis não só estava fundada, mas começava a tomar forma. (19). Eis como a viu, em 1846, Ida Pfeiffer: «Petrópolis está situada no meio duma floresta virgem... Uma pequena fila de casas forma já uma rua e numa praça recentemente roçada arma-se o arcabouço dum grande edifício: é a casa de campo do Imperador... Em torno deste palácio é que se formará a cidade. Existem, entretanto, numerosas choupanas isoladas, mais próximas da mata. Alguns colonos, como os operários e os artífices trabalham em pequenas cons-

(17) Raffard, op. cit., p. 64.
(18) Relatório presidencial de 1846, p. 56.
(19) Ibid.

truções nas imediações do palácio; os agricultores localizam-se em lugares mais afastados, não excedendo todavia a duas ou três geiras». (20).

Koeler abandonou, totalmente, os interesses diretos que tinha em Petrópolis. Seria para não impedir o desenvolvimento da cidade? Seria por ter-se visto na impossibilidade de constituir a sociedade que imaginara para tirar partido de seu contrato de locação? Em 1846, renunciou ele, sem compensação, ao arrendamento de Córrego Seco e, mais ainda, cedeu à Casa Imperial a fazenda Quitandinha que comprara em 1840. Todavia, isto não o impediu de dirigir os trabalhos do palácio imperial e da estrada e de traçar o plano de arruamento da cidade; enfim, tornou-se, em 1846, diretor da colônia; é verdade que logo se demitiu, desgostoso pelas dificuldades encontradas e em novembro do ano seguinte faleceu vítima de um acidente. (21). Antes de morrer, poude ver realizado o que havia sonhado para o Córrego Seco. Talvez pudesse tambem indagar se o êxito de Petrópolis compensava a tudo quanto havia dispendido.

Koeler havia imaginado para a nova cidade — e com ele, todos os que o auxiliaram nessa obra — um lugar de passagem e um entreposto comercial do Rio com Minas, Goiaz e Mato Grosso, um centro agrícola onde imigrantes europeus pudessem cultivar «os melhores produtos dos paises temperados» e uma residência de veraneio onde o Imperador e a «melhor sociedade» do Rio encontrassem «um ceu tão agradavel e calmo como o do Sul da Europa». A escolha de Córrego Seco para estas várias funções tinha sua justificativa na estrada. A estrada que o ligava ao Rio facilitava as relações indispensaveis com a Capital, quer se tratasse das viagens do Imperador e pessoas da Corte, ou de ne-

(20) Ida Pfeiffer, «Voyage d'une femme autour du monde», trad. por W. Suckau. Paris, 1858, 2 vs. in 8·, I. p. 59.

(21) Relatório presidencial de 1846. Raffard, op. cit., p 55/71.



A escarpa da Serra do Mar



gócios da própria cidade, e ainda o seu prolongamento para Minas canalizaria todo o tráfego dessa província para o litoral. Por fim, a vida de Petrópolis ligava-se ainda de outra maneira à estrada : ela dependia dos trabalhos de construção de novas estradas que iriam assegurar a subsistência aos colonos, já que a exploração agrícola não alcançava tanto rendimento. (22). Petrópolis parecia, assim, escapar às dificuldades que a falta duma boa estrada criou para Nova Friburgo. Ela satisfazia melhor às condições que Tschudi, alguns lustros mais tarde, definiria como essenciais para a criação de colônias no Brasil e cujo desconhecimento era lamentavel. (23). Podia-se dizer que o bandeirante Garcia Rodrigues Pais, abrindo a sua picada pela via direta entre Rio e Minas, lançou os germens de Petrópolis.

Por favoravel que tenha sido o meio onde se fundou a cidade, ela não satisfez igualmente às diversas funções que dela se esperava e, por fim, é graças a uma função em que se não pensara, a indústria, que ela atinge o verdadeiro desenvolvimento urbano.

UM POUSO À MARGEM DA ESTRADA

A função de Petrópolis como empório comercial foi efêmera. Por certo, nos primeiros anos que seguiram à conclusão da «estrada normal», as tropas de burros convergiam para Petrópolis em vez de descerem como outrora até o Porto da Estrela. Mas, como já se previa,logo a estrada prolongou-se para o interior, com o nome de «União e Indústria» e à medida que avançava para atingir Juiz de Fora, em Minas, em 1861, a

---

(22) «Jornal do Comércio» de 17 de fev. de 1845 (artigo de Koeler).

(23) Sobre as dificuldades causadas a Nova Friburgo pela falta de uma estrada em boas condições, ver Langsdorff, op. cit., p. 14 e Debret, «Voyage pittoresque e historique au Bresil». Paris, 1835, 3 vs. in-f·, II., p. 136.

Companhia que construía criava ao longo da estrada estações e entrepostos que retinham o tráfego antes destinado a Petrópolis. (24).

Uma oportunidade para Petrópolis retomar sua função de ponto de passagem surgiu com os projetos do Barão de Mauá, o grande empreendedor que integrou o Brasil na vida moderna. Mauá, tendo vencido com alguma dificuldade os preconceitos suscitados no Brasil pela idéia das estradas de ferro, que muitos consideravam utopia ou cousa inoportuna, conseguiu para a sua «Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis» a concessão dum serviço de vapores através da Baía de Guanabara e de uma estrada de ferro até Petrópolis. Como ponto final da linha de navegação foi escolhido um novo porto, Mauá, abandonando-se o tradicional Porto da Estrela, o que determinou a ruina completa dessa localidade, hoje desaparecida. De Mauá, os trilhos foram assentados até Fragoso, percurso em que, a 30 de abril de 1854, data histórica para o Brasil, a locomotiva denominada «Baronesa», percorreu em 23 minutos, os 15 kms. do primeiro trecho ferroviário brasileiro; em dezembro de 1856 os trilhos atingiam a Raiz da Serra para ali ficarem por muito tempo. (25).

Não foi pelo desejo de alcançar mais comodamente a sua residência em Petrópolis e nem mesmo pelos benefícios que se poderia esperar do tráfego unicamente entre o Rio e Petrópolis, que Mauá teve a iniciativa desta estrada. Sua intenção era modernizar tanto quanto possivel a velha estrada Rio-Petrópolis-Minas. Imaginava, de fato, a construção duma estrada de ferro de Petrópolis a Minas, preenchendo por meio de carruagens o vazio que a técnica de então teria que deixar entre a Raiz da Serra e Petrópolis. Pensava ele que

---

(24) Sobre as estradas, ver José Matoso Maia Forte, «As estradas de rodagem Rio-S. Paulo, Rio-Petrópolis e União e Indústria». Rio, in-8°, 1929, 171 pp.

(25) Alberto de Faria, «Mauá». Rio, 1926, in-8°, p. 161/167.

o dia em que a locomotiva ligasse Petrópolis a Minas, a produção desta província atingiria o Rio por um trajeto mais rápido que o da Estrada de Ferro Pedro II que o governo projetava construir, passando por Rodeio (Paulo Frontin). Enquanto isto, esperava que a linha Mauá-Raiz da Serra fosse alimentada pelo comércio que lhe canalizasse a Estrada União e Indústria. (26).

Todos estes planos falharam, frustrados logo pela concurrência da E. F. Pedro II, para a qual a Companhia União Indústria foi obrigada, por contrato, a desviar as suas cargas. (27). Ainda mais: chocaram-se contra obstáculos naturais, tanto que, mesmo depois que os trens corriam diretamente do Rio a Minas, via Petrópolis, o tráfego foi quasi nulo. Esta estrada foi construida por partes, sendo que o trecho mais notavel, o que transpõe a Serra pelo sistema de cremalheiras foi, senão realizado por Mauá, pelo menos concebido por ele, nos moldes do de Monte Washington e do Righi; em 1883 (28) começou a funcionar, mas só em 1900 foi que se completou a ligação férrea até Minas. Ela não impediu a «Pedro II», hoje «Central» de assumir a preponderância. É que as rampas por que esta estrada atravessa a Serra a 422 metros de altitude, por um tunel de 3 kms permitem a circulação de composições de 10 a 12 vagões, ao passo que os trens que sobem a Serra de Petrópolis não podem tirar mais de 3 vagões. Assim, a velha estrada que, apezar da facilidade de passagem, havia sido abandonada por descrever uma grande volta, torna-se novamente vanta-

---

(26) C. B. Ottoni, «Esboço histórico das estradas de ferro do Brasil». Rio, 1866 in-4·, p. 13.

(27) Ibid. Faria, op. cit., p. 167. A Estrada de Ferro D. Pedro II chegou a Belem em novembro de 1858, a Rodeio (Paulo de Frontin) em julho de 1863 e a Entre Rios em outubro de 1867. Picanço, «Viação férrea do Brasil: descrição técnica e estatística». Rio, 1884, in-8·, p. 172.

(28) Faria, op. cit., 172 Em S. Paulo, a serra foi transposta em 1868 por meio dos planos inclinados de Santos ao Alto da Serra.

josa. O itinerário mais direto, via Petrópolis, que havia sido preferido, servia mais às tropas de burros que aos trens a vapor que só com parco rendimento podiam vencer a serra.

Pode-se indagar agora se o automovel tambem não teve a sua influência. Em 1910 o Amtomovel Clube do Rio promoveu a construção duma estrada na Baixada, ligando a Raiz da Serra à velha Estrada de Koeler. Mais tarde foi construida a estrada que acompanhamos no início deste trabalho. Inaugurada em 1928, depois abandonada por algum tempo devido a acontecimentos políticos, ela se deteriou, principalmente na Baixada, pelos grandes amontoados de terra. Restaurada, ela exige hoje inspecção e cuidados contínuos, que talvez possam ser diminuidos com o saneamento completo da Baixada. O trajeto na serra é exposto a quedas de pedras e árvores causadas pelas chuvas e que às vezes causam acidentes pessoais ; procura-se remediar isto cavando-se pelas encostas, de onde geralmente partem os desmoronamentos, valas para retê-los. Em resumo : dispõe-se atualmente duma excelente estrada asfaltada. Prolongada recentemente até Juiz de Fora, ela une o Rio a Minas, tal como a Estrada antiga. Qual será seu futuro comercial ? Exercerá alguma influência na vida de Petrópolis ? É o que ainda não se pode dizer.

Em todo caso, tanto a estrada de rodagem como a de ferro modificaram as condições de viagens do Rio a Petrópolis, tornando-as mais faceis e rápidas. Quando apenas existia a estrada de Mauá, um vapor ia da Prainha até o Porto Mauá e dali o trem conduzia até a Raiz da Serra. Daí em diante os mais diversos meios de transporte se ofereciam : liteiras, «cabriolets», carros e diligências, cujos cocheiros eram quasi sempre alemães de Petrópolis. Gastava-se quatro horas na viagem toda : uma hora e meia na travessia,



Petrópolis

No primeiro plano, o rio Piabanha e a Estrada «União Indústria».



vinte e três minutos de trem e duas horas de carro. (29). E mesmo quando, a partir de 1888 já se podia ir de trem até Petrópolis, muitos preferiam ainda o vapor por julgá-lo mais agradavel (embora mais caro) e para gozar do prazer duma palestra, com boas companhias, ao redor das mesas do restaurante. Só em 1910 foi suprimido o servico das «barcas de Petrópolis». Hoje faz-se a viagem em duas horas de automovel ou de trem. Através de todas as vicissitudes, a estrada em vez de tornar Petrópolis um centro comercial, favoreceu-lhe a função de veraneio sem a qual a primeira colônia agrícola mal poderia subsistir.

A COLÔNIA AGRÍCOLA

Dos colonos que, como vimos, chegaram a Petrópolis em 29 de junho de 1845, os que alí permaneceram entregaram-se corajosamente ao trabalho; um bom número foi recusado por não poder ser aproveitado, estabelecendo-se então no Rio. (30). Dos que ficaram, duas obrigações foram exigidas: a exploração dos lotes que lhes haviam sido designados e os trabalhos públicos em Petrópolis e nos arredores. Seus trabalhos satisfizeram plenamente, tanto que o Presidente da Província (que na verdade não podia desmerecer sua própria obra), declarava em 1846 que «todos os que teem visitado a colônia reconhecem a superioridade do traba-

---

(29) Ribeyrolles, op cit. II., p. 167. Tscbudi, «Reisen durch Süd-Amerika». Leipzig, 5 vs. in-8°, 1866/1869, I., p. 197. O percurso era assim relativamente breve: em 1887 levava-se, para ir a Teresópolis, depois de atravessar a baía até Piedade, quatro horas de diligência e duas a cavalo ou de liteira; na mesma época alcançava-se Nova Friburgo em cinco ou seis horas de estrada de ferro partindo de Niterói. «L'Empire du Bresil. Les guides de l'Etoile du Sud. Ville de Rio de Janeiro etc., Rio, 1887 in-18, p. 63/65.

(30) Ribeyrolles, op. cit. II., p. 183.

lho livre, principalmente quanto ao processo empregado — a empreitada»; os colonos, sendo pagos pela metade que os escravos, ganhavam por dia duas ou três vezes mais. (31). O dinheiro que ganhavam assim ajudava-os na subsistência, permitindo-lhes mesmo algumas economias, pois em 1848 o governo julgou possivel um desconto de 10 % sobre seus salários para recuperar as taxas pagas a Delrue (32). Mas, terminados os trabalhos em que os colonos eram empregados, sua situação tornou-se dificil. Uma crise quasi os levou à miseria, alguns venderam ou abandonaram suas terras e temia-se pela sorte da colônia. Felizmente, algumas pessoas interessadas organizaram o trabalho; um deles, principalmente, fez abater a mata, preparando e serrando a madeira, de que o Rio logo se tornou grande mercado. O próprio Imperador criou uma serraria, auxiliando ainda por outras maneiras, aos colonos; finalmente a caixa de seguros criada por Koeler contribuiu na medida de seus modestos recursos para a obra de assistência. (33).

Não faltavam queixas cada vez que diminuía a atividade um tanto artificial que se procurava dar à colônia. Em 1860 esboça-se um quadro patético de homens robustos desempregados e de chefes de família com oito a dez filhos a reclamarem o pão e quasi nada tendo para dar-lhes («Brot! Brot!»). Talvez haja exagero nesta descrição. O francês Binot escrevia quasi na mesma ocasião que não havia pobreza em Petrópolis, que ninguem passava miséria e que se muitos alemães se queixavam era porque haviam se tornado muito exigentes, recusando-se a comer farinha de mandioca, que consideravam boa, mas para os brasileiros, e ainda desdenhando do trabalho agrícola. E' por essa mesma época

(31) Relatório presidencial de 1846, p. 92.

(32) Raffard, op. cit., p. 98.

(33) Ibid., p. 100/127. «O Mercantil» de 12 de fev. de 1861.

ainda que o viajante Ribeyrolles afirma que os operários prosperavam, muitos possuindo dez a doze contos de réis e que muitos haviam regressado à mãe-pátria depois de terem formado algum pecúlio. E mesmo as cartas dos colonos aos seus compatriotas teriam contribuído para atrair mais alemães ao Brasil. (34).

Diante destas afirmações contraditórias, o que se pode assegurar, ao que parece, é que os colonos não podiam formar um pecúlio unicamente com os trabalhos para que haviam sido chamados, isto é, os trabalhos agrícolas. Falharam os vaticínios do Presidente da Província que se congratulava, em 1846, com o papel que Petrópolis desempenharia como fornecedor de frutas, cereais e legumes para o Rio de Janeiro ; ao contrário, os fatos davam razão aos pessimistas que duvidavam que Córrego Seco pudesse tornar-se um centro agrícola. Poderá isto ser atribuido a um trabalho insuficiente dos colonos ? É o que teria sustentado Binot ao escrever : «Tudo vai como se Deus aqui estivesse ; ajuda-te que Deus te ajudará !», e ele próprio dava o exemplo, cultivando em suas terras beterrabas, alcachofras, aspargos, couve-flores, vinha e frutas européais. (35).

Mas, mesmo que se admita que esta deficiência de resultados da exploração agrícola provenha em parte de faltas dos colonos, deve-se considerar ainda a influência de outras circunstâncias. Primeiramente, a pequena superfície dos lotes, menores que os de Nova Friburgo. Possuimos a narração duma visita a uma «fazenda» de colono alemão em 1854 : um terreno com pouco mais de um hectare (3.000 braças quadradas, ou sejam 13.520 m^2) com centeio, aveia, batatas, legumes, flores, árvores frutíferas, principalmente pessegueiros, e mais um curral para o gado, em terreno acidentado.

---

(34) «O Mercantil» de 29/9/1860. Artigo de Binot no «O Paraiba» de 10/1/1859. Ribeyrolles, op. cit., p. 183.

(35) Artigo de Binot no «O Paraiba» de 5/12/1858.

Quem alí vivia mal podia ganhar para a sua subsistência. E ainda por cima, o solo não rendia senão pobremente. (36).

A localização da colônia não foi feita com discernimento para o que dela se esperava; compunha-se ela de pouca terra aravel e de qualidade medíocre. As encostas, desde que foram desbravadas, sofreram, sob a violência das chuvas tropicais, uma erosão que as despojou da camada aravel; o fundo dos vales, para onde desceram os resíduos, não era suficientemente largo nos arredores de Córrego Seco para permitir a formação de planos de alguma extensão; à medida que isto acontece, o solo que se expõe compõe-se mais de elementos arenosos que de elementos argilosos, pelo menos na parte superior do vale, que corresponde ao domínio da colônia. É somente na parte inferior que o alargamento do vale e o predomínio na argila na camada superficial dão maior fertilidade aos campos. Quando os serviços oficiais calculam que, no conjunto do município de Petrópolis, um quinto das terras é bom, dois quintos são regulares e dois quintos inferiores, pode-se ter certeza de que o quinto favorecido quasi não toca ao próprio distrito de Petrópolis. E' o que me dizia um fazendeiro de Pedro do Rio: «No primeiro e no segundo distritos de Petrópolis o milho não atinge a altura dum homem; na minha fazenda atinge a de um homem a cavalo». Isto quer dizer que a colônia agrícola de Petrópolis foi fundada no trecho do município menos apro-

---

(36) Raffard, op. cit., p. 154. Eis as queixas dum cervejeiro «interrogado como barometro da raça germânica»: «Nos primeiros tempos éramos cinco cervejeiros e todos sobrecarregados de serviços. Somos agora apenas dois e não fazemos a metade do serviço de outrora. O que nos fazia viver era a construção da estrada de Minas, mas terminados os trabalhos, diversos colonos foram-se embora. Raros para a agricultura. As terras de um lado, os negros de outro e ainda as dificuldades de transporte, a falta de hábito e as necessidades imediatas fizeram com que os inimigrantes preferissem trabalhos como pedreiros e terraplanadores». Adolphe d'Assier, «Le Bresil contemporain: races, moeurs, institutions et paysages». Paris, 1867, in. 8°, p. 276.



Vale da Cascatinha

priado para a agricultura. Em 1858 Tschudi, que dava razão aos que se queixavam de suas desilusões, constatava que os únicos dentre eles que viviam bem eram os que, por sorte, haviam conseguido terrenos poucos inclinados e, principalmente, os que se dedicavam à criação de gado e venda de laticínios no Rio e mesmo em Petrópolis. Quando ele escrevia, as batatas e os legumes, que eram os principais produtos, mal davam para o consumo da colônia, sendo grande parte dos víveres importada do Rio. Vemos, enfim, que a experiência duma colônia agrícola falhou desde o início. (37).

Resta, então, a floricultura, devido à iniciativa do francês Jean Baptiste Binot, que desde sua chegada a Petrópolis em 1845, estabeleceu-se como «jardineiro-horticultor», vendendo arbustos, flores, plantas de bulbo e árvores frutíferas, A casa por ele fundada logrou grande êxito, encontrando imitadores que se especializaram em floricultura seguindo o seu exemplo. Há em Petrópolis cerca de 150 pessoas taxadas como floricultores ; umas dez estão à frente de grandes estabelecimentos, dos quais o maior é o dos descendentes de Binot, que nele continuam sua tradição. Os pequenos cultivadores cuidam de flores, como gerânios, dálias, cravos, ervilhas de cheiro, hortênsias, etc. As grandes casas dedicam-se principalmente à hortênsia e a outras especialidades como a baga de palmeiras serranas (coqueiros de Weddel), exportada na Europa, sobretudo em França e na Bélgica, e a essas maravilhas do reino vegetal que são as orquídeas, de que o Brasil possue cerca de duas mil variedades no estado natural. Há muito que a Europa lhes oferece um rendoso mercado, explorado pelo filho de François Binot que, de maio a setembro, instalava-se em Bruxelas para a venda de trezentas caixas de plantas que levava consigo. Os horticultores europeus, conseguindo a produção dos híbridos, restringiram

(37) Tschudi, op. cit. p. 207.

a exportação de orquídeas para o velho continente, a qual, entretanto, ainda subsiste. Começa-se, por outro lado, a exportar flores para a Argentina, por via aérea. Enfim, o Rio continúa sendo o melhor mercado para a floricultura petropolitana. Flores e alguns legumes e frutas que servem essencialmente para o consumo dos próprios produtores, eis o que resta da exploração agrícola da colônia, origem da cidade.

Os demais distritos devem à agricultura o melhor de suas rendas,a não ser Cascatinha,onde a indústria desempenha um grande papel, pelo menos Itaipava, Pedro do Rio, Entre-Rios. (37a). Os lavradores de Cascatinha e de Itaipava,como os do primeiro distrito, são pequenos proprietários, e com exceção dum grupo de japoneses em Itaipava, são descendentes dos primeiros colonos ou de imigrantes vindos de Portugal e das Ilhas da Madeira e dos Açores ; mais de 300 açorianos vindos para os trabalhos da Estrada «União e Indústria» entregaram-se em seguida à agricultura. (38). Plantaram, em suas terras, alem de algumas flores, principalmente as «pequenas culturas», como batatas, legumes, feijão, milho e frutas tropicais, laranjas e pêssegos, desses pêssegos que, há um século, a Fazenda Correias exportava semanalmente para o Rio em lombo de burros. Os distritos de Pedro do Rio e Entre-Rios são ocupados por grandes fazendas cafeeiras que, por sua vez, começam a ser fragmentadas devido à crise do café. Este mesmo fato tem determinado o abandono de velhos cafezais e a introdução ou ampliação das «pequenas culturas». Não esqueçamos os campos de cana de açucar e teremos um quadro da atividade propriamente agrícola. Ela tende a ligar-se cada vez mais à criação de gado, ou mesmo ceder-lhe o passo. Multiplicam-se os rebanhos de vacas

(37a) Nota da *Comissão do Centenário :* Entre-Rios, outrora dependente da Prefeitura de Paraiba do Sul, e hoje município autonômo nunca foi distrito de Petrópolis.

(38) «O Mercantil» de 3/3/1875.

crioulas, que são as que melhor se adaptam à região, embora tenham, infelizmente, pequeno rendimento de leite, apenas de 3 a 5 litros por dia ; poderá conseguir-se mais se se adotar, a exemplo de alguns fazendeiros, um regime semi-estabular, garantindo-lhes uma ração de feno tirada das terras de várzea ; assim tambem, elas não exibirão mais, na seca do inverno, suas carcassas emagrecidas por entre a relva amarelada. Desde já, o leite, a manteiga, o queijo e o creme constituem os principais produtos exportados pelas estações do 4º e 5º distritos, bem como, ovos, galinhas, frutas e legumes. Grande parte destes gêneros contribue para suprir a cidade de Petrópolis que, assim, não precisa mais recorrer às regiões vizinhas de Itatiaia e do Estado de Minas, para abastecer de laticínios e de carnes a população que lhe tem valido as funções de cidade de residência e de veraneio.

A CIDADE DE VERANEIO E DE RESIDÊNCIA

Koeler escrevia em seu artigo-propaganda :

«Uma das maiores necessidades que experimentam os habitantes da Corte e Capital do Rio de Janeiro, é a de poderem aliviar-se do intenso calor que sofrem durante os meses de verão. A Serra da Estrela, uma das mais elevadas da cordilheira, lhes oferece este refrigério tanto pelo seu clima sumamente saudavel e temperado, e águas abundantíssimas, como pela comodidade e rapidez com que é possível efetuar a mudança de uma atmosfera abrazadora para outra temperadíssima, com uma diferença de 25 graus do termômetro de Farenheit». E é como residência de repouso e de veraneio,preferida pelo Imperador, que o «Almanaque do Brasil» de 1846 apresentava a nova cidade. A climatologia pode hoje precisar melhor esses dados. (39). O que importa não é que a

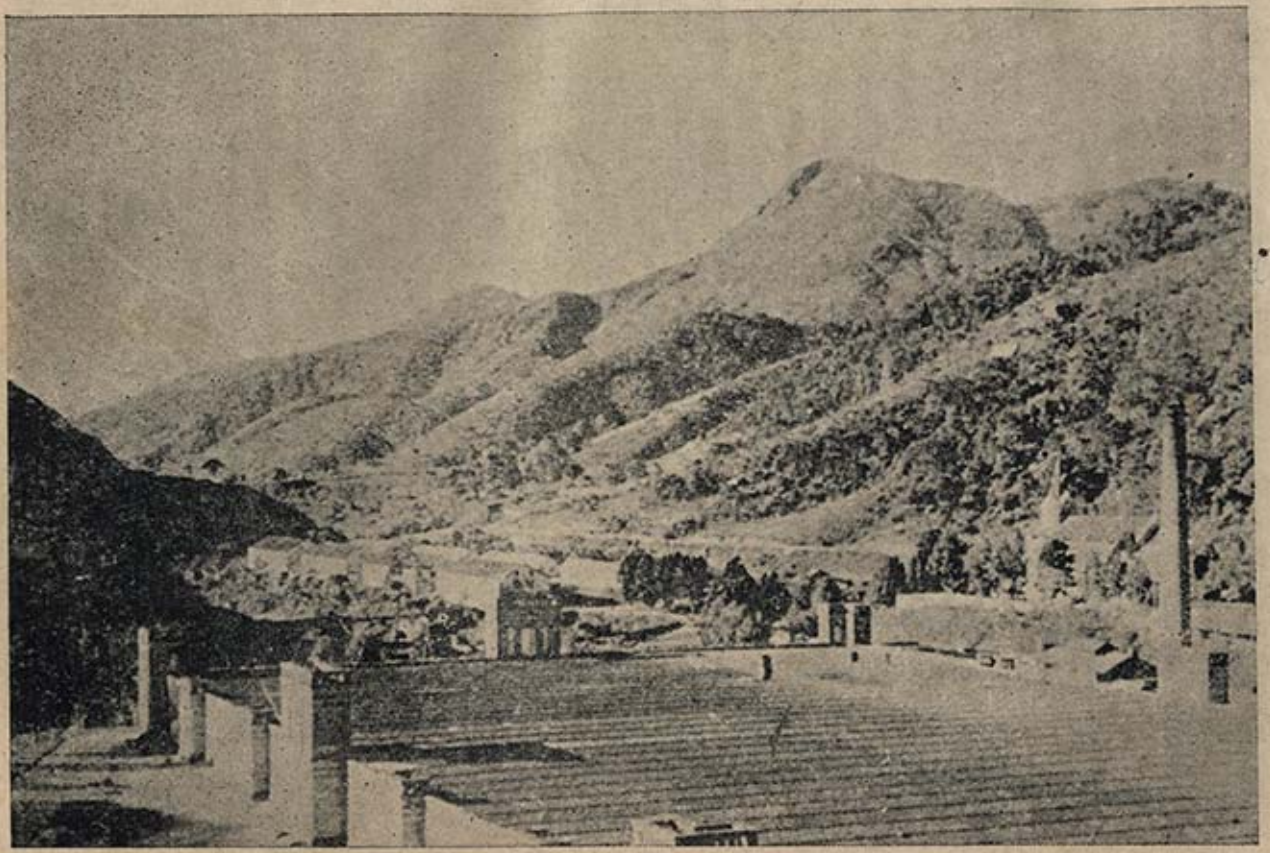
(39) Os dados climatológicos são tirados de H. Morize «Contribuição ao estudo do clima do Brasil» Rio, 1922. A estação do Rio está a 61 m, 4 de altitude, numa latitude de 22°54, e a de Petrópolis a 813 m. de altitude para uma latitude de 22°30.

média anual de Petrópolis seja de 18°2 para 22°7 no Rio, nem que a média dos três meses de inverno (junho, julho e agosto) seja em Petrópolis de 15°4, 5° a menos que no Rio (20°4); o que importa é o verão. Certamente não se pode dizer que nesta estação não haja absolutamente calor em Petrópolis. A média mensal das máximas para os quatro meses, de dezembro a março, é de 25°6, somente 3° a menos que no Rio. A umidade de que a atmosfera está carregada torna o dia desagradavel até que à tarde a chuva caia com violência. Uma vez limpo o ceu, veem as horas agradaveis; o ar se refresca, o termômetro desce suficientemente para que a média mensal das mínimas de dezembro a março abaixe a 16°8 e organismo goze dum alívio desconhecido no Rio, onde a média das mínimas mensais correspondentes é de 22°2. A delícia duma estação em Petrópolis seria maior ainda se não fosse a chuva. «Não é Petrópolis, é Chuvópolis», tal a «boutade» que se atribue a um diplomata, bem como esta outra, atribuída ao ministro francês Gerard: «E' um dos recantos mais sedutores do mundo inteiro quando o tempo está firme, mas chove sempre». De dezembro a março cái 1.101 mm. de chuva (511 no Rio) e mais da metade dos dias são chuvosos: 71 para 55 no Rio. Ainda assim vale a pena pagar por esse preço a salubridade e a tonicidade das alturas.

É o que pensava certamente o Imperador. Em outubro de 1847 ele veiu pela primeira vez veranear numa parte do palácio (39a) já concluida e desde então voltou anualmente. Uma parte, pelo menos, do pessoal politico e administrativo não podia deixar de acompanhá-lo, e este grupo oficial constituía um centro de atração, ainda mais que os lotes foram distribuidos gratuitamente aos que podiam construir. (40). Desen-

(39a) Nota da *Comissão do Centenário*: Nesse verão, o Imperador ainda não foi para o seu palácio, mas hospedou-se na velha casa da Fazenda do Córrego Seco.

(40) Tinoco, op. cit., p. 39. Raffard, op. cit. p. 147.



A Fábrica de Cascatinha



volvia-se assim a cidade residencial, quando o Rio foi assolado por uma calamidade que trouxe vantagens para Petrópolis : a febre amarela O mal, trazido ao Rio por um navio procedente e Nova Orleans, via Baía, teria atacado de dezembro de 1849 a agosto de 1850, cem mil vítimas, das quais dez mil fatais. Talvez haja exagero nestas cifras, mas testemunham o terror que então se espalhou. Diante disto, Petrópolis apareceu como um refúgio e, de fato, se alguns que ali procuraram abrigo faleceram, foi porque já estavam contaminados antes de deixarem a Capital (41), pois Petrópolis permaneceu livre. Daí por diante, em cada verão, voltava o flagelo ao Rio, fazendo acorrer a Petrópolis os que o podiam fazer. A corrente que assim se estabeleceu não era a princípio muito forte ; ao que se diz, centenas de pessoas no primeiro ano. Foio suficiente para que a colônia enfraquecida procurasse os recursos que de certo modo a fortalecesse. Os colonos puderam vender por altos preços alguns produtos agrícolas e alugar, tambem por preços elevados,casas e apartamentos. Por outro lado, muitos desses visitantes forçados que desconheciam Petrópolis antes de ali terem sido levados pelo vapor, vieram a conhecê-la e puzeram-se a propagá-la. (42). Isto foi a melhor propaganda para a cidade. Petrópolis se achava protegida pelo Imperador e pela febre amarela.

Apezar de tudo, a cidade de veraneio não progredia quanto se esperava. Os cariocas dificilmente abandonavam seus hábitos. «A gente rica ainda mantem no Rio as suas chácaras, os seus chalés e as suas casas de campo. Conquanto a alta administração tenha dado o exemplo, não se constrói, ninguem vai a Petrópolis. Em plena época de calor e epidemia, o medo expulsa para lá alguns ricaços, suas mu-

(41) Robert Lallement, «Observações acerca da epidemia de febre amarela do ano de 1850 no Rio de Janeiro». Rio, 1851, in-8°.

(42) Raffard, op. cit., p. 103.

lheres e embaixadores... Porque os ricaços do Rio não constróem suas residências ?» Assim escrevia Ribeyrolles, antes ainda que a debelação da febre amarela no Rio viesse a prejudicar Petrópolis. (43).

O flagelo, depois de ter assolado terrivelmante durante dez anos consecutivos, tomou, lá por 1860, um carater mais endêmico que epidêmico, perdendo mesmo a sua violência. E verdade que isto, que podia ser desvantajoso para Petrópolis, nada teve de definitivo. Até o principio deste século surtos violentos assolaram por diversas vezes a população carioca, reanimando sempre Petrópolis. Finalmente a epidemia foi dominada em princípios deste século, ao se descobrir o mosquito transmissor. A ciência e a energia de Osvaldo Cruz, Diretor, ou melhor «ditador» da Saude Pública debelaram o mal e desde então o terror não levou mais ninguem a Petrópolis.

Conseguiu-se livrar o Rio dos mosquitos propagadores da febre amarela, mas não se pôde modificar o clima e impedir o calor que oprime e debilita e que, mesmo à noite, não permite repouso ao organismo. Não obstante, não há hoje, tanto como outrora, a mesma necessidade de deixar-se a cidade, graças aos novos bairros que foram construídos alem da baía, mais junto do mar, recebendo melhores ares e retendo assim seus moradores mesmo durante o verão. Ipanema e Copacabana tiram a Petrópolis uma parte de seus frequentadores. E ainda as praias são lugares de reunião, mais próprios para exibição do que uma viagem a Petrópolis. E os banhos de mar não são ainda um excelente estimulante para o calor ? Acrescentemos ainda os progressos do conforto, como o ar condicionado a domicílio. Há mesmo cariocas que consideram — ou por «humour» ou excesso de bairrismo — o verão no Rio uma estação agradabilíssima e em nada deprimente.

(43) Ribeyrolles, op. cit., p. 166/169.

Apezar de todos estes encantos, há os que lhes são insensiveis e procuram, conforme podem, outros lugaras que lhes sejam mais agradaveis. Enquanto que até há pouco Petrópolis era a única estação organizada e facilmente accessivel, hoje outros lugares atraem numerosas pessoas, principalmente Vassouras, Nova Friburgo e Teresópolis. Vassouras e Nova Friburgo já são mais distantes,mas Teresópolis, quasi à mesma distância de Petrópolis lhe tem sido comparada e até preferida, constituindo mesmo a sua concurrente mais séria. Hoje, pode-se dizer que há uma certa distinção entre as duas estações. Não é facil calcular a quanto se eleva a população de Petrópolis durante o verão. Os cálculos variam entre 10.000 e 20.000 veranistas em toda a estação, compreendendo os que fazem apenas os «weck-ends», os hóspedes permanentes e os que viajam diariamente, de trem ou de automovel (44).

Petrópolis parece ser menos frequentada do que devia. E seria menos ainda se não desempenhasse desde o início o papel de capital periódica. Perpetuou-se sob a República a tradição criada por D. Pedro II. O Presidente vai todos os verões para Petrópolis, atraindo consigo numerosas personalidades oficiais. O corpo diplomático, cujos membros, na maioria, não estão acostumados ao clima tropical, não se contentou em acompanhar periodicamente o mundo oficial: acabou por fixar-se mesmo em Petrópolis. No princípio deste século, 19 das 20 legações acreditadas junto ao governo brasileiro tinham lá a sua séde, estando no Rio apenas os consulados. Depois, as legações e embaixadas eram reinstaladas no Rio, continuando o seu pessoal a veranear em Petrópolis, em carater particular. Explica-se, assim, que muitos aconte-

(44) A média mensal dos viajantes de primeira classe (são raros os de segunda) na linha Rio-Petrópolis foi em 1936 de 80 495, para os meses de janeiro, fevereiro e março, e de 34.845 para os de julho, agosto e setembro. Desde alguns anos, o automovel faz séria concurrência à estrada de ferro, mas não há estatísticas que possam fornecer dados precisos.

cimentos da história brasileira tenham se decidido em Petrópolis O mais importante de todos, sob ponto de vista político, a revolução de 1889, não se teria realizado tão facilmente se D. Pedro II não estivesse em Petrópolis quando a rebelião militar explodiu no Rio e impedido, portanto, de tomar conhecimento imediato da situação «in-loco», o que teria podido modificar o curso dos acontecimentos. (45).

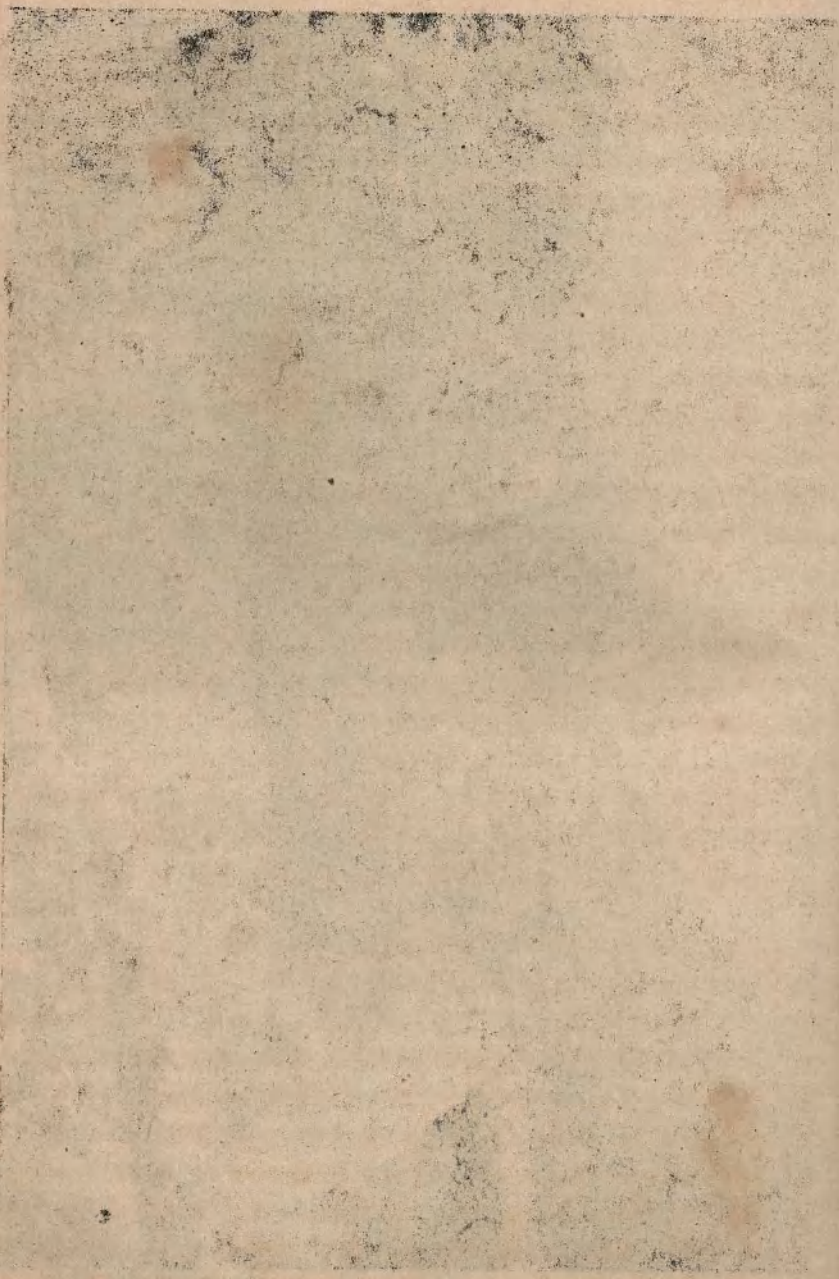
Nunca foi excessivo o brilho da estadia dos governantes em Petrópolis durante a estação e D. Pedro II levava lá uma vida mais simples ainda que no Rio. Naturalmente a sua chegada dava lugar a festas e cerimônias: recepção pelos conselheiros municipais que lhe ofereciam a chave de ouro da cidade, parada de escolares, «Te-Deum», iluminação pública, bailes, etc. Mas, passado o primeiro dia, nada mais havia e se o Imperador comparecia a qualquer festa era sem a menor solenidade. Por outro lado, ele gostava de passear pelos arrabaldes, interessando-se pela vida dos colonos e visitando as suas modestas residências. Eles, por sua vez, manifestavam-lhe uma verdadeira afeição, chamando-o a principio «Unser Kaiser» e depois, com grande familiaridade, mas sem faltar ao respeito, simplesmente de «o velho». Enfim, nada de pompas e etiquetas: uma simplicidade democrática, que foi continuada sob a República. (46).

A vida social é bastante intensa, embora, pelo que se diz, menos brilhante do que há algumas dezenas de anos, quando as distrações se multiplicavam e os jornais se abriam para um crônica mundana, hoje desaparecida. Era o tempo das carruagens de luxo, por cujo número avaliava-se o brilho da estação, relacionada, por sua vez, com a própria vida econômica do país. Foi o que se deu, por exemplo, durante «o Encilhamento»: para 145 carros de luxo em 1890/1, haviam apenas 70 na estação seguinte (1892/3) (47). Os passeios a

(45) Max Leclerc, «Lettres du Brésil». Paris, 1892 in-12, p. 11.
(46) Alcindo Sodré, op. cit., p. 19/23.
(47) «Gazeta de Petrópolis» de 25/10/1893.



A Fábrica de Sedas do Bingen



cavalo por caminhos sombrios, jogos de tenis, banhos de piscina, festas de caridade e chás dansantes são as principais diversões de hoje. Os velhos petropolitanos lamentam que os veranistas tenham hoje uma vida mais simples, mais caseira, mais modesta e mais econômica que outrora.

Uma parte dos veranistas vive nos hoteis que em 1935 eram em número de 21, com 695 quartos. Durante a estação estão sempre ocupados e de janeiro a março o viajante que chegar de repente arrisca-se a não encontrar alojamento. Outros veranistas preferem alugar casas ; tempo houve em que os colonos alugavam suas casas durante o verão, passando a viver numa pequena casa ao fundo do quintal. Suas mulheres e filhas prestavam todos os serviços aos locatários, menos os da cozinha, reservados aos escravos dos próprios veranistas ; aqueles que, alem disso, podiam suprir-se de leite e legumes com os seus alugadores,pagavam um aluguel mais elevado pelas comodidades que podiam ter. Isto se tornou hoje muito raro, e os numerosos veranistas que se instalam em apartamentos mobiliados preferem ter uma liberdade maior. Finalmente são numerosas as residências particulares ocupadas pelos seus proprietários ou por locatários.

Em Itaipava, alem de Cascatinha, está se formando um novo bairro, inteiramente residencial. Itaipava que não existia ainda ao tempo da construção da «União e Indústria», não passava, ao terminar o século XIX, dum lugarejo paupérrimo, cujos habitantes viviam exclusivamente dos trabalhos de olaria. Nilo Peçanha, que foi presidente do Estado do Rio e depois da República, comprou ali uma pequena propriedade e logo em seguida muitos o imitaram, ainda mais que Itaipava, pela sua situação mais isolada e menos elevada que Petrópolis, goza de verões menos úmidos. Mais recentemente, a reforma da «União e Indústria» que a tornou es-

trada automobilística, deu a Itaipava um novo impulso e determinou a divisão das fazendas em terras para construção e para recreio.

Itaipava recebe unicamente veranistas. A salubridade maior que a da cidade, graças à seca relativa, atrai de todo o Brasil, mas principalmente do Rio, pessoas atacadas ou ameaçadas de afecções pulmonares. Assim tambem Nogueira e Correias são procuradas pelos que desejam recuperar a saude. Durante o ano a cidade aloja numerosos estudantes. Desde o início foram fundadas escolas com a intensão de oferecer aos rapazes do Rio melhores condições de trabalho. De fato, hoje a maior parte dos 1.700 internos que vivem nos colégios da cidade, veem de fora. Os próprios professores, pelo menos os das ordens religiosas, são originários da Europa.

Outros estrangeiros vivem em Petrópolis: ingleses, alemães, americanos que, tendo suas obrigações no Rio, fixam-se lá com suas famílias e fazem a viagem diariamente. Por fim, os brasileiros que procuram Petrópolis pelo seu clima e pelo custo da vida relativamente mais em conta, os aposentados, os capitalistas, aumentam o número dos habitantes, para quem as vantagens e os atrativos de Petrópolis são permanentes.

E mais numerosos seriam ainda se Petrópolis continuasse, como durante os últimos anos do século XIX, a capital do Estado do Rio. Foi isto por ocasião da revolta da armada contra o Presidente da República Floriano Peixoto (1893). A esquadra dominando a baía, trazia-a sob constante ameaça. A cidade de Niterói, fronteira à Capital Federal, do outro lado da baía, estava livremente exposta a perigos contínuos, pelo que foi resolvida a transferência do governo estadual para Petrópolis. Esta cidade tomou, assim, a propósito das lutas civis e para as autoridades locais, o papel de refúgio, o que aliás, já era das cogitações de seus fundadores, no caso de

que um perigo qualquer ameaçasse a séde do governo brasileiro, bastante vulneravel, pela sua localização marítima. Durante alguns anos a permanência do governo determinou um aumento de população que terminou em 1902 quando Niterói recuperou seu antigo lugar. O prejuizo que Petrópolis sofreu com isto foi largamente recompensado com o desenvolvimento da função industrial.

CENTRO INDUSTRIAL

Este só se estabeleceu uns trinta anos depois da fundação da cidade. Com exceção das serrarias montadas para fornecer trabalho aos colonos e das cervejarias exigidas pelas suas necessidades, só se pode mencionar emprezas de pequena duração: uma fábrica de tecidos de malha em Petrópolis mesmo, e uma fábrica de papel no Meio da Serra que se não pode separar de Petrópolis, embora, administrativamente, pertença a Magé (48). Em 1853, mais ou menos, um francês teria proposto a criação duma indústria textil, acabando por renunciar ao seu projeto, por não ter obtido dos poderes públicos os favores de que necessitava. (49). Com efeito, a sorte da indústria de Petrópolis está ligada ao próprio desenvolvimento econômico do Brasil: somente quando as condições gerais de proteção aduaneira, de emprego de capitais e de mão de obra, enfim, permitiram a industrialização do Brasil, foi que se poude fazer alguma cousa em Petropolis. Este

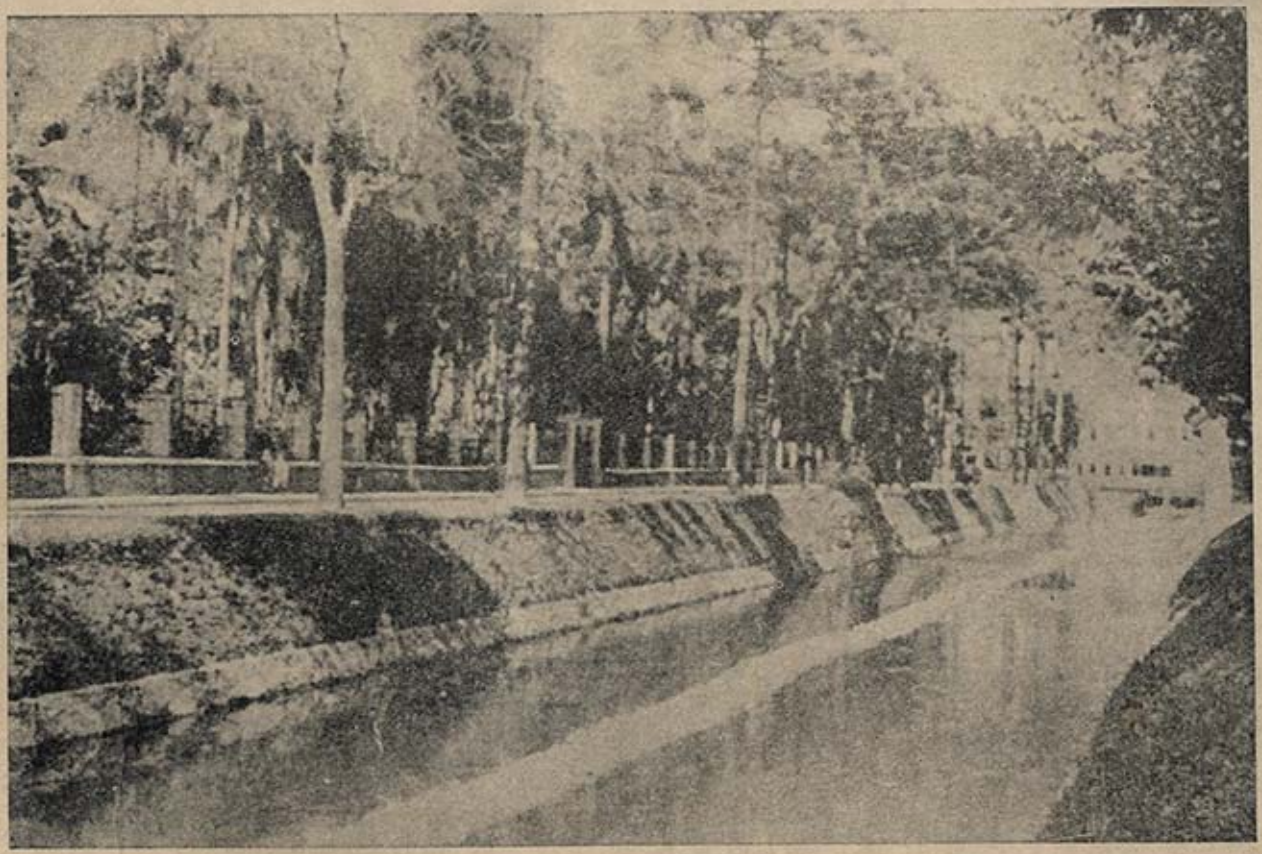
(48) Relatório presidencial de 1854, p. 19.
(49) «O Mercantil» de 29/9/1860.

movimento teve início a partir de 1860. (50). Fundam se em 1873 e 74 as duas primeiras grandes fábricas destinadas ambas à Fiação e Tecelagem do Algodão : «Renânia» (hoje «S. Pedro de Alcântara») e a Cia. Petropolitana ; mais tarde, em 1889, pouco antes da queda do Império, uma terceira firma algodoeira, a «D. Isabel» e ainda em 1890 uma fábrica de linhas instala-se no Meio do Serra, no lugar da antiga Fábrica de Papel ; impotente para enfrentar o «dumping» com que os manufatureiros ingleses pretendiam manter o monopólio sobre o mercado brasileiro, ela se transformou numa empreza algodoeira que anexou, em 1903, um estabelecimento já existente no Alto da Serra para constituir a Sociedade Cometa. Em princípios deste século encontramos organizadas as quatro sociedades que permanecem as mais importantes atravez dos progressos de Petrópolis.

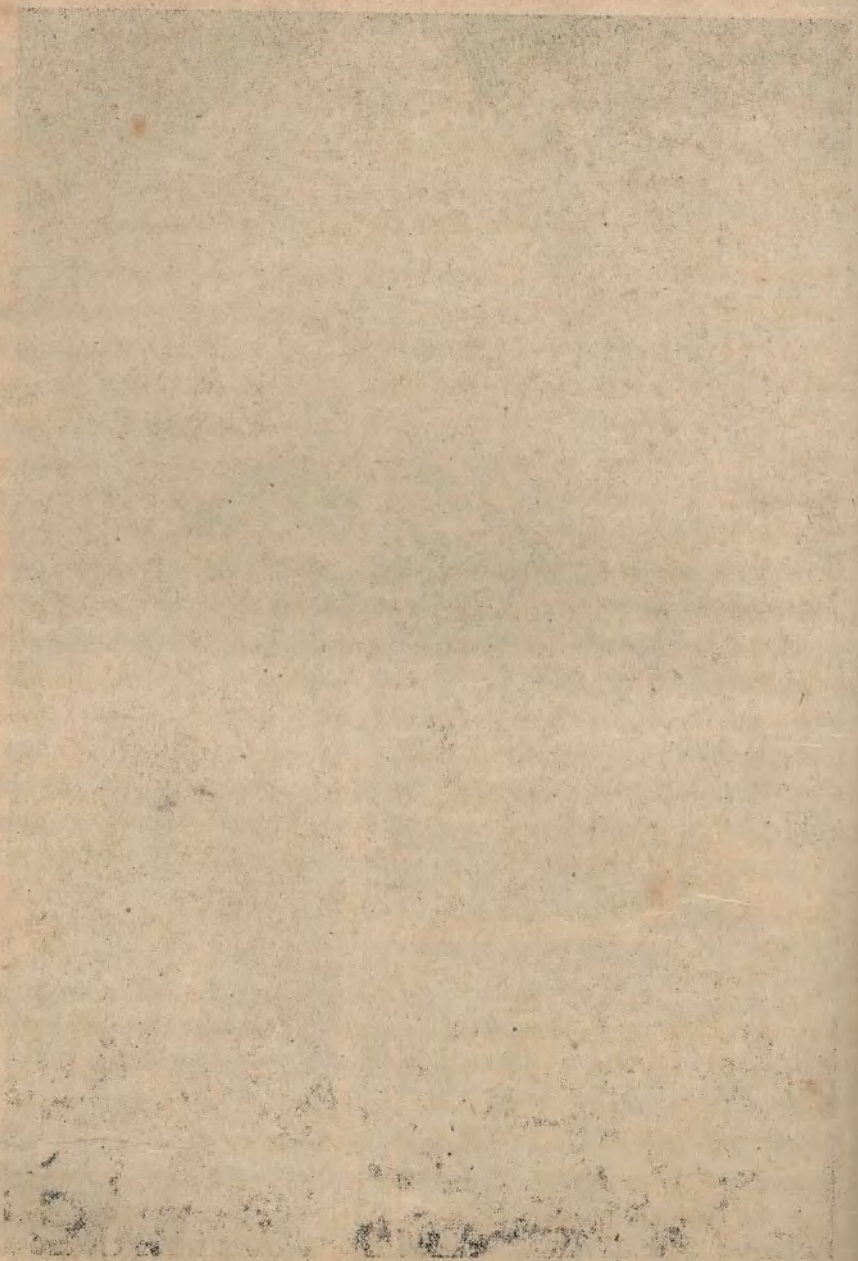
Este progresso, inseparavel do desenvolvimento do próprio Brasil, é resultado em boa parte da guerra de 1914-1918 que suprimiu a importação e favoreceu a exportação. Em 1920 Petrópolis empregava na indústria 3.438 pessoas, ou seja 23 % de sua população ativa, proporção sem dúvida inferior à do município de S. Paulo (35 %) e à do Distrito Federal (32 %), mas consideravelmente mais elevada que a do Estado do Rio (11,6 %) e a do próprio Brasil (13 %). O desenvolvimento industrial de Petrópolis tem sido ainda favoreci-

---

(50) Delgado de Carvalho, «Geografia do Brasil». Rio, 1924 in-12, p 96/97, 193 ; Pedro Calmon, «História social do Brasil», t II, «Espírito da sociedade imperial». Rio, 1937, in-12 p. 167/174. As indicações sobre as indústrias de Petrópolis proveem de diversas fontes : Tinoco, op. cit , p 73/74 ; publicações do «Centro Industrial do Brasil», principalmente os relatórios de 1914, 1918 e 1922 : informações fornecidas pelo «Centro de Fiação e Tecelagem de Algodão» no Rio, pela Prefeitura de Petrópolis e por diretores de indústrias, particularmente o Snr. Amoroso Lima (Tristão de Ataide). Ver tambem Fernand Maurette, «Quelques aspects sociaux du développement présent et futur de l'économie brésilienne» Genebra, 1937, in-8 .



Um rio de Petrópolis
(*Nota da Com. do Centen.*: Trecho do rio Quitandinha na atual av. 7 de Setembro).



do pela tendência à autarcia, tão fortemente manifestada no Brasil e embora tenha sofrido crises, como quasi todo o país, a última das quais relacionada com a grande crise mundial, mau grado isso, é hoje mais adiantado que em 1920.

A indústria textil, cujas usinas reunem a fiação e a tecelagem, constitue o ramo principal, trabalhando sobretudo o algodão, o que acentua o paralelismo da indústria petropolitana com a brasileira. As quatro velhas sociedades algodoeiras ocupavam, em maio de 1937, 3.708 pessoas (2.280 em 1914), as fábricas de seda 1.024 (320 em 1914), as de lã, 354 (200 em 1914) e as de malhas e de rendas, 210 (250 em 1914). Ao todo, para 88.800 fusos e 2.754 teares, eram empregados cerca de 5.300 operários. Deve-se acrescentar ainda 300 da Fábrica de Papel no Itamaratí, fundada em 1908, 50 da Fábrica de Fermentos, recentemente fundada no mesmo bairro, algumas dezenas da Fábrica de Pregos do Alto da Serra, 80 da Cervejaria, 208 das oficinas de estrada de ferro e 100 ou 150 das olarias e da original e artística Fábrica de Cerâmica fundada pelo francês Henri Gonot. Atingimos assim um total de 6.000 pessoas, aproximadamente. Talvez os demais estabelecimentos possam acrescentar mais 1.000 ou 2 000 embora a maior parte seja oficinas ou trabalhos caseiros. Enfim, possivelmente as 102 emprezas registadas como industriais em Petrópolis em maio de 1937, empreguem ao todo mais de 8.000 operários. É muito menos que os 20.000 de que nos fala Fernand Maurette, mas é o suficiente para constituir um centro industrial de destaque.

A origem e o progresso desta indústria foram favorecidos por circunstâncias locais, entre as quais,deve-se mencionar em primeiro lugar, a força hidráulica. Foi ela que determinou a fixação das primeiras fábricas, com exceção da «D. Isabel». Por extranho que pareça, a pequena barragem que, durante a estação seca, repreza a água do Quitandinha para conduzí-la por um canal à Fábrica «São Pedro de Alcântara»

foi, no início, o único princípio de atividade desta indústria. Mais importante é a queda por que o Piabanha desvia para a Cia. Petropolitana, em Cascatinha, um débito médio de 700 litros por segundo, com um desnivel de 87 metros. Finalmente a Fábrica do Meio da Serra foi instalada para aproveitar as águas que, caindo na escarpa, lhe garantem 1.000 HP na estação chuvosa e 150 na estação seca.

Estas indústrias continuam a utilizar, mas sob a forma elétrica, a mesma energia que fez o seu início. Mas elas não deixam de recorrer às fontes de energia que as outras fábricas utilizam exclusivamente. Ontem, era o vapor que consumia lenha cortada nas matas de Petrópolis ou o carvão importado do estrangeiro, sendo que, um ou outro, eram mais em conta. Hoje são os óleos desembarcados no Rio. As indústrias aproveitam ainda a energia elétrica distribuida por duas companhias, a Brasileira de Eletricidade e a do Banco Construtor do Brasil, cujas centrais estão instaladas nos ribeirões da região, o Itamaratí e o Piabanha. As linhas da poderosa «Light» atravessam o município, mas não o servem, o que demonstra suficientemente a independência que pode gozar a indústria petropolitana com relação às quedas dágua qua favoreceram o seu início.

Contudo, mesmo nos primeiros tempos ela não foi determinada senão pela água, mesmo levando-se em conta os serviços que esta podia prestar à tinturaria nas indústrias textis ou para a fabricação de papel. As Fábricas «D. Isabel» e Alto da Serra foram fundadas independemente de toda força hidráulica. Elas contavam com um elemento de atividade que tambem influiu na criação de outras indústrias: a mão de obra. Desde os primeiros anos de Petrópolis, aqueles que se interessavam pelos seus destinos faziam valer as vantagens, para a indústria, da presença duma população ávida de outros recursos, alem dos que a exploração da terra e dos veranistas podiam oferecer em pequena escala. Entre os

descendentes dos colonos é que foram recrutados os operários para as primeiras indústrias. Todavia a Fábrica de Tecidos de Cascatinha precisou chamar trabalhadores de fora, pois os que haviam não bastavam, uma vez que já em 1885 ela ocupava 400 pessoas ; o recenseamento de 1892 arrolou em Cascatinha 1.659 estrangeiros em 4 103 habitantes, ou seja 44 %. Esta proporção, muito mais elevada que no primeiro distrito (23,3 %) explica-se por um afluxo de italianos que coincide com o periodo em que esta corrente imigratória começou a dirigir-se para o Brasil. Fora este contingente e considerando-se os brasileiros atraidos pela indústria,o crescimento da população operária, muito prolífico,tem bastado às necessidades das fábricas. A população local é estavel. Sucedem-se muitas vezes, nas fábricas, de pais a filhos, visto que as crianças, rapazes e moças ali trabalham quasi sempre, desde que atinjam a idade legal de 14 anos. Uma das causas por que se enraizam assim é a garantia de habitação; os operários, descendentes dos antigos colonos possuem,quasi todos, suas casas, e por outro lado, as principais sociedades teem construido casas onde habita pelo menos uma parte de seus operários. O exemplo foi dado pela Fábrica de Tecidos de Cascatinha (em 1896 já possuía 200 casas operárias) não só porque ela teve de recorrer à mão de obra importada, como tambem por ser quasi desértico o lugar em que ela se instalou.

O papel da mão de obra e o da força hidráulica não diminuem o das vias de comunicação, isto é, o da rodovia e o da estrada de ferro que ligam Petrópolis ao Rio de Janeiro. As relações rápidas é faceis com o grande empório brasileiro foram e continuam sendo essenciais para as fábricas que importam matérias primas: com efeito, o algodão vem do Norte do Brasil, a lã do Rio Grande do Sul e tambem da Argentina e do Uruguai, os fios de seda do Japão e da Itália, a «schappe» da Suiça e da França, os fios de «rayonne» de S. Paulo

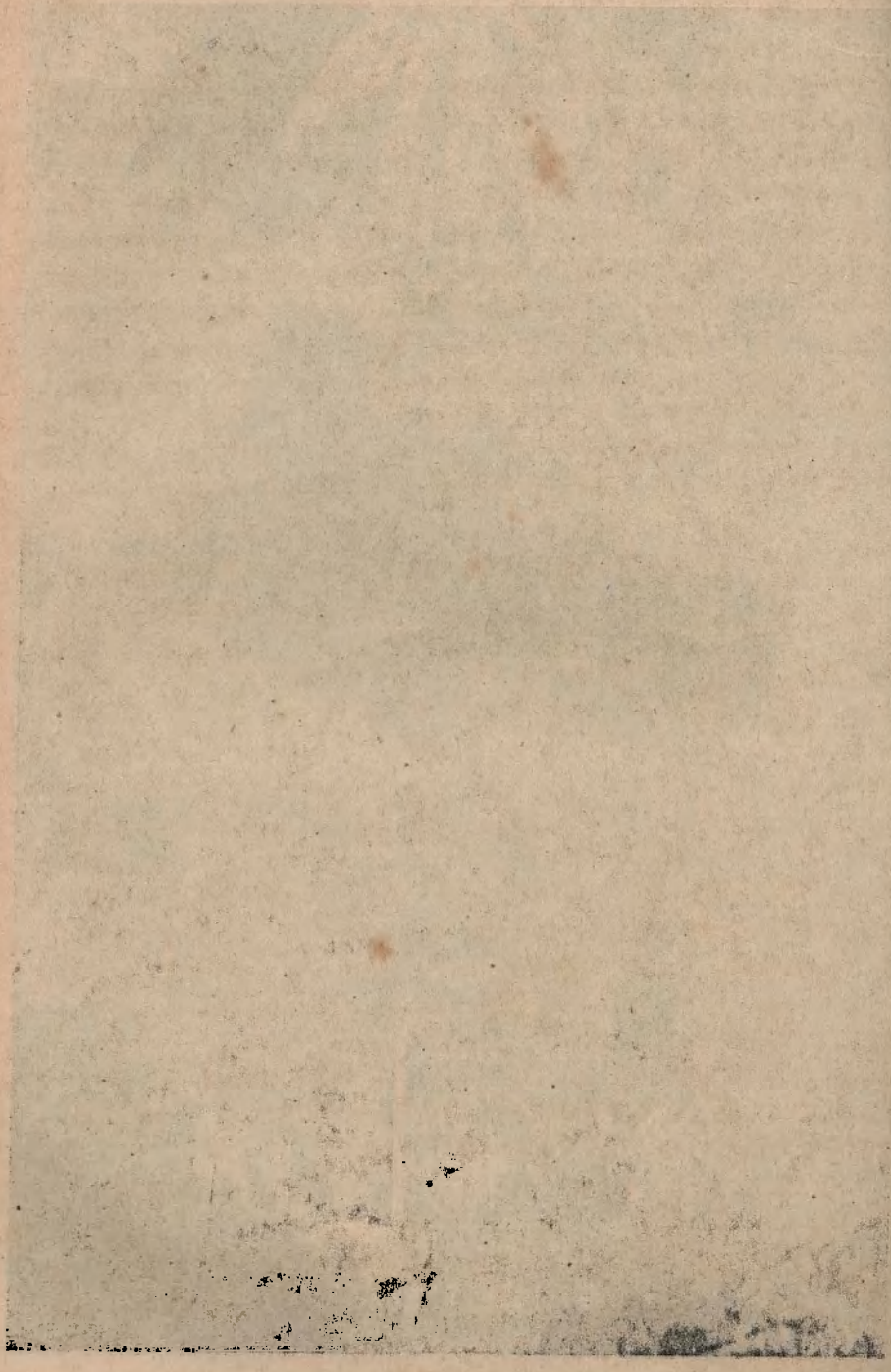
e a polpa para o papel vem da Finlândia ; isto pareceria estranho num país de grandes florestas se não se soubesse que a variedade de essências das grandes florestas tropicais não se presta à exploração metódica daquelas que conveem à indústria do papel e que, por outro lado, ainda não se chegou a tirar bom proveito das araucárias que formam extensões contínuas no Sul do Brasil. O Rio de Janeiro, assim como é a porta de entrada das matérias que a indústria de Petrópolis transforma, é tambem o principal mercado para os seus produtos. A ligação com a Capital, para o que se utiliza hoje mais a estrada de rodagem do que a de ferro, é uma das bases da indústria petropolitana.

Assim tambem os seus capitais são na maioria provenientes do Rio. Entre as emprezas de alguma importância, uma única existe graças a capitais propriamente petropolitanos : é a «D. Isabel», que data de 1889 ; seus acionistas foram e continuam sendo alemães de Petrópolis. Uma outra foi fundada por alemães vindos da Alemanha para esse fim em 1904, talvez atraidos pelo que tinham ouvido da colônia de seus compatriotas. Nas demais indústrias, os capitais são do Rio : são principalmente comerciantes da grande cidade que inverteram em Petrópolis as reservas que puderam constituir ; dentre eles, muitos são de origem estrangeira, ingleses, alemães, franceses, suíços, belgas, mas enfim, são tão nacionalizados quanto os seus próprios recursos.

Por que não teriam eles preferido o Rio, onde igualmente encontrariam mão de obra, evitando ainda os fretes de transporte para Petrópolis ? Por certo devido aos inconvenientes que, embora não impeçam o estabelecimento da indústria no Rio, representam contudo um «handicap» desagradavel. E o clima, em que o calor e a umidade marítima tornam o trabalho penoso, diminuindo o rendimento, particularmente no verão, ao mesmo tempo que as máquinas sempre ameaçadas pela ferrugem, exigem um trato constante e fre-



Quarteirão do Bingen



quente. É ainda o preço da vida, mais elevado no Rio que em Petrópolis, a ponto de quasi dobrarem-se os salários. Assim, certas vantagens que fazem Petrópolis uma colônia de veraneio do Rio, fazem-na igualmente, uma colônia industrial. Como cidade de veraneio não teria passado de proporções modestas e continuaria limitada à atividade essencialmente periódica que tornava outrora o inverno um período de «pavor para o comércio». Como cidade industrial, ela fixou uma população permanente e fortemente acrescida que a mantem durante o ano todo em movimento e em atividade.

O ORGANISMO URBANO

Inicialmente Petrópolis identificava-se quasi que inteiramente com a colônia alemã, à qual chegaram, em 1845, 1.921 dos 2.101 habitantes com que contava o novo estabelecimento. Um novo reforço chegou logo da Alemanha e graças a ele a colônia contava, em 1851, 2.750 habitantes, ou sejam 649 a mais que em 1845, sendo que apenas 475 eram brasileiros. Em compensação, sofreu perdas, logo em seguida,por motivos de mudança, como demonstra a diminuição por que passou, de 2.845 em 1852 a 2.743 em 1854, apezar do grande excesso da natalidade sobre a mortalidade (115 nascimentos e 26 mortos, em 1852). Este excesso que determinava o crescimento da colônia era tanto maior quanto menor era a proporção de pessoas em idade avançada ; no ano de 1856,em 2.808 colonos, apenas 106 tinham mais de 50 anos. Quando, em 1858, Petrópolis deixou de ser uma colônia para se tornar cidade e município, mais de 2/5 dos 3.016 alemães que ali viviam eram nascidos no Brasil (1 265) (51).

Ao lado deles existia já um grupo não alemão que, mo-

(51) De acordo com os relatórios presidenciais à Assembléia Provincial.

desto no início, não demorou a se tornar tão importante quanto o elemento propriamente alemão. Em 1846 compreendia 83 brasileiros, 61 portugueses e 97 estrangeiros de nacionalidades diversas, entre os quais, 15 franceses. De alguns dos nossos compatriotas, conservam-se os nomes nos cartórios, como compradores e vendedores de terras, capitalistas ou comerciantes: Jean-François Binot, Pedro Tripper, Eugène Coville, Louis Jourdan, Jacques Chevalier, Júlio-Pedro Piot, Luís Aleixo Piloux, François Parcheminey, Cesarina Meyrat, o dr. Charbonnier e o dr. Napoleão Thouzet,o qual deveria merecer a expressão oficial da gratidão dos petropolitanos pelo seu devotamento desinteressado durante a epidemia de cólera de 1855. (52).

O aumento da população não alemã pelo afluxo e pelo crescimento natural atinge a 2.501 em 1852, ou seja quasi tanto como a colônia alemã, que contava 2.743. Em 1858, Tshudi calculava que,ao lado dos 3.016 colonos alemães,vivia um número quasi igual de não alemães. Petrópolis teria então cerca de 6.000 habitantes. O recenseamento de 1872 acusou uma população de 15.441 para o município. Pouco depois nascia a indústria textil e a população aumentava para 29.331 em 1892, dos quais 12.112 no primeiro distrito (pouco mais do dobro que em 1858), sendo que Cascatinha, graças ao afluxo da mão de obra que lhe garantiu a sua grande indústria, contava 4.105, ou seja a terça parte do distrito urbano. De 1892 a 1920 Cascatinha não chegou a atingir o dodro (7.758); em compensação, o primeiro distrito, graças ao desenvolvimento da indústria e da cidade residencial, atingiu 38.025. No mesmo lapso de tempo, Itaipava, que começa a abrir-se ao veraneio, passa de 1.639 a 3.981. Nos distritos to-

---

(52) Relatório Presidencial de 1846, p. 91. Registros tabelionais conservados na Prefeitura de Petrópolis. Os registros civis são incompletamente conservados.

talmente rurais há um aumento bem menor: o quarto, de 4.501 a 6.680 e o quinto, de 6.976 a 11.130, o que dá para o total do município, 67.574 em 1920.

De então para cá não houve mais recenseamentos. Todavia, a população não parou de crescer, apezar de alguns êxodos de operários, determinados pela crise ou pela atração das indústrias de S. Paulo. Como prova, pode-se examinar o excesso da natalidade sobre a mortalidade, por exemplo, em 1919, 1.924 nascimentos,para 1.200 mortos e em 1935 2.183 nascimentos e 1.332 mortes (sendo 126 por tuberculose, devido em parte à função de estação de cura), assim como o aumento de uns e outros, o que é consecutivo do aumento do número de habitantes. Outra prova ainda: não se parou de construir: 11.579 casas em 1936 para 9.728 em 1920, seguindo uma progressão cujo ritmo não mudou dum ano para outro. Se se deve alguma cousa à função de residência periódica, tambem se deve ao crescimento da população permanente. Finalmente, onde chegamos? Em 1932 um cálculo oficial atribuía ao município 91.890 habitantes, dos quais 52.392 para o 1º distrito, 10.398 para o 2º, 6.335 para o 3º... Há exagero, provavelmente, pois pessoas autorizadas supõem que, atualmente,o município deve andar pelos 90.000. Ainda que seja assim e que Petrópolis não possa ainda vangloriar-se de ter atingindo os 100.000, pode contudo, e com direito, olhar para o passado com algum orgulho, evocando a pequena colônia alemã que lhe deu origem, há menos de cem anos.

Que é feito do núcleo alemão dos primeiros tempos? Podemos constatar, de início, que seus descendentes renunciaram dum modo geral, ao trabalho da terra que foi o motivo principal de sua vinda ao Brasil. Herdeiros, às vezes, duma data de terra, o pouco de legumes que dalí tiram e o pouco de leite que lhes dá a vaca para o seu sustento, servem-lhes mais para o consumo doméstico, garantindo-lhes, ainda, pela venda, alguns mil réis. Adquiriram uma certa segurança

material à qual ajuntam a habitação que receberam de seus antepassados, o que é tanto mais apreciavel que a maioria não se eleva acima da média, nem mesmo da pequena burguesia : comerciantes, empregados, funcionários e muitas vezes operários das fábricas.

Na colônia primitiva, os antigos permaneceram fieis às tradições da mãe-pátria, conservando a religião e a língua maternas, o espírito alemão e não se naturalizando ; viviam «um pouco sob a tenda», diz Ribeyrolles. Em compensação ao lado deles, as jovens gerações da «pátria brasileira» já formavam falanges quinze anos depois da fundação da cidade ; adotavam a língua e os costumes do país, principalmente as mulheres, como diz Tschudi, que o explica pelas relações mantidas com os brasileiros e em particular com os veranistas, e facilitadas pela miséria dos primeiros tempos. Uma causa mais certa da assimilação foi o gênero de vida dos primeiros colonos (53) ; eles não eram simplesmente agricultores ligados à terra, mas trabalhadores em construções, artistas e operários, obrigados desde o começo a relações quotidianas com os brasileiros e à aprendizagem, por necessidade, da língua portuguesa. Mais tarde as fábricas contribuíram para o mesmo resultado, fazendo trabalhar, lado a lado, brasileiros e descendentes dos colonos. Maul, observou que os alemães que fundaram a indústria, se foram uteis aos petropolitanos de origem germânica, não serviram tanto ao germanismo nacional, «völkisch» (54).

Entretanto,a população de origem alemã agrupa-se, numa certa medida, em torno das indústrias alemães, como ao redor do padre e do médico alemães, da escola e das sociedades beneficentes alemãs, do Turnverein alemão. Embora não fale, senão muito deformada, a língua de seus antepassa-

(53) Tschudi, op. cit. I, p. 214.
(54) Otto Maul, op. cit., p. 41.

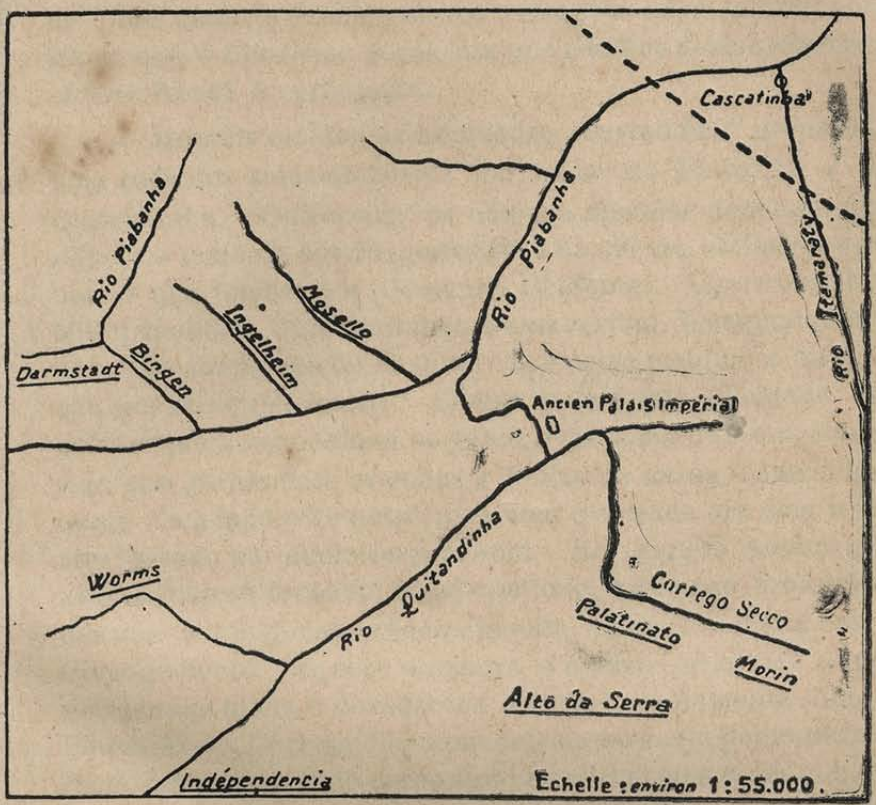


Fig. 2. — A rede de vales de Petrópolis.
Os nomes sublinhados são os dos quarteirões.
A linha pontilhada marca o limite aproximado 1.º distrito ou
di trito da Cidade.

Cazcarimba
Rio Piabanha
Rio Preto
Morretes
Inacibinha
Ribeirão
Barra Secca
Antigo Posto Imperial
Rio Santa Rosa
Corrego Secco
Piabanha
Morro
Alto da Serra
Escala em 1:50.000
Independencia

dos, conserva ainda uma certa individualidade, de que se encontra prova, surpreendente, por inesperada, em indivíduos de olhos azues e cabelos louros : imagem nórdica que contrasta com o tipo físico geral, mas que não fica deslocada nesta cidade fresca e verdejante.

Petrópolis moldou-se no quadro previamente preparado pela rêde dos vales dispostos em torno do Piabanha e do Quitandinha. Outrossim, os colonos alemães denominaram «Thal» a maioria dos 23 quarteirões da cidade, batizados com nomes que lembram a Alemanha Ocidental : Unterrheinthal, Mittelrheinthal, Oberrheinthal, Nassauerthal, Westphalenthal, etc. Da adaptação do «habitat» aos vales,resultou a disposição linear de Petrópolis. Linear, pela forma alongada dos bairros que acompanham os vales, bem como pela sua estreiteza que geralmente os reduz a 2 filas de casas, confrontantando, dum lado e do outro, ora com a estrada ora com o rio, atravessado por numerosas pontes. Em alguns pontos este alinhamento é fechado, quasi contínuo, como nas proximidades das confluências, principalmente na do Piabanha com o Córrego Seco. Aqui se encontra o núcleo primitivo e que permanece ainda o coração da cidade, propriamente dita. O Piabanha e o Córrego Seco encontram-se neste ponto,percorrendo um mesmo vale antes de se reunirem num único rio, que forma logo um ângulo reto com a direção que antes seguiam. Este vale foi, desde o começo de Petrópolis, disposto de maneira a dar a suas encostas e aos seus rios o alinhamento perfeitamente retilíneo que o caracteriza ; aparar as saliências rochosas e retificar as sinuosidades descritas pelas águas, foi mesmo um trabalho a que se entregaram os primeiros colonos. Assim formou-se a Avenida que então se chamou «do Imperador» e que hoje se denomina «15 de Novembro». Em cada lado das margens alinham-se empórios, escritórios, edifícios públicos, restaurantes, hoteis, e nela abre-se uma praça formada pelo secamento e aterro dos bre-

jos que se formavam na confluência, e onde a estátua de D. Pedro II, cercada de elegantes palmeiras, perpetua a memória daquele que determinou a fundação da cidade; bem perto, esconde-se sob a mata, o seu antigo palácio, muito simples e que hoje abriga um instituto de ensino secundário; perto tambem, esconde-se a Prefeitura, encostada numa colina coberta de matas. Este conjunto constitue ao mesmo tempo o centro da vida urbana e o da cidade de veraneio.

Fora dele não há mais aglomeração, se compreendemos por isto as casas ligadas umas às outras. Ao longo das Avenidas Koeler, Tiradentes, 7 de Setembro, Santos Dumont, etc., alinham-se chalés, «cottages», residências particulares, raramente de mais de um andar e nunca de mais de dois, ora simples, ora luxuosas, mas sempre elegantes. Estes quarteirões que imaginamos alegremente animados durante o verão, permanecem todo o inverno numa quietude erma e muda; as casas hermeticamente fechadas são encerradas no silêncio e ninguem passa pelas avenidas. Mas não se tem impressão de tristeza: defronte às «vilas», algumas flores alegram os jardins, atráz as árvores que as cercam e nelas a brancura das estatuetas, vão se unir com a floresta do morro que as domina. A cidade é, portanto, toda encaixada na verdura, no meio da qual o explendor de camélias, magnólias, rhododendrons, azaléias e hortênsias, quando florescentes, dá o brilho que lhe vale o nome bem merecido de «cidade das flores» ou «das hortênsias».

Frequentemente, pelo meio das avenidas arborizadas, um rio traça, sob o sol, um sulco luminoso. Tênue filete durante o período das secas, ao qual nenhuma importância se dá quando se o observa de perto: as águas correm vagarosamente, com um aspeto duvidoso e não causam admiração quando se sabe que servem apenas para exgoto. Com as chuvas, porem, sobem e transbordam; é difícil o verão em que a Praça D. Pedro II e circunvizinhanças não sejam inunda-

das; não se arrisca mais a cair no rio, o que era frequente antes que as ruas fossem iluminadas e que Tschudi poude experimentar. Planejam-se diversos melhoramentos, como garantir a destruição ou evacuação dos detritos urbanos e das águas usadas, e dar um escoamento mais rápido ao Piabanha depois de sua junção com o Córrego Seco, recortando a «bolsa» que ele descreve, o que faz parte dum programa de «melhoramentos e embelezamentos» com que se procura tornar mais agradavel ainda a permanência na cidade de veraneio.

Em redor dela, partem caminhos e ruas servidas por bondes e ônibus que cruzam com tropas de burros carregados de bananas, laranjas e leite. Alguns conduzem rápidamente a bairros não totalmente povoados e que, embora perto, permanecem mais próximos da natureza; assim, Independência, donde avistamos o panorama da Baixada. Outros conduzem, sem solução de continuidade, a bairros densamente povoados, como Palatinado e Morin, onde vivem pequenos proprietários, funcionários, empregados no comércio, sempre residindo no meio de jardins e árvores. À medida que se afasta da cidade, mais espassadas se tornam as casas. Surgem as fábricas, algumas mesmo às portas da cidade. Mas não se tem em Petrópolis impressão duma cidade industrial, não só porque as fábricas estão espalhadas em diversos bairros, como tambem porque não carregam a atmosfera de poeira e de fumaça. A indústria não mancha a natureza, pelo contrário, às vezes forma com ela quadros pitorescos, como o da Fábrica de Sedas do Bingen, cujos edifícios formam com a floresta, onde se situam, um conjunto que lembra certos recantos dos Vosges.

Tambem não há aglomeração operária, a não ser alguma no Alto da Serra, com suas casas estreitamente agrupadas e com um aspeto um tanto triste. Outrossim, as habitações construidas pelas próprias fábricas para os seus operários não formam conjuntos imponentes e compactos que lembrem

as cidades operárias da Europa, e não deixam, entretanto, de se confundir com o verde da paisagem. Mais rústicos ainda são alguns bairros habitados por operários como por exemplo, Mosela e Bingen, em que a maioria da população descende dos colonos alemães. De vez em quando surge uma casinha ajardinada, à margem do rio, com pés de laranja, legumes, mandioca e um estábulo rudimentar, abrigando uma vaca que se nutre com o capim melado (melinis minutiflora) que cresce nas ribanceiras. Ao amanhecer, pais e filhos partem para a fábrica, levando o almoço numa sacola, enquanto que os garotos dirigem-se para a cidade, em carrinhos tirados por uma cabra, e carregados de queijo e garrafas de leite. Mas estamos já fora da zona urbana e quasi sem o perceber, tanto a própria cidade se confunde com a natureza.

Verdadeira cidade-parque, mas constituida espontaneamente pela abertura de clareiras no meio da floresta tropical. Assim ela seguiu um plano prévio, esboçado pela rêde dos vales. Esta cidade, cuja origem é tão «desejada» quanto possivel, desenvolveu-se ao arbítrio dos elementos. A esta combinação com a natureza ela deve a sedução que lhe vale os nomes de «flor da serra» e «rainha da serra». A própria indústria não conseguiu alterar o seu encanto, desde que as fábricas fizeram prosperar o estabelecimento que havia sido uma colônia agrícola e um ponto de passagem, ambos fracassados e ao qual os veranistas nunca poderiam animar senão alguns meses por ano.

NOTA BIBLIOGRÁFICA:

O trabalho aqui reproduzido é bastante raro no Brasil. Em Petrópolis existem apenas 2 exemplares, sendo um na Biblioteca Municipal, de que se serviu a *Comissão do Centenário* para confronto e reprodução dos clichês.

Trata-se de um folheto brochado, in-8°., separata da «Revista de Geografia Alpina», sem folha de rosto, com 54 pgs. de texto (numeradas de 476/530) com 2 clichês, e 4 pgs. de ilustrações não numeradas. Não traz indicação de data, a não ser a da publicação de onde foi tirado.

Em sua primeira pg., ao alto, acima do título, lê-se: «Hommage de l'auteur — *Ph. Arbos*».

Reprodução dos dizeres da capa:

«PÉTROPOLIS

Esquisse de Géographie urbaine

par

Ph. Arbos

Extrait de la/ «Revue de Géographie Alpine» /publiée sous la direction de/ Raoul Blanchard/ et/ Maurice Pardé/ vol. XXVI, 1938, fascicule III/ Université de Grenoble/Institut de Géographie Alpine/ Grenoble/Allier Père et Fils, imprimeurs/Cours Jean-Jaurès, 26».

MONS. FRANCISCO GENTIL COSTA

O PRIMEIRO BISPO DE PETRÓPOLIS

O PRIMEIRO BISPO DE PETRÓPOLIS

A criação da Diocese de Niterói data de 27 de abril de 1892 pela Bula *Ad Universas Orbis ecclesias,* do S. Padre Leão XIII, sendo nomeado seu primeiro bispo D. Francisco do Rego Maia.

A sede episcopal foi transferida de Niterói para S. Salvador de Campos, tendo feito D. Francisco a sua entrada solene nessa cidade a 6 de junho de 1895. Dois anos mais tarde, criado o novo Bispado do Espírito Santo e desmembrada do Arcebispado do Rio de Janeiro a cidade de Petrópolis, pelo Decreto Consistorial de 16 de julho de 1897, a nossa cidade foi distinguida pelo Sumo Pontífice, assumindo o título de sede da Diocese Fluminense.

Assim escreve D. Rego Maia na sua primeira Pastoral, como primeiro Bispo de Petrópolis, datada de 27 de dezembro de 1897: «Por decreto consistorial de 16 de julho deste ano, Sua Santidade traçou e deu aos ditos Bispados mais naturais, justos e definitivos limites e ordenou que o nosso compreendesse todo o território político e civil do Estado do Rio de Janeiro, inclusive o Município de Petrópolis, e aquelas partes territoriais deste Estado sobre as quais os bispos de Mariana ainda tinham e exerciam jurisdição e poderes eclesiásticos... Mas o desmembramento e desagregação efetivos do Estado do Espírito Santo, que foi parte integrante do nosso Bispado, e a posse material e formal que o seu Exmo. e Revmo. Bispo tomou em 29 de maio último da sua nova Diocese, causaram outras inconveniências no Bispado do Estado do Rio de Janeiro. A solicitude Apostólica conheceu disto e acudiu com aquele mesmo Decreto da Sagrada Congregação Consistorial a estes outros inconvenientes, transferindo a Se-

de e Catedra Episcopal com a respetiva Catedral, Cúria e Seminário Diocesano da Cidade de São Salvador de Campos dos Goitacazes para a Capital do Estado, cassando tambem o título da Diocese e do bispo de *Niterói*, que trocou pelo de *Petrópolis*... Em o domingo (14) do precedente mês de novembro completamos a onímoda e absoluta execução daquele Decreto Consistorial, fazendo a nossa entrada pública e solene nesta cidade e na igreja paroquial de São Pedro de Alcântara, que provisoriamente nos foi dada por Catedral, até que possamos ver acabada e funcionando a já principiada e majestosa igreja de S. Pedro de Alcântara, Catedral do Bispado Petropolitano». (Escritos Pastorais de D. Francisco do Rego Maia, págs. 160 e 161).

Petrópolis conservou assim o nobre título de sede do Bispado pelo espaço de mais de dois lustros, ou sejam 10 anos e 7 meses, desde o Decreto Consistorial, no Pontificado de Leão XIII, de 16 de julho de 1897, até do Decreto de Pio X, de 25 de fevereiro de 1908, que restabeleceu em Niterói, a Cátedra Episcopal, ao retirar-se daqui para o arcebispado de Curitiba o seu segundo Bispo, D. Francisco Braga.

D. Francisco do Rego Maia nasceu em Recife, aos 23 de setembro de 1849, sendo seus pais o Major João Francisco do Rego Maia e D. Francisca Ferreira Maia. Em 1865 iniciou os seus primeiros estudos no Seminário de Olinda, o vetusto e histórico Colégio dos Jesuítas, de onde se irradiou por todo o nordeste brasileiro a gigantesca obra civilizadora dos beneméritos filhos de Loiola, e que, na frase de D. Pereira Alves, é um grande solar da Fé e da História, da Ciência e do Heroismo nacional. Completou a sua formação sacerdotal no Colégio Pio Latino, em Roma, onde recebeu as ordens sacras, com a exceção da de presbítero. No dia 6 de julho de 1871, apenas com 22 anos de idade, laureou-se em Cânones na Universidade Gregoriana

D. Pedro Maria de Lacerda,avaliando os quilates do jovem levita, fê-lo voltar à Pátria e lhe conferiu o presbiterato na Capela do Palácio da Conceição, no Rio de Janeiro, aos 4 de fevereiro de 1872.

Partiu depois o neo-sacerdote para a sua terra natal, onde foi logo nomeado cônego, exercendo o cargo de professor e reitor do Seminário particular do grande Frei Vital, promotor e Vigário Geral do Bispado, no tempo da tão falada questão religiosa, que abalou os alicerces do Império.

Era ele Vigário Geral de D. João Esberard, quando a Santa Sé o escolheu para primeiro Bispo da Diocese Fluminense. Apezar da sua relutância em aceitar a Mitra, foi preconizado Bispo de Niterói e confirmado a 12 de setembro de 1893, pouco antes de completar 44 anos de idade, seguindo para Roma e sagrando-se a 26 de novembro, na Capela do seu querido Colégio Pio Latino Americano.

Tomou posse da Diocesse, por procuração, aos 25 de fevereiro de 1894. Foi, entretanto, residir em Friburgo, provavelmente por motivo da situação anormal em Niterói, agitada pela revolta da Armada. Assim escreve ele : «São públicas e notórias as peripécias que teem obstado à completa instituição e organização da nossa amada Diocesse Niteroiense».

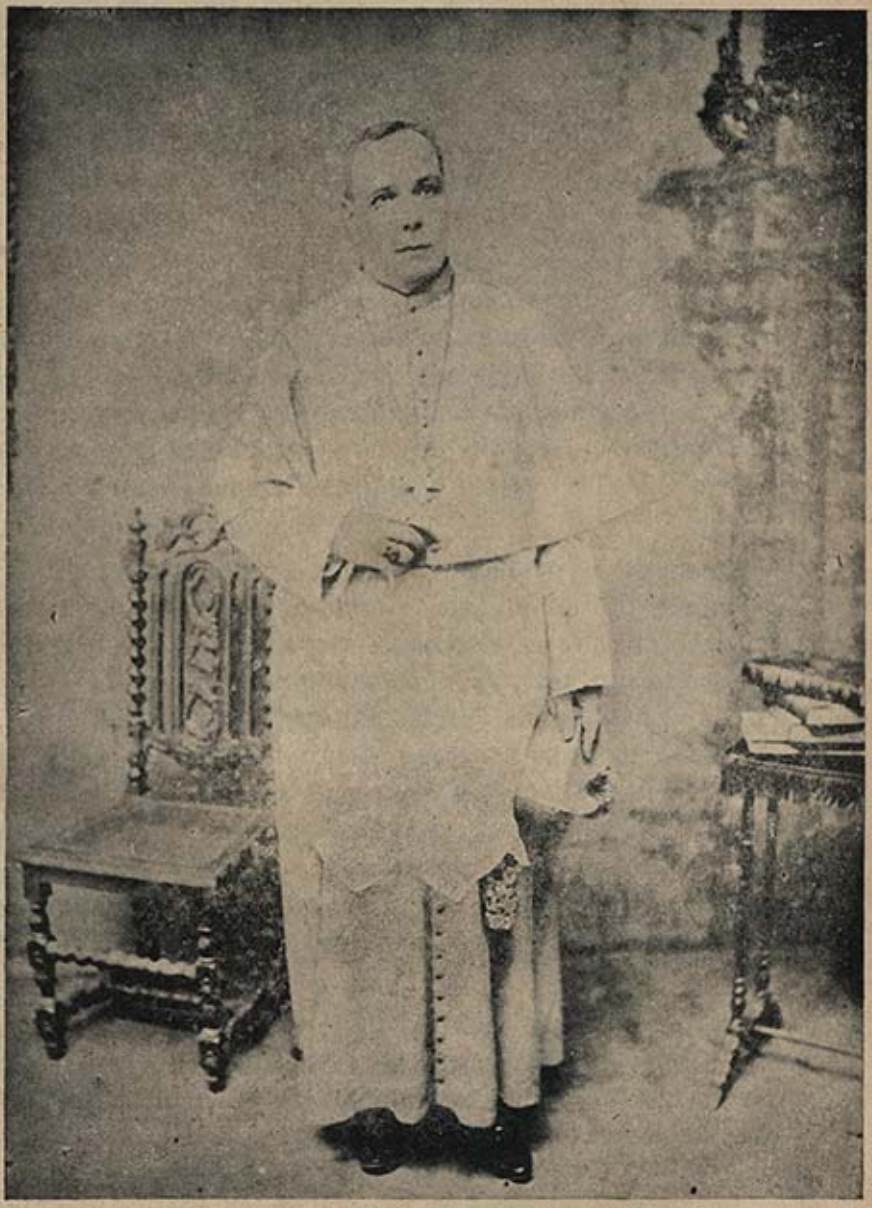
Na Pastoral de 2 de julho de 1895, declara : «Deixamos a amena e hospitaleira cidade de Nova Friburgo, que nos havia recebido e agasalhado por espaço de mais 15 meses,e nesta bela, grande e florescente cidade de Campos chegamos na tarde do dia 6 de junho último».

A Mitra tornou-se para ele uma verdadeira coroa de espinhos, como se depreende das palavras escritas numa dessas horas amargas tão frequentes na vida dos Pastores de almas, que sentem toda a extensão das suas gravíssimas responsabilidades : «Este árduo e por demais tremendo cargo pastoral que me assoberba» (*idem*, pág 114). O trono episcopal lhe pesava aos ombros e ainda circunstâncias impre-

vistas obrigaram o humilde e santo Bispo a peregrinar com ele às costas, de cidade em cidade, como sorrindo e jocosamente costumava contar D. Agostinho Benassi, de saudosa memória, repetindo talvez um dito espirituoso daquela época. O carater adamantino de D. Francisco do Rego Maia vê-se logo nas primeiras linhas da sua primeira carta Pastoral de 25 de fevereiro de 1894 — uma grande e admiravel humildade. Repetindo o pensamento de S. Paulo na primeira epistola aos Coríntios, afirmava : «Nós que de Bispo nem o nome havíamos merecido». Resumiu o programa do seu operoso episcopado numa palavra que soube sempre realizar sob todas as formas : *Dedicação*. «Em nome, pois, de Jesús escrevia ele, é que exerceremos sobre o Clero e o povo fiel da nossa muito amada Diocese a missão espiritual que nos incumbe. Confiamos na virtude daquele amorosíssimo e onipotente Nome, poder nos dedicar todo, forças físicas e morais,saude, vigilância, amor e a própria vida natural, afim de que alcanceis a felicidade com a salvação das vossas almas : *quod autem habeo hoc tibi do*» (idem, pág. 14).

O atual Bispo Diocesano de Niterói, que em Olinda forjou o seu grande carater sacerdotal, disse, certa vez : «O meu coração vive da saudade de Olinda. Amo a grandeza histórica da cidade, anciã gloriosa da tradição nacional. Assentado sobre suas ruinas desertas em hora mística, gostaria de cantar em rude avena as geórgicas e as doces pastorais de idos tempos, ou escutar os ecos longínquos do clarim triunfal das batalhas pernambucanas por Deus e pela Pátria. Fascina-me o mistério do seu luar. Parece que, «noctâmbula», a alma heróica do seu passado, fidelíssima, no silêncio profundo da meia noite, visita todos aqueles lugares sagrados e põe em todas aquelas pedras seculares frêmitos de glória».

Vê-se que é comum no coração dos nossos prelados a saudade da gloriosa terra pernambucana, porque D. Rego Maia tem frases como esta : «Esperava morrer na terra que-



O 1.° Bispo de Petrópolis
Dom Francisco do Rego Maia

O 1.º Bispo de Petrópolis
Dom Francisco de Lage Pinto

rida que nos foi berço, onde repousam os nossos pais e parentes extremecidos, aguardando a universal ressurreição dos homens... O próprio lugar de onde há pouco saimos (o seminário de Olinda), onde há vinte e nove anos demos princípio aos estudos eclesiásticos, aviva em nossa alma gratas reminiscências».

D. Francisco do Rego Maia, no curto espaço de 7 anos em que pastoreou tão sábia e prudentemente a grei fluminense, desde 1894 a 1901, escreveu nada menos que 18 pastorais, e todas vasadas num estilo singularmente aprimorado, nas quais se retrata perfeitamente o seu grande carater, revelando-se nessas longas e magníficas cartas o literato elegante e fino, o canonista exímio, o teólogo claro e profundo, o sociólogo notavel.

Ele foi sobretudo o moralista austero e veemente, seguindo desassombradamente a orientação do grande Pe. Vieira, expressa nestes termos no célebre sermão da Sexagésima: «Eis aqui o que devemos pretender nos nossos sermões! não que os homens saiam contentes de nós, senão que saiam descontentes; não que lhes pareçam bem os nossos conceitos, mas que lhes pareçam mal os seus costumes, as suas vidas, os seus passatempos, as suas ambições, enfim, todos os seus pecados. Contanto que se descontentem de si, descontentem-se embora de nós. *Si hominibus placerem, Christi servus non essem*, dizia o maior de todos os pregadores, S. Paulo».

Este é o espírito de D. Rego Maia, na sua pastoral de 5 de julho de 1896, escrevendo frases enérgicas e percucientes, e já apontando talvez os primeiros sintomas comunistas no Brasil, bem como os erros do capitalismo: «Reparai como o mundo atual procura por toda parte sacudir o jugo suave da realeza de Jesús Cristo, e com as suas más obras, os seus clubes, os seus congressos, os seus teatros, a sua imprensa, as suas fotografias e pinturas, o seu luxo, as suas modas e o

seu viver voluptuoso vai apregoando o mote da pérfida rebelião judaica — *nolumus hunc regnare super nos*, não queremos que Jesús Cristo reine sobre nós! E crescendo dia a dia a sua soberba inimiga de Cristo — *Superbia eorum qui te oderunt ascendit semper,* a impiedade sectária vai demolindo o edifício da sociedade cristã, desorganizando a família, conculcando a autoridade paterna, obrigando-a a abdicar do seu direito inalienavel de educar a prole, privando-a da faculdade de distribuir o seu patrimônio, açulando a volúpia com o divórcio, pretenso separador do que Deus indissoluvelmente uniu. Desorganiza a escola, quebrando os laços que uniam os discípulos aos mestres pelo princípio de autoridade e pelo afeto do coração. Desorganiza as oficinas, acirrando os ódios dos operários contra os seus patrões, inutilizando assim a patronagem e degradando os trabalhadores a uma espécie de mercadorias sujeitas aos rigores de uma lei cruel e às oscilações do mercado, e degrada ainda mais as classes laboriosas abolindo os *dias do Senhor* para, entregando-as à cobiça dos especuladores, desprezarem as suas necessidades morais e espirituais e sujeitarem-nas ao trabalho como as bestas irracionais. Em uma palavra, impondo a indiferença doutrinal e a mais completa separação da ordem natural,essa impiedade tem implantado o reino do pecado que faz os povos miseraveis: *Miseros autem facit populos peccatum*».

Numa outra pastoral aborda o eterno e magno problema da educação na família, aconselhando aos pais: «Comecem por fechar as portas do lar às pessoas cuja vida, costumes e profissão cristã são duvidosos... Teem mormente os chefes de famílias o estreito dever de não darem causa à perversão de seus filhos e domésticos, com os seus maus exemplos ou com o abuso tirano do pátrio poder, coagindo-os e obrigando-os a participarem da sua irreligião, dos seus vícios e paixões desordenadas... O que falta hoje no mundo é a educação. Fala-se muito em instrução, dilatam-se os horizontes

das ciências humanas, das artes e das indústrias, e a educação está completamente amesquinhada, se não de todo descurada ou desnaturada nas famílias e renegada pelos clubes, pelos cassinos, pelos teatros. A verdadeira educação a dá a família, mas é a mãe quem principia nos seus joelhos a educar o homem, o bom filho, o bom esposo, o bom cidadão e cristão ; porque quais esses houverem-se formado desde a infância no aconchego da família, pela influência suave e constante principalmente da mãe, tais sairão na mocidade para entrar no consórcio civil e na vida social». (Idem, págs. 108 e 109).

Dom Francisco do Rego Maia foi uma das figuras mais salientes do Concílio Plenário Latino Americano, cujas sessões de estudos se inauguraram em Roma, a 28 de maio de 1899. Esse admiravel código dogmático, canônico, moral e litúrgico aplicado com alta sabedoria às necessidades das nações latino-americanas, revestiu-se da mais relevante importância e suprema autoridade, declarando o Santo Padre Leão XIII ter sido esse *Concílio o mais glorioso apanágio do seu longo Pontificado* (Idem, pág. 220). Voltando de Roma, o grande Bispo publicou em Petrópolis uma belíssima Pastoral, datada de 7 dezembro de 1900, em que, referindo-se ao Concílio, demonstra uma perfeita e admiravel visão pan-americana.

Quando os paises da América assentam planos de progresso e de defesa comuns, é oportuníssimo relembrar aquí as palavras, dir-se-iam proféticas, escritas por ele, há 42 anos passados : «Os povos da América Latina, desde a sua descoberta, foram criados e educados no regaço materno da Igreja Católica, Apostólica, Romana ; são filhos da civilização cristã ; teem comum a mesma raça e a mesma religião, teem quasi todos os mesmos costumes, iguais e recíprocos interesses. Portanto, se, firmados nestas bases comuns, se unirem pelo vínculo do sagrado amor da Religião a da Pátria, pode-

rão formar um como todo moral que lhes dará uma força insuperavel para manterem a paz e prosperidáde no interior, e dos estranhos merecerem o respeito e a honra que as conservarão na própria autonomia e independência. Praza a Deus que as exemplos da união e concórdia dos Pastores da América Latina no Concílio Plenário seja limitado pelos seus rebanhos, por todos os seus patricios. Porque assim os Estados do nosso vasto continente poderão assentar-se na formosura da paz, e nos tabernáculos da confiança e num descanso opulento : *et sedebit populus meus in pluchritudine, et in tabernaculis fiduciae et in requie opulenta*. E os seus descendentes, gozando os frutos morais dessa obra salutar, bendirão os trabalhos e os esforços dos Padres do seu Concilio Plenário que, convocados, guiados e apoiados pelo sucessor de S. Pedro, puzeram sólidos fundamentos para a felicidade temporal e eterna da sua pátria» (Idem, pág. 221).

Jamais seria possivel enquadrar dentro dos estreitos limites destas ligeiras anotações um estudo completo sobre a personalidade de D. Francisco do Rego Maia. Mas creio que já se pode assim reavivar a inconfundivel figura do grande Bispo e grande Brasileiro.

Como perene recordação do primeiro Bispo de Petrópolis fiz afixar uma cruz no granito da Catedral que ele tanto desejou ver concluida. Esta cruz eu a descobrí entre as relíquias da antiga Matriz. Manuseando documentos, verifiquei ter sido ela colocada numa das paredes da Catedral provisória, por ordem do ínclito Pastor Diocesano, para perpetuar nos séculos futuros a memória do pública profissão de Fé Católica e das solenes homenagens a Jesús Cristo e ao Santo Padre, promovidas por ele em toda a Diocese na passagem do século XIX.

Com singular eloquência literária, S. Excia. Revma. assim se refere a este monumento de Fé Petropolitana : «Enquanto se revolver a roda dos séculos, enquanto alumiar o

sol, e as estrelas esmaltarem a abóbada do firmamento, todos os verdadeiros crentes, fixando as vistas na amplidão do ceu, poderão ler as palavras que, em metal, madeira ou pedra, as nossas Solenes Homenagens hão de gravar na Cruz de 1900 — *Jesús Cristo Deus-Homem vive, reina, impera*».

Depois de transferido de Petrópolis para a Arquidiocese de Belém do Pará, resignando-a no ano de 1906, foi nomeado, pelo Santo Padre Pio X, arcebisbo titular de Nicópolis. Voltando a Roma, fixou residência no seu sempre saudoso Colégio Pio Latino Americano.

Desempenhou ainda missões importantíssimas e muito trabalhou pela causa da Igreja até exgotar os seus últimos alentos nesta «Roma felíz», como ele acentuava em linguagem poética numa das páginas mais belas das suas pastorais: «Roma feliz, que fazer ver na multiplicidade dos teus monumentos e nas vicissitudes da tua história a brevidade das coisas criadas, e esclareces o entendimento a ponto de alcançar este conhecimento na contemplação da tua antiga e moderna grandeza que te mereceu o nome de cidade feliz! Feliz, sim, mas não propriamente pelo que já foste e hoje não és, nem pela estupendas obras que ainda encerras dentro dos teus muros...» (Idem, pág. 128).

Nesta Roma antiga, cuja idade se conta pelos séculos, quiz morrer tambem feliz o primeiro Bispo de Petrópolis. Feliz, sim, apezar de quasi cego. Talvez para isso houvessem concorrido prolongadas vigílias, consultando os seus mais queridos e íntimos amigos — os livros.

Nos últimos dias da existência fugiu-lhe a luz dos olhos... Mas na sua inteligência iluminada e no seu grande coração de Bispo e de Brasileiro, jamais se lhe extinguiu o amor da Pátria, jamais se lhe apagou a luz da Fé!

LOURENÇO L. LACOMBE

AS PRINCIPAIS SESMARIAS DO MUNICÍPIO

AS PRINCIPAIS SESMARIAS DO MUNICÍPIO

Não possue a COMISSÃO DO CENTENÁRIO DE PETRÓPOLIS nenhuma referência do estabelecimento de sesmarias no atual território municipal antes do ano de 1712. Verdade é que os trabalhos de pesquisa ressentiram-se, e muito, da carência de tempo — fator indispensavel para um serviço de tal monta — e que impediu, sobremaneira, uma completa relação dessas datas de terra.

Os nomes que aqui figuram, representam, porisso, o resultado de grande esforço, dispêndio de tempo e energia.

* * *

Eram os sesmeiros, de um modo geral, gente de prol e de haveres como se depreende da leitura dos forais de doação. Era mesmo uma condição para receber a terra, *achar-se o Suplicante com escravos bastantes para poder povoar... com muitos filhos e escravos para poder cultivar... por ter escravos e mais posses necessárias para a cultura*, declaram as petições.

Uns poucos exemplos de petição e vários despachos, darão uma idéia mais perfeita das formalidades por que passava o requerimento:

«Rio, 14 de novembro de 1811

Senhor

Diz Boaventura da Cruz Álvares, que ele tem meios de cultivar uma boa fazenda, e que vive de lavoura; mas

não tendo terras suas achando-as devolutas no Sertão dos Índios Coroados além do Rio Paraiba, no Ribeirão chamado, o de Manoel Pereira, onde o suplicante já tem feito uma derrubada ; roga a Vossa Alteza Real lhe conceda por Sesmaria meia légua de terras em quadra na margem direita do dito Ribeirão.. a qual meia légua principiará a medir-se onde finalizar a meia légua que pede Antônio Machado Botelho, pelo mesmo Ribeirão abaixo servindo de testada o mesmo Ribeirão ; até onde este entrar no Rio Preto, e confrontando pelos outros dois lados com quem haja de pertencer, com a declaração que... das terras do dito Antônio Machado até o Rio Preto não houver a meia légua de testada lhe seja preenchida nos fundos, a que lhe faltar.

Pede a Vossa Alteza Real seja servido conceder-lhe a dita Sesmaria, na forma que suplica.

E. R. M.»

E ainda esta outra petição, dirigida no mesmo sentido:

«Ilmo. e Exmo. Senhor

Diz o Tenente Bento José de Magalhães Bastos que ele tem notícia que nos Sertões do Rio Preto termo da Vila de Magé há terras devolutas as quais desejava, cultivar e aproveitar em benefício próprio e dos dízimos de S. Majestade, por isso

Pede a V. Excia. lhe faça a mercê conceder ao Suplicante por Sesmaria uma légua de terras de testada com os Sertões que se acharem para o dlto fim

E. R. M.»

Era então ouvido o Senado da Câmara, que para satisfazer a Autoridade, afixava o edital, do qual este dá bem idéia :

«TRASLADO DO EDITAL

O Senado da Câmara desta Côrte do Brasil etc. Faz saber aos que o presente Edital virem que Boaventura da Cruz Álvares, pretende tomar por Sesmaria meia légua de terras no Sertão dos Índios Coroados, alem do Rio Paraiba, no Ribeirão de Manoel Pereira, principiando onde finalizar as terras requeridas por Antônio Machado. Protesta. Quem nas ditas terras algum direito tiver dará parte a este Senado dentro de trinta dias da data deste em diante... os há o mesmo Senado por notificados, e chamados ao Juizo para dentro daquele... virem e darem a oposição que haverem contra esta pretenção. E para que chegue a notícia de todos manda o Senado afixar o presente Edital. Rio de Janeiro vinte e nove de janeiro de mil oitocentos e doze. Antônio Martins Pinto de Brito. Nada mais contem em o dito Edital que escrevi e assinei em dia, mês, e ano de sua data, eu *Antônio Martins Pinto de Brito,* o subscrevo e assinei.»

Decorrido o prazo, informava então, o Senado:

«Em cumprimento do Precatório que Vossa Mercê dirigiu a este Senado, respeito a Sesmaria que pede Boaventura da Cruz Álvares nos Sertões dos Índios Coroados alem do Rio Paraiba, no Ribeirão chamado o de Manoel Pereira, mandou este Senado afixar cartaz nesta cidade no lugar da pertenção do Suplicante. Citou-se o confrontante, até o presente não tem havido oposição alguma, como tudo consta dos autos que lhe remetemos. Deus guarde a V. Mercê.

Rio de Janeiro em o Senado da Câmara aos 7 de novembro de 1812.

Sr. José Barrozo Pereira

Luís Joaquim.....

Manoel Caetano Pinto

Custodio Moreira Lirio

Antônio José da Costa Barboza».

Era então ouvido o Procurador da Fazenda Real e Procurador da Coroa:

«São muito contínuos os requerimentos para Sesmarias no sítio do Rio Preto... do termo da Vila de Magé contíguo ao desta cidade, e como a população vai em conhecido aumento, parece se deverá só conceder ao Suplicante meia légua de testada e meia de fundo para o sertão, e não todo o que se achar, como requer o Suplicante na incerteza dos limites, e muitas léguas que poderá ter, guardando-se em tudo... e mais ordens... este requerimento, sobre o que V. Excia. .... o justo

_____ (rubrica ilegível)».

«Ilmo. e Exmo. Senhor

Para podermos informar a Vossa Excia. de que no Rio Preto há terrás devolutas para as conceder ao Tenente Bento José de Magalhães Bastos passamos a nos informar e por que nos dizem que as há por serem bastantes longes aqueles sertões, por isso e por respeitarmos o anexo despacho de V. Excia. proferido no registro junto do dito Tenente damos a presente informação: Dº gº a V. Excia. Vila de Nossa Senhora da Piedade de Magé em Câmara de 4 de março de 1797

Antônio da Silva Vaz
Valente de Sousa Pinto
Francisco Antônio de Gouvea
José Vicente Flora
Pedro da Costa.....»

(na margem) «o suplicante acha-se nas circunstâncias de obter a Sesmaria que pede de meia légua de terra em quadra. Porem, antes de se expedir a carta, deve-se passar provisão para a fazer medir e demarcar na forma prescrita no Alvará de 25 de janeiro de 1809.

(rubrica)».

Subia então o processo a despacho, e expediam-se as ordens necessárias. Uns exemplos concretos melhor demonstram esse andamento:

«Ilmo. Revmo Sr.

O Príncipe Regente Meu Senhor é servido que, sem embargo do lapso do tempo, se passe provisão de medição, e demarcação para a Sesmaria inclusa, da qual obteve carta de confirmação Boaventura da Cruz Álvares em 29 de outubro de 1762. O que V. Ilma. fará presente na mesa do desembargo do Paço, para que assim se execute.

Deus guarde a V. Iima.

Paço em 8 de janeiro de 1814

Marquês de Aguiar

Sr. Pedro Machado de Miranda Malheiros

Haja vista ao Procurador da Corôa.

Rio em Meza 9 de agosto de 1813

(rubrica)

Senhor

P. P. em 30 de outubro, Vossa Alteza Real manda informar com o meu parecer o requerimento de Boaventura da Cruz Álvares que pede a graça da Sesmaria de meia légua de terras no Sertão dos Índios Corados e Ribeirão de Manoel Pereira alem do rio Paraiba partindo com a de Antônio Machado Botelho. Consta da diligência inclusa que o suplicante não havendo impretado ainda outra semelhante graça, pede esta Sesmaria para si, possuindo suficiência de meios para a cultura dela: e res-

pondendo a Câmara desta cidade de não haverem saido contraditores, nem o suplicando especialmente notificado sai a pretensão do suplicante ; parece-me estar nos termos de ser deferido, demarcadas as terras pedidas por medição judicial. Porem Vossa Alteza Real mandará o que for justo.

Rio de Janeiro 5 de agosto de 1813

O Ouvidor da Comarca

Manoel Pedro Gomes

(Na margem) Conceda a Sesmaria pedida de meia légua de terra em quadra mas antes de se expedir a carta se passe provisão para medição e demarcação na forma da resposta.

Rio em Meza 23 de agosto de 1813

(rubrica)».

Só então era concedida a Sesmaria, com as condições estipuladas na Lei de 15 de julho de 1711, e que podem ser resumidas nas seguintes, conforme as Cartas consultadas :

«uma légua de terras em quadra na paragem acima mencionada e com as confrontações declaradas, sem prejuizo de terceiros ou do direito e posse que algumas pessoas tenham a elas, com a declaração porem de as cultivar e mandar confirmar esta Carta pelo Dito Senhor *(El-Rei de Portugal)*, dentro de dois anos e não o fazendo se lhe denegará mais tempo, e antes de tomar posse dela as fará demarcar e medir judicialmente, sendo para este efeito notificadas as pessoas com quem confrontar, e será obrigado a fazer o caminho de sua testada com pontes e estivas onde necessário fôr, e havendo no ingresso

dos limites desta data rio caudeloso que necessita de barca para se atravessar, ficará reservada de uma das margens dele meia légua de terra em quadra para a comodidade pública, e nela não sucederá em tempo algum pessoa Eclesiástica ou Religião, e sucedendo, será com o encargo de pagar dízimos e outro qualquer que lhe impuzer de novo S. Majestade, e não pagando se poderão dar a quem as denunciar, como tambem sendo o Mesmo Senhor Servido mandar fundar no distrito destas terras alguma vila, o poderá fazer, ficando estas livres e sem encargo algum ou pensão para o Sesmeiro. E não compreenderá a data veeiros ou minas de qualquer gênero de metal que nelas se descobrirem, reservando-se tambem os paus reais, e faltando a qualquer das ditas cláusulas, por serem conformes às Ordens de S. Majestade, ou às que dispõem a Lei e o Foral das Sesmarias, ficará privado desta».

Ainda segundo a mesma Lei, não podiam as datas excederem de uma légua de terras em quadra, «nas paragens acima referidas, e com as confrontações mencionadas», como se lê no forais, paragens e confrontações essas, na maior parte das vezes, bastante vagas e imprecisas.

Confirmada a mercê pelo Soberano, entrava então o Sesmeiro em plena posse de sua data, que passava a cultivar e tratar, conforme se obrigara.

É ainda interessante reproduzir-se a fórmula usada pelo Rei na confirmação, que era geralmente a seguinte:

«Pedindo-me F. (o nome do Sesmeiro) que por quanto o dito Governador lhe dera de Sesmaria em Meu nome uma légua de terra em quadra no sítio mencionado na Carta nesta inserta, fosse

Servido mandar-lhe confirmar, e sendo visto o seu requerimento e o que sobre ele responderam os procuradores da Minha Fazenda e Coroa, a que se deu vista: Hei por bem fazer-lhe mercê de lhe confirmar, como por esta confirmo, a dita légua de terra em quadra, que em Meu nome lhe deu F. (nome do Governador) com declaração que será obrigado a cumprir segundo as mesmas ordens, com todas as cláusulas e obrigações expressadas na Carta nesta incorporada e com as que dispõem a ordenação. Pelo que Mando ao Meu Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro e mais Ministros e pessoas a que tocar cumpram esta Minha Carta de Confirmação de Sesmaria, e a façam cumprir e guardar inteiramente como nela se contem, sem dúvida alguma, e se passou por duas vias e pagou de novo direito quatrocentos réis, que se carregarão ao Tesoureiro etc., etc. Dada nesta Cidade de Lisboa aos .... dias do mês ...., Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesús Cristo... *EL-REY com guarda*. O Secretário F. a fez escrever. F. a fez».

Mais uma formalidade a preencher, confirmada a Carta, era o «*Cumpra-se* como manda S. Majestade e registre-se nas partes a que tocar.

Rio de Janeiro,.... (data por extenso e a assinatura do Governador».

Relação das Sesmarias dos Municípios de Petrópolis e limítrofes segundo as cópias feitas por iniciativa da COMISSÃO DO CENTENÁRIO no Arquivo Nacional, com a gentil aquiecência do dr. E. Vilhena de Morais, D. D. Diretor daquela Repartição Federal.

1) 12-VIII-1712

Sesmaria concedida ao Sargento-mor MARTIM CORREIA DE SÁ, por *Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho*, Comendador das Ordens de Cristo e da Comenda de Santo Ildefonso de val de Telhas, Alcaide Mor da Vila de Sines (?), do Conselho de Sua Majestade que Deus Guarde, Governador e Capitão General das Capitanias de São Paulo e Minas Gerais do Ouro e da do Rio de Janeiro, confirmada por El-Rei Dom João V, em 14/V/1714.

LOCALIZAÇÃO :

«Uma légua em quadra de sesmaria no rio chamado do Pau Grande, de uma parte e outra do Caminho meia légua ou a que para a banda da Sesmaria e data dada ao Capitão Manoel da Costa e outra meia légua ou a que houver de topar com a da Cachoeirinha... Sesmaria da dita légua em quadra na forma confrontada, no Caminho Novo das Minas»...

2) 29-X-1715

Sesmaria concedida a JOSÉ MENDES DE CARVALHO, morador nesta Cidade, por *Francisco de Távora*, do Conselho de S. Majestade que Deus Guarde, Mestre de Campo, General de Seus Exércitos, Governador e Capitão General desta Capitania do Rio de Janeiro e Comendador da Comenda de São Pedro do Folgozinho, da Ordem de Cristo, confirmada pelo mesmo Rei, em 23/V/1735, em nome de *Francisco*

Gomes Ribeiro a quem «havia feito trespasso e cessão dela, em razão de não poder cumprir os encargos mencionados na referida Carta, os quais ele Suplicante, havia satisfeito».

LOCALIZAÇÃO :

«No Caminho das Minas, ao pé da Mangalarga se achava uma sorte de terras devolutas entre as roças de Francisco Tavares e Inácio dos Santos...»

3) 11-XI-1721

Sesmaria concedida ao Sargento-mor BERNARDO SOARES DE PROENÇA, por *Aires de Saldanha de Albuquerque Coutinho Matos e Noronha*, do Conselho de S. Majestade que Deus Guarde, Comendador das comendas de Santa Maria de Castro Laboreiro, São Martinho de Lagares, Santa Maria de Lavaxeiras e das Alencares de Soure, Alcaide mor da dita vila, Gentil Homem da Câmara do Sereníssimo Infante o Sr. D. Antônio que Deus Guarde, Governador e Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro, confirmada por El-Rei Dom João V, em 30/VII/1723.

LOCALIZAÇÃO :

«No distrito desta Cidade donde acabam as terras da Sesmaria de Francisco de Matos Filgueiras e João de Matos de Sousa detraz da serra do Frade e da serra da Taucaia Grande se acham terras devolutas... uma légua de terras em quadra, fazendo a dita légua de terra em quadra testada com a declarada dita serra do Frade, correndo tambem na largura a testada da parte da terra que é da quebrada da dita serra do Frade para a parte da referida serra da Taucaia Grande, correndo o sertão da dita légua em quadra

pelo mesmo rumo que correr o caminho geral que se há de abrir da Paraiba a vir buscar as saidas das quebradas da dita serra do Frade para que assim fique dividindo o dito caminho geral pelo meio a dita légua de terra em quadra desde o fim do seu sertão até o seu princípio para que fique igual quantidade da sobredita terra para uma e outra parte do dito caminho geral». .

4) 12-XI-1721

Sesmaria concedida ao Capitão LUÍS PEIXOTO DA SILVA, pelo mesmo governador *Aires de Saldanha,* confirmada por El-Rei Dom João V, em 12/VII/1723.

LOCALIZAÇÃO :

«No distrito desta Cidade donde acabam as terras que pede por Sesmaria o Sargento-mor Bernardo Soares de Proença, detraz da serra do Frade, no fim da dita se acham mais terras devolutas sem nunca terem sido aproveitadas de pessoa alguma,... uma légua de terras em quadra, fazendo testada na cabeceira do sertão do dito, correndo a dita légua do sertão pelo mesmo rumo que correr o Caminho Geral que se há de abrir da Paraiba a vir buscar a saida da quebrada da dita serra do Frade, ficando o dito caminho geral dividindo pelo meio a dita légua de terra em quadra desde o fim do seu sertão até o princípio, para que assim fique igual quantidade da dita terra para uma e outra parte do caminho geral para efeito de mais utilidade à serventia das ditas terras para melhor aproveitarem etc»...

5) 2-V-1723

Sesmaria concedida a FRANCISCO FAGUNDES DO AMA-

RAL, pelo mesmo governador *Aires de Saldanha*, confirmada por El-Rei Dom João V, em 30/V/1725.

LOCALIZAÇÃO :

«no distrito desta Cidade, nos sertões da Serra do Frade, e da Taucaia Grande, onde acabam as terras da Sesmaria de Ambrósio Dias Raposo, se acham terras devolutas, sem nunca terem sido aproveitadas de pessoa alguma ... uma légua de terras em quadra na referida paragem»...

6) 14-IX-1723

Sesmaria concedida a JOSÉ BORGES RAIMUNDO, pelo mesmo governador *Aires de Saldanha*, confirmada por El-Rei Dom João V, em 30/V/1725.

LOCALIZAÇÃO :

«No distrito desta Cidade, nos sertões da Serra do Frade e da Taucaia Grande, donde acabam as terras da Sesmaria do Capitão Francisco Fagundes do Amaral, se achavam mais terras devolutas sem nunca terem sido cultivadas de pessoa alguma ... uma légua de terras em quadra»...

7) 30-XII-1723

Sesmaria concedida a JORGE PEDROSO DE SOUSA, pelo mesmo governador *Aires de Saldanha*, confirmada por El-Rei Dom João V, em 22/III/1725.

LOCALIZAÇÃO :

«No distrito desta Cidade, aonde acabam as terras da Sesmaria de José Borges Raimundo,no sertão da Serra do Frade e da Taucaia Grande, na vargem do rio da Paraiba,correndo por detraz da rocinha da vargem

do capitão-mor Garcia Rodrigues Pais até o mesmo rio da Paraiba, se acbam terras devolutas, sem nunca terem sido cultivadas, nem aproveitadas de pessoa alguma ... uma légua de terras em quadra...»

8) 18-V-1724

Sesmaria concedida ao Sargento-mor BERNARDO SOARES DE PROENÇA, pelo mesmo governador *Aires de Saldanha*, confirmada por El-Rei Dom João V, em 29/V/1725.

LOCALIZAÇÃO :

«No recôncavo desta Cidade, entre as terras da segunda Sesmaria de Pedro da Costa em Pacopaiba, e em Inhomirim que hoje são do Licenciado José Antunes de Matos, e de vários possuidores, e entre as terras da segunda Data do Engenho de sua mãe Águeda Gomes, em Suruí, depois de inteirada a dita segunda Sesmaria de Pedro da Costa, com mil braças de largura para a parte de Inhomirim, e depois de inteirada a dita de sua mãe Águeda Gomes, de mil e quatrocentas braças que são as que somente lhe pertencem pelas suas datas do dito seu Engenho de Suruí, e entre as ditas terras se acham uns sobejos as quais começam da ilharga e cabeceira das terras da Itinga que foram de Gregório Dutra e de presente são de José Correia de Araujo e de outros possuidores, e vão correndo para a parte de cima, sem passar por um ribeiro chamado do Munginé, donde atravessam um caminho que vai do dito Engenho de Suruí para o rio de Inhomirim, Pacopaiba e vão continuando a passar por um outeiro da parte de Inhomirim, Pacopaiba, chamado o outeiro da pedra e vão acabar pela mesma direitura em fiuza de um outeiro grande que fica por detraz das terras que foram de

Antônio da Serra de Morais até a ilharga e cabeceiras das terras que foram do Licenciado Francisco Leal e hoje são de Antônio da Costa e de outros herdeiros...»

9) 8X-1728

Sesmaria concedida a JOSE' FAGUNDES DO AMARAL por *Luís Vaía Monteiro*, do Conselho de S. Majestade que Deus Guarde, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Coronel de um dos Regimentos da Infantaria paga, Governador da Capitania do Rio de Janeiro, e confirmada por El-Rei Dom João V em 20/II/1732.

LOCALIZAÇÃO:

... «adonde acaba a data de terras do Engenho chamado de Maxambomba, que possue João de Madureira correndo para o Sertão, se achavam terras por cultivar... Uma légua das ditas terras, principiando donde acabar a data de terras do dito Engenho correndo o rumo (?) pelo Sertão...»

10) 15-III-1731

Sesmaria concedida a FERNANDO PEREIRA DE VASCONCELOS pelo mesmo governador *Luís Vaía Monteiro*, e confirmada por El-Rei Dom João V, em 13/II/1732.

LOCALIZAÇÃO:

«Entre o caminho novo do Inhomirim, onde se estava fazendo um atalho em terras devolutas... uma légua das ditas terras, na dita paragem fazendo pião no Morro da Manga Larga,partindo de uma parte com terras do Capitão Francisco Tavares e da outra com a da rocinha chamada a do Governador, começando no Morro da Manga Larga para o dito atalho»...

11) 15-III-1731

Sesmaria concedida a FRANCISCO PEREIRA DE VASCONCELOS pelo mesmo governador *Luís Vaía Monteiro*, confirmada por El-Rei Dom João V, em 13/II/1732.

LOCALIZAÇÃO :

«Entre o caminho novo do Inhomirim se estava fazendo um atalho, em terras devolutas... uma légua das ditas terras na dita paragem, fazendo pião no Morro da Manga Larga, partindo de uma parte com terras do capitão Francisco Tavares e da outra com a da Rocinha chamada do Governador, começando do Morro da Manga Larga para o dito atalho. .»

12) 28-VIII-1734

Sesmaria concedida a JOSE' FERREIRA DA FONTE, por *Gomes Freire de Andrada*, do Conselho de S. Majestade que Deus Guarde e Capitão General do Rio de Janeiro e sua Capitanias, confirmada por El-Rei Dom João V, em 9/XII/1735.

LOCALIZAÇÃO :

... «possuía uma Fazenda no Caminho de Inhomirim que vai para Minas, cuja testada tem pela maior parte cultivada e tambem o fundo e sertão e que necessitava de mais terra para fazer um curral de gado... pedindo uma légua de terra em quadra no sertão contiguo à mesma légua que possue da senda do Norte e da parte que olha para a Serra dos Órgãos correndo os mesmos travessões do rumo com que se acha demarcado judicialmente, para efeito do dito curral, em conformidade da Ordem de 7/V/1703, por ser mato maninho no sertão que nunca foi cultivado nem povoado...»

13) 6-VIII-1712

Sesmaria concedida a FRANCISCO MUNIZ DE ALBUQUERQUE, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*, do Conselho de S. Majestade, Sargento-mor da Batalha de seus Reais Exércitos, Governador e Capitão General das Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, confirmada pela Rainha Regente Dona Mariana d'Áustria em nome de El-Rei Dom João V, em 22/II/1743.

LOCALIZAÇÃO:

«... nos fins dos sertões das datas que se deram a vários *(ilegivel)* no caminho que vai de Inhomirim para as Minas se acham muitas terras e matos devolutos sem que pessoa alguma os tenha pedido ou cultivado... me pedia lhe mandasse dar de Sesmaria uma légua de terras em quadra, fazendo testada pelo abaixo chamado o Piabanha e os sertões por uma contraparte do dito rio, confinando estes por uma parte com os da roça chamada Paciência e Rio da Cidade e por outra parte com quem ao diante pedir, ficando o dito rio Piabanha em meio desta légua».

14) 6-X-1741

Sesmaria concedida a CAETANO MANOEL DA MOTA FERRAZ pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*, confirmada pela mesma Rainha Regente, em 4/VII/1746.

LOCALIZAÇÃO:

«... à sua notícia viera que donde acaba o sertão da Sesmaria de terras do Capitão Francisco Fagundes, no caminho das Minas Gerais que possuíam seus

herdeiros e o Desembargador Eusébio Ferreira Vieira para a parte do Leste ou Nascente se achavam muitas terras despovoadas... as quais terras se achavam fora do dito caminho quasi dessa cidade para as ditas Minas pelo sertão na forma referida das terras do Capitão-mor Francisco Fagundes, e não confrontavam com terras algumas de outros Sesmeiros pelas mais partes».

15) 16-X-1741

Sesmaria concedida ao TENENTE JERÔNIMO COUTINHO DA SILVA pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*, confirmada pela mesma Rainha Regente em 25/V/1743.

LOCALIZAÇÃO :

«... no sertão do Caminho Novo das Minas Gerais que vai do rio Inhomirim sair ao da Paraiba para a parte do Nascente, no lugar onde faz barra o rio Grande no do Piabanha... uma légua de terra, principiando esta pela parte do Sul onde acaba a data de outra légua de terra que se concedeu a Caetano Manoel da Mota Ferraz, e da parte do Poente partindo com terras que hoje são de Pedro Moreira dos Santos, correndo para o rio do Piabanha até fazer a légua em quadra e terão confrontação estas duas quadras pela do sertão que todo se acha devoluto...»

16) 20-XI-1741

Sesmaria concedida a JOSE' FERNANDES DE FREITAS pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada,* confirmada pela mesma Rainha-Regente, em 10/II/1745.

LOCALIZAÇÃO:

«... no distrito desta cidade, nos sertões da Serra do Frade e Tocaia Grande, em quadra das terras de Sesmaria de José Borges Raimundo para a parte do Nascente e Poente se acham mais terras devolutas sem nunca terem sido cultivadas... uma légua em quadra, na referida paragem ou para a parte do Nascente ou do Poente na forma que mais conveniente for...»

17) 22-I-1750

Sesmaria concedida a CARLOS ANTÔNIO, morador em Inhomirim, detraz desta Cidade, pelo governador interino (na ausência de Gomes Freire) *Matias Coelho de Sousa*, Mestre de Campo de Infantaria de um dos Terços da Guarnição desta Praça, a cujo cargo está o governo dela e suas Capitanias, confirmada por El-Rei Dom José I, em 13/III/1753.

LOCALIZAÇÃO:

«... na sobrequadra dos fundos da roça chamada do Secretário da parte do Poente se achavam terras devolutas em matos maninhos sem serem aproveitadas de pessoa alguma, e até do Suplicante que havia mais de um ano por morar na mesma roça chamada do Secretário de que tinha pagos os dízimos;... uma légua de terra de testada, na sobredita quadra do Poente com outra de fundo».

18) 1-VII-1750

Sesmaria concedida a ANTÔNIO CARVALHO pelo governador *Gomes Freire de Andrada*, e confirmada por El-Rei Dom José, em 9/I/1764.

LOCALIZAÇÃO:

«... no caminho novo que abriu o padre Felipe Teixeira Pinto... terras devolutas e matos virgens, os quais queria aproveitar para o que tinha posses, pretendia por Sesmaria meia légua, principiando esta largando o Caminho da Serra da Boa Vista entrando pelo novo do dito padre Felipe Teixeira Pinto ao fim ao pé do 2°. morro chamado de S. Sebastião até completar a dita meia légua pelo caminho adiante com outra meia légua para cada uma das bandas deles, que lhe servissem de sertão por ser um dos descobridores do mesmo caminho e fazer despesas na abertura dele».

19) 17-II-1751

Sesmaria concedida a DOMINGOS GONÇALVES DE OLIVEIRA, morador em Inbomirim, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada* e confirmado por El-Rei Dom José em 15/V/1750 (?)

LOCALIZAÇÃO:

«... nos fundos das datas de Francisco da Cruz, onde chamavam as pedras do Caminho que vai para Minas, da parte do Nascente se achavam muita terra devoluta pelas margens do Rio chamado Piabanha.,. uma légua de terras em quadra, principiando donde acaba a légua que se permitiu a Gregório Pereira Lima, fazendo testada pelo dito rio abaixo e os sertões, meia légua para cada uma das bandas do mesmo rio, fazendo ilharga com o dito Sargento-mor Hilário Cardoso Ramalho, a confinar com a légua que se permitiu a José Borges Raimundo, no fundo da quadra da roça chamada do Secretário.»

20) 14-II-1753

Sesmaria concedida a JOANA DIAS DE ASSUNÇÃO (viuva que ficou de Francisco Dantas) pelo governador interino, na ausência de Gomes Freire de Andrada, *Matias Coelho de Sousa*, Fidalgo da Casa de S. Majestade, Brigadeiro de Infantaria a cujo cargo está o governo do Rio de Janeiro, e confirmada por El-Rei Dom José, em 5/VI/1754,

LOCALIZAÇÃO :

«... uma data de terras sitas ao longo do rio Inhomirim que as houveram por Sesmaria seus antepassados, que pela parte do rio acima tinha 365 braças com 1.500 de sertão, e como a Suplicante a achasse medida e demarcada judicialmente, e pela dita medição lhe ficasse para a parte da testada do rio pouco de terra fora de seu rumo ;

... dar de Sesmaria a referida terra que estava devoluta e por aproveitar, entre o dito rio chamado Inhomirim, que de presente se acha navegavel e as terras de que a Suplicante faz menção que terão 375 braças, fazendo testada por junto do mesmo rio acima e 800 braças de sertão e confinar com a data mencionada que já se achava demarcada...»

21) 3-XII-1757.

Sesmaria concedida a CAETANO BORGES DA COSTA, morador no Caminho das Minas Gerais pelo governador interino (na ausência de Gomes Freire de Andrada) *José Antônio Freire de Andrade*, e confirmada por El-Rei Dom José em 11/II/1760.

LOCALIZAÇÃO :

«... uma légua de terra em quadra nas quadras da mesma fazenda para a parte do sertão, nos fundos da dita sua fazenda para a parte do Nascente, em a paragem do rio Piabanha em matos devolutos os quais, pela parte Sul confrontavam com Jácome Pereira de Barros e pelas mais partes com sertão inculto».

22) 5-VI-1758

Sesmaria concedida a JOAQUIM JOSE' PEGADO, morador no Caminho de Inhomirim, na roça chamada do Secretário, pelo mesmo governador interino *José Antônio Freire de Andrada,* e confirmada por El-Rei Dom José em 17/IV/1760.

LOCALIZAÇÃO :

«... na sobrequadra da mesma fazenda se achavam terras devolutas nas quais tinha já roçado e plantado... uma légua de terra em quadra com o mesmo rumo e vento, e aos fundos olhando para a Serra dos Órgãos, e só pela testada partia, e confrontava com a dita roça da quadra, por não ter pelas ilhargas mais hereos.»

23) 14-X-1758

Sesmaria concedida a LEANDRO DA CRUZ ÁLVARES, morador na Fazenda das Pedras, sita no Caminho das Minas Gerais pelo mesmo governador interino *José Antônio Freire de Andrade*, e confirmada por El-Rei DomJosé em 12/IV/1760.

LOCALIZAÇÃO :

«... no sertão da dita Fazenda das Pedras se

achava uma légua de terra devoluta em quadra para a parte do Couto (?) e do Poente de uma parte partia com terras de Inácio Ferreira da Cruz e da outra da parte Sul partia com o sertão das Araras».

24) 19-VII-1759

Sesmaria concedida a JOSE' MIZ (SIC) COIMBRA pelo governador interino *Caetano Manoel de Figueiredo*, (*) Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Tenente Coronel de Infantaria de um dos Regimentos da praça do Rio de Janeiro, a cujo cargo está o governo dela, e confirmada por por El-Rei Dom José em 13/VII/1758.

LOCALIZAÇÃO:

«... Em o Caminho de Inhomirim que vai para as Minas de Serra Acima pelo Sertão a dentro para a parte do Poente em os fundos da mata de (ilegivel) légua em quadra de Inácio Ferreira que se lhe conceder (ilegivel) em a dita paragem chamada o Ribeirão de Nossa Senhora da Lapa». .

25) 18-I-1760

Sesmaria concedida a JOSE' DA SILVA TORRES, morador nesta Cidade, pelo governador *Gomes Freire de Andrada*, Conde de Bobadela, Comendador da Ordem de Cristo e do Conselho de S. Majestade, Mestre de Campo, General de seus Exércitos, Governador e Capitão General das Capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, Governador do Tribunal da Relação

---

* *Rodolfo Garcia* (in *Notas Complementares* a «Uraguai» Ed. Ac. Br. Letras — 1941 — pg. 114) mencionando os substitutos de Gomes Freire, durante suas ausências, cita *Patrício Manoel de Figueiredo*. Será o mesmo ?

da mesma Cidade, Comissário Principal e Plenipotenciário do dito Senhor para a Divisão de Limites da América Meridional e confirmada por El-Rei Dom José em 9/IX/1761.

LOCALIZAÇÃO:

«... terras devolutas no Sertão do Caminho das Minas, na quadra da Fazenda chamada o Sítio das Pedras para a parte do Nascente, cujas terras partiam pela a parte do Norte com os sertões e pelo Sul partem com os mesmos sertões gerais, e pela parte do Nascente partiam com terras incultas, e pela do Poente com Francisco Pereira de Melo... uma légua de terras em quadra na referida paragem, fazendo peão onde pertencer.. »

26) 18-I-1760

Sesmaria concedida a ANTÔNIO DA SILVEIRA GOLARTE, assistente na Freguesia de N. S. da Piedade de Inhomirim, termo desta Cidade, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*, Conde de Bobadela e confirmada por El-Rei Dom José em 30/VII/1761.

LOCALIZAÇÃO:

«... terras devolutas na sobrequadra do rio da Cidade da mesma Freguesia, para a parte do Nascente, cujas terras partiam pela parte do Norte e Sul e Nascente com matos gerais e maninhos e pela parte do Poente com as terras de Manoel Correia da Silva, em o rio chamado o Piabanha, que foram do defunto Capitão Francisco Muniz de Albuquerque e donde o dito Manoel Correia da Silva findou a sua quadra, queria se lhe concedesse na sobrequadra, uma légua de terra em quadra na referida paragem, fazendo peão donde pertencer.»

27) 19-XII-1760

Sesmaria concedida a BERNARDO CORREIA DE ARAUJO, morador na Freguesia de N. S. da Piedade de Magé, termo da Vila de Santo Antônio de Sá, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*,Conde de Bobadela e confirmada por El-Rei Dom José em 19/IX/1761.

LOCALIZAÇÃO:

«... no distrito da mesma Freguesia estavam devolutas uns sobejos de terras na Serra dos Órgãos, nos fundos e sertões das terras da Sesmaria de Antônio Antunes Sardinha e findavam no Caminho que vai da mesma freguesia para a fazenda que foi de João do Couto Pereira e partiam pela ilharga com outras de Sebastião dos Reis. Da Sesmaria concedida a João Barcelos poderão ter meia légua pouco mais ou menos, com uma légua de sertão se se achasse até o cume da mesma Serra águas vertentes para o rio Magé ou Guapi-Mirim»...

28) 19-XII-1760

Sesmaria concedida a MANOEL HENRIQUES DA FONSECA, morador nesta Cidade pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*, Conde de Bobadela e confirmada por El-Rei Dom José em 6/IX/1761.

LOCALIZAÇÃO:

«... era possuidor de uma Sorte de terras sitas em Inhomirim as quais houvera por compra que delas fizera à viuva e herdeiros do Dr. Eusébio Álvares Ribeiro compreendidas na Sesmaria concedida a Antônio da Fonseca, e porque no ano de 1754 se fizera uma medição a requerimentos do Capitão José Xa-

vier e Antônio Gonçalves Malta correndo o rumo da dita medição do Nordeste e quarta parte do Norte, e deste rumo para a parte do dito rio Inhomirim, ficando alguns sobejos que seria meia légua de terra que de uma banda partia com Damião Marques e seus herdeiros e pela parte de cima com Manoel Gonçalves Malta, ou quem de direito fôr e carecia delas para melhor comodidade de sua fazenda»...

29) 19-XII-1760

Sesmaria concedida a BERNARDO CORREIA DE ARAUJO, morador na Freguesia do N. S. da Piedade de Magé, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*, Conde de Bobadela, e confirmada por El-Rei Dom João V, em 19/IX/1761.

LOCALIZAÇÃO :

«... no distrito da mesma freguesia... na Serra dos Órgãos, nos fundos e Sertões das terras da Sesmaria de Antônio Antunes Sardinha e findavam no Caminho que vai da mesma freguesia para a fazenda que foi de João do Couto Pereira, e partiam pela ilharga com outras de Sebastião dos Reis, da Sesmaria concedida a João... Barcelos cujos sobejos poderão ter meia légua, pouco mais ou menos, com uma légua de Sertão se se achasse até o Cume da mesma Serra águas vertentes paria o rio Magé ou Guapi-mirim...»

30) 26-I-1761

Sesmaria concedida a JOSE' GONÇALVES RAINHO, morador no Caminho das Minas, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada,* Conde de Bobadela e confirmada por El-Rei Dom José em 3/XI/1761.

LOCALIZAÇÃO:

«... meia légua de terra ou uma das que partiam e confrontavam com as datas concedidas a João do Couto Pereira, Pedro Fagundes, confinando pela parte do Nascente com terras de Joaquim José Pegado e com as de Antônio da Silveira pela parte do Poente, cujas terras me pedia de Sesmario, se tantos sobejos houvessem, de fundo, e meia légua de testada».

31) 30-I-1761

Sesmaria concedida a JOSÉ LUÍS DE SOUSA, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*, Conde de Bobadela, e confirmada por El-Rei Dom José em 1º/XII/1763.

LEGISLAÇÃO:

«... em o Caminho de Inhomirim que vai para as Minas de serra acima pelo sertão dentro para a parte do Poente em uma quebrada que faz a Serra da Manga Larga pela qual passava o Rio Grande, chamado Fagundes e confrontavam pelo... e Poente com matas gerais e do Nascente pelos fundos da dita Serra da Manga Larga e pela parte do Norte com Leandro da Cruz Àlvares e João Batisto... e com quem mais deve .. de partir, e donde os ditos findarem»...

32) 21-II-1761

Sesmaria concedida a JOÃO RODRIGUES RIBEIRO, momorador no Caminho de Minas, termo desta Cidade, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*, Conde de Bobadela, e confirmada por El-Rei Dom José em 26/VIII/1761.

LOCALIZAÇÃO:

«... na quadra do Governo do Caminho do Couto, dentro do sertão para a parte do Nascente, cujas terras partiam para a parte do Norte com Bartolomeu dos Santos, pela parte do Sul com José Machado Teixeira e pela do Nascente e Poente com os sertões gerais... sendo a mencionada Sesmaria em terra de Minas no Caminho do Mar, se valerão no âmbito de uma légua em quadra».

33) 22-I-1762

Sesmaria concedida a FELIX MUNIZ BARRETO, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*, Conde de Bobadela, e confirmada por El-Rei Dom José em...

LOCALIZAÇÃO:

«... no sertão que vai de Inhomirim para as Minas, nos fundos onde acabar a data do Capitão Francisco Muniz de Albuquerque, que pedira na quadra do Capitão Luís Peixoto da Silva, se achavam mais matos e terras devolutas para o Nascente do Sol sem que pessoa alguma as tivesse pedido nem cultivado».

34) 11-II-1762

Sesmaria concedida a BOAVENTURA DA CRUZ ÁLVARES, morador da Freguesia de N. S. da Piedade de Inhomirim, termo desta Cidade, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada*, Conde de Bobadela, e confirmada por El-Rei Dom José em 29/X/1763.

LOCALIZAÇÃO:

«... terras devolutas na dita freguesia de Serra

Acima, em o Caminho que vai para as Minas, na sobrequadra das Araras por da parte do Poente, cujas terras partiam pela parte do Norte, Sul e Poente com matos gerais e maninhos e pela parte do Nascente com quem de direito for, e donde findar a quadra, queria o dito Suplicante na sobrequadra que se lhe concedesse uma légua de terras em quadra por Sesmaria, na referida paragem, fazendo peão donde pertencer como se praticava na forma das ordens de S.

35) 17-VII-1762

Sesmaria concedida a ANTONIO CORDEIRO DA SILVA, morador na Freguesia de Suruí, pelo mesmo governador *Gomes Freire de Andrada* e confirmada por El-Rei Dom José em em 10/III/1764.

LOCALIZAÇÃO:

«... nos sertões das sobrequadras das terras da Fazenna Caetano Borges, do caminho que vai desta Cidade por Inhomirim para as Minas Gerais, se achavam terras devolutas de matos incultos...

«uma légua em quadra para ir povoar na paragem chamada os Teixeiras para a parte do Nascente,confrontando para a parte do Poente com as terras da sobr. quadra da dita Fazenda de Caetano Borges, seguindo o rumo do Norte e Sul».

36) 11-I-1791

Sesmaria concdida a DIOGO MANOEL DO NASCIMENTO, por *Dom José de Castro*, Conde de Rezende, do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil e confirmada em nome da Rainha Dona Maria I, pelo Príncipe D. João, em 28/XII/1796.

LOCALIZAÇÃO :

«... na Freguesia de Inhomirim, distrito de Ser-Acima, da parte oriental, termo da Vila Nova de Magé, haviam terras devolutas entre quadras do falecido Domingos da Costa de Almeida e do Capitão Antônio Bernardo de Proença...»

37) 9-VIII-1791

Sesmaria concedida a JOSÉ DIOGO DE GUSMÃO, pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende*, e confirmada em nome da Rainha, pelo Príncipe Dom João em 8/I/1795.

LOCALIZAÇÃO :

«uns sobejos de terra para a parte da cachoeira do rio das Velhas que terão meia légua pouco mais ou menos... junto a uma fazenda chamada São Paulo que comprara a Antônio do Rosário, Viuva de José da Silva Pereira e aos herdeiros seus filhos, sita na Freguesia de N. S. da Piedade de Inhomirim»...

38) 25-VIII-1795

Sesmaria concedida ao BACHAREL FRANCISCO NUNES PEREIRA, morador na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende,* e confirmada, em nome da Rainha, pelo Príncipe Dom João, em 26/XI/1797.

LOCALIZAÇÃO :

«... haverem bastantes terras devolutas no sertão do Rio Preto, Distrito da Noua Vila de Magé para a parte oriental na quadra da Sesmaria concedida a Germano Luís Lisboa... uma légua de terras de testada com duas de sertão, para nela estabelecer uma Fazenda de cultura e criação... essa Data onde

findar a Sesmaria do dito Lisboa, com a qual ficava confrontando para a parte do Poente, e para a parte do Nascente, do Norte e Sul, ficava confrontando com sertões incultos, fazendo pião onde mais conveniente e cômodo lhe for».

39) 6-IV-1797

Sesmaria concedida ao AJUDANTE JOSÉ CORREIA RANGEL DE BULHÕES, pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende*, confirmada pelo Príncipe Regente Dom João em 24/XI/180).

LOCALIZAÇÃO:

«Nos sertões do Rio Preto, terras devolutas nos fundos da Sesmaria concedida proximamente ao Doutor José de Azevedo Nunes a qual era de uma légua em quadra... fazendo esta nos fundos da dita Sesmaria e duas para o Sertão, cujas terras são sitas no distrito da Vila de Magé».

40) 6-V-1797

Sesmaria concedida ao CAPITÃO LOURENÇO DE SOUSA MEIRELES, pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende*, e confirmada, em nome da Rainha, pelo Príncipe Dom João, em 24/XI/1799.

LOCALIZAÇÃO:

« .. nos sertões do Rio Preto, termo da Vila de Magé, alem da Sesmaria concedida ao Alferes Antônio José Ferreira de Abreu, havia terras devolutas... uma légua de terras de testada com os sertões que se acharem, contestando com os Hereos que ali houverem».

41) 9-V-1799

Sesmaria concedida ao CAPITÃO JOAQUIM DE SOUSA MEIRELES, pele mesmo Vice-Rei *Conde de Resende*, e confirmada, em nome da Rainha, pelo Príncipe Dom João, em 2/IV/1799.

LOCALIZAÇÃO :

«... Identicas a anterior».

42) 30/V/1797.

Sesmaria concedida a DAMASO MOREIRA DE CARVALHO. pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende*, e confirmada em nome da Rainha pelo Príncipe Dom João em 2/IV/1799.

LOCALIZAÇÃO .

«... nos sertões do Rio Preto, termo da Vila de Magé... meia légua de terras de testada com os sertões que se achar».

43) 6-VI-1797

Sesmaria concedida a JOSÉ DE SOUSA SANTOS, pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende*, e confirmada, em nome da Rainha, pelo Príncipe Dom João em 13/III/1799.

LOCALIZAÇÃO :

«... nos sertões do Rio Preto, termo da Vila de Magé, havia terras devolutas... uma légua de terras de testada com os sertões que se achar... (a carta de confirmação concede apenas meia légua de terras de testada com outra meia légua de fundo na paragem acima declarada e com as confrontações que lhe

pertencerem) justificando com a alegação da Câmara da Vila de Magé, «que como de próximo se tinha pedido muitas terras no sítio do Rio Preto, que pouco distava da Cidade».

44) 12-VI-1797

Sesmaria concedida ao TENENTE BENTO JOSÉ DE MAGALHÃES BASTOS, pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende,* e confirmada, em nome da Rainha, pelo Príncipe Dom João em 2/IV/1799.

LOCALIZAÇÃO :

«... nos sertões do Rio Preto, termo da Vila de Magé... uma légua de terras de testada com os sertões que se achassem para o dito fim.»

(Informou, igualmente, a mesma Câmara: «haverem terras devolutas por serem bastante longe aqueles sertões... que como eram muito continuos os requerimentos para Sesmaria no sítio do Rio Preto... e como a população vai em conhecido aumento, lhe parecia só se conceder ao Suplicante meia légua de testada com outra de fundos...»

45) 30-VIII-1697

Sesmaria concedida ao TENENTE JOAQUIM DA SILVA MARQUES, pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende,* e confirmada pelo Príncipe Regente Dom João em 7/I/1800.

LOCALIZAÇÃO :

«... meia légua de terras de testada e outra de fundo... no caminho de Minas...»

46) 23-I-1798

Sesmaria concedida a DOMINGOS ALVES FERREIRA,

morador nesta cidade, pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende,* e confirmada pelo Príncipe Regente Dom João em 11/II/1800.

LOCALIZAÇÃO:

«... que ele comprara pelo título que juntava, ao capitão José Faustino de Abreu Lima e sua mulher uma sorte de terras na Freguesia de N. S. da Piedade do Inhomirim, 590 braças de testada, correndo esta pelo rio do Inhomirim, partindo pela parte de baixo com os herdeiros de Jerônimo Martins Brito, e pela parte de cima com os de João Martins Brito com os Sertões que lhe competir, de cujas terras estava o Suplicante de posse e estiveram seus antepassados pelos ditos títulos por mais de sessenta anos, e como na forma das Reais Ordens não se podia possuir terras, sem título de sesmaria...»

47) 1-III-1798

Sesmaria concedida a FRANCISCO XAVIER DA CRUZ, pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende,* e confirmada pelo Príncipe Regente Dom João, em 19/XI/1800.

LOCALIZAÇÃO:

«... nos sertões do Rio Preto, distrito da Vila de Magé, uma légua de terra em quadra, fazendo testada nos fundos da Sesmaria de Manoel Lourenço, ladeando com a Sesmaria concedida ao Ajudante José Correia Rangel...»

48) 22-III-1798

Sesmaria concedida ao CAPITÃO INÁCIO DE SOUSA WERNECK, morador na Freguesia do Alferes de Serra Acima pelo mesmo Vice-Rei *Conde de Resende*, e confirmada pele Príncipe Regente Dom João em 30/IX/1805.

LOCALIZAÇÃO :

«... nos fundos de José Álvares na mesma Freguesia, se achavam algumas terras incultas e devolutas que partem pela parte do Norte com a Sesmaria de Manoel Azevedo Ramos, e pelo Poente com terras do Guarda-mor Geral Fernando Dias Pais Leme da Câmara... meia légua de terras de testada com o sertão que se achar... principiando aonde acabar a Sesmaria dos ditos Domingos Gonçalves e José Álvares, correndo o Sertão para o Oeste»...

49) 26-VI-1798

Sesmaria concedida ao AJUDANTE JOÃO PINTO COELHO DE SOUSA, morador na Fazenda do Governo em cima da Serra, na Freguesia de Inhomirim, pelo mesm Vice-Rei *Conde de Resende,* e confirmada pelo Príncipe Regente Dom João, em 10/I/1800.

LOCALIZAÇÃO :

«... nos fundos da Sesmaria que tirara o falecido Antônio Cordeiro da Silva, nos sertões do rio Piabanha, para a parte oriental da dita Freguesia de Inhomirim... uma légua de terras de testada com outra de sertão para os fundos... principiando a sua medição onde findar a Sesmaria concedida ao dito falecido Antônio Cordeiro da Silva e hoje de quem pertencer, com a qual se fica divisando para a parte do Poente e para o Sul se divisa com a Sesmaria de Manoel Fernandes Pertence, e para o Nascente e Norte se divisa com Sertão inculto»...

50) 10-VI-1799.

Sesmaria concedida a JOSÉ ÁLVARES BASTOS, pelo

mesmo Vice-Rei *Conde de Resende*, e confirmada pele Príncipe Regente Dom João em 8/VII/1805.

LOCALIZAÇÃO :

«... uma sorte de terras situada na quadra de Valério Gomes da Silveira, Freguesia de Inhomirim da Serra dos Órgãos assim em terreno que comprara a Luís Álvares da Cunha por não ter título de Sesmaria e querer possuir o mesmo Sítio com ordens e por concessão de S. Majestade... necessitava se lhe concedesse terras que se acharem entre Dona Paula e o falecido Joaquim José Pegado, que eram pouco mais ou menos oitocentas e tantas braças segundo a medição futura (?) da testada com o Sertão que se achar...»

51) 5-III-1803

Sesmaria concedida a LUÍS DA SILVA FRANÇA, por *Dom Fernando José de Portugal*, do Conselho de S. A. Real, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, e confirmada pelo Príncipe Regente Dom João em 2/VII/1805.

LOCALIZAÇÃO :

«... uma légua de terras em quadra na Freguesia de N. S. da Conceição do Alferes de Serra Acima, como constava de (ilegivel) a carta de Sesmaria passada pelo Conde de Resende... que na dita Freguesia se achava uma porção de terras incultas e devolutas que confrontavam pelo Nascente com as Sesmarias concedidas ao Capitão Inácio de Sousa Werneck e Alferes Francisco Peixoto de Lacerda, pelo Norte com a Sesmaria de Manoel Azevedo Ramos e pelo Poente e Sul no sertão devoluto com quem direitamente pertencer»...

52) 24-VI-1804

Sesmaria concedida a ANA DELFINA DE MONTES, por *Dom Fernando José de Portugal,* Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, do Conselho de S. A. Real, e confirmada pelo Príncipe Regente Dom João em 3/VI/1805.

LOCALIZAÇÃO :

«... nas margens do Paraiba em Serra Acima, da parte do Nascente, indo e seguindo para o rio, pelo Caminho Novo que abriu o Bacharel Francisco Nunes para a sua Fazenda do Rio Preto, atravessando-se este e seguindo para o dito rio da Paraiba por sertões incultos como são os que ficam desde aquela Fazenda até a Paraiba da parte do Sul, uma légua de terras em quadra, na margem do referido rio, da parte do Sul, fazendo nele testada, e os fundos para o sertão, confrontando com o outro Sesmeiro que se achar naquele lugar, pela parte do Poente, e pela parte do Nascente e Sul com sertões incultos...»

53) 20-XI-1804

Sesmaria concedida ao CAPITÃO JOSÉ ANTÔNIO BARBOSA, morador na Freguesia de Inhomirim de Serra Acima, Caminho de Minas, termo desta Cidade, pelo mesmo Vice-Rei *Dom Fernando José de Portugal,* e confirmada pelo Príncipe Regente Dom João em 9/IX/1805.

LOCALIZAÇÃO :

«... em terras da Sesmaria denominada de S. Lourenço e as de José Pereira da Silva se achava uma porção de terras devolutas em 280 braças de testada somente, e uma légua de fundos... principiando a

testada onde finda a Sesmaria de S. Lourenço e acabar no Marco da Vila de... (ilegivel) correndo rumo da testada a Norte e Sul e os fundos a Leste para o rio Piabanha»...

54) 23-I-1807

Sesmaria concedida a BÁRBARA ROSA DE MONTES, por *Dom Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos,* do Conselho de S. Alteza Real, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, e confirmada pelo Príncipe Regente Dom João, em 21/VII/1807.

LOCALIZAÇÃO:

«... na margem do rio Paraiba abaixo, em Serra Acima, da parte do Sul, buscando o Nascente meia légua de terras em quadra, fazendo testada nos fundos da Sesmaria que pediu a Inácio Nunes de Montes partindo pelo Poente com Joana Delfina de Montes e pelo Nascente com quem de direito fôr».

CLADO RIBEIRO DE LESSA

NASCIMENTO E BATIZADO DO PRÍNCIPE DO GRÃO-PARÁ

NASCIMENTO E BATIZADO DO PRÍNCIPE DO GRÃO-PARÁ

PETRÓPOLIS, 15-10-1875
RIO DE JANEIRO, 2-12-1875 (*)

Augustíssimo Snr. D. Pedro,
Exmo. Snr. Prefeito Municipal,
Reverendíssimo Snr. Vigário,
Snr. Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis,
Minhas Senhoras,
Meus Senhores:

A convite do Dr. Henrique Leão Teixeira Filho, ilustre Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, do Dr. Alcindo Sodré, não menos ilustre 1º Secretário, e cumprindo um dever imposto à solicitação da amizade, obrigação à qual não seria lícito furtar-se quem, como eu, está ligado aos referidos senhores pelo tríplice laço da identidade de idéias e aspirações, formação de espírito, e profundo reconhecimento, acho-me hoje perante vós afim de prestar o meu insignificante tributo à comemoração anual da data em que em Petrópolis foi elevada à categoria de Cidade.

Nesta tribuna já se fizeram ouvir com brilho e superior conhecimento dos temas escolhidos para suas explanações

(*) Palestra realizada no Instituto Histórico de Petrópolis, no salão do Grupo Escolar D. Pedro II, a 29 de setembro de 1942.

Não posso deixar de consignar aqui meus agradecimentos à obsequiosida denunca desmentida do meu particular amigo Snr. Francisco Marques dos Santos, que dirigiu, na Secção de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional, a cópia do noticiário referente ao assunto desta palestra inserto nos periódicos da época, o qual constitue a base principal do trabalho.

os Snrs. Drs. Ascânio Dá Mesquita Pimentel, que dissertou sobre o fato histórico que hoje comemoramos, Mário Aloísio Cardoso de Miranda, que, aliando aos dotes do cronista as qualidades de inspirado orador de todos conhecidas, desdobrou o panorama social de Petrópolis na mesma época, e, finalmente, meu particular amigo Cláudio Ganns, que abordou o estudo das iniciativas do Visconde de Mauá ligadas à vida e ao engrandecimento da Cidade Imperial. Com muito inferiores títulos aos do que me precederam optei por um assunto como outro não poderá existir mais grato aos petropolitanos, justamente ciosos das aristocráticas tradições do seu torrão natal: o nascimento e o batizado do augusto conterrâneo S. A. I. o Snr. Dom Pedro de Orleans e Bragança, Príncipe do Grão-Pará, e a repercussão que tiveram na época estes faustosos acontecimentos. Que a grandeza da matéria e a benignidade da culta assistência possam, uma suprir, e a outra relevar a escassez de dotes de quem vos fala é o meu único desejo.

Ao iniciar-se o ano de 1875 não estava ainda assegurada a sucessão ao trono brasileiro na linha primogênita, a da Princesa Imperial D. Isabel, consorciada mais de dez anos antes com S. A. R. o Snr. Luís, Felipe, Fernando, Maria, Gastão de Orleans, Conde d'Eu Netos do Imperador D. Pedro II, até o momento apenas existiam os filhos dos Duques de Saxe, a saber:

a) — D. Pedro, Augusto, Luís, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, nacido a 19 de março de 1866 no Rio de Janeiro;

b) — D. Augusto, Leopoldo, Felipe, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, nacido a 6 de dezembro de 1867, em Petrópolis;

c) — D. José, Fernando, Francisco, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, nacido a 21 de março de 1869 no Rio de Janeiro;

d) — D. Luís, Gastão, Clemente, Maria, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, nacido a 15 de setembro de 1870 em Ebenthal, na Áustria.

Em começos de 1875 propagou-se jubilosamente a feliz nova. Esperava-se o nacimento do segundo herdeiro do trono imperial, aquele a quem caberia, pela constituição do Brasil, o título de Príncipe do Grão-Pará. A alegria de Sua Majestade o Imperador, apezar da calma e nobre discreção com que manifestava seus sentimentos, era imensa. Em meio às absorventes ocupações de chefe de Estado, no momento acrescidas com a questão dos bispos, os preparativos da exposição nacional desse ano, precursora da representação do Brasil no grande certame de Filadélfia, a realizar-se em 1876, e os planos da excursão aos Estados Unidos e à Europa, achava lugar para, em carta ao seu amigo e assíduo correspondente o Conde de Gobineau, escrita a 15 de setembro, um mês exatamente antes do grande dia, comunicar-lhe o evento de família, anciosamente esperado: «Minha filha vai indo bem em Petrópolis e espero dar vos em breve a feliz notícia»...

Desde fins de setembro encontrava-se no Brasil o ilustre obstetra francês professor Depaul, chamado especialmente de Paris para assistir a Princesa Imperial, acompanhado de uma experimentada enfermeira (1).

A escolha do especialista francês fora encarada com certa prevenção pela imprensa indígena. Interpretavam-na como um menospreço à competência dos médicos brasileiros, um dos quais, o Dr. Luís da Cunha Feijó, Visconde de Santa Isabel, consumado obstetra, médico do Paço e catedrático da Faculdade de Medicina da Corte, estava naturalmente indi-

---

(1) — O Prof. Depaul desembarcou no Rio a 24 de setembro, trazendo em sua companhia a esposa, um filho, e a enfermeira Soyer (Cf. «Hermes Vieira: *A Princesa Isabel no cenário abolicionista do Brasil, 1941. S. Paulo Editora Limitada*», pg. 231).

cado para abrir as portas do mundo ao augusto continuador da dinastia. A Princesa Imperial, no entanto, de quem partira a escolha do Dr. Depaul, tinha as melhores razões para fundamentá-la: otimamente aconselhada pelo especialista parisiense durante sua estadia, dois anos antes, na Europa, seguira um tratamento do qual resultara a ardentemente desejada concepção, mas, infelizmente, não a viabilidade da princesinha natimorta que depois tivera. O Conde d'Eu sentia bem que lhe atribuiriam, dada a nacionalidade de origem, a escolha do Dr. Depaul. Fez sentir à esposa a delicadeza de sua situação; não podia, nem deveria, porem, insistir em matéria em que o único juiz é a confiança pessoal, no caso amplamente justificada. E, no entanto, daste fato resultou boa parcela da impopularidade que tão injustamente perseguiu durante o segundo reinado o grande patriota brasileiro Gastão de Orleans, a quem, tardiamente embora, se fez a devida justiça! A memória das multidões é curta como a sua inteligência, e em 1875 já não se lembravam os amesquinhadores do grande príncipe da coragem e sofreguidão com que o neto de S. Luís, resistindo estoicamente aos carinhosos empenhos da esposa, e renunciando ao conforto do lar, correra para os campos inhóspitos do Paraguai, arriscando a saude e a vida em holocausto à patria de adoção!

Enfim,... na manhã do dia 15 de outubro, uma sexta-feira, festivas girândolas iluminaram às 4 horas e cinquenta minutos os ceus da cidade serrana, e 10 minutos mais tarde o veador ao serviço de SS. AA. (2) transmitia pelo telégrafo para o Rio a grande notícia: «S. A. I. acaba de dar à luz um príncipe».

---

(2) — O 2º Conde de Lages, Alexandre Vieira de Carvalho, segundo se poderá ver no *Almanack Laemmert* de 1875. O referido titular exercia essas funções desde o casamento da Princesa Imperial

Comentando o auspicioso acontecimento «O Globo» na edição do dia imediato fielmente interpretava a alegria nacional nos tópicos seguintes:

«Esta agradavel notícia não pode deixar de ser recebida com júbilo pela população do Império, que neste fato vê mais uma garantia da unidade governamental, que t m de fazer feliz a nossa pátria.

.....

E como é certo, que os nobres sentimentos da família não são diversos, junto ao trono, dos da mais pobre choupana, saudamos a SS. AA. por terem um penhor de sua felicidade conjugal no augusto recemnacido; fazendo os mais ardentes votos para que a sua vida seja poupada, e assim possam gozar a ventura do lar doméstico.

Não foi sem maior sofrimento que a princesa se tornou mãe, mas graças à ciência que velava junto ao seu leito, seus dias parecem garantidos, salvo algum caso imprevisto.»

Realmente, a Princesa sofrera bastante como uma *delivrance* forçada que durou três horas, e após tudo isso o Dr. Depaul, coadjuvado eficientemente pelo Visconde de Santa Isabel, que, a pedido do Imperador, solícito acorrera a prestar seus serviços nesse momento de apreensões para a Casa Imperial e o Brasil, apenas tinha nos braços um recemnacido quasi asfixiado, e que só graças a enérgica ginástica respiratória e à custa de insuflações de ar feitas bôca a bôca, conseguira respirar! Não possuía naquele tempo o arsenal terapêutico os recursos das insuflações de oxigênio, por meio de balões ou tendas, e os preparados cardiotônicos injetaveis, de tanta eficácia em tais casos, e hoje ao alcance dos lares mais modestos! À competência e devotamento inexcediveis

dos dois ilustres obstetras, um dos quais nosso compatriota (3), e cuja descendência em nada degenerou dos seus méritos, deveu o Brasil a vida do penhor de sua futura felicidade,o grande príncipe que tivemos a ventura de conhecer, e ainda vive na nossa saudade. Como é de uso nos casos em que a vida dos recemnacidos periga S. A. I. foi batizado com a dispensa dos ritos e formalidades admitida pela igreja católica.

A 17 publicava o mesmo jornal uma notícia transmitida de Petrópolis com data de 15:

«Desde que as girândolas anunciaram o feliz nacimento do príncipe, transluz em todos os semblantes a mais sincera alegria.

Hoje pelas seis horas da tarde foi celebrado um *Te-Deum* em ação de graças pelo grande benefício que acabamos de receber com o nacimento de um príncipe, que há de corresponder às excelsas virtudes da nossa sereníssima princesa imperial, por cuja duradoura vida e do seu precioso fruto fazemos os mais ardentes votos.

---

(3) — Como todas as individualidades fora do comum o Visconde de Santa Isabel dispunha de numeroso cortejo de invejosos e detratotores. Um deles,o Dr. Carolino Francisco de Lima Santos,cujo renome profissional não ultrapassou o pequeno círculo dos contemporâneos que o conheceram pessoalmente, animou-se a publicar uma longa verrina no «Jornal do Comércio» de 27 de outubro de 1875, pondo em dúvida a competência técnica do Dr. Feijó, e censurando-lhe a *petulância* de antepor seu nome ao do obstetra francês nos boletins de saude. E, no entanto, o único que se poderia ressentir com isso, o professor francês, nas notas que forneceu ao redator do *Figaro* a respeito de suas atividades no Brasil, notas que, aliás,não poupa o que chama *despeito* dos médicos brasileiros, faz plena justiça à impecavel ética profissional e à correção de maneiras do Dr. Feijó. O Dr. Lima Santos não foi o primeiro nem seria o último a querer ser mais realista que o rei. Quanto a Depaul, sobravam-lhe motivos para estar satisfeito. *Il avait fait son Amérique*, e alem dos bons honorários e todas as despesas pagas, levou de volta cerca de 15.000 francos provenientes de consultas à clientela particular que pressurosamente correu ao seu consultório durante a curta estadia que teve no nosso país.

O *Te-Deum* foi muito concorrido, apezar da chuva.

Assistiram a esse ato religioso SS. MM. Imperiais, Ministro do Império, Presidente da Província do Rio de Janeiro, Visconde do Rio Branco, Semanários da Casa Imperial, Presidente da Câmara Municipal e outras autoridades e pessoas gradas».

Começaram a chover os telegramas de felicitações:

«A Diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em nome do comércio desta praça, felicita Sua Alteza a serenissima Princesa Imperial e seu augusto esposo pelo feliz e auspicioso nacimento de sua Alteza o Príncipe Imperial. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1875. Dr. Caetano Furquim de Almeida, Presidente»;

«Os corretores da praça do Rio de Janeiro respeitosamente se associam ao júbilo da Família Imperial pelo feliz nacimento do augusto Príncipe do Grão-Pará».

Os funcionários da Caixa de Amortização não ficaram atraz, telegrafando ao Conde d'Eu:

«Felicitam a Vossa Alteza e à sereníssima Princesa Imperial pelo nacimento do Príncipe do Grão-Pará, acontecimento que enche de júbilo o país inteiro».

A «Gazeta de Notícias» de 16 de outubro, donde extraimos a íntegra dos telegramas, achou que, tratando-se tudo de manifestações do comércio e financeiras, depois de noticiar o fechamento da praça, a 1 hora da tarde, em sinal de regosijo, não ficaria mal informar o público, no mesmo tópico «de que os bancos tinham retirado a taxa de 27 1/2 d. sobre Londres,em vista de faltarem no mercado letras particulares».

As repartições públicas e a Câmara Municipal suspenderam os trabalhos, arvoraram a bandeira nacional, e à noite

exibiram as fachadas iluminadas por linhas de bicos de gás (4).

O «Jornal do Comércio» de 17 traz uma notícia mais circunstanciada das manifestações de regosijo público que tiveram lugar em Petrópolis, reproduzida do «Mercantil» da véspera :

«Logo que se verificou o feliz sucesso foi anunciado por três girândolas lançadas da Câmara Municipal e poucos momentos depois subiram ao ar numerosa quantidade de foguetes lançados por diversos particulares, repicando nessa ocasião os sinos da nossa Matriz, anunciando tudo o grande regosijo do povo petropolitano por tão faustoso acontecimento.

Estiveram presentes ao ato do nacimento SS. MM. Imperiais, S. A. Imperial o Conde d'Eu, o Revmo. Bispo do Rio de Janeiro, o Ministro do Império, os camaritas que se acham de semana, as damas de Sua Majestade a Imperatriz e as de S. A. Imperial.

Foram médicos assistentes de S. A. Imperial os Drs. Visconde de Santa Isabel e Depaul.

Às oito e meia horas da manhã celebrou-se na nossa Matriz uma missa em ação de graças, à qual assistiram a Família Imperial e grande número de pessoas particulares.

Às seis horas da tarde houve na mesma Matriz um *Te-Deum*, tambem em ação de graças, mandado celebrar pelo

---

(4) — O regosijo entre os brasileiros então fora do país não foi menor que o dos residentes no Império. Por uma *Correspondência* de Buenos Aires, datada de 26 de outubro e publicada no «Jornal do Comércio» de 2 de novembro, vê-se que os principais membros da colônia brasileira na capital argentina se dirigiram à nossa legação afim de manifestar o seu júbilo perante o encarregado de negócios Comendador Fleury.

As manifestações da imprensa argentina, no entanto, destoaram completamente das dos leais brasileiros. Num artigo sob o título *Les rois s'en vont* o «Nacional» achou que devia dar arras de seu republicanismo vulgar e de mau gosto, fazendo algumas considerações despeitadas sobre a Família Imoerial e a situação política do Brasil no momento. Os argentinos, como em geral todos os hispanos-americanos, jamais perdoaram à Casa Imperial do Brasil a situação de hegemonia no continente que soube conquistar e manter para o seu país.

Revmo. Bispo do Rio de Janeiro, com assistência de SS. MM. Imperiais e S A. o Conde d'Eu, alguns funcionários públicos e grande concurso de pessoas do povo.

Durante o dia esteve todo embandeirado o edifício da Câmara Municipal e outros, à noite iluminaram-se todos os edifícios públicos e particulares, o que se repetirá hoje e amanhã.

Na Fábrica de Tecidos de S. Pedro de Alcântara deram durante o dia três salvas de 21 tiros cada uma.

Consta-nos que amanhã à tarde terá lugar um pomposo *Te-Deum* mandado celebrar pela nossa Câmara Municipal, pelo mesmo acontecimento.

Coube à Cidade de Petrópolis a honrosa glória de servir de berço ao príncipe recem-nacido, o qual, graças à Divina Providência, acha-se até esta hora sem novidade alguma.

S. A. a Princesa Imperial, até à hora em que escrevemos estas linhas acha-se nas melhores condições e não inspira receio algum.

O Presidente da Província acha-se atualmente nesta cidade».

Nos dias seguintes limitaram-se os jornais a inserir os boletins médicos do puerpério, felizmente tranquilizadores, e que o público lia com interesse e prazer muito compreensíveis:

«Petrópolis, 17 de outubro, às oito horas e vinte minutos da noite. SS. AA. a Princesa Imperial e o Príncipe recem-nacido continuam a passar perfeitamente bem».

Dia 18: «Suas Altezas a Princesa Imperial e o Príncipe recem-nacido teem passado sem novidade».

Dia 19: «Continua muito satisfatório o estado de saude de SS. AA. a Princesa Imperial e Príncipe recem-nascido — Visconde de Santa Isabel — Professor Depaul».

Finalmente, no dia 20 o «Jornal do Comércio» inseria uma comunicação dissipadora das últimas apreensões, em seguimento ao boletim dos Drs. Feijó e Depaul:

«Não tendo felizmente havido alteração nenhuma na preciosa saude de SS. AA. suspende-se a publicação de boletins.»

Na mesma folha encontram-se ainda os seguintes écos comemorativos:

«*Donativo* — SS. AA. o Conde e a Condessa d'Eu mandaram entregar ao tesoureiro da Caixa Hortícula de Petrópolis o importante donativo de 1:000$000 a favor da mesma caixa».

«*Estrada de Ferro de Petrópolis*: Com o consentimento de SS. AA. o Conde e Condessa d'Eu foi dado o nome de Príncipe do Grão-Pará à nova barca de passageiros que o Snr. Taves está construindo para esta companhia.»

A Estrada de Ferro de Petrópolis, grandiosa iniciativa do gênio empreendedor de Irineu Evangelista de Sousa, tambem passou, algum tempo depois, a se denominar *Príncipe do Grão-Pará*.

A 30 de outubro SS. MM. regressaram para o Paço de S. Cristóvão. A Princesa Imperial, todavia, ainda permaneceu em Petrópolis com o augusto rebento, cuja saude era magnífica. D. Pedro II já comunicara ao amigo distante, o Conde de Gobineau, então em Stockolmo, o nacimento do netinho e futuro afilhado nestas palavras de cesárea concisão:

«Snr. Conde. Eis-me feliz. Minha filha deu à luz uma linda criança. Já o deveis saber. Estão passando ambos admiravelmente bem».

Tratava-se agora de celebrar solenemente o batismo do Príncipe do Grão-Pará, uma vez que o ato realizado *in articulo mortis* carecia de revalidação canônica e assim o requeriam o alto decoro da Casa Imperial e da Nação Brasileira. Foi marcada a cerimônia para o dia 2 de dezembro, aniversário de S. M. o Senhor Dom Pedro II, e que seria tambem a data da inauguração da Exposição Nacional, de cuja comissão organizadora era Presidente o Conde d'Eu. Os objetos expos-

tos, produtos naturais, agrícolas e industriais de 16d as 20 Províncias que compunham o Império, não tendo chegado a tempo, pelas dificuldades de comunicações, a contribuição das demais, destinavam-se ao pavilhão brasileiro na Exposição de Filadélfia, a realizar-se naquela cidade no ano imediato para comemorar o Centenário da Independência norte-americana. O Brasil concorreu tambem literariamente ao certame com valiosos trabalhos ainda hoje clássicos, entre eles «O Selvagem», de Couto de Magalhães, magnífico estudo etnográfico, sociológico, folclórico e linguístico dos povos tupi-guaranís, e o «Ano Biográfico Brasileiro» de Joaquim Manoel de Macedo, simultaneamente editado em português e inglês,e destinado a fornecer uma idéia completa dos valores humanos de nossa pátria desde os tempos coloniais.

O primogênito dos Condes d'Eu era o 2º titular do principado do Grão-Pará, que a constituição do Império destinara para o sucessor do trono em segundo grau, e correspondia, na dinastia brasileira, ao título de Príncipe da Beira da Casa Real Portuguesa. Pelo tratado de reconhecimento da Independência e do Império, assinado no Rio de Janeiro a 29 de agosto de 1825 e ratificado por D. João VI, reservara este para si o título nominal de *Imperador*, cedendo a seu filho D. Pedro os direitos sobre o Brasil. Nessas condições, não possuindo ao tempo os soberanos reinantes do império americano filho varão, cabia o principado do Grão-Pará à primogênita D. Maria da Glória, que o conservou até à morte de seu augusto avô, a quem sucedeu no trono português com o nome de D. Maria II por abdicação de seu pai, D. Pedro IV na série dos monarcas daquela nação. Na geração seguinte da Casa Imperial não houve Príncipe do Grão-Pará, pois o primogênito de D. Pedro II e D. Teresa Cristina Maria, D. Afonso, veiu ao mundo dez anos após a morte do Herói do Ipiranga, e durante sua efêmera existência teve o título de Príncipe Imperial.

No número de 5 de novembro o «Jornal do Comércio» adiantava sem garantia de certeza que o Príncipe do Grão-Pará, cujo batizado se realizaria a 2 de dezembro se, *como se esperava*, o estado de saude de S. A. a Princesa Imperial lhe permitisse voltar a tempo para a corte, receberia na pia o nome de Pedro, tendo por padrinhos seus augustos avós os Imperadores do Brasil.

A vinte do mesmo mês realizava-se com o mais completo êxito a viagem de experiência da nova barca *Príncipe do Grão-Pará*, um elegante vapor medindo 140 pés ingleses de comprimento, 15 de boca e 4,5 de calado, e que deslocava-se com a velocidade, para o tempo notavel, de 12 nós. Fez o trajeto dos estaleiros de Paul Taves até a estação de Mauá em cerca de uma hora e às 3 3/4 da tarde largava os passageiros de regresso na estação da Prainha.

Sucediam-se febrilmente os preparativos para a grande cerimônia. As Câmaras Municipais próximas nomeavam comissões para representá-las nesse ato, e, a 23 de novembro o «Jornal do Comércio» divulgava os nomes dos Snrs. Conselheiro Paulino José Soares de Sousa, Dr. Antônio Cândido da Cunha Leitão, Dr. Jerônimo Máximo Nogueira Penido Jr. e Antônio André Lino da Costa, pela de Macaé; e Drs. Antônio Paulino Soares de Sousa, Antônio Cândido da Cunha Leitão e Tenente-Coronel Joaquim Antônio Lobato de Vasconcelos, por S. João da Barra.

O problema da circulação não foi esquecido. Devendo realizar-se o batizado na Capela Imperial os jornais de 1° de dezembro davam à publicidade as determinações do edital do Chefe de Polícia da Corte:

«Fica proibido o trânsito de quaisquer carros ou carroças pelas ruas de S. Pedro e Primeiro de Março, desde as nove horas da manhã, até que por elas passem SS. MM. II. e SS. AA. e bem assim pelas de S. José e Assembléia, desde aquelas horas até depois da celebração do referido ato, exceptuando-se os que conduzirem as pessoas que teem de

comparecer ao mesmo ato, sendo destinadas a de S. José para os carros das ditas pessoas que se dirigirem para o Paço e a da Assembléia para as que deste regressarem».

O «Diário do Rio de Janeiro» de 1º de dezembro publicou o programa das festividades do dia seguinte. Alem do batizado a ter lugar às 11 horas da manhã haveria um *Te-Deum* em ação de graças pela cerimônia que se ia celebrar, e tambem pelo aniversário do Imperador, que completava justamente meio século de existência, cortejo no Paço da Cidade, e, à tarde, a Inauguração da 4ª. Exposição Nacional.

Para aqueles que, como o modesto orador, não tiveram a felicidade de nacer nos tempos do Brasil Imperial, e por isso, só por meio de leituras podem fazer uma idéia pálida dos aristocráticos cerimoniais do antigo regimem, será certamente de grande prazer ouvir a exposição do protocolo seguido para o recebimento no seio da Igreja Católica, do Príncipe D. Pedro de Alcântara.

Publicou-o pormenorizadamente o «Diário do Rio de Janeiro» de 1º de dezembro de 1875, elaborado que foi pela terceira diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império:

«PROGRAMA QUE SE DEVE SEGUIR NA SOLENIDADE DO SUPRIMENTO DOS RITOS E CERIMÔNIAS DO BATISMO DE SUA ALTEZA IMPERIAL O PRÍNCIPE DO GRÃO-PARÁ, FILHO DE SUAS ALTEZAS A SERENÍSSIMA PRINCESA IMPERIAL E O CONDE D'EU.

A solenidade dos ritos e cerimônias de batismo, omitidas quando foi privadamente batizado em perigo de vida Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará, realizar-se-á no dia 2 de dezembro próximo vindouro, na Capela Imperial, e haverá nesse dia as salvas, repiques e luminárias do costume.

No dia indicado colocar-se-ão dentro da igreja no lugar conveniente, sobre uma mesa coberta de veludo verde, em uma bandeja dourada, a veste cândida, em um prato dourado a coroa de Massapão, guarnecida de pastilhas, e em outro

prato maior tambem dourado, um círio lavrado e ornado de ouro, em torno do qual estarão cravadas, em forma de cruz, quatro peças de 10$000, havendo, alem disto, sobre a mesa três toalhas, de que se hão de servir as pessoas que tiverem de conduzir aquelas insígnias.

Em outra mesa, dentro da igreja, estarão o sal, a toalha rica e o auto do batismo, que, concluida a cerimônia religiosa, será lido pelo Ministro do Império (5).

---

(5) — Transcrevemos a seguir o auto de batismo publicado no «Jornal do Comércio» de quarta-feira, 8 de dezembro de 1875 :

«Ano do nacimento de Nosso Senhor Jesús Cristo de 1875, aos dois dias do mês de dezembro, nesta Cadetral e Imperial Capela da muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, ocupando o trono o muito alto e muito poderoso Snr. Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil e S. M a Imperatriz Snra. Dona Teresa Cristina Maria, tomando lugar competente o Reverendíssimo Bispo Capelão-mor, e achando-se na mesma Catedral e Imperial Capela reunidos os Ministros e Secretários de Estado, Conselheiros de Estado, grandes do Império, Oficiais-moros, oficiais e mais pessoas da corte e Casa Imperial, Senadores e Deputados, Corpo Diplomático Estrangeiro, membros dos Tribunais da Corte e muitas outras pessoas de distinção, expressamente convidadas, o dito Reverendíssimo Bispo Capelão-mor, em razão de dúvidas ocorridas no batismo, antes administrado em perigo de vida, agora com toda a solenidade batizou debaixo da condição, e poz os Santos Óleos a S. A. I. o Sereníssimo Snr. D. Pedro de Alcântara, Luís, Felipe, Maria, Gastão, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga, Príncipe do Grão-Pará, nacido no dia 15 de outubro do corrente ano, pelas 4 horas e 50 minutos da manhã, filho legítimo da Sereníssima Princesa Imperial Snra. D. Isabel, Cristina, Leopoldina, Augusta, Micaela, Gabriela, Rafaela Gonzaga e do seu augusto marido o Snr. Príncipe D. Luís Felipe, Maria, Fernando, Gastão de Orleans, Conde d'Eu ; neto, pela parte materna, do Snr. D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil e de sua augusta esposa a Snra. D. Teresa Cristina Maria, Imperatriz do Brasil, e pela parte paterna, de S. A R o Snr. Príncipe Luís Carlos Felipe Rafael de Orleans, Duque de Nemours, e da falecida Snra. Duquesa Vitória Augusta de Saxe Coburgo Gota. Foi padrinho S. M. I. o Snr. D. Pedro II, e madrinha S. M. I a Sra. D. Teresa Cristina Maria.

E para a todo o tempo constar, eu, José Bento da Cunha Figueiredo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, fiz lavrar dois autos, em tudo idênticos, por mim subscritos, os quais vão assinados por S. M. o Imperador, na qualidade de padrinho, por S. M. a Imperatriz, na de madrinha, e pelo Reverendíssimo Bispo Capelão mor, devendo um dos mesmos autos ficar no arquivo da Imperial Capela e outro ser recolhido ao Arquivo Público do Império. E eu os subscrevi e assino. *D. Pedro II — Teresa Cristina Maria, Imperatriz* — José Bento da Cunha Figueiredo — † Pedro, Bispo Capelão-mor.»

Dentro da igreja, no vão oposto ao batistério, ao lado direito da entrada, se colocará o primeiro leito para Sua Alteza Imperial e junto dele estarão duas almofadas de veludo sem guarnição que servirão para a ama. Ao lado direito haverá uma mesa e sobre ela um saco de veludo com os preparos necessários para a pensadura de Sua Alteza Imperial.

No lugar do costume se prepará outro leito, em tudo idêntico ao primeiro e com os mesmos objetos que se mandam colocar junto daquele.

Nos lugares próprios, dentro da Capela-mor e no corpo da igreja, se levantarão os tronos de SS. MM. II., com docel e espaldar e o sólio do Revmo. Bispo Capelão-mor.

As senhoras dos Ministros de Estado, dos Conselheiros de Estado, dos grandes do Império, dos Camaristas, dos Veadores e dos Oficiais-mores, assim como as titulares viuvas, ocuparão as tribunas das damas, as dos guarda-roupas e médicos da Imperial Câmara, a denominada de S. Sebastião, para as quais serão conduzidas do Paço, onde devem reunir-se pela pessoa que disso fôr encarregada.

As senhoras dos membros do Corpo Diplomático e as dos Senadores e Deputados, que não pertencerem a alguma das classes mencionadas no parágrafo antecedente, ocuparão, bem como eles, as tribunas que lhes forem designadas.

O Corpo Diplomático irá para a respetiva tribuna, podendo esperar o préstito no salão denominado do Príncipe.

Quando S. M. o Imperador ordenar, irá a dama de Sua Alteza a Sereníssima Princesa Imperial D. Isabel à respetiva câmara, onde, recebendo o Príncipe do Grão-Pará, o conduzirá nos braços para a sala do docel entre S. M. o Imperador, padrinho, e S. M. a Imperatriz, madrinha.

Daí sairá o préstito por dentro do Paço na seguinte ordem:

As pessoas que formam a corte;

A dama de S. A. a Sereníssima Princesa Imperial D.

Isabel, com o Príncipe recem-nascido nos braços, entre os augustos padrinhos.

Ao chegar a dama com Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará à porta que dá entrada para a Capela do Senhor dos Passos, os moços da câmara ou os que fizerem suas vezes, que até então devem conservar-se aí sustentando o pálio, o entregarão às pessoas nomeadas para o conduzir,e estas receberão debaixo dele a mesma dama com Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará nos braços, entre os augustos padrinhos.

Ao chegar (o pálio) ao primeiro leito (as pessoas que o conduzirem o entregarão às mesmas de quem o receberam, as quais irão postar-se com ele junto da referida mesa), a dama deitará Sua Alteza Imperial, o Príncipe do Grão-Pará no primeiro leito, devendo tambem alí achar-se a ama.

A este tempo o Revmo. Bispo Capelão-mor terá feito a aspersão a SS. MM. Imperiais.

Concluida esta cerimônia, irá o Revmo. Bispo Capelão-mor fazer oração na Capela do Santíssimo Sacramento e SS. MM. II. o seguirão, acompanhados de sua comitiva. Daquí irão SS. MM. II. para o trono e o Revmo. Bispo Capelão-mor para o sólio do corpo da igreja.

Depois que o Revmo. Bispo Capelão-mor tiver purificado as mãos, a dama irá buscar ao primeiro leito Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará, que será conduzido debaixo do pálio (sustentado pelas pessoas para isso designadas) indo adiante o Rei d'Armas, Arauto e Passavante, logo depois as pessoas que levarem as insígnias, por sua ordem; e, em último lugar, a dama com Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará.

Logo que o Rei d'Armas, Arauto e Passavante chegarem à quadratura pararão, e entrando as pessoas que conduzirem as insígnias, feitas as devidas reverências a SS. MM. II., que ocuparão o trono do corpo da Igreja, irão depositar as mes-

mas insígnias na credência principal da Capela-mor, de maneira que fique o círio no meio, a veste cândida à direita e o Massapão à esquerda, e aí deporão tambem as toalhas e irão incorporar-se à Corte.

Nessa ocasião será Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará apresentando ao Revmo. Capelão-mor no corpo da igreja, acompahado pelos augustos padrinhos.

Permanecendo todos em pé, à exceção do Revmo. Bispo Capelão-mor, este fará as interrogações e expressará todos os nomes de Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará, os quais estarão escritos em um cartão.

O augusto padrinho responderá às perguntas e descobrirá o peito de Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará, quando se fizerem as cruzes.

Terminadas estas cerimônias, se dirigirá o Revmo. Bisdo Capelão-mor ao meio da igreja, onde se achará Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará, acompanhado dos augustos padrinhos; pronunciará as palavras *Ingredere templum*, e então entrarão todos até aos cancelos da Capela-mor para se realizarem as cerimônias do estilo.

Será depois levado Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará para o segundo leito, onde ficará durante a lavanda e mudança de paramentos brancos.

Logo que o Revmo. Bispo Capelão-mor estiver paramentado de branco e de mitra e chegar Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará, subirão os augustos padrinhos ao presbitério.

Seguir-se-á o exame da fé, a que responderá o augusto padrinho e logo depois a unção e as mais cerimônias, findas as quais voltará Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará para o segundo leito, onde ficará até que termine a cerimônia religiosa.

Antes de se cantar o *Te-Deum* será lido pelo Ministro do Império o auto do batismo, que lhe apresentará a pessoa

para isso nomeada, a qual o tirará da respectiva mesa para lho entregar, e assim que o *Te-Deum* começar, os repiques dos sinos e as girândolas servirão de aviso às fortalezas e embarcações de guerra, para que sejam dadas as devidas salvas

Findo o *Te-Deum* e dirigindo-se SS. MM. II. a fazer oração ao Santíssimo Sacramento, ajoelhar-se-á ao lado esquerdo dos mesmos augustos senhores a dama com Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará nos braços.

Ao sairem da Capela do Sacramento estará pronto o pálio, sustentado pelas mesmas pessoas que o houverem conduzido e entrando debaixo dele a dama com Sua Alteza Imperial o Príncipe do Grão-Pará, irá até a Capela do Senhor dos Passos. Deixando ali o pálio, seguirá o préstito, na mesma ordem em que tiver ido para a igreja, até o Paço,onde haverá cortejo (6).

E foi deste modo, senhores, que o augusto filho desta cidade entrou para o grêmio de Cristo e recebeu os nomes de Pedro de Alcântara, Luís, Felipe, Maria, Gastão, Miguel, Gabriel, Rafael, Gonzaga.

Os ornatos e ricas alfaias empregados na paramentação da Capela Imperial deslumbraram a assistência, e todos os que tiveram oportunidade nos dias subsequentes de visitar o templo, que ficou exposto ao público. Bem merecidos, pois, os elogios prodigalizados pela imprensa ao armador Joaquim Ferreira Lopes Sobrinho, a cuja notória perícia fora confiada a montagem e dela fez sua obra-prima.

---

(6) — Graças a uma informação que devemos à obsequiosidade do venerando Dr. Sebastião Benevenuto Vieira de Carvalho, filho do Conde de Lages, veador a serviço de S. A. I. a Princesa Dona Isabel, sabemos que a orquestra que tocou durante o batizado foi regida pelo professor Falhauber, genro do Barão de Capanema, e executou uma marcha do maestro Bussmeyer, composta especialmente para a solenidade

Os Condes d'Eu celebraram o acontecimento com um baile de gala oferecido à sociedade da Corte no Palácio Isabel, que teve lugar a 5 de dezembro (7), e a 13 seguinte, pelo mesmo motivo, abriu seus salões o novo Cassino Fluminense.

A divulgação do auto de batismo do Príncipe do Grão-Pará não se limitou ao império. Publicado na imprensa da época, no dia 8 de dezembro, foi vertido para o *nheengatú* pelo Dr. José Vieira Couto de Magalhães, e inserto na «Reforma» do dia 10, e posteriormente no «O Selvagem», páginas 134 e seguintes. Os parcos recursos de uma lingua bárbara não permitiram a correta traslação de termos tais como *imperador, príncipe, duque, bispo*, e outros que tais, correspondentes a idéias inacessíveis a homens da idade da pedra. Dom Pedro II aparece nesse texto como *moruxaua,* os Ministros de Estado como *tuxauas* e o bispo celebrante como *abaré-uaçú*... e assim correu mundo, através da Exposição de Filadélfia, o auto de batismo daquele que, se os fados nos tivessem sido propícios, teria reinado sobre o Brasil, como de fato reinou sobre os nossos corações: Dom Pedro III, pela Graça de Deus Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

---

(7) — Possuimos, por oferta do Dr. Sebastião Benevenuto Vieira de Carvalho, uma lista dos convidados mais graduados que deviam ser, aos pares, conduzidos ao *buffet,* copiada do original do próprio punho do Conde d'Eu, e que o Sr. Vieira de Carvalho guarda como relíquia de família. Consta de 128 nomes, incluindo o Corpo Diplomático, os titulares do Império, e as figuras mais representativas da política, magistratura e sociedade do tempo O serviço do *buffet* ficou a cargo da Confeitaria Guimarães, a melhor da época, sita à Rua do Ouvidor, esquina de 1° de Março. Tão abundante foi o serviço, que no dia seguinte, castelos de *nougat* e doces de ovos foram enviados como mimo às pessoas amigas.

Damos a seguir a

RELAÇÃO DAS PESSOAS MAIS GRADUADAS PARA SEREM CONDUZIDAS AO BUFFET:

SENHORAS:

Matias Carvalho (Sra. do Ministro Português)	—	Duque de Caxias
Nebel (Sra. do Ministro Alemão)	—	Ministro da Italia
Baronesa de Schreiner (Sra. do M. Áustriaco)	—	» de Portugal
Sra. do Conselheiro Diogo Velho	—	» da Rússia
» » » Franco, M. da Marinha	—	» da França
» » » Coelho, M. da Agricultura	—	» da Alemanha
Marquesa de S. Vicente	—	» da Áustria
Viscondessa do Rio Branco	—	» do Império
» de Caravelas	—	» de Estrangeiros
» de Niterói	—	» da Marinha
D. Josefina da Fonseca Costa	—	» da Agricultura
Condessa de Lages	—	Visconde de Abaeté
Barenesa de Suruí	—	Marquês de S. Vicente
Sra. do Conselheiro Nabuco	—	Ministro da Justiça
D. Leopoldina Barbosa	—	Visconde do Rio Branco
D. Maria Cândida Araujo Viana Figueiredo	—	C. de E. Nabuco de Araujo
D. Maria Antônia Fonseca	—	Visconde de Muritiba
Baronesa do Santana	—	» de Inhomirim
D. Domitilia Pereira Jorge	—	» do Bom Retiro
D. Rita Lamare	—	» de Caravelas
Baronesa de Nogueira da Gama	—	» de Jaguarí
Condessa de Baependi	—	» de Niterói
» de Barral	—	Conde de Iguassú
D. Leonor Correia de Sá	—	Visconde da Cachoeira
Sra. do Veador Pais Leme	—	» de Itamaratí
D. Maria José de Andrade	—	» do Rio Grande
Marquesa de Paraná	—	» de Santa Isabel
Viscondessa de Macaé	—	» de Lages
» da Cachoeira	—	Barão de Curvelo
» de Itamaratí	—	Visconde de Itapagipe
» de Santa Isabel		Barão de Maroim
» de Tocantins	—	de Paquetá

Baronesa de Curvelo ..... — Barão de Paraiba
» de Maroim ..... — » de Pirapama
» de Paquetá ..... — Gentilhomem Meyer
Sra. do Veador Miranda Rego ..... — Barão de Nog. da Gama
» do » Cândido Ferreira ..... — Veador Miranda Rego
» do » Joaquim Siqueira ..... — Barão da Gávea
» do » Mayrink ..... — Veador Cândido Ferreira
» do Senador Sininbú ..... — » Pais Leme
» do Senador Leitão da Cunha ..... — » Joaquim Siqueira
» do Conselheiro Zacarias ..... — » Lamare
» do Senador Jobim ..... — » Mayrink
Baronesa de Camargo. ..... — » Machado de Castro
Sra. do Senador Firmino ..... — » Gouveia
» do Senador Ribeiro da Luz ..... — Visconde de Aljezur
» do » Otaviano ..... — » de Tocantins
» do Conselheiro Correia ..... — Conselheiro Sininbú
» do » João Alfredo ..... — Senador Leitão da Cunha
» do » Paulino ..... — » Zacarias
» do » Pinto Lima ..... — » Pompeu
» do » Liberato Barroso ..... — » Figueira de Melo
» do » Taques ..... — » Jaguaribe
D. Guilhermina Belens ..... — » Jobim
Viscondessa de Silva ..... — » Silveira da Mota
Baronesa de Gurupí ..... — » Nunes Gonçalves
» de Ivinheima ..... — » Cândido Mendes
» de Jaguarão ..... — » Dias de Carvalho
» do Lavradio ..... — » Firmino
» da Penha ..... — » Antão
» da Ponte Ribeiro. ..... — » J. D. Rib. da Luz
» do Rio Bonito ..... — » Cruz Machado
» de S. Clemente ..... — Sen. F. de A. Albuquerque
» de Tefé ..... — Barão de Mamanguape

ÍNDICE

FREI ESTANISLAU SCHAETTE, O. F. M.

Contribuição à História de Petrópolis

Os Primeiros Habitantes do Córrego Seco .. 11
Educandários Religiosos de Petrópolis 41
Petrópolis — Cidade Episcopal 67

ALCINDO SODRÉ

Crônicas Petropolitanas

Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo 85
Imperial Estabelecimento Hidroterápico 90
Bengalas de Petrópolis 93
Recepção a Suas Majestades 97
Jean Baptiste Binot 103
Dois Visitantes Alemães 107
Berço de Príncipes 111
Cascata do Itamaratí 117
Igreja de Santo Antônio 119
Bailes de Outrora 121
O Entrudo 123
Coisas de Antanho 127
Otto Reimarus 129

LUÍS AFONSO d'ESCRAGNOLLE

Apontamentos Para a História do Esporte em Petrópolis 133

VICENTE AMORIM

História Anedótica de Petrópolis 151
O Centenário de Petrópolis 161

PHILIPE ARBOS

Petrópolis Esboço de Geografia Urbana 177

MONSENHOR FRANCISCO GENTIL COSTA

O Primeiro Bispo de Petrópolis 229

LOURENÇO L. LACOMBE

As Principais Sesmarias do Município 241

CLADO RIBEIRO DE LESSA

Nascimento e Batizado do Príncipe do Grão-Pará 281

MUSEU IMPERIAL
Biblioteca

Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Tipografia Ipiranga, de Armando Martins, no anno de 1943.

Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

18-08-79			
19.11.79			

Bt. 2

00476909600674
Centenário de Petrópolis
981.532 P497c v.6

MUSEU IMPERIAL

BIBLIOTECA CIRCULANTE

Autor PETRÓPOLIS. Prefeitura Municipal. Comissão do Centenário.

Título Trabalhos da Comissão do Centenário. 1938 - 43. v. 6

N.º Chamada 981.532 P 497 t v.6

N.º Registro 674/60

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca Circulante do Museu Imperial